

FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA

VOLUME XXX



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1991

CONIMBRIGA

ISSN 0084-9189

REVISTA DO INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA
DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA (PORTUGAL)

DIRECTOR

JORGE DB ALARCÃO

SECRETÁRIO DA REDACÇÃO

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

Esta edição só foi possível graças ao patrocínio concedido pela seguinte entidade:

JUNTA NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA
E TECNOLÓGICA

Toda a correspondência (envio de originais e de publicações para recensão,
pedidos de permuta, etc.) deve ser dirigida directamente ao

DIRECTOR DO INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA
PALÁCIO SUB-RIPAS
P — 3000 COIMBRA

CONIMBRIGA

(Página deixada propositadamente em branco)

FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA

VOLUME XXX



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1991

(Página deixada propositadamente em branco)

† CAETANO DE MELLO BEIRÃO

VIRGÍLIO HIPÓLITO CORREIA

Técnico-superior do Museu Monográfico de Conimbriga

A CRONOLOGIA DO POVOADO DE FERNÃO VAZ (OURIQUE, BEJA).

«Conimbriga», XXX (1991), p. 5-11

RESUMO: São apresentadas as primeiras conclusões sobre a cronologia da ocupação do povoado da Iª Idade do Ferro de Fernão Vaz (Ourique, Beja), que datações radiocarbónicas e a análise de algum material colocam entre o primeiro quartel do Séc. VII a. C. e o segundo quartel do séc. V a. C.

SUMMARY: The first conclusions on the chronology of the 1st Iron Age settlement at Fernão Vaz (Ourique, Beja) are here presented. Radiocarbon dates and the analysis of some material date the occupation between the first quarter of the 7th c. B. C. and the second quarter of the 5th c. B. C.

(Página deixada propositadamente em branco)

A CRONOLOGIA DO POVOADO DE FERNÃO VAZ (OURIQUE, BEJA)

Identificado em 1970 ⁽¹⁾, e objecto de escavações sistemáticas desde então — sob a direcção de Caetano de Mello Beirão, contando com a colaboração de Virgílio Hipólito Correia desde 1986 — o povoado de Fernão Vaz é actualmente o único exemplo de povoado da P Idade do Ferro do Sul de Portugal conhecido através de um programa sistemático de escavação ⁽²⁾.

Estão já suficientemente descritas as suas características estruturais e estratigráficas, mas gostaríamos de relembrar que as estruturas da Idade do Ferro compõem, aparentemente, um único edifício, em que se detecta apenas uma fase de construção e um único período de ocupação, a que um incêndio põe fim. É do material de construção das coberturas (madeiras, ramagens), carbonizado por este incêndio, que foram recolhidas amostras sujeitas a datação radiocarbónica.

A construção/ocupação sidérica de Fernão Vaz assenta directamente no xisto da base, que aproveita como pavimentos, regularizando-o. Eventuais vestígios de ocupações anteriores teriam sido por certo destruídos, mas na realidade nenhum indício nos leva a pôr a hipótese de

⁽¹⁾ BEIRÃO, Caetano de Mello [1972], Cinco aspectos da Idade do Bronze e da sua transição para a Idade do Ferro no Sul do país, in *Actas das II Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, Voi. I, Lisboa, 1972; 193-221. p. 202-204.

⁽²⁾ BEIRÃO, Caetano de Mello [1986], *Une civilisation protohistorique du Sud du Portugal*, Paris, De Boccard ed., 1986. p. 103-122.

BEIRÃO, Caetano de Mello & CORREIA, Virgílio Hipólito [n.p.], Novos dados arqueológicos sobre a área de Fernão Vaz, in *Homenaje a J. M- Blazquez*, Madrid, Universidad Complutense (no prelo).

tais ocupações terem existido ⁽³⁾. A ocupação árabe-medieval provocou apenas algumas intrusões na estratigrafia anterior, sempre facilmente detectáveis.

Pretendemos nesta curta nota estudar a cronologia da ocupação da Idade do Ferro, baseando-nos num conjunto de três datações radio-carbónicas e na análise de algum material estratigrafado.

Todas as datações foram realizadas pelo ICEN (Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial) e foram calibradas fazendo uso da curva de PEARSON & STUIVER [1986]⁽⁴⁾. O Prof. J. M. Peixoto Cabral, a quem agradecemos a colaboração, foi incansável no auxílio que nos prestou no tratamento estatístico das datações, que levou a cabo recorrendo ao programa de computador referido em PAZDUR & MICHCZYNSKA [1989]⁽⁵⁾, e que nos comunicou em carta de 9/7/91.

São as seguintes as datações disponíveis :

— 1 — ICEN 601 (Fernão Vaz 8) — 2530 + 45 BP (580 + 45 a.C.) que calibrada dá a intersecção em 777 cal. AC. e os seguintes intervalos: para 1 sigma 796-760, 682-658, 635-594 e 581-557 e para 2 sigma 806-520.

— 2 — ICEN 696 (Fernão Vaz 6) — 2770 + 50 BP (820 + 50 a.C.) que calibrada dá a intersecção em 915 cal. AC. e os seguintes intervalos: para 1 sigma 993-892 e 885-847 e para 2 sigma 1040-820.

— 3 — ICEN 697 (Fernão Vaz 10) — 2640 + 80 BP (690 + 80 a.C.) que calibrada dá a intersecção em 809 cal. AC. e os seguintes intervalos: para 1 sigma 893-881 e 848-793 e para 2 sigma 977-963, 930-760, 684-656, 640-590 e 589-549.

A plausibilidade destas datações não é absolutamente pacífica, parecendo a uma primeira vista que são demasiado antigas para o que alguns arqueólogos que se têm debruçado sobre o período e área em

⁽³⁾ Indicações noutro sentido devem atribuir-se a uma total ignorância e incompreensão da estação : GAMITO, T. Júdice; Os espetos de bronze do Sudoeste Peninsular — sua interpretação sociológica, in *Conimbriga* XXV, Coimbra, 1986, 23-40, *passim*, em especial nota 2 — p. 39.

⁽⁴⁾ PEARSON, G. W. & STUIVER, M.; [1986], High-precision calibration of the radiocarbon time-scale. 500-2500 BC, in *Radiocarbon*, Voi. 28, nº 2B, 1986, 839-862.

⁽⁵⁾ PAZDUR, Mieczyslaw F. & MICHCZYNSKA, Danuta J. [1989], Improvement of the procedure for probabilistic calibration of radiocarbon dates, in *Radiocarbon*, Voi. 31, nº 3, 1989, 824-832.

questão vêm afirmando relativamente a estações comparáveis ⁽⁶⁾. Temos no entanto que frizar que as datações são consistentes com o que temos sustentado⁽⁷⁾, impondo-se analisarmos pormenorizadamente a massa de dados ao nosso dispor.

Dos problemas que estas datações nos colocam o primeiro é o da sua relativa incompatibilidade (nomeadamente entre ICEN 601 e ICEN 696), sem que no entanto sejam, quando calibradas, estatisticamente discrimináveis.

O espectro desenhado pelas datações, cujo contexto é: *material de construção de uma cobertura vegetal, carbonizado*; corresponderá ao espectro da duração do uso do edifício, sendo talvez mais estendido no sentido da antiguidade (pois nas traves que sustentariam a cobertura seriam certamente utilizadas árvores adultas) e menos no seu extremo mais recente (correspondendo, teoricamente, o limite do espectro à matéria vegetal utilizada na última reparação da cobertura, antes do incêndio, muito provavelmente ramagens).

As três datas são portanto válidas como datação da madeira utilizada na construção da cobertura de uma parte do edifício.

A análise do diagrama de dispersão das datas calibradas permite datar essa construção entre 670 e 900 cal. AC, com um grau de confiança de 50% que, ainda que limitado, é aceitável. Na verdade, de acordo com critérios arqueológicos (data estimável da madeira utilizada, proporção de material “velho” e “novo” na cobertura — e nas amostras) cremos que a datação útil para este contexto específico será aquela indicada pela distribuição das datações entre a mediana e o terceiro quartil, ou seja entre 820 e 670 cal. AC. Datar a construção, mais seguramente (95% de confiança), entre 1010 e 530 cal. AC é, quanto a nós, um rigor exagerado que diminui escusadamente o valor historiográfico das datações.

O primeiro quartel do See. VII a. C. constitui portanto um *terminus ante quem* absoluto para a construção do *habitat* de Fernão Vaz.

O contraste destas datas com os materiais presentes nos contextos da última utilização do edifício, que constituem um *terminus post quem* para o incêndio levanta outras questões.

⁽⁶⁾ MALA, Maria Garcia Pereira [1986], “Neves II e o “facies” cultural de Neves-Corvo” in *Arquivo de Beja*, S. II 3, Beja, 1986, 23-42. p. 24 e p. 26.

⁽⁷⁾ BEIRÃO, Caetano de Mello & GOMES, Mário Varela [1985], “Grafitos da Idade do Ferro do Centro e Sul de Portugal”, in *Actas del III Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispanicas*, Salamanca, 1985, 465-502.

BEIRÃO & CORREIA [n.p.].

Entre estes materiais conta-se um fragmento que classificámos como pertencendo a uma taça próxima das produções áticas do tipo “copa Cástulo”⁽⁸⁾ em princípio — e segundo a cronologia da Ágora de Atenas⁽⁹⁾—datável a partir de 480 a.C.. cremos, no entanto, dever deixar em aberto a datação desta cerâmica, em primeiro lugar até obtermos uma análise mais detalhada e precisa da tipologia da peça e, segundo, até ser possível obter um contraste mais fino com as condições de jazida de outras peças semelhantes. As nossas dúvidas vão no sentido de questionar se não será de admitir uma data mais recuada, pois não é impossível que exista uma produção de peças deste género, não ática⁽¹⁰⁾, mais antiga⁽ⁿ⁾, a que este *kylix* pertenceria. Isto seria compatível com a restante cerâmica recolhida no mesmo contexto que, decididamente, parece anterior ao séc. V⁽¹²⁾.

Também aqui é correcto afirmar a coerência das datações pois atribuímos arqueologicamente o seu incêndio a um momento posterior ao primeiro quartel do séc. V, que é o limite máximo (477 cal. AC), com uma quase absoluta confiança (98%) que atinge a distribuição das datações radiocarbónicas, o mesmo é dizer o material mais recente utilizado nas reparações da construção.

O momento do incêndio deve ser assim datado no segundo quartel do Séc. V a.C.

(8) SHEFTON, Brian [1982], Discussão, in NIEMEYER, Hans Georg; (dir.), *Phönizier im Westen*, Mainz am Rhein, Verlag Philipp von Zabern, 1982 [Madrider Beiträge VIII], 403-405, Abb. 24.

(9) SPARKES, Brian, & TALCOTT, Lucy [1971], *Black and plain pottery of the 6th, 5th and 4th centuries b. C.*, Princeton-New Jersey; American School of Classical Studies at Athens, 1971. [The Athenian Agora, Vol. XII]. p. 100-110.

(10) TRIAS DE ARRIBAS, Gloria [1968] *Cerâmicas Griegas de la Península Ibérica* (2 Voi.), Valência, The William L. Bryant Foundation, 1967 e 1968. Vol. 1 311, nº 74 e 75, Voi. 2 Lam. CLIV, 2 e 3.

(n) BONINU, A.; PAGLIARDI, M. N. & ROMUALDI, A. [1974], (Stombi) Descrizioni dei Materiali, in *Atti della Accademia Nazionale dei Lincei —Notizie degli scavi di Antichità*, S. Vili — Vol. XXVIII (Suplemento), Roma 1974. [Sibari, IV]. 45 ss.. nº 83; e bibliografia aí citada.

(12) BEIRÃO & CORREIA [n.p.].

BEIRÃO, Caetano de Mello; TAVARES DA SILVA, Carlos; GOMES, Mário Varela & GOMES, Rosa Varela [1985], Depósito votivo da II Idade do Ferro de Garvão. Notícia da primeira campanha de escavações in *O Arqueólogo Português*, S. IV 3, Lisboa 1985, 45-135.

Duzentos ou duzentos e cinquenta anos são aceitáveis como tempo útil de vida de construções de taipa cobertas por matérias vegetais, onde não são evidentes vestígios de reconstruções profundas (de arranjos menores não seriam recuperáveis as provas).

É importante, quanto a nós, que as datações aqui apresentadas correspondam tão notavelmente ao espectro cronológico que tem sido atribuído à P Idade do Ferro ⁽¹³⁾. A cultura material do *habitat* de Fernão Vaz integra-se plenamente no mesmo grupo que tem sido detectado associado às necrópoles com lápides epigrafadas ⁽¹⁴⁾ e, nesse sentido, estas datações são um dado a reter.

Esperemos que o desenvolvimento da investigação venha a trazer mais dados, que nos permitam melhorar a análise destas questões.

Évora e Conimbriga, Julho de 1991

⁽¹³⁾ BEIRÃO, Caetano de Mello; GOMES, M. Varela & MONTEIRO, J. Pinho [1979], *As esteias epigrafadas da Idade do Ferro do Sul de Portugal* (Catálogo de exposição), Setúbal, 1979.

BEIRÃO, Caetano de Mello & GOMES, M. Varela [1980], *A Idade do Ferro no Sul de Portugal — Epigrafia e Cultura* (Catálogo de exposição), Lisboa, 1980.

⁽¹⁴⁾ BEIRÃO, [1986]

BEIRÃO, Caetano de Mello [1990], Epigrafia da P Idade do Ferro do Sudoeste Peninsular. Novos dados arqueológicos, in *Presenças Orientalizantes em Portugal. Da Pré-história ao período romano*, Lisboa, Instituto Oriental da Universidade Nova, 1990. [Estudos Orientais I]. 107-118.

DIAS, M. Manuela Alves, BEIRÃO, Caetano de Mello & COELHO, Luís [1970], Duas necrópoles da Idade do Ferro do Baixo-Alentejo: Ourique, in *O Arqueólogo Português*, S. III, 4, 1970, 175-219.

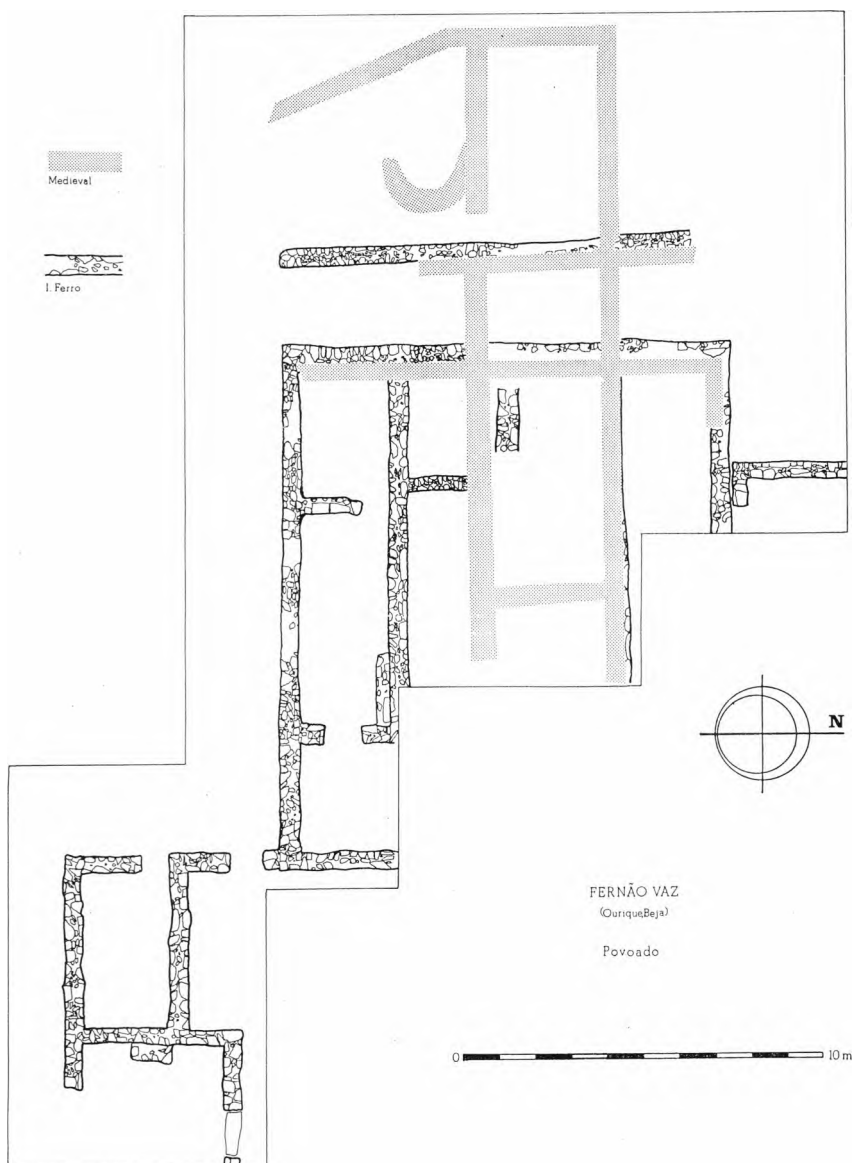


FIG. 1

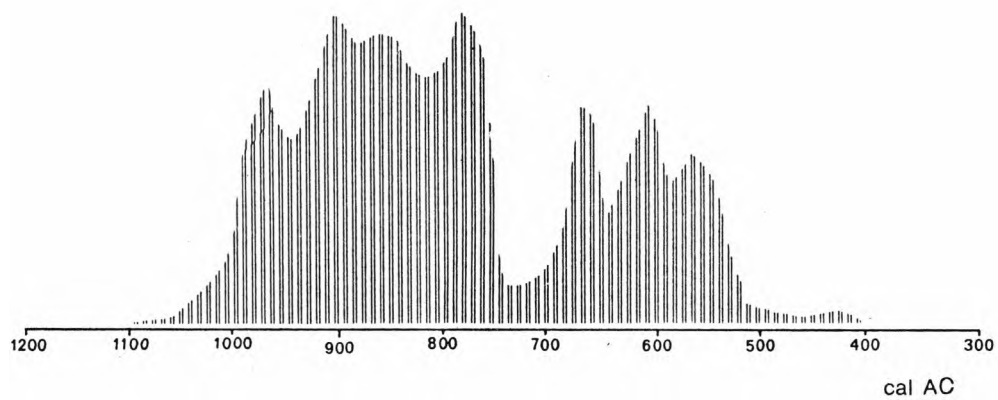


FIG. 2

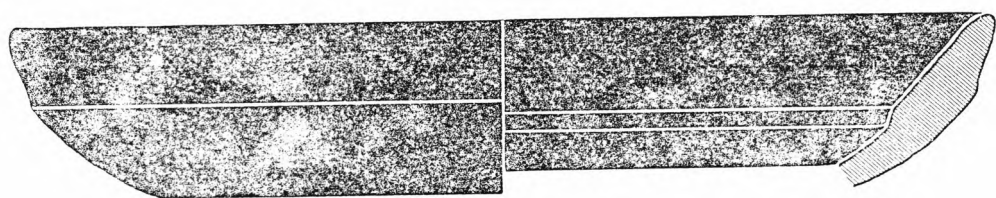


FIG. 3

ANTÓNIO MARQUES DE FARIA

Técnico do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico

EPIGRAFIA MONETÁRIA MERIDIONAL

“Conimbriga” XXX (1991), p. 13-21

RESUMO: Uma vez removidas as dificuldades que se colocavam à total interpretação das legendas monetárias em escrita meridional, quisemos, neste trabalho, fornecer uma leitura de todas as inscrições em questão. Para além de novas interpretações avançadas para algumas legendas toponímicas, são tecidos alguns comentários a respeito da filiação étnica e linguística de diversos antropónimos reproduzidos nas emissões monetárias referidas.

SUMMARY: Considering the fact that there are no serious problems in the reading of most of the signs belonging to southern Iberian script, we think it is time to present a complete list of words — personal and place names — included in coins that made use of that kind of script. A few proposals are made about the reading of some place names and also about the origin of personal names that have been almost ignored in other works.

(Página deixada propositadamente em branco)

EPIGRAFIA MONETÁRIA MERIDIONAL

Não tem havido grande unanimidade na identificação das cecas que, durante os dois ou três últimos séculos a. C., utilizaram este sistema de escrita (Untermann, 1975, p. 74-76; De Hoz, 1980, p. 303-304). Queremos, com o presente texto, dar o nosso contributo para a discussão deste tema, que continua à espera de um esclarecimento definitivo. Para tanto, tomaremos como ponto de partida o já citado trabalho de Untermann; os códigos alfanuméricos que se seguem às legendas monetárias remetem naturalmente para aquela obra.

Os vocábulos a negro constituem as transcrições de nomes em escrita meridional, de acordo com os valores de cada um dos signos expostos na fig. 1 (Faria, 1990/91, com bibliografia anterior).

iKale(n)sKen (A. 95): Partindo do princípio de que *S20* também serviu para representar, nas inscrições monetárias meridionais, a consoante *k/g* (Correa, 1983 b, p. 109 e 111), é possível que os “**iKale(n)sKen**” correspondam aos **’IyÀ,r|T8ç** de Estrabão (*Geogr.* **III**, 4, 19) (Gómez-Moreno, 1949, p. 185); se assim for, e caso o étnico **iKalesKen** tenha derivado do nome de uma cidade, este poderá ter sido */g//e/a.

urKesKen (A. 96): Para além das observações de De Hoz (1980, p. 313), nada parece haver a acrescentar ao que sobre esta ceca escreveu Untermann (1975, p. 324-325).

KaSTilo (A. 97): A legenda toponímica é a única palavra que figura inscrita em caracteres meridionais na maior parte das emissões. Apenas numa emissão que utiliza a escrita latina em todos os seus letreros, encontramos o topónimo abreviado sob a forma CAST (A. 97-5.). Existem outras emissões sem legenda toponímica que, pelo estilo, têm sido atribuídas à mesma ceca. Cada uma delas apresenta, em caracteres

latinos, nomes de magistrados—dois nos semisses e três nos asses—que se identificam, na maior parte dos casos, por *praenomina* latinos acompanhados dos respectivos patronímicos abreviados, quase sempre de origem ibérica, *u. g., Bal(ce...), Qul(es...) eise(er...)*. E o caso da emissão Vives LXXI, nº 14, que apresenta nos aversos L. QVL. F e Q. ISC. F, ostentando nos reversos as iniciais M. C. F. Pertencendo esta emissão aos finais do século II a. C. ou aos princípios do século seguinte (Faria, 1987, p. 26), é natural que as emissões Vives LXXI, n.ºs 6 e 8, estilisticamente afins daquela, apresentem uma cronologia semelhante. Anteriores a qualquer delas deverão ser as emissões Vives LXX, nº 13 e LXXI, nº 1, se, como sugere Villaronga (1979, p. 231), o magistrado *Q. Isc.* (Vives LXXI, nº 14) for filho de *M Isc.* (Vives LXXI, nº 1), talvez o mesmo *Iscer* presente em Vives LXX, nº 13.

ilTiKira (A.98): Esta leitura da legenda A.98-1.2, que agora apresentamos, já havia sido, a par de outras, sugerida por De Hoz (1980, p. 305). Por razões que desconhecemos, *Slb*, grafema que encerra aquele leteiro, ficou por transliterar, se bem que a sua leitura como *a* não tenha sido, no mesmo trabalho, totalmente descartada (De Hoz, 1980, p. 304, cuadro 2, GM 1 e GM14). Tendo em conta que *Obulco* é a tradução latina de **iBoIKa** (Untermann, 1975, p. 336; v., no entanto, Correa, 1983 b, p. 110), não é impossível acreditar que **ilTiKira** tenha dado origem a *Huero*, NL documentado em lingotes de chumbo romanos (Domergue, 1966, p. 59, nota 69 e p. 62; Domergue, 1987, p. 400-404).

UTuRiR/ilTuKiiKi (A.99): Devendo evitar-se a interpretação de qualquer inscrição com base na mistura de signos pertencentes a distintos sistemas de escrita (De Hoz, 1980, p. 304), apenas duas leituras se nos afiguram prováveis para a legenda A.99.-2.5:

a) **ilTuRiR: KeSTin**, se atribuírmos os caracteres ao sistema levantino; é também esta a leitura de Untermann (1975, p. 75), apesar de os incluir no semi-silabário meridional.

b) **ilTuKiiKi: KeSen**, se considerarmos que a legenda é composta por signos meridionais. A confirmar-se a inclusão destes signos no signário meridional, a legenda **ilTuKiiKi** poderia talvez segmentar-se da seguinte maneira: **ilTuKi-iK(i)**, ou seja, o nome **ilTuKi** seguido do sufixo **-iKi** (Untermann, 1985-1986, p. 40). Para além de *Ilici*, poderá aventar-se como paralelo para este possível topónimo o NL *Illuda*, veiculado por Tito Livio (XXXV, 7, 7).

Convém ter em atenção que a opção levantina tem contra si a localização da ceca, bem no coração da área de distribuição da escrita meridional. Porém, se os caracteres forem mesmo levantinos, o nome *Iliberi*, versão latina do topónimo, reproduzido em emissões atribuíveis àquela mesma ceca (Vives y Escudero, 1924-1926, lám. LXXIII, n.^{os} 9 e 10), poderá ser explicado através da comparação com as legendas toponímicas das moedas de *Saetabi*: **SaiTi** (ibérico) e *Saetabi* (latim). Sendo aqui notória a síncope de /ab/, torna-se possível conjecturar que semelhante fenómeno tenha ocorrido na ceca em análise; deste modo, a legenda A.99.-2.5 deverá ser lida como **ilTu(be)Ri-R: KeSTin**. Se tal interpretação estiver correda, será difícil não relacionar o segundo termo com o NP *Icstnis*(*CILII*, 1585) (Lafon, 1963, p.402). A vibrante que sucede ao topónimo deverá constituir um morfema já isolado, surgindo normalmente posposto a NNP e, em menor grau, a NNL, entre os quais se conta **SaiT(ab)i-R** (Ripollès, 1991, p. 70 e p. 73, nota 2). Figurando sob as grafias **-(a)r/-(a)R**, (Untermann, 1975, p. 80; Untermann, 1976, p. 220; Tovar, 1979, p. 482-483; De Hoz, 1983, p. 389-390), este sufixo parece ser marca de genitivo, no que se confunde com **-(e)n**, outra partícula com a qual aparece, por vezes, associado (Michelena, 1976, p. 353-361).

iBolKa/Obn/co (A. 100): Recordemos os nomes, em escrita meridional, dos magistrados presentes na numária desta ceca (De Hoz, 1980, p. 314; Arévalo González, 1989, p. 143-147):

- A. 100-2.: **SiBiBolai/urKail**
- A. 100-3.: **HTireur/KaRsuriTu**
- A.100-4.: **TuiTuBolai /isKeraTin**
- A.100-5.: **isKeraTin/TuiTuBolai**
- A.100-6.: **TuiT uiBoren/ânT uaKoi**
- A. 100-7.: **TuiTuiBoren/annTuaKoi**
- A.100-8.: **urKailBi/neselTuKo**
- A. 100-9.: **neselTuKo/urKailBi**
- A.100-10.: **BeKoeKi/BoTilKoS**
- A.100-11.: **BoTilKoS/BeKoeKi**
- A.100-12.: **ilTiraTin/Kolon**
- A.100-13.: **siKaai/oTaKiiS**

ilTireur, **ilTiraTin**, **isKeraTin**, **neselTuKo** e **KaRsuriTu** são NNP ibéricos. Apenas os dois últimos merecem, dentro deste grupo, um curto aditamento aos comentários de Untermann (1975, p. 337-338): ambos são

compostos por mais de dois elementos nominais: **nes-ilTu-Ko** (justificando-se **-elTu-** por assimilação vocálica) e **KaR-sur-i-Tu**.

Todos os outros poderão pertencer à onomástica pessoal turde tana. A estes deve-se acrescentar o NP abreviado *Conipr.*, que figura em caracteres latinos numa emissão da mesma ceca (A. 100-15.). Se não forem apenas fonéticas as semelhanças entre este antropônimo e os NNP **KaniBeron** e **KoBeroi**, citados no chumbo de Mogente (Faria, 1990/91, p. 77, 81), tanto **Conipron* como **Coniproi* poderão constituir o nome completo do magistrado em questão. Do mesmo modo, qualquer destas terminações poderá ser aplicada quer a *Conip.*, nome representado numa emissão de *Onuba* (Collantes Pérez-Ardá, 1987-1989, p. 94), quer a *Cantnip.*, constante de uma emissão de ***BeuiBum** (A. 103) (Faria, 1989, p. 85).

Abra (A. 101): Esta ceca apresenta apenas um par de magistrados, ambos de origem turdetana:

A. 101-2.: **ueKoeKi/ãnKioniS**

A.101-3.: **ãnKioniS/ueKoeKi**

O NP **ueKoeKi** está também presente numa emissão de **iBolKa/Obulco** (A.100-10., -11.). Nesta última ceca, porém, houve o recurso à bilabial oral sonora para representar a semivogal inicial (Corominas, 1976, p. 124; To-var, 1979, p. 474-475). Esta variação gráfica infere-se igualmente da presença, no chumbo greco-etrusco de Pech Maho, datado da primeira metade do século V a. G, do NP **Nemapuaç* (Lejeune *et alii*, 1988, p. 53); aqui, em vez da semivogal, esperar-se-ia a utilização da bilabial, que encontramos, por exemplo, em ***naBaRsosin** (Siles, 1985, p. 268, nº 1164) ou nos diversos NNP ibéricos que contêm o elemento **-BaS** (Untermann, 1987, p. 299, nº 21).

Ceca anónima (A. 102): nesta ceca, apenas podemos salientar a presença de dois magistrados de nomes tipicamente turdetanos, **Ka(a)nKinai** e **TeKiailKoS**, que se distribuem por duas legendas de reverso (Arévalo González, 1990, p. 7-10):

A. 102-1.: **KanKinai/TeKiailKoS**

A. 102-2.: **KaanKinai/TeKiailKoS**

Repare-se que ambas as terminações, **-ai** e **-ilKoS**, estão, por mais de uma vez, consignadas na onomástica obulconense.

***BeuiBum** (A. 103): sobre esta ceca pouco mais temos a dizer em relação ao que escrevemos em anteriores trabalhos (Faria, 1989, p. 71-99;

Faria, 1992, p. 39-48). Apenas terá ficado por sublinhar a disparidade fonética que existe entre a nossa mais recente leitura da legenda toponímica e o potamónimo *KaÀÀiJtxyuç;, veiculado por Ptolemeu (*Geogr.*, II, 5,2). Bem mais próximo deste encontra-se **-auipon**, leitura que dela apresentou Correa (1982, p. 73), baseado nas interpretações que ele e outros linguistas têm dado a diversos grafemas pertencentes ao signário do Sudoeste. Porém, cremos que se mantêm as objecções que colocámos à integração dos grafemas de ***BeuiBum** naquele signário :

a) As moedas foram emitidas presumivelmente a partir da 2- metade do século II a. C, tendo a escrita do Sudoeste desaparecido nos finais do século V a. C. (Correa, 1989, p. 286).

b) A ceca situa-se numa área onde, até hoje, não foram encontrados quaisquer exemplos daquela epigrafia funerária, que conta apenas com testemunhos conhecidos a sul de Beja e a leste de Badajoz (Beirão, 1990, p. 108).

c) Os grafemas de sequência vocálica fixa — decerto a principal característica dos textos em escrita do Sudoeste—encontram-se totalmente ausentes da legenda monetária em questão (Correa, 1985-1986, p. 277).

d) A sequência fonética **-il-**, presente nos nomes de dois magistrados de ***BeuiBum**, parece ser completamente alheia à língua transmitida nas lápides do Sudoeste (Correa, 1983 a, p. 407; Correa, 1985, p. 384 e nota 16). Este argumento só tem validade se partirmos do princípio de que os nomes dos magistrados pertencem à língua falada pelo povo que criou não só o topónimo em questão mas também o sistema de escrita que permitiu a respectiva representação gráfica.

A serem correctos os argumentos que apresentámos no sentido de atribuir os signos constantes daquela legenda ao semi-silabário meridional, a leitura que dela fizemos só poderá divergir da verdadeira interpretação na valorização do grafema que a encerra, se este representar a alveolar nasal.

BIBLIOGRAFIA

- ARÉVALO GONZÁLEZ, A., 1989, *Las monedas bilingües de Obulco*, “Gaceta Numismática”, 94-95, p. 143-147.
- ARÉVALO GONZÁLEZ, A., 1990, *Consideraciones sobre unas monedas de taller incierto*, “Gaceta Numismática”, 99, p. 7-10.
- BEIRÃO, C. de M., 1990, *Epigrafia da I Idade do Ferro do Sudoeste da Península Ibérica. Novos dados arqueológicos*, “Estudos Orientais”, 1, p. 107-118.

- COLLANTES PÉREZ-ARDÁ, E., 1987-1989, *Conjeturas sobre metrologia ibérica*, “Numisma”, 204-221, p. 29-107.
- COROMINAS, J., 1976, *Elementos prelatinos en las lenguas romances hispánicas*, “Actas del I Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica (Salamanca, 27-31 mayo 1974)”, Salamanca, Universidad, p. 87-164.
- CORREA, J. A., 1982, *Singularidad del letrero indígena de las monedas de Salada (A. 103)*, “Numisma”, 177-179, p. 69-74.
- CORREA, J. A., 1983 a, *Escritura y lengua prerromanas en el sur de la Península Ibérica*, “Unidad y Pluralidad del Mundo Antiguo. Actas del VI Congreso Español de Estudios Clásicos (Sevilla, 6-11 de abril de 1981)”, I, Madrid, Gredos, p. 397-411.
- CORREA, J. A., 1983 b, *Ibérico: Cás(i)lo, Ibolc(a), latín: Castulo, Obulco, “Habis”*, 14, p. 107-113.
- CORREA, J. A., 1985, *Consideraciones sobre las inscripciones tartesias*, “Actas del III Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas (Lisboa, 5-8 noviembre 1980)”, Salamanca, Universidad, p. 377-395.
- CORREA, J. A., 1985-1986, *El signarlo tartesio*, “Veleia”, 2-3, p. 275-284.
- CORREA, J. A., 1989, *El origen de la escriturapaleohispánica*, “Estudios sobre Urso Colonia Iulia Genetiva”, Sevilla, Alfar, p. 281-302.
- DOMERGUE, C., 1966, *Les lingots de plomb romains du Musée Archéologique de Carthagène et du Musée N aval de Madrid*, “Archivo Español de Arqueología”, 39, p. 41-73.
- DOMERGUE, C., 1987, *Catalogue des mines et des fonderies antiques de la Péninsule Ibérique*, II, Madrid, Diffusion De Boccard.
- FARIA, A. M. de, 1987, *Moedas de chumbo, da época romana, cunhadas no actual território português*, “Numismática”, 47, p. 24-28.
- FARIA, A. M. de, 1989, *A numária de *Cantnipo*, “Conimbriga”, 28, p. 71-99.
- FARIA, A. M. de, 1990/91, *Antropónimos em inscrições hispánicas meridionais, “Portugalia”*, nova série, 11-12, p. 73-88.
- FARIA, A. M. de, 1992, *Ainda sobre o nome pré-romano de Alcácer do Sal*, “Vipasca”, 1, p. 39-48.
- GÓMEZ-MORENO, M., 1949, *Misceláneas. Historia-Arte-Arqueología*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- Hoz, J., de 1980, *Crónica de lingüística y epigrafía prerromanas de la Península Ibérica: 1979*, “Zephyrus”, 30-31, p. 299-323.
- Hoz, J., de 1983, *Las lenguas y la epigrafía prerromanas de la Península Ibérica*, “Unidad y Pluralidad del Mundo Antiguo. Actas del VI Congreso Español de Estudios Clásicos (Sevilla, 6-11 de abril de 1981)”, I, Madrid, Gredos, p. 351-396.

- LAFON, R., 1963, *Noms anciens de personnes et de lieux du Sud de l'Espagne d'après les inscriptions*, "Atti e Memorie del VII Congresso Internazionale di Scienze Onomastiche (Firenze, 1961)", III, Firenze, p. 401-406.
- LEJEUNE, M. et alii, 1988, *Étrusque et ionien archaïques sur un plomb de Pech Maho (Aude)*, "Revue Archéologique de Narbonnaise", 21, p. 19-59.
- MICHELENA, L., 1976, *Ibérico* -en, "Actas del I Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica (Salamanca, 27-31 mayo 1974)", Salamanca: Universidad, p. 353-361.
- RIPOLLÈS, P. P., 1991, *Una emisión de Saitabi inédita*, "Saguntum", 24, València, p. 69-73.
- SILES, J., 1985, *Léxico de inscripciones ibéricas*, Madrid, Ministerio de Cultura.
- TOVAR, A., 1979, *Notas lingüísticas sobre monedas ibéricas*, "Actas del II Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica (Tübingen, 17-19 junio 1976)", Salamanca, Universidad, p. 473-489.
- UNTERMANN, J., 1975, *Monumenta Linguarum Hispanicarum*, I., Wiesbaden, Dr.Ludwig Reichert Verlag.
- UNTERMANN, J., 1976, *Las leyendas monetales*, "Actas del I Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica (Salamanca, 27-31 mayo 1974)", Salamanca, Universidad, p. 213-225.
- UNTERMANN, J., 1985-1986, *La gramática de los plomos ibéricos*, "Veleia", 2-3, p. 35-56.
- VILLARONGA, L., 1979, *Numismática antigua de Hispania*, Barcelona, Cymys.
- VIVES Y ESCUDERO, A., 1924-1926, *La moneda hispánica*, Madrid, Real Academia de la Historia, 4 vols.

	—	a	b		—	a	b		—	a	b		
1	4	A	7	a	11	↯	↷	m ?	21	×	∪	Ke	
2	○	⊗	⊠	e	12	≡	≡	s	22	φ	♀	Ki	
3	ψ			e	13	M		S	23	↯	↷	Ki	
4	ψ			i	14	∩		Ba	24	⊠	⊠	Ko	
5	≡	≡		o	15	≡	≡	Be	25	⊠		Ku	
6	4			u	16	≡		Be	26	×	+	Ta	
7	1			l	17	↑		Bi	27	≡	∩	Te	
8	9	∩	γ	r	18	⊠		Bo	28	◇	◇	⊕	Ti
9	×			R	19	□		Bu	29	∩			To
10	ψ			n	20	∧		Ka	30	△	△	△	Tu

FIG. 1. Signário meridional

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

Professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

O NORDESTE ALENTEJANO AO TEMPO DOS ROMANOS —
BALANÇO E PERSPECTIVAS DA INVESTIGAÇÃO
«Conimbriga» XXX (1991), p. 23-37

RESUMO: Tem sido parcelar, fragmentário e incompleto o estudo da ocupação romana no Nordeste alentejano: das suas riquíssimas *villæ* mal se conhece a planta, o espólio jaz por estudar na sua quase totalidade; no âmbito das necrópoles, ora se começam a dar os primeiros passos, com resultados surpreendentes; das vias que percorriam a região não se fez ainda no terreno o seu levantamento exaustivo.

Apresenta-se, neste artigo, uma panorâmica do que já se estudou e apontam-se perspectivas para a futura investigação.

ABSTRACT: A study of Roman occupation in the north-east of the Portuguese country named Alentejo (Conventus Pacensis, Lusitania) has been to the present time parcelled, fragmentary and incomplet. The plants of their very rich *villæ* are almost unknown, their furniture nearly unstudied; the analysis of Roman necropoles is just beginning, with surprising results; the complete regional net of roads is still locally indefinite.

This report presents a view of studies already done and points the future research perspectives.

(Página deixada propositadamente em branco)

O NORDESTE ALENTEJANO AO TEMPO DOS ROMANOS — BALANÇO E PERSPECTIVAS DA INVESTIGAÇÃO *

As villce

Das riquíssimas *villce* existentes no Nordeste alentejano foram os mosaicos (parece) que mais atraíram a atenção dos arqueólogos: mal se lhes conhece a planta, o espólio jaz por estudar na quase totalidade; não se publicaram circunstanciados relatórios dos trabalhos desenvolvidos; desconhece-se, por exemplo, quantas *villce* há em cada uma, ou seja, quantas fases de ocupação nelas se poderão determinar[^]).

De facto, falar do período romano no Nordeste leva-nos logo a pensar nas *villce*: Torre de Palma, Santa Vitória do Ameixial... Poucos nos lembraremos, por exemplo, da *villa* da Granja (Mártires, Crato). No entanto, ela foi a primeira duma série que Manuel Heleno pensara em publicar sistematicamente (1953). Em Fevereiro de 1936 aí estivera e vira cinco mosaicos geométricos, polícromos, de que apresenta fotografias, acrescentando:

«Aguardam a sua exploração e estudo» (p. 260).

Até hoje.

* Este artigo constitui, na sua essência, o texto da comunicação apresentada em Monforte, a 23 de Abril de 1989, por ocasião das II Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano. De então para cá, o panorama da Arqueologia romana na região sofreu algumas alterações, pelo que se introduziram aqui e ali as convenientes actualizações, acrescentaram-se notas de rodapé e fizeram-se as adaptações mais ajustadas a uma versão destinada a ser publicada fora do contexto das actas das Jornadas, para que fora inicialmente pensada.

(9 As escavações levadas a efeito, por exemplo, na *villa* romana de São Cucufate (Vidigueira), deram a conhecer para o mesmo local três fases de ocupação distintas: a *villa* I, que se designou de «quinta-celeiro»; a *villa* II, «*villa* de peristilo»; e a *villa* III, «a *villa* àulica do século IV» — vide Alarcão/Étienne/Mayet 1990.

De resto, a série só teve mais uma *villa*, a de Torre de Palma (Heleno 1962).

De Torre de Palma conhecem-se, sobretudo, os mosaicos retirados para o Museu Nacional de Arqueologia, de Lisboa: o dos cavalos, as cenas dionisiacas... (cf. IRCP 603 e Kuznetsova-Resende 1989).

Decorria, por ocasião das I Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano (1985), uma campanha luso-americana que visava estudar o espólio osteológico e os vestígios do período post-romano ali ainda patentes, nomeadamente a basílica paleocristã. Os resultados terão excedido as expectativas, como se pode ver no primeiro relatório já apresentado⁽²⁾.

De Santa Vitória do Ameixial, registe-se o enorme interesse dos mosaicos com as suas representações: os pontos cardeais aí vêm simbolizados nos quatro ventos—*Eurus*, *Notus*, *Zephyrus* e *Boreas*—numa gramática decorativa tipicamente clássica. A cena da mulher a ser fustigada tem dado azo a interpretações variadas (cf. IRCP 481). O tema mitológico de Ulisses a ser tentado pelas sereias é mais uma prova da absorção plena duma vivência cultural que se alardeia⁽³⁾.

Em Alter do Chão, depois dos trabalhos efectuados em Ferragial d'El-Rei⁽⁴⁾, em 1957, por membros do Instituto de Arqueologia da

⁽²⁾ No relatório de actividades do então Serviço Regional de Arqueologia do Sul (actual Divisão de Arqueologia da Direcção Regional de Évora do Instituto Português do Património Cultural), referente ao ano de 1989, alude-se ao projecto de investigação em curso nesta *villa* por iniciativa da ProF. Stephanie Malloney da Universidade de Louisville (USA), que, de resto, apresentou em Monforte uma comunicação sobre a basílica paleocristã da *villa* e uma outra em que descreveu nove bronzes do Baixo Império aí exumados durante os trabalhos. Nesse projecto de valorização do sítio (vide *Património*, p. 15) se integram igualmente as sondagens realizadas por Maria da Luz Velloso da Costa Huffstot, que também interveio nas Jornadas de Monforte, e a execução do projecto de cobertura da chamada «Casa do Peristilo». Foi por Torre de Palma que se iniciou, em 1991, o programa de estudo global dos mosaicos romanos do *conventus Pacensis*, da responsabilidade das Dr.^{as} Janine Lancha (da Universidade de Lyon — França) e Adília Alarcão (do Museu Monográfico de Conimbriga).

⁽³⁾ No relatório citado na nota anterior, apenas se aponta, na p. 11, a consolidação de mosaicos como trabalho desenvolvido, em 1989, na *villa* de Santa Vitória do Ameixial; mas o relatório de 1991 já fala da «execução do caderno de encargos para lançamento de empreitada de limpeza e ordenamento geral das ruínas e zona envolvente» (p. 7).

⁽⁴⁾ Como adiante se indicará, Alter do Chão poderá ter sido um núcleo populacional de certa importância, transcendendo a simples *villa*. Só uma concer-

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, de que não se chegou a publicar circunstanciado relatório, a actividade de Brazão Ferreira e da sua equipa (1978) merece destaque. Além do Ferragial d'El-Rei, identificaram-se e estudaram-se vestígios romanos na Quinta do Pião. A actividade prosseguiu aí também em 1982 e 1983: exumou-se um mosaico policromo, identificou-se a área residencial e os balneários (cf. IA 5 89-90)... E novos trabalhos se prevêem para breve neste concelho⁽⁵⁾.

Na Quinta do Ribeiro da Nata, freguesia de Belver, concelho de Gavião, trabalhou Rogério Carvalho em 1983 (cf. IA 5 93-95) e 1985 (cf. IA 7 55-57): distinguiu duas épocas de ocupação, uma no século I e outra dos séculos II/IV. Trata-se, no entender deste arqueólogo, de um «pequeno núcleo populacional, fortemente ruralizado».

Sobre Campo Maior, designadamente sobre a *villa* de S. Pedro, além das informações (ainda inéditas) dadas a conhecer através das comunicações feitas às II Jornadas do Nordeste Alentejano, outros sítios se detectaram já, a confirmar a enorme riqueza arqueológica deste concelho⁽⁶⁾.

Para servir as *villæ* e, também, os aglomerados populacionais, edificaram os Romanos inúmeros 'aproveitamentos' hidráulicos — barragens, canais subterrâneos, aquedutos — de que a equipa do Prof. Carvalho Quiniela forneceu, em 1986, um primeiro inventário a considerar⁽⁷⁾.

tada política de sondagens poderá, pois, trazer luz sobre o verdadeiro significado das ruínas postas a descoberto, por exemplo, em Ferragial d'El-Rei e nas suas proximidades.

(5) No relatório citado na nota 2, assinala-se, na p. 6, como trabalho desenvolvido em 1989, uma «intervenção junto à *villa* romana do Ferragial d'El-Rei, motivada pela construção duma piscina»; e o relatório de 1991 alude à realização, por aquela Divisão Regional, de «sondagens preventivas na área de implantação da futura Escola Técnico-Profissional de Agricultura» também em Ferragial d'El-Rei (p. 4).

(6) No relatório citado na nota 2, referem-se os «trabalhos de conservação de vestígios da pintura mural» (p. 11) existentes na *villa* de São Salvador e informa-se que foi elaborada uma proposta de financiamento integrável em planos comunitários de valorização do património (vide também *Património*, p. 16). Em 1991, a Divisão Regional fez aí uma «limpeza geral da estação, mudança da areia que cobria os pavimentos, remate de mosaicos, desenho de plantas» e preparou o processo de classificação do sítio (Relatório, pp. 3 e 7) a que já foi dado superior seguimento. Os seus técnicos foram igualmente chamados a fazer uma intervenção de emergência no Bairro Habitacional de São Pedro, a preparar a proposta de estudo do impacte arqueológico da Barragem do Abrilongo (p. 3) e a elaborar o programa museológico para o Núcleo de Arqueologia do Museu Municipal de Campo Maior (p. 8).

(7) Na citada obra de Carvalho Quiniela, João Cardoso e José Manuel Mascarenhas, referem-se, do Nordeste alentejano (pp. 53-70), as barragens romanas

As necrópoles

No âmbito das necrópoles romanas, ora se começam a dar os primeiros passos, com revelações surpreendentes.

A necrópole de Santo André, em Montargil (Ponte de Sor), datável da segunda metade do século I — inícios do século II, escavada sob a responsabilidade do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, talvez constitua excepção, porque o relatório dos trabalhos já foi publicado, no volume 20 (1981) desta revista.

Na necrópole da Laje do Ouro (Aldeia da Mata, Crato) escavou Helena Frade em 1982 e 1983 (cf. IA 5 92-93), que deu conta dos resultados dessas primeiras campanhas por ocasião das I Jornadas. Os trabalhos tiveram continuidade em 1988, com o maior interesse⁽⁸⁾. Helena Frade e José Carlos Caetano registaram aí a persistência da prática da incineração em pleno século III, circunstância a relacionar com o que se documenta nas necrópoles de Eivas, datáveis de um período que vai desde os finais do século II até aos séculos III e IV, e cujo espólio cerâmico Jeannette Nolen estudou (1985).

A necrópole da Herdade dos Pombais, sita no concelho de Marvão, foi alvo das atenções de Isabel Cristina Fernandes em 1982, 1983, 1984 e 1985 (cf. IA 5 96-97, 6 56, 7 60). Está já delimitada a sua extensão e, nas I Jornadas (1985), a arqueóloga apresentou o estudo do espólio exumado. Também se identificou a *villa* a que a necrópole pertencia: Isabel Fernandes definiu, em 1986, a zona de habitação e um compartimento rectangular

da Tapada Grande (Castelo de Vide), de Almarjão (Crato), do Muro, de Oliva, da Mourinha e de Mor Alves (todas estas em Campo Maior), do Carrão (Eivas) e da Represa (Gavião), esta última de origem romana não confirmada (pp. 108-113); o tanque, o canal subterrâneo e o aqueduto do Correio-Mor, em Eivas (pp. 132-134, 144 e 151); e o aqueduto de S. Salvador de Aramenha (p. 151). Já foi iniciado o processo de classificação da barragem da Tapada Grande como imóvel de interesse público.

⁽⁸⁾ Os resultados da campanha de 1988 foram apresentados nas II Jornadas do Nordeste Alentejano (vide adiante, p. 39-58) e o primeiro balanço do projecto de investigação aí desenvolvido acerca dos ritos funerários foi comunicado ao II Congresso Peninsular de História Antiga (Coimbra, 1990), tendo-se chamado a atenção, de modo especial, para alguns «pormenores importantes relativamente à arquitectura e materiais utilizados na construção das sepulturas e à colocação do espólio, que ajudam a precisar esses ritos» (vide Frade/Caetano, no prelo).

com arcaria em tijolo — que será muito provavelmente o hipocausto das termas (cf. IA 8 63) — bem como diversos tipos de sepulturas. As investigações tiveram, porém, de ser suspensas, devido a dificuldades surgidas com os proprietários dos terrenos.

Acrescente-se ainda que, no decorrer de 1991, houve, por iniciativa da Divisão de Arqueologia (Direcção Regional de Évora de IPPC), escavações de emergência numa outra necrópole, classificada como «tardo-romana», em Carapeta, Avis.

As vias

Das vias que percorriam a região não se fez ainda no terreno o seu levantamento exaustivo.

Conhece-se, de longa data, a ponte de Vila Formosa sobre a Ribeira da Seda; detectaram-se os vestígios da calçada romana e diversos miliários na zona de Ponte de Sor, por onde, aliás, tanto André de Resende como, na sua peugada, Bernardo de Brito indicaram ser o traçado da via que, por Scallabis, seguia de Olisipo até Emerita. Entretanto, a placa que José Rafael da Silva e eu próprio estudámos (1990) vem confirmar não só esse trajecto como, e sobretudo, a eventual existência de uma antiga ponte no local, datável do reinado de Trajano.

Só agora, porém, se estudou, por exemplo, o miliário de Évora-Monte (IRCP 732) que data do ano 320, pois nele se mencionam os três Césares Valério, Licínio-o-Jovem e Constantino II, marco que Túlío Espanca considerara homenagem a um... judeu converso do século XVI, de apelido Tinoco. Também só recentemente (Carvalho 1988) pôde entrar nos circuitos científicos o de Campo Maior, citado já nas Memórias Paroquiais de 1758 e dedicado muito provavelmente a Domiciano, bem como um outro, de Severo Alexandre (Encarnação 1988).

As publicações

No âmbito das I Jornadas, em 1985, Isabel Fernandes deu a conhecer, como já referimos, o espólio da necrópole da Herdade dos Pombais; Sálete da Ponte estudou as fíbulas dadas como provenientes de Torre de Palma; Maria Helena Simões debruçou-se sobre os vidros romanos guardados no Museu do Crato; Helena Frade e José Carlos

Caetano falaram das primeiras campanhas na Laje do Ouro; eu próprio tentei uma síntese acerca da população romana do Nordeste alentejano.

No comentário que, em 1985, fez à obra *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*, Jorge de Alarcão apontou logo algumas das ideias-mestras que viria a desenvolver pouco tempo depois no seu *Roman Portugal*: no volume I, em português, sintetiza, na p. 49, o que se sabe sobre Amaia (S. Salvador de Aramenha); nas pp. 50-51, sobre Aridum Vetus, que localiza no Casal da Várzea; nas pp. 99-100, aborda a problemática das vias e seus ramares identificáveis na região. O território do Nordeste abarca, no fascículo 3 do volume II desta obra, a folha 6, onde se cartografam e sinteticamente se descrevem todos os vestígios romanos identificados até ao momento em que foi feita a correspondente pesquisa bibliográfica.

Outras publicações:

— J. Candeias da Silva elaborou comigo, em 1982, o *Catálogo da Epigrafia Romana de Abrantes*, área que, embora pertencente hoje ao distrito de Santarém, se insere na problemática do que foi o Nordeste durante a época romana.

— O livrinho *Belver ao Tempo dos Romanos*, da responsabilidade de Rogério Carvalho e minha, foi uma iniciativa da Assembleia Distrital de Portalegre, em 1984.

— O opúsculo *Inscrições Romanas de Campo Maior* reúne em separata os estudos publicados, em 1988, no «Ficheiro Epigráfico»;

— A pedido da Câmara Municipal de Nisa, redigi, em 1988, o opúsculo *Nisa ao Tempo dos Romanos — A População e as Suas Crenças*, que teve, como correspondente, para Campo Maior, o artigo *A população romana de Campo Maior* (Encarnação 1989).

A importância dos vestígios

É, de facto, excepcional a riqueza dos vestígios.

A sua importância documental também não padece dúvidas.

No âmbito da religião, por exemplo, detectou-se a presença de santuários (a Júpiter Repulsor em Nisa — cf. Encarnação 1977,62-65); salientou-se a importância do culto às Ninfas (IRCP 569, hoje perdido, dado como procedente da Igreja de Santa Maria, de Monforte, é o vestígio desse culto

encontrado mais a sul no actual território nacional — cf. o artigo de Ana Caessa in “Homenagem a J. R. dos Santos Júnior”, I, Lisboa, 1990,144); destacou-se a veneração a Júpiter Ótimo Máximo, em Marvão (cf. Encarnação 1981,27); sublinhou-se a persistência do apego aos deuses indígenas, de que *Quangeius* começa a ganhar importância significativa..⁽⁹⁾

No domínio político-administrativo, o juramento dos Aricienses (IRCP 647), o altar ao Génio do Ópido Constituído (IRCP 604), o testemunho do voto anual da *Civitas Ammaiensis* ao imperador Cláudio (IRCP 615) — são documentos epigráficos ímpares no seu género, mesmo a nível do Império.

Importará, pois, interrogarmo-nos sobre o porquê da longa fixação romana no Nordeste alentejano, sobre a organização administrativa do território, sobre as «culturas» que aí floresceram.

Longa fixação, porque ela vai desde os primeiros tempos das campanhas militares romanas⁽¹⁰⁾ até ao século VI da nossa era, data, por exemplo, dos epitáfios cristãos da necrópole de Silveirona, Estremoz (Encarnação 1977, pp. 75-82).

a) *A organização administrativa*

No que à organização administrativa diz respeito, Jorge de Alarcão procurou definir, na obra atrás citada, os territórios das antigas cidades aqui localizadas.

Quanto a *Aritium Vetus*, o seu termo estender-se-ia, decerto, para a margem direita do rio Tejo, onde Maria Amélia da Horta Pereira (1970) encontrou muitos vestígios da ocupação romana, designadamente no território do actual concelho de Mação; na margem esquerda, o termo de *Aritium Vetus* abarcaria uma extensão sita entre o rio Tejo e as ribeiras de

⁽⁹⁾ Identificou-se em Junho de 1991, num antiquário em Borba, uma epígrafe dedicada por C. Licinius Vegetus a este deus *Quangeius*, invocado sob o epíteto de *Turicaecus*. O culto a esta divindade no Nordeste alentejano conhecia-se desde 1981, quando se encontrara, em Salavessa (Nisa), um altar dedicado a *Quangeius Tanngus* (vide IRCP 641); o nome do deus, bem legível (com um Q inicial), permitiu corrigir as hipóteses de reconstituição sugeridas para outros textos fragmentários e, agora, o culto desta divindade está bastante bem documentado (Alfenim 1991).

⁽¹⁰⁾ Como já tive ensejo de referir (1987, p. 168), para explicar o sentido da existência de uma grande concentração de antropónimos lusitanos dum e doutro lado do rio Tejo, Jorge de Alarcão (1985, pp. 99-100) invocou o passo de Estrabão (III, 1,6) onde se afirma que os Romanos estabeleceram Lusitanos ao Sul do Tejo, o que poderá ter ocorrido logo nos primórdios da conquista, quiçá mesmo como consequência da derrota infligida por Décimo Júnio Bruto a Lusitanos e Galaicos, em 137 a. C.

Sor e de Nisa — mas o atraso da pesquisa aí verificado impede que outras perspectivas, mais concretas, possam, de momento, ser avançadas. Entre Agua Branca e Alter do Chão identificou-se um troço da estrada Olisipo/Emerita.

No que concerne a Amaia, o seu território estender-se-ia, talvez, a oriente, por terrenos hoje integrados na vizinha Espanha. Os seus limites passariam, provavelmente, entre o curso do rio Sever e a ribeira de Nisa, zona onde Maria da Conceição Rodrigues (1975) anotou a presença de algumas *villæ*, e, a sul, na zona entre as ribeiras de Sor e da Seda, no troço mais alto dos seus percursos, onde Mário Saa (1956-1967) diz ter localizado muitas estações.

Quando é que Amaia recebeu o estatuto de município?⁽ⁿ⁾ E que limites poderemos apontar, com segurança, para cada uma destas *civitates*?

É difícil gizar, por enquanto, uma resposta convincente. O território apontado afigura-se, porém, amplo de mais para apenas ser repartido por três *civitates*: *Aritium Vetus*, *Ammaia* e *Emerita* (que não deveria ter muito mais que abarcaria decerto, pelo menos, o termo do actual concelho de Campo Maior). Por isso, Jorge de Alarcão pergunta se não se deveria encarar seriamente a hipótese de localizar mais um aglomerado urbano romano, por exemplo em Alter do Chão (cf. também Alarcão 1990, pp. 363-364).

O já referido juramento dos Ariciensenses ganhou novo significado com a recente releitura (Encarnação 1989) do cipo dedicado pela *Civitas Aruccitana* (actual Aroche) a Agripina, mulher de Germânico e mãe de Caligula. De facto, esta homenagem póstuma (é datável do ano 37) consubstancia a extrema fidelidade regional às directrizes do Governo central, uma vez que, nos primórdios do seu reinado, foi preocupação primeira do imperador Caligula reabilitar a memória de seu pai e de sua mãe. Ora o juramento dos Ariciensenses data precisamente de 11 de Maio desse mesmo ano, ou seja, de escassos cinquenta e dois dias passados sobre o falecimento de Tibério.

Curiosamente, pouco tempo depois, já no reinado de Cláudio (mais precisamente em 44 ou 45), será a vez de Amaia proclamar fidelidade referindo a existência dum voto anual ao imperador, a mesma Amaia

(ⁿ) Patrick le Roux teve ensejo de chamar a atenção para a grande importância documental de que se reveste a mencionada dedicatória ao Génio do Ópido Constituído (IRCP 604): em seu entender, o *oppidum* aí referido «não é apenas a praça forte, mas um centro autónomo, dotado de existência própria», que não detinha, no entanto, nem o estatuto de colónia nem o de município» (1986, p. 336). Ver também, sobre o mesmo texto, Alarcão 1988,1, p. 49.

cujos munícipes dedicarão a Lúcio Vero uma estátua, em finais do ano 166 (IRCP 616):

Ocorrerá, pois, perguntar: porquê este apego ao Governo central, apego que perdura até ao século IV, como o demonstram os miliários da região?

b) *A cultura*

No domínio cultural, ter-se-ão em conta, por exemplo:

— a existência do culto à deusa grega Cibele numa zona aparentemente isolada (IRCP 440, Estremoz);

— o achamento dum quadrante solar numa das *villae* de Campo Maior (ver Cardoso 1987, p. 223);

— as representações mitológicas dos mosaicos.

Tudo isso é penhor de elevado nível cultural de mãos dadas com o elevado nível económico que os achados recentes parecem, de facto, confirmar.

Quando todo o Império parece estar em crise, o que se documenta aqui fala sobretudo de esplendor.

Um esplendor relacionável com o «renascimento» do século IV¹²?

Ou será que, de facto, «crise» foi, na verdade, um fenómeno inventado pela historiografia posterior, nomeadamente pelos escritores da chamada *História Augusta* do séc. IV, saudosos dos tempos em que o poder estava noutras mãos¹³?

c) *foco de imigração*

Voltando ao Nordeste: que razões houve para, ao tempo dos Romanos, a região ter funcionado como importante foco de imigração, mormente de clunienses, que está sobejamente documentada (cf. FE 134)?

(¹²) Parece provado que o chamado Édito de Galieno, de 261, que determinou o afastamento dos senadores do exercício dos cargos militares («*Senatum militiam vetuit et adire exercitum*», escreve Aurélio Vítor, *Caes*, 33, 34) é sintoma de que os “aristocratas” se interessavam, então, mais pela «voluptuosidade do ócio”, para usarmos ainda uma expressão de Aurélio Vítor (*ibidem*), do que pelas coisas militares. Esse «ócio» corresponde a uma atenção maior aos fenómenos culturais, porque os senadores, afastados pelas circunstâncias da ribalta da política, ora nas mãos dos militares, procuram poder social exactamente através da cultura. Daí que nas suas *villae* os motivos da mitologia pagã sejam frequentemente evocados nos mosaicos; daí que, como salientou V. Neri (1981), a epigrafia latina do século IV dê particular relevo ao elogio da cultura e das virtudes políticas. Jean Gagé (1971, p. 262) fala mesmo «duma espécie de primeiro renascimento clássico e pagão».

(¹³) Chegou a atribuir-se, por exemplo, ao tempo de Alexandre Severo (222-235), uma recuperação do poder dos senadores, mediante nomeadamente o esta-

Que riqueza aqui se encontraria: a pecuária (de que o mosaico dos cavalos de Torre de Palma é bom indício)? A exploração mineira? (recordem-se as referências ao *aurifer Tagus...*) A excelência da produção agrícola (de que os olivais seriam, ainda hoje, um bom sintoma)?

E que gentes por aqui estanciaram, então? Os estudos antroponímicos já nos deram bastantes pistas; os estudos antropológicos foram iniciados e decerto teremos para muito breve as suas conclusões.

Perspectivas da futura investigação

Por conseguinte, se quiséssemos, em síntese, apontar perspectivas para a futura investigação, diríamos, em primeiro lugar, que importa completar *Roman Portugal*, que é, como frisei, mais um ponto de partida do que um ponto de chegada. De facto, as sínteses atrás citadas postulam, neste momento, novas análises. Impõe-se:

1 — Completar o levantamento arqueológico sistemático de cada um dos concelhos, tendo em vista a correcta caracterização dos sítios. Preconiza-se:

- a) a determinação do perímetro das *villae* e das necrópoles;
- b) o estabelecimento do traçado das vias romanas mediante a cartografia dos indícios existentes;
- c) a identificação, o mais possível exacta, do local de proveniência das peças guardadas em museus e colecções particulares.

belecimento do *consilium principis* em que os senadores desempenhariam papel primordial. Mas Jean Gag   (1971, p. 250) considera que este «triumfo» não passa de um desejo nascido dos biógrafos pertencentes ao círculo que, precisamente no século IV, tentava fazer renascer em tomo dos senadores as antigas tradições.

Vai no mesmo sentido a opinião de Anne Gaden (1976) e a de François Paschoud, que v   na *Historia Augusta* a «expressão dos sonhos de uma minoria em vias de desaparecer, uma espécie de busca do tempo perdido» (1988, p. 168).

E não será, decerto, despropositado citar aqui a referência    «mentalidade imperial» que — embora noutro contexto —    atribuída ao proprietário da já referida *villa*   lica de São Cucufate :«[...] uma “mentalidade imperial”, feita de distância em relação àqueles que recebia — não é verdade que ele toma assento com a família na zona absidal da *aula* basilical? — mentalidade que radica no fausto das recepções numa sala de jantar particularmente espaçosa e que brota sobretudo da vontade de tomar posse, através do olhar, das suas terras», com cujas colheitas poderá abastecer *Pax Iulia*, mentalidade imperial que, «portanto, t  mbem ganha expressão mediante o seu poder econ  mico e a sua *cupiditas adcumulandi*» (Alarcão *et alii* 1990, p. 297).

2 — Dar prioridade não a escavações (a não ser que se revistam de carácter de emergência) mas à intransigente salvaguarda dos sítios e vestígios encontrados.

3 — No âmbito da investigação, é tarefa urgente a inventariação e estudo dos objectos já recolhidos, de modo a poderem propor-se cronologias que complementem os dados adquiridos através da epigrafia. A publicação desses estudos e de monografias dos sítios bem como das novas perspectivas de síntese daí decorrentes possibilitará a elaboração, com mais rigor científico, de desdobráveis (didácticos e de prestígio) que proclamem, aquém e além fronteiras, a grande importância histórico-cultural da presença romana no Nordeste alentejano.

BIBLIOGRAFIA

Abreviaturas utilizadas

AP «O Arqueólogo Português», Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa.
FE «Ficheiro Epigráfico», suplemento da Revista «Conimbriga», Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra, Coimbra.
IA «Informação Arqueológica», Departamento de Arqueologia do Instituto Português do Património Cultural, Lisboa.
IRCP ENCARNÇÃO (José d'), *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*. Coimbra, 1984. (O número identifica a inscrição).

- ALARCÃO (Jorge de), *Sobre a romanização do Alentejo e do Algarve. A propósito de uma obra de José d'Encarnação*, «Arqueologia» 11 1985 99-111.
ALARCÃO (J. de), *Roman Portugal*, Warminster, 1988. (Dois volumes, dos quais o I foi traduzido em português, e o II, dividido em 3 fascículos, é bilingue).
ALARCÃO (Jorge de), *O Domínio Romano em Portugal*, Mem Martins, 1988. (Versão portuguesa do I vol. de *Roman Portugal*).
ALARCÃO (Jorge de) (coordenação), *Portugal — das Origens à Romanização*, I volume da *Nova História de Portugal*, Lisboa, 1990.
ALARCÃO (Jorge de), ÉTIENNE (Robert)* e MAYET (Françoise) (direcção), *Les Villas Romaines de São Cucufate (Portugal)*, Paris, 1990.
ALFENIM (Rafael A. E.), *Ex-voto a Quangeio Turicaeco*, FE 38 1991 n.º 174.
CARDOSO (Guilherme), *Quadrante solar romano de Freiria (S. Domingos de Rana, Cascais)*, AP série IV 5 219-224.
CARVALHO (Rogério), *Uma placa funerária de Campo Maior*, FE 25 1988 n.º 113.
CARVALHO (Rogério), *Miliário de Campo Maior*, FE 25 1988 n.º 114.
ENCARNÇÃO (José d'), *Epigrafia romana do Nordeste alentejano — Nisa, Torre de Palma e Silveirona*, «Conimbriga» 16 1977 59-82.

- ENCARNAÇÃO (José d'), *A religião romana não-oficial nas colónias e municípios da Lusitânia durante o Alto Império*, «Memorias de Historia Antigua» 5198119-31.
- ENCARNAÇÃO (José d'), *A população romana do Nordeste alentejano*, «1.^{as} Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano — Actas», Castelo de Vide, 1987, 167-170.
- ENCARNAÇÃO (José d'), *Nisa ao tempo dos Romanos — A População e as Suas Crenças*, Câmara Municipal de Nisa, 1988.
- ENCARNAÇÃO (José d'), *Miliário de Severo Alexandre em Campo Maior*, FE 25 1988 n.º 115.
- ENCARNAÇÃO (José á'), *Estela funerária de Aramenha*, «Conimbriga» 161977 59-82.
- ENCARNAÇÃO (José d'), *Uma homenagem a Agripina, mulher de Germânico*, «Conimbriga» 28 1989 157-167.
- ENCARNAÇÃO (José d'), *A população romana de Campo Maior*, «Trabalhos de Antropologia e Etnologia» 29 1989 83-94.
- ENCARNAÇÃO (José d') e CARVALHO (Rogério), *Belver ao Tempo dos Romanos*, Assembleia Distrital de Portalegre, 1984.
- ENCARNAÇÃO (José d') e SILVA (J. Candeias), *Catálogo da epigrafia romana de Abrantes*, «Abrantes» 1 1982 21-38.
- FERNANDES (Isabel Cristina F.), *Espólio da necrópole dos Pombais*, «1.^{as} Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano — Actas», 1987, 101-116.
- FERREIRA (A. M. Brazão) — Vide VALENTE.
- FRADE (Helena) e CAETANO (José Carlos), *A necrópole romana da Laje do Ouro (Aldeia da Mata, Crato)*, «1.^{as} Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano — Actas», 1987, 133-143.
- FRADE (Helena) e CAETANO (José Carlos), *Ritos funerários romanos no Nordeste alentejano*, «II Congresso Peninsular de História Antiga — Actas», Coimbra, no prelo.
- GADEN (Anne), *Structure et portée historique de la Vie d'Hadrien dans l'Histoire Auguste*, «Ktema» 1 1976 129-144.
- GAGÉ (Jean), *Les Classes Sociales dans l'Empire Romain*, Paris, 1971.
- HELENO (Manuel), *Notas sobre algumas estações da época lusitano-romana*, AP n. s. 2 1953 257-260.
- HELENO (Manuel), *A «villa» lusitano-romana de Torre de Palma (Monforte)*, AP n. s. 4 1962 313-338.
- KUZNETSOVA-RESENDE (Tatiana), *O mosaico com motivos báquicos de Torre de Palma: tentativa de interpretação*, «Conimbriga» 28 1989 205-221.
- LE ROUX (Patrick), *Municipe et droit latin en Hispania sous l'Empire*, «Revue Historique de Droit Français et Étranger» 64 1986 325-350.
- NERI (V.), *L'elogio della cultura e l'elogio delle virtù politiche nell'epigrafia latina del IV secolo d. C.*, «Epigraphica» 43 1981 175-201.
- NOLEN (Jeannette U. Smit), *Cerâmica Comum de Necrópoles do Alto Alentejo*, Lisboa, 1985.
- PASCHOUD (François), *La Storia Augusta come testimonianza e riflesso della crisi d'identità degli ultimi intellettuali pagani in Occidente*, «I Cristiani e l'Impero

- nel IV Secolo», Colloquio sul Cristianesimo nel Mondo Antico, a cura di Giorgio Bonamente e Aldo Nestori, Macerata, 1988, 155-169.
- Património Arqueológico do Alentejo — Plano de Conservação e Valorização a Médio Prazo*, documento policopiado, da responsabilidade do Serviço Regional de Arqueologia da Zona Sul, Évora, 1990.
- PEREIRA (M. Amélia Horta), *Monumentos Históricos do Concelho de Mação*, Mação, 1970.
- PONTE (Sálete da), *Algumas fibulas de Torre de Palma (Monforte)*, «I.^{as} Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano — Actas», 1987, 117-121.
- QUÍNTELA (António de Carvalho), CARDOSO (João Luís) e MASCARENHAS (José Manuel), *Aproveitamentos Hidráulicos Romanos a Sul do Tejo (Contribuição para a Sua Inventariação e Caracterização)*, Lisboa, 1986.
- RODRIGUES (M.^ã Conceição Monteiro), *Carta Arqueológica do Concelho de Castelo de Vide*, Lisboa, 1975.
- SAA (Mário), *As Grandes Vias da Lusitânia (O Itinerário de Antonino Pio)*, Lisboa, I 1956, II 1959, III 1960, IV 1963, V 1964, VI 1967.
- SILVA (José Rafael Correia da) e ENCARNAÇÃO (José d'), *Uma placa monumental de Ponte de Sor*, FE 36 1990 n.º 162.
- SIMÕES (Maria Helena), *Vidros romanos do Museu do Crato*, «I.^{as} Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano — Actas», 1987, 123-125.
- VALENTE (M. F. F.), LOURENÇO (F. S.), BARRETO (M. R. S.) e FERREIRA (A. M. Brazão), *Arqueologia romana do concelho de Alter do Chão — Subsídios para o seu estudo*, «Actas das III Jornadas Arqueológicas 1977», 1, Lisboa, 1978, 275-292.

EST. I



FIG. 1



FIG. 2



FIG. 3



FIG. 1



FIG. 2

EST. III



FIG. 3

HELENA FRADE

JOSÉ CARLOS CAETANO

Técnicos da Direcção Regional de Arqueologia do IPPC (Coimbra)

A NECRÓPOLE ROMANA DA LAGE DO OURO:

NOVOS ELEMENTOS

«Conimbriga» XXX (1991), p. 39-57

RESUMO: Dão-se a conhecer os resultados das escavações efectuadas na necrópole romana da Lage do Ouro (Crato), no ano de 1988.

Trata-se de uma necrópole cujo período de utilização vai desde o séc. I d. C. até aos sécs. IV/V. A análise dos enterramentos escavados permite concluir que o ritual de incineração foi aqui usado até ao séc. IV, a par com o de inumação. Com base nos conjuntos de oferendas fúnebres é também possível alargar a cronologia das cerâmicas comuns desta região.

RÉSUMÉ: On présente le résultat des fouilles de 1988 dans la nécropole romaine de Lage do Ouro (Crato).

Cette nécropole a été utilisée dès le 1^{er} siècle ap. J. C. jusqu'aux IV/V^{ème} siècles. On peut dire que l'incinération et l'inhumation y existent au III^{ème} et au IV^{ème} siècles. Cette fouille a aussi permis de préciser la chronologie des céramiques communes.

(Página deixada propositadamente em branco)

A NECROPOLE ROMANA DA LAGE DO OURO: NOVOS ELEMENTOS *

Após cinco anos de interrupção, foram retomados em 1988⁽¹⁾ os trabalhos de escavação na necrópole romana da Lage do Ouro⁽²⁾.

Em 1985, nas I^{as} Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano, tentámos fazer o balanço do que tinham sido as duas primeiras campanhas de escavações (1982 e 1983). Fizemos, com as sepulturas até então encontradas, 7 grupos principais e 6 variantes. Utilizámos como características definidoras de cada grupo a forma, o tamanho, a presença ou ausência de espólio orgânico (cinzas, ossos e carvões) e o modo de cobertura das sepulturas (Frade e Caetano 1985).

Os bons resultados obtidos na campanha de 1988 permitiram-nos ter uma visão mais correcta e mais alargada sobre estes problemas anteriormente enunciados.

Assim, nesta campanha foram escavados 10 quadrados (Fig. 1) onde se identificaram 39 sepulturas⁽³⁾. Com excepção da 137.2, todas as

* Este trabalho foi originalmente apresentado numa comunicação nas II Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano, que se realizaram em Monforte em 1989.

(^x) Esta campanha só se tornou possível graças à compreensão do Prof. José Coelho Cartas Pimentel, proprietário do terreno, e ao apoio do Sr. António José Leitão, Presidente da Câmara Municipal do Crato. Cabe também aqui um agradecimento especial aos Drs. Adília Alarcão, José Beleza Moreira e Maria Helena Simões por todo o apoio prestado, e ao Dr. José Luís Madeira pelo seu trabalho com os desenhos desta estação.

(²) Freguesia de Aldeia da Mata, concelho de Crato. Coordenadas Gauss N 367 615, da C.M.P. 1/ 25000, folha nº 346.

(³) Os quadrados são identificados com letras no sentido N/S, e com números no sentido W/E. As sepulturas são numeradas, a partir de 1, pela sua ordem de aparecimento dentro de cada quadrado. As peças do espólio são também numeradas pela sua ordem de aparecimento dentro de cada sepultura.

sepulturas são enterramentos feitos em covas abertas no saibro (Figs. 2 e 3).

Apenas 7 sepulturas apresentavam sinais de violação, pelo que se afigura útil fazer a descrição sumária de cada estrutura tumular. Os elementos referidos são: dimensões, em centímetros (comprimento x largura x profundidade); orientação; forma; espólio e observações.

G 37.1

192 x 88 x 40.

N/S.

Subrectangular.

Sem espólio orgânico.

5 cerâmicas, 8 pregos e 3 objectos em ferro.

Cerâmica na parte sul da sepultura.

G 37.2

205 x 94 x 45.

N/S.

Subrectangular.

Sem espólio orgânico.

7 cerâmicas, 25 pregos, 13 preguetas, 1 objecto em ferro e 1 vidro.

Cerâmica na parte sul da sepultura. Os pregos definiam uma caixa.

G 37.3

161 x 45 x 42.

N/S.

Rectangular.

Sem espólio orgânico.

3 cerâmicas, 1 moeda.

O fundo da sepultura estava forrado com 2 téguas, a sul das quais estava o espólio.

G 39.1

253 x 90 x 36.

WNW/ESE.

Subrectangular.

Sem espólio orgânico.

3 cerâmicas.

Espólio encostado às paredes da sepultura.

G 39.2

195 X 95 X 50.

WNW/ESE.

Subrectangular.

Sem espólio orgânico.

5 cerâmicas.

Espólio encostado às paredes da sepultura.

G 39.3

200 X 52 X 45.

WNW/ESE.

Subrectangular.

Sem espólio orgânico.

3 cerâmicas.

Espólio encostado às paredes da sepultura.

H 37.1

106 X 69 X 20.

NNE/SSW.

Oval.

Ossos e carvões na parte norte da sepultura, por cima do espólio.

1 cerâmica.

H 37.2

88 X 56 X 33.

NNE/SSW.

Rectangular.

Ossos, cinzas e carvões enchendo a cova.

2 pregos, 1 moeda e 1 vidro.

H 37.3

88x65x21.

N/S.

Oval.

Com cinzas, ossos e carvões.

1 cerâmica, 2 pregos e 1 pregueta.

A espessura das cinzas (25 cm) excedia a profundidade da cova, formando um montículo.

137.1

206 X 74 X 28.

NNE/SSW.

Rectangular.

A Sul da sepultura e fora dela, havia um amontoado de cinzas.

3 cerâmicas, 18 pregos.

137.2

Amontoado de cinzas, de forma circular, com cerca de 60 cm de diâmetro e 10 cm de espessura, depositado sobre a rocha.

2 cerâmicas, 1 prego e 1 moeda.

137.3

70 X 58 X 20.

W/E.

Rectangular.

Cinzas, ossos e carvões enchendo a cova.

137.4

101 x 60 x 34.

NNE/SSW.

Subrectangular.

Cinzas, ossos e carvões enchendo a cova.

5 pregos, 1 vidro.

Possivelmente violada.

137.5

164 x 74 x 20.

N/S.

Oval.

Ossos calcinados na parte sul da sepultura.

1 prego.

137.7

98 X 50 X 15.

NNE/SSW.

Irregular.

Cinzas, ossos e carvões.

1 cerâmica, 1 vidro.

As cinzas, com cerca de 25 cm de espessura, enchiam a cova e formavam um montículo por cima dela.

0 espólio estava envolvido pelas cinzas, na parte superior do montículo.

137.8

200 X 125 X 43.

NNE/SSW.

Oval.

Sem espólio orgânico.

1 cerâmica, encostada à parede W.

L37.1

83 X 78 X 12.

W/E.

Quadrangular. •

Cinzas e ossos enchendo a sepultura.

4 cerâmicas, 10 pregos, 2 preguetas.

Pela presença de um brinquedo, em cerâmica, será possivelmente a sepultura de uma criança.

Espólio na parte superior do montículo formado pelas cinzas.

L37.2

85 X 63 X 12.

N/S.

Rectangular.

Cinzas, ossos e carvões enchendo a cova.

6 cerâmicas, 2 pregos.

As cinzas formavam um montículo por cima da sepultura. Na sua parte superior estava o espólio.

L37.3

224 x 81 x 48.

N/S.

Rectangular.

Com algumas cinzas, espalhadas pela sepultura.

6 cerâmicas, 16 pregos, 42 preguetas, 2 objectos de ferro, 1 moeda e 1 vidro.

Espólio concentrado na parte norte da sepultura. Quase no fundo existia um imbrice que cobria algumas peças.

L 37.4

246 X 100 X 50.

N/S.

Rectangular.

Carvões espalhados pela sepultura.

47 pregos, 120 preguetas, 1 anel em prata, 2 fragmentos de cobre, de peça indeterminada.

Sepultura violada. Terá tido uma tampa constituída por lajes de granito, de que restavam as dos topos norte e sul. Alguns fragmentos cerâmicos, quase inidentificáveis, estavam espalhados pela parte superior da sepultura.

L 37.5

187 X 68 X 25.

N/S.

Sem espólio orgânico.

5 cerâmicas, 2 pregos, 43 preguetas, 1 fragmento de ferro de peça indeterminada, 1 moeda.

Sepultura coberta por um telhado composto por quatro tégulas dispostas perpendicularmente ao eixo da sepultura e não a cobrindo totalmente.

L 38.1

173 X 95 X 45.

N/S.

Subrectangular.

Com alguns carvões, poucos, espalhados na sepultura.

7 pregos, 1 pulseira em vidro.

Sepultura violada, com alguns fragmentos cerâmicos misturados na terra.

L 38.2

192 X 121 X 17.

WNW/ESE.

Oval.

Com ossos calcinados na parte sul.

3 cerâmicas, 1 objecto em ferro, 2 pulseiras em cobre.

L 38.3

147 X 110x25.

NW/SE.

Irregular.

Sem espólio orgânico.

5 cerâmicas, 6 pregos, 47 preguetas, 12 objectos em ferro.

L 38.4

195 X 71 X 75.

Rectangular.

Sem espólio orgânico.

5 cerâmicas, 22 pregos, 1 objecto em ferro, 1 vidro.

Os pregos desta sepultura definiam uma caixa.

L 38.5

214 X 78 X 48.

N/S.

Rectangular.

Com alguns carvões entre as peças cerâmicas.

6 cerâmicas, 24 pregos, 207 preguetas, 7 objectos de ferro, 1 moeda, 1 vidro.

L 39.1

206 x 94 x 36.

N/S.

Rectangular.

Com cinzas.

1 cerâmica, 12 pregos, 131 preguetas, 2 objectos em ferro.

As cinzas estavam numa pequena cova de forma circular, com cerca de 30 cm de diâmetro, situada a sul da sepultura.

L 39.2

144 X 65 X 30.

N/S.

Subrectangular.

Sem espólio orgânico.

3 cerâmicas, 3 pregos.

Junto à parede norte existia um imbrice incompleto.

L 39.3

218 X 93 X 30.

N/S.

Subrectangular.

Sem espólio orgânico.

5 cerâmicas, 7 pregos.

L39.4

126 X 65 X 37.

N/S.

Irregular.

Sem espólio orgânico.

2 cerâmicas.

M 29.1

160 X 67 X 77.

N/S.

Rectangular.

Sem espólio orgânico ou qualquer outro tipo de espólio.

Sepultura identificada pela presença de um imbrice inteiro na sua parte norte e à superfície.

Possivelmente terá sido violada.

M 29.2

225 X 95 X 55.

NNE/SSW.

Subrectangular.

Alguns carvões junto à parede sul.

6 cerâmicas, 17 pregos, 158 preguetas, 4 objectos de ferro, 1 moeda.

M 30.1

190 x 94 x 20.

N/S.

Rectangular.

Sem espólio orgânico.

6 cerâmicas, 24 pregos, 1 moeda, 1 vidro.

A sepultura tinha uma grande laje de pedra que lhe servia de tampa. Esta laje foi mexida, possivelmente por um tractor, e ficou na vertical dentro da sepultura, dividindo-a ao meio no sentido N/S. A metade este da sepultura ficou intacta enquanto que a metade oeste foi destruída.

M 30.2

230 X 94 X 20.

N/S.

Rectangular.

Sem espólio orgânico.

3 cerâmicas, 6 pregos.

Uma das cerâmicas estava colocada sobre um imbrice incompleto na parte sul da sepultura.

M 30.3

187 x 80 x 25.

N/S.

Irregular.

Sem espólio orgânico.

4 cerâmicas, fragmentos de ferro de peça indeterminada.

M 30.4

175 X 62 X 40.

N/S.

Subrectangular.

Sem espólio orgânico.

3 cerâmicas, 1 objecto em ferro.

O fundo da sepultura tinha duas tégulas, dispostas no sentido do comprimento, sobre as quais se encontrava o espólio. Na parte sul cobrindo uma bilha, havia também uma tégula.

M 30.5

197 X 70 X 55.

N/S.

Sem espólio orgânico.

4 cerâmicas, 8 pregos.

A tampa desta sepultura era um telhado formado por quatro tégulas, dispostas perpendicularmente ao eixo da sepultura, com quatro imbrices cobrindo as juntas. A sul, uma outra tégula cobria o telhado. Dentro da sepultura e encostada à parede oeste, outra tégula, na vertical, servia de apoio a parte do telhado.

N 30.1

200 X 85 X 45.

N/S.

Rectangular.

Carvões junto das paredes norte e sul.

5 cerâmicas, 1 prego, 1 moeda.

N 30.2

Cova assinalada por uma coloração diferente do terreno, tinha uma forma bastante irregular e não forneceu qualquer espólio.

Os cinzeiros escavados nesta campanha de 1988 não apresentam grandes diferenças morfológicas dos encontrados em anos anteriores. Um deles, **I 37.2**, terá sido uma simples deposição de cinzas e cerâmica sobre a rocha de base. No entanto, a pouca espessura de terra que o cobria e o remeximento provocado pelos trabalhos agrícolas, originaram a

fractura e dispersão dos materiais, não permitindo uma leitura correcta do enterramento e da disposição do espólio.

Noutros cinzeiros (H 37.2; 137.7; L 37.1 e L 37.2), verificou-se que a espessura das cinzas excedia a profundidade da cova, formando assim um pequeno montículo sobre ela. Nestes casos o espólio funerário foi colocado na parte superior das cinzas, mas envolvido por elas (Est. 1).

Nos restantes cinzeiros (H 37.3; 137.3 e 137.4), o espólio estava no meio das cinzas, que enchiam completamente a cova mas não a excediam.

A sepultura L 37.3 tinha vestígios muito ténues de cinzas misturadas com a terra que a enchia. Cinzas apareceram também a Sul da sepultura 137.1, num amontoado de pequena espessura, e a Sul da L 39.1, dentro duma pequena cova circular. Estas cinzas não foram numeradas como sepulturas. Foram consideradas como fazendo parte dos enterramentos que lhes estavam juntos porque, no caso da I 37.1, as cinzas estavam junto do bordo sul da sepultura, prolongando-a. Na L39.1, a cova com as cinzas era de muito pequenas dimensões e não tinha espólio.

Embora sem cinzas, as sepulturas H 37.1; I 37.5 e L 38.2, todas de forma oval, tinham ossos calcinados dentro das covas. Não eram muitos e estavam localizados junto ao espólio.

Algumas outras sepulturas tinham pequenos pedaços de carvão misturados com a terra. A sua quantidade não nos permite afirmar que sejam vestígios de incineração.

As restantes sepulturas são quase todas de forma rectangular e profundas, sem vestígios de inumações ou de incinerações. Foram elas que forneceram os maiores e mais variados conjuntos de oferendas, normalmente colocadas na parte sul da sepultura ou encostadas às paredes.

Refiram-se, em primeiro lugar, as três sepulturas do quadrado G 39. De grandes dimensões e profundas, destacam-se por estarem orientadas WNW/ESE, enquanto as restantes apresentam uma orientação N/S, com poucas variações de amplitude. Além disso, o seu espólio era exclusivamente cerâmico, encostado às paredes da cova, e não encontramos vestígios de qualquer tipo de cobertura ou de revestimento interno.

As restantes revelaram algumas particularidades que as individualizam, levando à suposição da existência de diferentes rituais funerários, perpetuados em diversos modos de construção e arranjo dos túmulos.

Assim, podemos falar em sepulturas que tiveram caixas de madeira dentro das covas; sepulturas com o fundo revestido por régulas (Est. 2) e sepulturas com coberturas de lajes de pedra, de régulas e de régulas e de imbrices, formando telhado (Est. 3).

Todas as sepulturas tinham espólio, com excepção de duas pertencentes ao grupo das que supomos violadas, e de um cinzeiro.

As peças inventariadas nesta campanha são cerca de 1250, distribuídas do seguinte modo: 112 cerâmicas, 6 lucernas, 8 vidros, 10 moedas, 37 objectos em ferro, 276 pregos, 791 preguias e 4 objectos de adorno.

As cerâmicas, na sua maioria comuns, têm bastantes semelhanças nas pastas e nas formas com as peças exumadas das necrópoles de Eivas. Por isso, foram classificadas utilizando as denominações propostas por Jeannette Nolen (1985: 35-139).

Nas formas têm predominância os púcaros(37), seguidos das bilhas (32), dos pratos (22), das taças, malgas e tigelas (16) e dos potes (4). Merece ainda referência a peça L 37.1:10, um pequeno brinquedo com a forma de um potinho, que não foi enquadrado em nenhuma destas categorias.

A associação mais frequente de formas, em cada sepultura, é bilha-prato-púcaro, que aparece em 11 das 37 sepulturas com espólio. Por vezes, o prato é substituído por uma taça ou afim (em 6 sepulturas). A associação bilha-púcaro ocorre em 7 casos.

Os pequenos púcaros de duas asas, de pastas finas, aos quais normalmente se atribuem datações até aos meados do séc. III (Nolen 1985: 67), aparecem aqui associados a materiais mais tardios, o que pressupõe a continuação da forma pelo menos até aos inícios do séc. IV.

As lucernas, numa primeira análise feita antes da limpeza, parecem ser de fabricos regionais comuns nos sécs. III e IV. Excepção poderá ser a lucerna aparecida no cinzeiro 137.7, que parece ser mais antiga, datando da 2- metade do séc. II.

Nesta campanha foi encontrada uma lucerna com a marca GES. Esta marca já se encontra representada nesta necrópole por uma outra lucerna proveniente de uma sepultura escavada em 1982. Ambas têm marcas esgrafitadas, com palma. A lucerna encontrada em 1982 representa Minerva com capacete e escudo, e é de difícil integração cronológica. Parece ser um produto que terá aproveitado um modelo de disco, orla e bico mais antigo. A encontrada este ano na sepultura L 39.3 (Est. 4), e cujo disco tem uma Vitória alada, integra-se no tipo Deneauve VIII B, normalmente apontado como sendo característico do séc. III (Belchior 1969: 62).

O fabrico destas lucernas tem sido localizado em Mérida, ou nas suas proximidades (Balil 1966: 122). Em Portugal estes produtos

eram conhecidos, até agora, em Tróia, Alcácer do Sal, Barrosinha e Balsa⁽⁴⁾.

Sobre os vidros, pouco poderemos adiantar, uma vez que o seu estado de fragmentação obrigou a que fossem impregnados, para posterior tratamento laboratorial. Seguramente, apenas podemos dizer que a peça 137.7:2 é uma taça de vidro incolor. No entanto, muitos fragmentos parecem ser semelhantes às peças publicadas por Maria Helena Simões (1985: 123-125), provenientes desta mesma necrópole, e que acentuam a sua ocupação tardia.

As moedas encontradas não permitiam a sua identificação imediata, pelo que esta só será possível após a limpeza a que neste momento se procede. Em campanhas anteriores, as moedas encontradas pertencem a cunhagens dos sés. II e III — Faustina, Júlia Mamae e Maximino⁽⁵⁾.

É notável a quantidade e a qualidade dos objectos em ferro encontrados nesta campanha. Distribuídos por 13 sepulturas, os conjuntos mais numerosos apareceram na L 38.3 (com 12 peças) e na L 38.5 (com 7 peças — Est. 5).

Representam, na sua maioria, instrumentos ligados a diversas profissões: pedreiro, carpinteiro, lenhador, agricultor. São em tudo semelhantes às ferramentas publicadas por Sálete da Ponte, provenientes das necrópoles de Eivas (1986:99-129). A tenaz da L 38.5 parece ter paralelo numa outra encontrada em Vale do Junco (Carvalho 1987: 65).

Os pregos pertenciam, em grande parte, às caixas de madeira que terão existido nas sepulturas. Foram encontrados junto às paredes e aos cantos, de bico para cima ou cruzados (Est. 6). Alguns têm mesmo os bicos revirados, devido a terem sido martelados. Nos cinzeiros, os pregos que aí apareceram poderiam ter pertencido à padiola onde foi transportado o corpo e que foi queimada com ele (137.2; H 37.2 ou L 37.2). Noutras sepulturas, pela sua pouca quantidade, poderão ter um carácter votivo. Veja-se, por exemplo, que na L 37.5, na L 39.2 e na N 30.1 havia somente um prego junto ao espólio cerâmico.

As preguetas estão distribuídas por 10 sepulturas, em quantidades que vão de 1 na H 37.7 a 207 na L 38.5. De um modo geral, apareciam-nos à volta das peças cerâmicas ou amontoadas como se tivessem sido colocadas dentro de uma bolsa.

(4) Ver mapa de distribuição em Cabral 1974-1977: 348.

(5) Agradecemos à Dr. Isabel Pereira, do Museu Municipal Dr. Santos Rocha, da Figueira da Foz, a classificação destas moedas.

Esta disposição das preguetas não é desconhecida em necrópoles romanas já escavadas, como a necrópole de Sétif, utilizada desde o séc. II ao IV. Nesta necrópole, nas sepulturas de inumação as preguetas apareciam alinhadas, formando bandas, junto aos tornozelos ou ao crânio dos esqueletos, enquanto que nas de incineração estavam junto às peças cerâmicas (Guéry 1985: 139 e 243).

Nos objectos de adorno englobámos uma pulseira em vidro, duas pulseiras em cobre e um anel, em prata, de mesa oval e pedra gravada.

As sepulturas até agora encontradas pertencem ao período de utilização da necrópole que parece situar-se entre os sécs. II e IV. Convém aqui lembrar a existência de duas inscrições funerárias, provenientes deste local, atribuídas ao séc. I (*IRCP* 624 e 628). No entanto, não encontramos, até agora, os enterramentos desse século.

O ritual de incineração praticava-se já em Roma nos sécs. VII e VI a.C. (Van Doorselaer 1967: 29), e o seu uso manteve-se, a par com o da inumação, até ao fim do Império. Segundo A. Bellino (1900: 25), “entre os romanos o costume da cremação durou até ao tempo do imperador Graciano, (ano de 367), que o proibiu de vez”. Deve ter, porém, continuado a ser utilizado, uma vez que foi de novo proibido, por ser considerado uma prática pagã, por Carlos Magno, em 785 (Van Doorselaer 1969: 49).

Tem existido a ideia generalizada de que o ritual de incineração foi utilizado só até ao fim dos dois primeiros séculos da nossa era. Talvez por isso De Klijn refira um enterramento de finais do séc. II, dizendo ser um exemplo bastante tardio de incineração (1987: 141-142). Porém, são múltiplas as necrópoles em que a incineração era praticada no séc. III e no séc. IV. Em Sétif, é utilizada desde o séc. I até à 2ª metade do séc. III (Guéry 1985: 133-233). Para a Gália Setentrional, Van Doorselaer fornece dados estatísticos de necrópoles com incinerações datadas depois de 256 d. C. (1967: 30 e 51). Na necrópole de La Calade existem incinerações datadas do séc. III (Bérard 1961:156). Na publicação de La Torrecilla, são referidas algumas necrópoles com incinerações do séc. III. Os autores explicam a utilização deste rito em épocas tardias como uma reminiscência de ritos que vêm das necrópoles de incineração pré-romanas da meseta espanhola (Lucas Pelliceret 1982:238-240). Collis refere uma incineração da necrópole de Owslebury (Winchester), que atribui ao séc. IV (1977: 27). Foi igualmente atribuída a este século uma incineração aparecida em Tournai (Brulet 1980: 56).

Em Portugal não estão publicados muitos dados sobre incinerações tardias. Santo André (Viegas et alii 1981:128) e Braga (Delgado 1984:183)

são necrópoles ou sepulturas do séc. II. De antigas escavações em outros locais, conhecem-se os materiais, que muitas vezes não se conseguem relacionar, nem com as estruturas tumulares em que foram encontrados, nem com os rituais de enterramento. É isto, aliás, o que acontece com grande parte dos enterramentos escavados na região de Eivas.

J. Nolen, ao estudar a cerâmica comum destas necrópoles, relacionou-a com outros vidros e lucernas já publicados e conseguiu reconstituir e datar alguns conjuntos de oferendas pertencentes a diversas sepulturas (1985: 141-158). Assim, em Torre das Arcas, o enterramento 38, uma incineração, é datado de fins do séc. II—séc. III (Viana e Deus 1955:250-252 e Nolen 1985: 152). No Carvalhal, uma necrópole de incineração, há igualmente enterramentos datados do séc. III (Dias 1985: 71).

Na Lage do Ouro há também incinerações tardias. Na sepultura L 37.2 apareceu um prato em cerâmica comum, imitação da forma Dragendorff 15/17 tardia. A sigillata hispânica desta forma foi datada, em Conimbriga, de fins do séc. III — séc. IV (Mayet 1975: 184). J. Nolen considera que as imitações em cerâmica comum vão do séc. II ao séc. IV (1985: 242). Este enterramento o L 32.2⁽⁶⁾, em que apareceu um denário de Júlia Mameia, e o L 37.3, com um sestércio de Júlia Domna, são exemplos da cronologia das incinerações desta necrópole.

Na época romana, um outro rito funerário existente, a par da incineração, era a inumação.

A partir do séc. II d. C., as populações romanizadas começam a utilizar mais a inumação, em detrimento da incineração. Isto deve-se, por um lado, a questões religiosas. Tem-se pensado que a divulgação do Cristianismo foi o único factor responsável pela mudança de rito. No entanto, a introdução em Roma dos cultos orientais de Cibele, Isis e Mitra, que tal como o Cristianismo mostravam um maior respeito pelo corpo do morto, influenciou também o incremento da inumação como prática funerária corrente (MacDonald 1977: 37).

Por outro lado, razões de carácter económico, relacionadas com as despesas que uma incineração acarretava, poderão ter também levado a que se preferisse a inumação (Van Doorselaer 1967: 43-44).

Na Lage do Ouro, as sepulturas que foram referidas como sendo de forma rectangular e profundas, poderão estar associadas a rituais de inumação.

⁽⁶⁾ Escavado em 1982.

Em algumas localizaram-se os pregos das caixas de madeira, à semelhança das necrópoles de Tournai (Brulet 1980:57) e de San Miguel del Arroyo (Paol 1969: Figs. 3 e 4), entre outras. O espólio apareceu encostado às paredes ou agrupado na parte sul das sepulturas (Est. 7), deixando em algumas espaço para a deposição de um corpo. No entanto, em nenhuma das sepulturas foram encontrados vestígios do esqueleto. O solo (granito em desagregação), poderá ter tido alguma acção sobre os ossos, levando ao seu desaparecimento. Só após análises químicas do terreno se poderá afirmar se estas sepulturas são ou não de inumação.

As sepulturas deste grupo poderão datar dos sécs. III e IV. Esta cronologia é-nos sugerida pelas peças de sigillata hispânica tardia, pelos instrumentos de ferro, que formam conjuntos algo comparáveis aos das necrópoles do DouroQ, e por algumas moedas.

As lucernas também parecem confirmar esta datação. A lucerna da sepultura G 37.2, com o disco liso e pequeno e a orla decorada com fiadas de pequenas pérolas (Est. 8), integra-se no tipo Dressel-Lamboglia 30 B, datado de fins do séc. III, inícios do séc. IV (Belchior 1969:67-68). Bailey classifica-as no seu tipo R e dá-lhes uma cronologia mais lata: desde fins do séc. II aos inícios do séc. V (1980: 378-379).

Os resultados desta campanha de escavações, realizada em 1988, foram extremamente importantes para um melhor conhecimento da estação.

Em primeiro lugar, as sepulturas estavam, na sua maioria, intactas, ao contrário das escavadas em anos anteriores. Isto permitiu que se pudessem definir melhor os rituais utilizados, os conjuntos de oferendas fúnebres, a sua colocação na sepultura e a própria construção dos túmulos.

A maior quantidade de materiais datáveis encontrados veio precisar melhor e alargar a cronologia da necrópole. Com base neste espólio, pode-se dizer que os enterramentos vão pelo menos desde meados do séc. II até ao séc. IV. Obviamente que um estudo mais completo dos materiais irá contribuir para uma melhor definição da cronologia dos enterramentos, ao mesmo tempo que permitirá precisar as datações propostas para a cerâmica de época romana encontrada na região.

(7) Confrontar Caballero Zoreda 1974, onde é feito um estudo detalhado de alguns conjuntos de ferramentas provenientes destas necrópoles.

A distribuição espacial das sepulturas veio mostrar que não há separação aparente entre os seus diversos tipos: as incinerações estão lado a lado com as possíveis inumações, fazendo supor que rituais funerários diferentes eram utilizados ao mesmo tempo.

BIBLIOGRAFIA

- BAILEY, D. M. (1980), *A Catalogue of the Lamps in the British Museum. II. Roman Lamps made in Italy*, Londres.
- BALIL, A. (1966), *Materiales para un indice de marcas de ceramistas en lucernas de fabricación hispánica*, "Pyrenae", 2, p. 117-123.
- BELCHIOR, e. (1969), *Lucernas Romanas de Conimbriga*, Museu Monográfico de Conímbriga.
- BELLINO, A. (1900), *Archeologia Christã*, Lisboa.
- BÉRARD, G. (1961), *La nécropole gallo-romaine de La Calada à Cabasse (Var)*, "Gallia", 19, p. 105-158.
- BRULET, R. (1980), *Tournai. Fouille d'une nécropole du Bas-Empire*, "Archeologia", 141, Agosto.
- CABALLERO ZOREDA, L. (1974), *La necrópolis tardorromana de Fuentespreadas (Zamora). Un asentamiento en el Valle del Duero*, "Excavaciones Arqueológicas en España", 80.
- CABRAL, M. E. F. (1974-1977), *Lucernas romanas de Alcácer do Sal*, "O Arqueólogo Português", III Série, 7-9, p. 347-354.
- CARVALHO, R. (1987), *Urna forja romana em Vale de Junco*, "Arqueologia no Vale do Tejo. Catálogo da exposição", Lisboa, p. 64-65.
- COOLIS, J. (1977), *Owslebury (Hants) and the problems of burials on rural settlements*, in REECE, R.(ed.) "Burial in the Roman World", CBA Research Report, 22, p. 26-34.
- DELGADO, M. (1984), *Sepultura romana encontrada junto ao Largo Carlos Amarante-Braga*, "Lycerna. Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão", p. 179-202.
- DE KLIJN, H. (1987), *Un ensemble à incinération tardif à Briord (Ain)*, "Nécropoles à incinération du Haut-Empire", Lyon, p. 141-142.
- DIAS, L. F. (1985), *A necrópole romana do Carvalhal*, "Informação Arqueológica", 7, p. 70-71.

- ENCARNAÇÃO, José d' (1984), *Inscrições romanas do Conventus Pacensis*, Coimbra (=IRCP).
- FRADE, Helena e CAETANO, José Carlos (1985), *A necrópole romana da Lage do Ouro. Primeiros resultados*. "1^{as} Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano-Actas. Castelo de Vide", p. 133-143.
- GUÉRY, R. (1985), *La nécropole orientale de Sitifis (Sétif Algérie). Fouilles de 1966-1967*. "Études d' Antiquités Africaines", CNRS, Paris.
- LUCAS PELLICER, M. R., ALONSO SANCHEZ, M- A., BLASCO BOSQUED, M. C., FERNANDEZ OCHOA, M. C., RUBIO DE MIGUEL, I. L. (1982), *Necrópolis romana de La Torrecilla (Getafe, Madrid)*, "Noticiario Arqueológico Hispanico", 13, p. 214-245.
- MACDONALD, J. *Pagan religions and burialpractices*, in REECE, R.(ed.), "Burial in the Roman World", CBA Research Report, 22, p. 35-38.
- MAYET, F. (1975), Les sigillées hispaniques, *Fouilles de Conimbriga. TV. Les sigillées*, Paris.
- NOLEN, J. U. S. (1985), *Cerâmica comum de necrópoles do Alto Alentejo*, Lisboa.
- PALOL, P. de (1958), *Las excavaciones de San Miguel del Arroyo. Un conjunto de necrópolis tardorromanas en el Valle del Duero*, "Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueologia", 24, p. 209-217.
- PONTE, S. (1986), *Algumas peças metálicas de necrópoles romanas dos distritos de Portalegre e Évora*, "Conimbriga", 25, p. 99-129.
- SIMÕES, M. H. (1985), *Vidros romanos do Museu do Crato*, "1-s Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano-Actas. Castelo de Vide", p. 123-125
- VAN DOORSELAER, A. (1967), *Les nécropoles d'époque romaine en Gaule Septentrionale*, Brugge.
- VIANA, A. e DEUS, A. D. (1955), *Necrópolis de la Torre das Arcas*, "Archivo Español de Arqueologia", 28, p. 244-265.
- ViEGAS, J. R., NOLEN, J. U. S. e DIAS, M. L. F. (1981), *A necrópole de Santo André*, "Conimbriga", 20, p. 5-180.

LAGE DO OURO ORATO

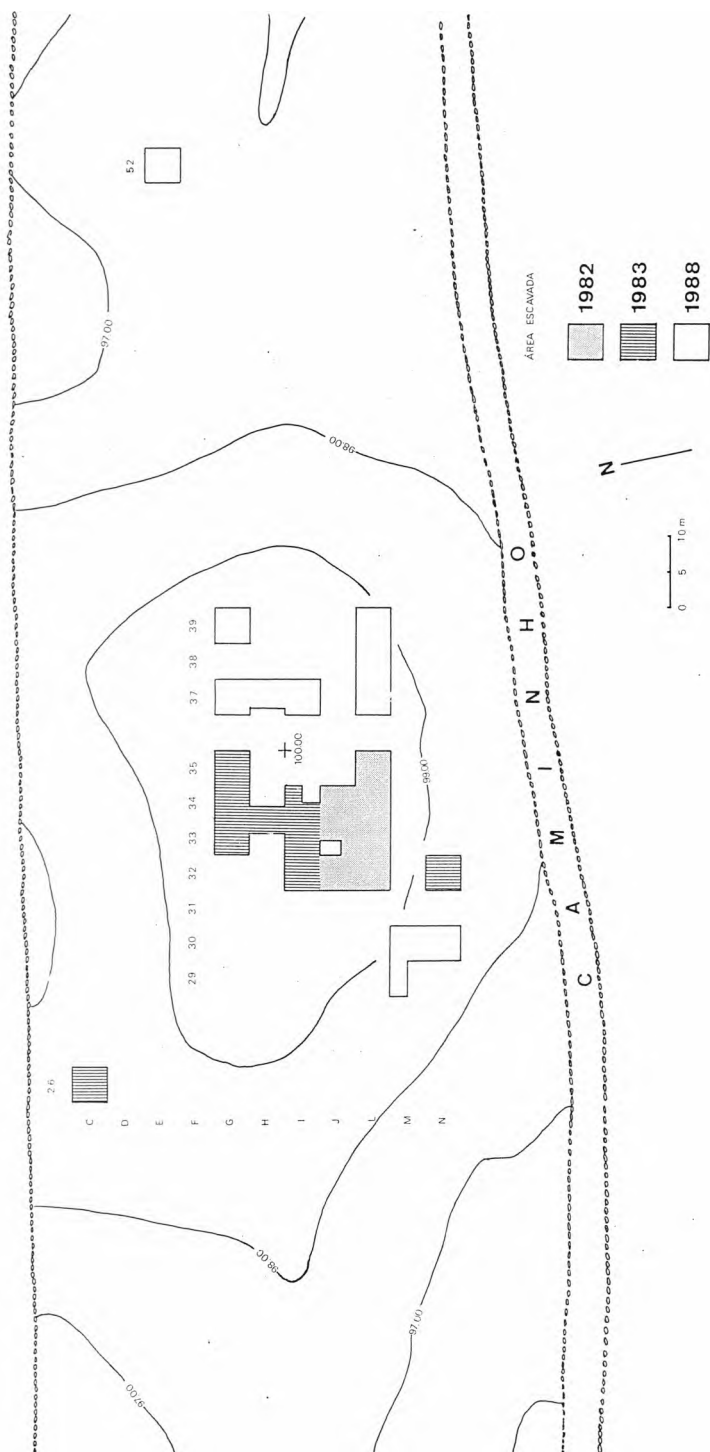


FIG. 1: Área escavada nas diversas campanhas.

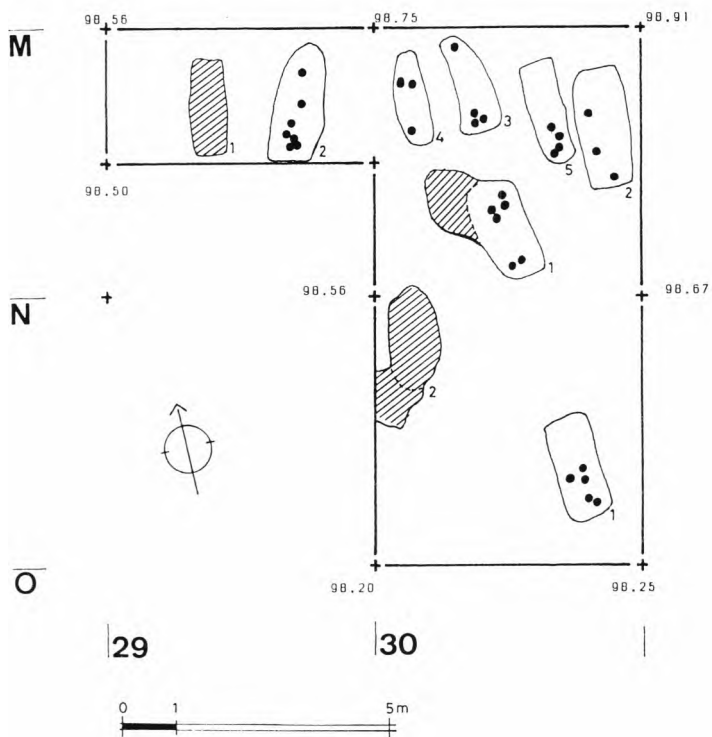


FIG. 3: Planta parcial da campanha de 1988.

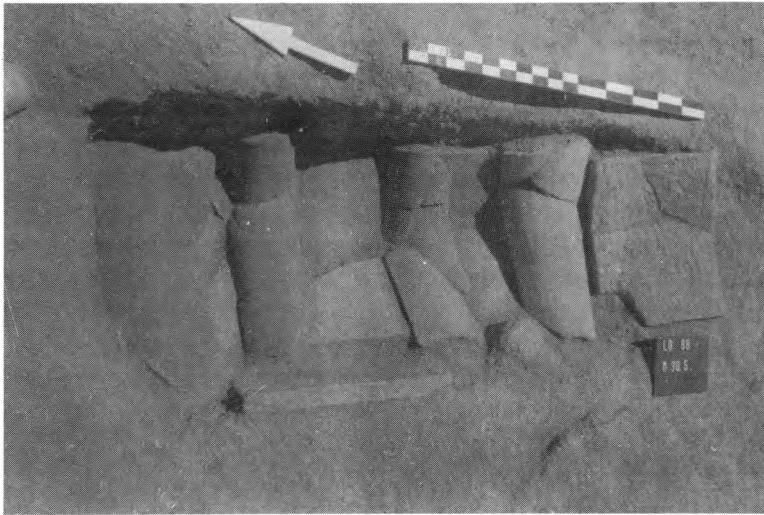


Sepultura L 37.2 em fase de escavação.

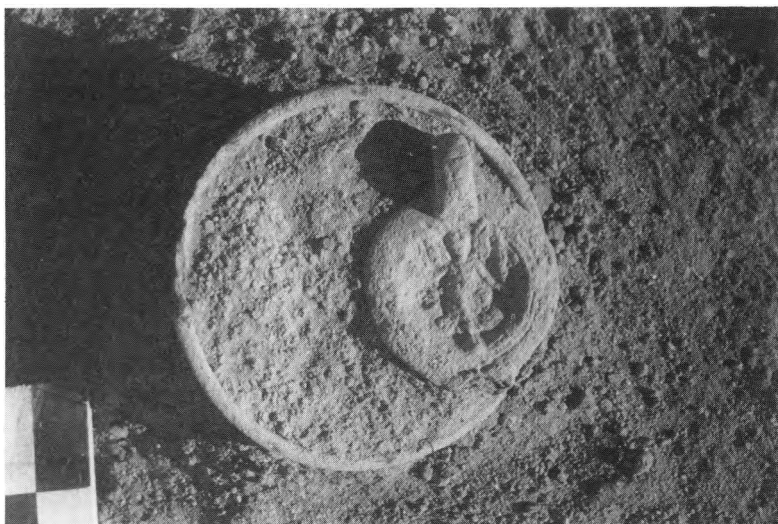
EST. II



Revestimento do fundo da sepultura G. 37.3



Telhado da sepultura M 30.5



Lucerna, marcada GES, da sepultura L 39.3.



Sepultura L 38.5 com o espólio.



Pormenor dos pregos da sepultura L 38.4.



Arrumação do espólio na sepultura G 37.1



Parte do espólio, incluindo a lucerna, da sepultura G 37.2

JUAN FRANCISCO RODRÍGUEZ NEILA
Profesor en la Universidad de Córdoba

ESPACIOS DE USO FUNERARIO CON INDICACION DE MEDIDAS
EN LAS NECROPOLIS ROMANAS
«Conimbriga» XXX (1991), p. 59-94

Sumario: Este estudio se centra en un peculiar de las necrópolis romanas, los espacios de uso funerario cuyas medidas se indicaban en las correspondientes inscripciones (cipos señalizadores, epitafios). Se estudian las razones que motivaron tal costumbre, las variantes que presenta, los elementos físicos que servían para delimitar las tumbas. También se analizan las extensiones de los acotados funerarios indicados en los datos epigráficos, comparando cuantitativa y cualitativamente la realidad hispana con la información proporcionada por algunas necrópolis italianas. Finalmente se evalúa la posibilidad de entender los datos sobre extensión de espacios funerarios como indicadores del “status” económico de las personas allí enterradas.

Summary: This study concerns a particular aspect of the Roman necropolis, the spaces for funeral uses, whose sizes were sometimes indicated in the respective inscriptions (boundary stones, epitaphs). The reasons for that habit, the different forms presented and the physical elements serving to delimit the tombs are considered. The extension of the funeral plots, according to the epigraphical sources, is also analysed, comparing qualitatively and quantitatively the Spanish evidence with the data furnished by some Italian necropolis. Finally the possibility of understanding the data on the sizes of the grave spaces as indicating the economic status of the people there buried are examined.

(Página deixada propositadamente em branco)

ESPACIOS DE USO FUNERARIO CON INDICACION DE MEDIDAS EN LAS NECROPOLIS ROMANAS

En las necrópolis romanas las dimensiones de los espacios de uso sepulcral eran con frecuencia indicadas en los epitafios o en cipos terminales ubicados en los extremos de los acotados. Tal costumbre, atestiguada en muchas partes, trataba de prevenir los abusos de una ocupación ilegal. Así se ponía de relieve el derecho de propiedad sobre una parcela de terreno, sobre la que se ejercitaba el *ius sepulchri* del propietario y fundador, en previsión de reclamaciones o usurpaciones.

Cuando se trataba de tumbas que podían quedar aisladas entre los *fundi* circundantes, convenía acotarlas claramente con relación a aquéllos con vistas, sobre todo, al ejercicio del *iter ad sepulchrum*. También, como observa Geraci (1969, 376), la indicación de las medidas del área sepulcral, junto a una obra de albañilería externa (muro, balaustrada, etc.), que no siempre existía, eran los elementos que en sustancia determinaban qué porción de un *fundus* privado estaba ocupada por tumbas, constituyendo *res religiosa* inalienable e inviolable y, por tanto, si dicho *fundus* podía ser íntegra o parcialmente objeto de libre comercio (De Visscher, 1963, 71 y n. 24.). Igualmente, a tenor de las diversas iniciativas (imprecaciones, multas, etc.) con las que se intentaba prevenir la violación de las áreas funerarias, hecho por lo demás frecuente, una especificación lo más exacta posible de sus medidas, y una constatación visible de sus límites mediante cipos u otros elementos delimitadores, podían servir como elementos disuasorios ante cualquier forma de intrusismo sepulcral Q.

(9 Así lo vemos en CIL, VI, 28449: *ab <h>ac maceri[a i]n circuito pedes tres recede*.

1. ACOTADOS FUNERARIOS CON INDICACION DE MEDIDAS.

Los acotados funerarios hispanos con indicación de medidas aparecen tanto en necrópolis suburbanas como en zonas rurales. En el segundo caso se trata de tumbas aisladas en *fundi* privados concretos, no pertenecientes a una gran necrópolis, tumbas que por las razones ya expuestas convenía individualizar respecto a su entorno dentro de la misma finca. Su principal forma de protección estribaba en su cualidad de *loci religiosi*. Pero la principal respuesta a las cada vez más crecientes exigencias espaciales de la “demografía de la muerte” fue la creación de lotes funerarios uniformes, un rasgo destacable de la periferia de las ciudades romanas.

La regularidad en las descripciones espaciales de los terrenos sepulcrales, y el carácter “standard” de sus medidas (10 x 10 *pedes* y 12 x 12 *pedes* son las más frecuentes con mucho), muestran que la práctica de los acotados funerarios era un fenómeno coherente que respondía a ambientes sociales y medios físicos similares. La escala de elección en las áreas funerarias acotadas, así como la geométrica exactitud de su configuración, muestran que no estamos ante terrenos inmersos en planteamientos topográficos o desarrollos catastrales fortuitos, sino ante lotes particulares mantenidos aparte para esta clase de utilización — ya por emprendedores individuos, las ciudades o el Estado —, y vendidos en parcelas regulares a compradores individuales, o bien donados munificentemente para su uso funerario por parte de los sectores sociales menos pudientes (Purcell, 1987, 38).

El uso de indicar las medidas del área funeraria mediante cipos está atestiguado ya en un discurso de Cicerón (*Phil.*, IX, 7, 17) y en un pasaje de Horacio (*Sat.*, I, 8, 12-13), o sea, en la segunda mitad del s.I a.C., siendo característico de época augústea. Una inscripción de Castrimoenium (CIL, XIV, 2467), que hace explícita referencia a lo mismo, está datada en el 31 d.C. Los epígrafes hispanos que recogen las medidas *in fronte/in agro* de los acotados sepulcrales corresponden prioritariamente a los siglos I-II d.C.

Ciertamente, muchas inscripciones funerarias no indicaban las dimensiones del espacio sepulcral, lo cual, según Purcell (1987, 37 s.) tiene varias explicaciones. Algunas podían corresponder a *columbaria* o otros tipos de enterramientos comunales. O bien podía tratarse de tumbas ubicadas en áreas espaciales donde no había escasez y, por tanto, competencia por el espacio. Otras podían proceder de propiedades

particulares ajenas a cualquier tipo de regulación espacial, que accidentalmente se convertían en lugares de enterramiento. También los acotados funerarios podían tener límites físicos tan explícitos que hicieran innecesaria la indicación “in situ” de las medidas. Pero la existencia de un estimable porcentaje de epígrafes que informan sobre las medidas de acotados funerarios cuadrados o rectangulares, constituye un fenómeno “sui generis” que requiere un análisis particular por sus hipotéticas implicaciones sociales y económicas.

El área sepulcral se expresaba en dos dimensiones : la parte ubicada a lo largo de la vía por la que se accedía y que le servía de límite frontal (*frons*); y en profundidad, en dirección hacia el interior del campo (*ager*). Las medidas del acotado funerario eran dadas en piés romanos, unidad que para nuestros cálculos hemos redondeado en 30 cms.⁽²⁾. La indicación de las medidas iba generalmente en caso ablativo, como un complemento de lugar con referencia a la voz *locus*, que suele suprimirse, se abrevia en *L(ocus)*, o incluso es reemplazada por el término *Hoc*, como vemos en:

n. 12 HOC IN.F.P./IN AGR.P.

La referencia epigráfica espacial *in frontelin agro* se expresaba normalmente en dicho orden y de modo abreviado, indicándose tras dichas palabras las medidas correspondientes. Lo que de una forma totalmente desarrollada constituiría la fórmula *locus in fronte pedes... (tot), in agro pedes... (tot)*, se presenta epigráficamente con una gran cantidad de variantes, desde las más desarrolladas hasta las más escuetas. También podía invertirse el orden normal de las medidas, señalándose primero la cifra de piés *in agro*, y luego la de piés *in fronte* (nn.47, 50, 64). O incluso repetirse la indicación *in fronte* para señalar las medidas de dos lados del acotado funerario, que sirven para conocer la extensión total del espacio sepulcral, en este caso de forma cuadrada. Así lo vemos en el n.6 con un espacio de 16x16 piés, o el n.38 con un espacio de 15x? piés (quizás también 15 piés). Posiblemente se tratara de acotados sepulcrales que, por ubicarse en una esquina entre dos

(2) Un pié romano=30,5 cms. da W.F.RICHARDSON, *Numbering and Measuring in the Classical World*, Auckland, 1985, 28. CÉBEILLAC (1971, 102 n. 1) redondea en 30 cms. el pié romano que evalúa en 295,78 mm.

caminos o vías, presentasen dos *frontes*. En el n. 47 seguramente la indicación de ambas medidas se completó con el verbo *s(unt)*.

Para especificar un área cuadrada se empleaba, aunque esporádicamente, no la fórmula completa *in fronte p./in agro p.*, sino otra más simple, Q.Q.V.P. (*quoquoversus pedes*), que Donati (1965, 90), por ejemplo, constata varias veces en los talleres epigráficos de Bolonia, y que aparece ya en una referencia ciceroniana ⁽³⁾, aunque en Hispania está escasamente atestiguada:

- n. 4 (Alcaudete): *l(ocus) p(edum) q(uo)q(uo)v(ersus)*, un cuadrado de 25x25 pies.

- n. 75 (Tucci): *q(uo)q(uo)v(ersus) l(ocus) p(edum)*, un cuadrado de 12x12 pies.

Hay otra fórmula, *P(edes) Q(uadrati)*, no constatada en Hispania, que sirve para indicar la amplitud del área sepulcral, no su forma. Ya hemos visto cómo la repetición de la medida *in fronte* puede emplearse para señalar la extensión de un área sepulcral cuadrada.

En ocasiones se da solamente una de las dos medidas, por lo general la correspondiente a la *frons* del área funeraria. En la epigrafía boloñesa, como constata Donati (1965, 95-96), los espacios sepulcrales con indicación de ambas dimensiones superan ampliamente en número a los que solamente incluyen una, siendo entre los segundos más abundantes los que aportan la medida *in fronte*.

Posiblemente se omitía la indicación *in fronte* o *in agro pedes (tot)* cuando, por existir en los demás lados elementos delimitadores lo suficientemente explícitos (balaustrada, muro, fosa, etc.), se hacía realmente innecesaria la constatación del dato (cfr. nn. 2, 76, 77, 78, 79, 81, 82). Así sucedía cuando una tumba se erigía en una zona ya rodeada por otros monumentos que delimitaban con claridad su extensión. O cuando correspondía a columbarios con confines bien definidos. También se hacía innecesario consignar el dato cuando el enterramiento se ubicaba aisladamente en una propiedad rural donde no había escasez de espacio, como el caso recogido en una inscripción de Ostippo, que menciona a un individuo que *sepultus est fundo suo pago Singiliens(i)* (Curchin, 1985, 339).

(3) Cfr. STYLOW, 1983, 293, quien destaca este uso epigráfico como algo característico de la zona S.E. de la provincia de Córdoba y zona colindante de Jaén, práctica que se iría perdiendo en el curso del siglo I d.C.

En los epígrafes hispanos recopilados nunca faltan las medidas *in fronte*, y como ese término se indica con relación a una vía de acceso, ello confirma que ese camino respecto al cual se hacía valer el *iter ad sepulchrum* era requisito esencial para fijar un acotado funerario, que podía quedar “empotrado” entre otros acotados por tres de sus lados, quedando abierta al camino la *frons*.

También encontramos la indicación de una sola dimensión, sin especificación *in fronte* o *in agro*. Tal es el caso de aquéllos epígrafes con la expresión L. P., que se interpreta como *L(ocus) P(edum) oL(oci) P(edes)*, siguiendo a continuación una cantidad, que debemos entender como la medida *in fronte* del acotado funerario correspondiente ⁽⁴⁾:

- n. 3. Alcalá la Real: *L(ocus) p(edum) XV*.
- n. 5. AlcaudeterTföd) *P(edes) XII*.
- n. 28. Baena: *L(ocus) p(edum) CXX*.
- n. 55. Igabrum: *L(ocus) p(edum) LV*.
- n. 61. MetellinumiLfocw^ *p(edum) XII*.
- n. 62. Metellinum: *L(ocus) p(edum) XII*.
- n. 66. OssigiiLfoc/j *p(edes) XXX*.
- n. 69: Puente Geni: *L(ocus) p(edum) XV*.
- n. 80: Tucci: *L(ocus) p(edum) X*.
- n. 85: Tucci: *L(oci) P(edes) LXXXV*.
- n. 91: Villar de Rena: *L(ocus) p(edum) XVI*.

Parece evidente, a tenor de lo expuesto, que para la indicación de medidas de áreas funerarias no había usos fijos en los talleres epigráficos, e incluso cabe constatar algunos más no documentados en Hispania ⁽⁵⁾.

En ciertos casos (nn.28, 66, 85) en que vemos epígrafes que solamente indican medidas *in fronte!in agro*, o únicamente una de ellas, pero sin nombres propios ni otros datos sobre personas allí enterradas, podemos pensar que estamos ante cipos terminales ubicados en diversos

⁽⁴⁾ Cic.,*Phil.*,IX,7,17: *l'itque locum sepulcro in campo Esquilmo C. Pansa, consul, seu quo in loco videbitur.pedes triginta quoquoversus adsignet,quo Ser.Sulpicius inferatur...*

⁽⁵⁾ A título de ejemplo tenemos los siguientes:

- ILS, 8319: *in fronte...retro p*.
- CIL, V,3500: *m.front.p.XV in recess.p.XII*.
- ILS, 8349: *habet autem agellus conclusus latitiae p.L XXV longitiae p.CXXXVII*.

confinos del acotado funerario, diferentes de los epitafios, los cuales irían situados junto a los sepulcros. Tales cipos o mojones servían para delimitar con máxima precisión un espacio concreto, a fin de reservarlo para usos funerarios futuros (así el n. 92). Ello está confirmado por explícitas referencias en algunos documentos epigráficos (6).

La existencia de cipos terminales de las áreas sepulcrales demuestra, de hecho, que éstas podían superar en amplitud a las construcciones erigidas en su interior, es decir, que el monumento funerario, fuese del tipo que fuese, podía con frecuencia ocupar sólo una parte de la totalidad del espacio reservado a tales fines (Geraci, 1969, 376), dedicándose a veces el resto a *horti*, construcciones anejas, etc.

El número de cipos podía variar. A falta de otros términos de referencia (balaustradas, muros, etc.) para acotar visiblemente el espacio funerario, cuatro cipos dispuestos en las esquinas del área sepulcral podían servir como límites, aunque su número podía ser mayor (7). La ley castigaba el desplazamiento de los cipos colocados para deslindar los terrenos, y también el hurto de los mismos para aprovecharlos con

(6) Pueden servir de ilustración al respecto:

- ILS,7862 (Roma): un tal *C. Licinius Hilarus*, *cippos d(edit) d(edicauit) o d(onauit)* para una tumba cuyas medidas se indican a renglón seguido.
- ILS,7993 (Asís): epígrafe que hace referencia a la tumba que erigió un tal *C. Vesprius Eros* para sí y su mujer *Leria*, añadiéndose esta indicación: *^post cippum ossuís locus*.
- ILS,4998 (Roma): *locus sepulchri continet per cippos dispositos iuger. quattuor...*
- An.Ep., 1980,505 (Venetia): *quem locum sepulturae cum suis terminis...*
- ILS,8207b\ *Stercus intra cippos qui fecerit...* Se trata no sólo de la tumba, sino de todo el área funeraria.

(7) Así lo vemos claramente especificado en:

- ILS,8289 (Roma): *Appia Severina* hizo un monumento funerario para su madre *loco empto quo Tiburtini* (cipos de piedra tiburtina) *positi quattuor demonstrant* (siguen las medidas del acotado funerario).
- ILS,8350 (Tibur) *Hunc locum uti me viva determinavi cum ascensu gradum VII et cippis inscriptis VII collig(it) in circuitu p.CCCXXX...* Corresponde a un acotado definido por siete cipos con referencia epigráfica.
- CIL,XIV,2467 (Castrimoenium): este epígrafe consiste precisamente en un cipo ubicado en el lugar que constituyó la concesión honorífica de un *locus sepulturae*, mediante el preceptivo decreto decurional, cuyo contenido se especifica en CIL,XIV,2466.

otros menesteres (Dig., 47, 21, 1-3). Cuatro cipos acotando un área sepulcral son mencionados en:

— CIL, II, 1367 (Carissa Aurelia): un tal *L. Postumius Silo* costeó a sus expensas cuatro cipos para que quedara bien definida y libre de violaciones la tumba de su difunto amigo *L. Fabius Severus* (*cippos sua impensa IIII d(edit) d(edicauit)*).

La utilización de tales cipos queda confirmada, por ejemplo, en la epigrafía funeraria de Bolonia, bien estudiada en el tema concreto de los espacios con medidas sepulcrales. Se constata (Donati, 1965, 90) la existencia de varios ejemplares de cipos con idénticas dimensiones, muy posiblemente fijados en diversos puntos de una misma área para delimitarla mejor. Tales cipos marcarían el entorno de un complejo funerario en cuyo centro se erigiría un monumento, ara, túmulo y el epitafio con el nombre del difunto. Dall'Olio (1922, 155), a su vez, señala en la colección boloñesa cipos dobles o triples, repitiéndose en varios casos la inscripción funeraria, y en otros simplemente la mera indicación de las medidas del área sepulcral. Menciona (1922, 152) cipos dobles que son exactamente copia uno del otro, con idénticos materiales, ornamentación, indicaciones de medidas, tipos de escritura, dimensiones, es decir, surgidos del mismo taller y destinados a ser emplazados en los costados del mismo monumento sepulcral. En uno de los ejemplos aportados tenemos sendos cipos, uno de los cuales señala primero la medida lateral del acotado funerario y luego la frontal y el otro, a la inversa, especifica primero la frontal, y luego la lateral, de lo que se desprende que ambos debieron ser emplazados respectivamente a un flanco y en la parte frontal del monumento, como sería el uso común.

Tales cipos irían, pues, ubicados en los lados tanto *in fronte* como *in agro* del área funeraria. Si la lápida erigida sobre la *frons* que daba a la vía permitía al viandante conocer los datos personales de los allí enterrados, y las dimensiones del espacio funerario, los cipos ubicados *in agro* marcarían los límites del terreno sepulcral, y en aquéllos casos en que se repetía el texto del epitafio situado *fronte*, el uso afirmaba la posesión del área comprendida en los confines indicados por tales cipos terminales.

Así lo vemos, por ejemplo, en uno de los casos recogidos por Dall'Olio (1922, 152), dos cipos gemelos que indican la misma superficie con la fórmula q.q.v.p. (*quoquo versus pedes*), y que conjetura que debían ser dos cipos laterales pertenecientes a la tumba de la familia

Alennia, cuyo cipo principal, portando nombres y bustos de los difuntos, iría situado en la fachada del monumento (Donati, 1965, 93 s.). Otro ejemplo significativo, en este caso correspondiente a Roma, que confirma la ubicación de tales cipos en los confines del espacio funerario, nos lo suministra ILS, 8317, con este texto: *Hic lofcus si/ve ager L. Rupili L.fSer.Magni est In fr.p.XX in agr.p. XXX*. Se trata de dos cipos iguales, encontrados junto a la Via Flaminia, a veinte piés uno del otro exactamente. Veinte piés es también la medida *in fronte*, por lo que tales cipos irían ubicados en las esquinas del área sepulcral, en los extremos de su *frons*.

Un caso hispano de tal índole lo tenemos probablemente en nuestros nn. 25/26 (Astigi). Ambas inscripciones repiten los datos personales del difunto y las dimensiones del espacio sepulcral (12 piés *in fronte* y 10 piés *in agro*). Serían cipos terminales ubicados en diferentes confines para acotar la tumba del liberto *L. Nonius Faustus* en una necrópolis suburbana. Los dos epígrafes presentan igual forma (arco de medio punto, como es frecuente en los cipos), la misma clase de piedra y medidas similares, no idénticas. El texto tampoco ofrece la misma disposición en ambos casos, variando asimismo el tipo de letra. Quizás uno de los cipos fue emplazado en el área sepulcral algún tiempo después del otro (principios y mediados del s.I d.C.), quizás al estimarse conveniente por alguna circunstancia señalar aún mejor las medidas y límites del terreno funerario.

En 22 de las inscripciones que recoge Dall'Olio en su recopilación boloñesa (1922, 151) están señaladas las medidas del área funeraria al pié del correspondiente epitafio. En otras 35 solamente aparece la indicación de las medidas, por lo que podemos pensar que se trata de cipos simplemente terminales, de los que tenemos algunos ejemplos hispanos:

— n. 4 (Alcaudete). Debe ser un simple cipo terminal para indicar un área sepulcral cuadrada de 25 piés de lado, unos 56, 25 ms.², pues no hay inscritos nombres ni fórmulas epigráficas funerarias.

— n. 92 (Castro del Río): consta solamente la referencia *l(ocus) in fronte p(edes) CCXXV et in agro p(edes) CL*.

En Bolonia, pues, además de incluirse las dimensiones en el preceptivo epitafio, se repetían tales datos espaciales en varios cipos que servían para delimitar cada terreno sepulcral. En el caso de Hispania, sin embargo, la mayoría de las indicaciones de medidas de acotados funerarios van incluidas en los mismos epitafios, siendo más escasos

los simples cipos terminales. Quizás se usaron por economía cipos de piedra anepígrafos ⁽⁸⁾, considerándose superfluo pagar un trabajo epigráfico simplemente “repetitivo”, o hitos de madera. O bien los espacios funerarios correspondientes quedaban suficientemente acotados por muretes, paredes u otros elementos naturales o artificiales, de los que a veces se hace mención epigráfica, y cuya existencia hacía innecesaria la ubicación de cipos terminales, que siempre supondrían un gasto adicional a los muchos que entrañaba una tumba.

Además de por los cipos terminales, las fronteras de un espacio de uso funerario podían quedar visiblemente aclaradas por elementos naturales o artificiales, cuya función delimitadora es específicamente mencionada en los epígrafes, sobre todo por tratarse de *termini* que, a diferencia de los cipos de piedra, difícilmente podían sufrir modificaciones o ser trasladados de lugar. Sobre tales límites en general hace algunas observaciones el estatuto colonial de Urso (cap. 78). Podemos considerar los siguientes:

a) *Muretes/Balaustradas*:

— CIL, II, 1716 (Tucciy. *monumentum et saepta*.

— ILS, 8349 (Roma): *fecit munimentum a solo cum agello concluso...habet autem agellus conclusus...*

— ILS, 8335 (Roma): *et hic locus macereola elusus ad familiam Mes-sianam et Clodianam pertinet.*

— ILS, 8338 (prope Minturnae) : *huius monimenti ius que maceria chusum est cum taberna et cenacul. hered. non sequetur, neque intra maceria humari quemquam licet.*

— ILS, 8345 (Roma): *Huic monumento cedit hortus cum aedificio maceria elusus in fronte p...*

— ILS, 8346 (Ostia): *Huic monumento cedit siccanum totum hortorum cum piscina sua. In fronte p. CCLXXXX in agro comprehensa maceria colligit iugera 2 5/12 (in agro el locus alcanzaría 240 piés). En la extension in agro se incluye la que ocupa la cerca que rodea el acotado funerario.*

⁽⁸⁾ DALL'OLIO (1922, 156) señala en la colección boloñesa tres cipos sin texto, hallados entre otros similares, pero con inscripciones, procedentes de la misma necrópolis. Quizás fueron incorporados a las áreas funerarias sin epígrafes, siendo inscritos “in situ” posteriormente, una vez erigidos los monumentos sepulcrales.

— ILS, 8332 (Vicetia/cipo):/.s...m f.p. XXX ret.p.LX circumitus maceriae sesquipedes. Se ha especificado también la anchura de la cerca correspondiente, un pie y medio (unos 45 eins.).

b) *PariesIParedes* (cercados, vallas):

— CIL, II, 3960 (Puig de Cebolla): *locum uti est concameratum <cum>parietib(us) balneis hortis monumentum construxerunt.*

— ILS, 3579 (Emerita):*secundo pariete p(edes) VII in a(gro)p(edes) X.* La medida *in fronte* está aquí indicada con referencia al muro que ceñía la parte frontal del acotado funerario.

— Vaiverde y Perales, *Historia de la villa de Baena*, 1903, 48 s., fig.14:a *pariete p(edum) X*Esta pared fijaría la separación con otra sepultura o sería limite de la finca.En todo caso serviría para delimitar la tumba.

— ILS, 8266 (Roma):*m fron(te) p(edes) XXXVII, bersur. (versura) sinister. p. XLV, in agro paries long. p. LV.*

c) *Vias*:

— CIL, II, 5919 (Ubeda):*ex hoc loco usque ad vias publicas monimenti locus est.* Sería un cruce de vías, por indicarse en plural.

— ILS, 7290 (Brixia) :*Haec loca sunt lanar iorum... quae faciunt in agro p.C ad viam p.LV.*

— ILS, 6746 (Vico Odalengo):*T.Lollius...positus propter viam ut dicant praeterientes Lolli ave.*

— ILS, 2466 (Castrimoenium):*...locum...latum a via publica in agrum p(edes) X...*

— ILS, 8327 (Roma, Via Ardeatina):*In frote (sic) pedesp.m.XVI in latus pedes XVI item in latus in via Ardiatina respiciente longu pedes p.m. XXIII et latu pedes X.*

d) *Corrientes de agua*:

— CIL, XIV, 2466 (Castrimoenium):*...locum...long(um) p(edes) LXVII ad rivom aquae Albanae...*

— ILS, 8324 (Iader):*Latum pedes XX, longum ab unda ad maceriam.*

e) *Fossae*:

— CIL, XI, 8010 (Fulginiae):*infr.p. XV in ag. adfoss.*

— ILS, 8004 (Praglia): *Hic locus patet in front(e) p(edes) XX et a media f os (sa) in[t/ro vers (us) p(edes) XXV...*

También se constatan alteraciones en las extensiones de las áreas sepulcrales, lo que podía ocurrir si el terreno en que estaban emplazadas cambiaba de manos por venta o cesión, o si se consideraba necesario ampliar el acotado funerario inicialmente previsto, para atender más necesidades funerarias. En una de las inscripciones boloñesas (CIL, XI, 6839) vemos cómo el lado de un área funeraria fue ampliado de 20 a 25 pies. La posible ampliación era, desde luego, más factible en *fundi* rurales, donde los terrenos sepulcrales estaban menos constreñidos que en el abigarrado, y más caro, suelo de las necrópolis suburbanas. Así, en el cipo de Castro del Río (n. 92) observamos cómo las cuatro últimas cifras del numeral CCXXV (*pedes in fronte*) están esculpidas en un plano inferior al resto de los caracteres del renglón. El texto fue ahí posiblemente cambiado tras la primera ejecución para escribir un nuevo numeral, quizás al aumentar las medidas del *locus* funerario original. E idéntica corrección debió hacerse en el numeral con la cifra de *pedes in agro* del tercer renglón, que quedó definitivamente en CL ⁽⁹⁾. La reutilización de cipos, ajustando sus datos a las nuevas medidas de los espacios acotados por ellos, sería uso común, bastaba actualizar las cifras tras borrar previamente las anteriores.

Otra posibilidad que podía darse consistía en reservar un área para usos funerarios, quizás futuros, pero sin precisar por el momento las medidas definitivas del acotado sepulcral. Así lo vemos en el n. 30 (Baeza), epígrafe que un tal *L. Postumius* dedica a su hermano e hija, incluyendo el texto las expresiones *in fronte* e *in agro*, pero dejando vacíos los espacios de las cifras correspondientes para añadirlos más tarde (cfr. CIL, XI, 7887).

Como indicamos *supra*, los epígrafes funerarios suelen adoptar con frecuencia la forma de estelas terminadas en arcos de medio punto. Es la forma típica de los simples mojones terminales anepígrafos, los cuales influyen formalmente, tanto en aquéllos cipos que incluyen sólo

⁽⁹⁾ El cipo de Castro del Río, que indica un acotado de amplias dimensiones, poco frecuentes entre los espacios funerarios, pudo corresponder a la necrópolis particular de una *villa* rústica, donde se enterraron muchos individuos (esclavos, trabajadores libres), o bien donde hubo algunas sepulturas, pero con una gran extensión de *horti* circundantes bien definidos (R. Neila, 1983, 192).

la amplitud en piés del espacio sepulcral (*locus pedum tot*), como en los epitafios que, aportando las medidas de los acotados sepulcrales, además de los datos personales de los difuntos, sirven asimismo de hitos delimitadores. Del primer caso tenemos ejemplos en los nn. 66, 85 y 92, y del segundo en los nn. 18, 19, 25, 26, 69, 73.

2. EXTENSION DE LOS ACOTADOS FUNERARIOS.

Con relación a este punto observamos los siguientes hechos:

a) Gran variedad en las medidas tanto *in fronte* como *in agro*. Comparemos varios lugares que proporcionan información al respecto:

— Para el caso de Roma, más de 1500 inscripciones (tanto *tituli* funerarios como cipos delimitadores de acotados sepulcrales) suministran información sobre las medidas de los mismos. El tamaño de los espacios sepulcrales varía de modo considerable, desde pocos piés cuadrados a varios miles (Eck, 1987, 63).

Entre las medidas conservadas, las cantidades *in fronte* fluctúan entre medio y varios cientos de piés. Unas veces las medidas corresponden a mausoleos completos e individuales. Otras veces, sobre todo cuando se trata de bajas cantidades, posiblemente estamos ante tumbas incluidas dentro de un área sepulcral más grande, o se refieren a pequeños monumentos sepulcrales. Sin embargo, la mayor cantidad de las indicaciones pertenece originalmente a mausoleos unidos a un área sepulcral delimitada por muros con una construcción contenida en ella (Eck, 1987, 63).

De los 1451 casos analizados, 939 corresponden a la escala entre 10 y 20 piés *in fronte*, lo que supone más de dos tercios de todas las tumbas incluidas en tal categoría, por tanto las pequeñas dimensiones, como se constata, probablemente no se refieren en su mayoría a mausoleos. Además, dentro del margen de 10 a 20 piés, 624 textos aportan medidas entre 10-14 piés *in fronte*, y de ellos 402 indican 12 piés. Eck (1987, 64) concluye que debió existir una especie de tamaño “standard” de mausoleo, que osciló entre 10-14 piés *in fronte*, con particular abundancia de los 12 piés. Con respecto a la superficie total de los acotados funerarios romanos, Eck (1987, 63, n. 12), tomando como base la información del CIL VI, establece la siguiente clasificación:

— de 2 1/4-100 piés cuadrados: 378 ejemplos.

- de 101-200 p.c.: 445 ej.
- de 201-400 p.c.: 371 ej.
- de 401-1000 p.c.: 90 ej.
- de 1001-250.000 p.c.: 29 ej.

La gran mayoría de los espacios sepulcrales en la *Urbs* se sitúa aproximadamente entre 100-400 piés cuadrados, en suma más del 62% del total.

— En Ostia (Cébeillac, 1971, 104) el mayor porcentaje de epígrafes con indicación de medidas de acotados funerarios se concentra en la banda de 20/30 piés *in fronte* (37%) e *in agro* (46%); la siguiente concentración se registra en la escala de 10/20 piés *in fronte* (31%) e *in agro* (20%), luego en la de 30/40 piés *in fronte* (13%) e *in agro* (18%). Los porcentajes más bajos los vemos en los dos extremos de la escala de dimensiones, las menores de 10 piés *in fronte* (13%) e *agro* (9%), y las superiores a los 40 piés *in fronte* (6%) e *agro* (7%).

Respecto a las superficies de los acotados, la escala se presenta así:

- la mayor densidad se da en la banda 500/600 piés cuadrados (13%).
- luego siguen los espacios de 100/200 p.c. (12%).
- espacios 10/100, 200/300, 300/400 p.c. (10% cada grupo).
- espacios 600/700, 700/800 (9%).

Los porcentajes más bajos corresponden a los acotados más pequeños, menos de 10 p.c. (1%), y a los más extensos, 800-900 p.c. (4%), 900/1000 p.c. (6%), más de 1000 p.c. (7%).

— Para el caso de Bolonia (Donati, 1965, 95 s.) los mayores porcentajes de epígrafes con indicación de medidas de acotados funerarios se concentran en la banda de 10/20 y 20/30 piés *in fronte*, y 10/20 y 20/30 piés *in agro*. Siguen en la escala los espacios inferiores a 10 piés *in fronte* y 10 *in agro*, siendo ya mucho más escasos los acotados con medidas entre 30/40, 40/50 y superiores a 50/100 piés tanto *in fronte* como *in agro*. El lote “standard” en Bolonia, por tanto, estaba en 10/30 piés *in fronte* e *in agro*, siendo especialmente abundantes las medidas entre 12/20 piés *in fronte* e *agro*, con predominio de los 16 y 20 piés en uno y otro lado. Por lo que respecta a la extensión de los espacios sepulcrales, basculan entre una superficie mínima de 14 piés cuadrados a una máxima de 5.000 piés cuadrados (CIL, XI, 6907), registrándose una acusada gradación intermedia. Entre los acotados funerarios de mediana extensión la cifra de 400 piés cuadrados es la más documentada (Donati, 1965, 91).

— Para la necrópolis de Pian di Brezzo, en Sarsina, se ha sugerido (Ortalli, 1987, 162) que el terreno funerario estuvo subdividido en lotes sepulcrales de 18/20 piés *in fronte*.

— En la necrópolis de Colombara-Fondo Urbanetti (Aquileia) se observan espacios sepulcrales de 16x16, 16x20, 16x25, 16x28, 22x22 y 24x16 piés, predominando una medida “standard” de 16x16 piés, lo que es indicio de una precedente parcelación (Reusser, 1987, 244). Los epígrafes de Aquileia con medidas de acotados funerarios (350 ej.) ofrecen algunas sugestivas indicaciones:

— algo más de la mitad de todos los espacios tienen una extensión frontal de 16 piés.

— un 40% de los complejos funerarios miden 16x16 o 16x32 piés.

— entre las restantes indicaciones están 10, 20, 30, 40, 50, 60 piés (pero sobre todo 20 y 30 piés) como las más frecuentes.

— En Salona los espacios funerarios pueden ser de hasta 20 ms. de largo, aunque generalmente no eran muy grandes, raramente rebasan los 50 piés y están situados con su lado largo a la calle (Cambi, 1987, 257).

Para el caso de Hispania podemos observar (Cuadro I) que la mayor cantidad de acotados de uso funerario con indicación de sus dimensiones se registra en la banda de 10/20 piés *in fronte* y 10/20 piés *in agro*. Siguen en la escala, pero muy por debajo, las medidas entre 20/30 y 30/40 piés *in fronte* y 20/30 y 1/10 piés *in agro*. Medidas superiores a 40 piés *in fronte* o *in agro* son muy escasas, constituyendo excepción las que superan los 100 piés en uno u otro lado. El acotado funerario “standard” en Hispania tiene, por tanto, entre 10/20 piés *in fronte* (de 3 a 6 ms.) y 8/20 piés *in agro* (de 2,40 a 6 ms.), siendo predominantes las medidas de 12 y 15 piés *in fronte* (3,60-4,50 ms.), y 10,15 y 20 piés *in agro* (3-4, 50-6 ms.). Es, por tanto, algo superior al lote “standard” de Roma, que oscila entre 10/14 piés *in fronte*, similar al de Bolonia (10/30 piés *in fronte* e *in agro*) o Aquileia (16x16 piés), pero inferior al de Ostia, donde el porcentaje predominante oscila entre 20/30 piés *in fronte* e *in agro*, y al de Sarsina (18/20 piés *in fronte*). En todo caso parece evidente la mayor escasez de suelo funerario en Roma, lo que repercutiría en más altos costes del terreno sepulcral.

Por lo que respecta a las superficies de los lotes funerarios hispanos (Cuadro II), sobre un total de sesenta casos analizados, en los que se han conservado las dos dimensiones *in fronte/in agro*, podemos extraer las siguientes conclusiones:

CUADRO I
MEDIDAS DE LOS ESPACIOS FUNERARIOS HISPANOS

Pedes in fronte	Nº de casos	Pedes in agro	Nº de casos
VII	1	I	1
VIH (= 2, 40 ms.)	2	VII	2
IX	1	VIII	5
X (= 3 ms.)	4	IX	3
XI	3	X	14
XII (= 3, 60ms.)	29	XI	1
XIV	4	XII	6
XV	12	XIV	3
XVI	3	XV	7
XVIII	3	XVI	1
XIX	1	XX	7
XX (= 6 ms.)	5	XXIV	2
XXV	3	XXV	1
XXX	2	XXVII	1
XXXII	1	XXVIII	1
XXXIV	1	XXX	1
XXXV	1	XXXV	1
XXXVI	1	XXXVI	1
xxxx	1	XXXVIII	2
LXXXV	1	xxxx	2
cxx	1	xc	1
ccxxv	1	CL	1

— Más de un tercio de los espacios sepulcrales (22 casos=36, 6%) corresponden a la banda de 100/200 p.c. (=9/17,97 ms.cuadrados), siendo especialmente frecuentes los 120 p.c. (=10,8 ms.cuadrados).

— Siguen en orden de importancia los acotados de extensión menor a 100 p.c. (=9 ms. cuadrados), y los incluidos en la banda 200/300 p.c.

CUADRO II
SUPERFICIES DE LOS ESPACIOS FUNERARIOS EN HISPANIA.

1/100 P.C. (hasta 9 ms. ²).				100/200 P.C. (de 9 a 17.97 ms. ²).			
11 casos = 18.3 % 22 casos= 36,6%							
18	(1)	90	(1)	108	(2)	120	(2)
70	(1)	96	(1)	120	(1)	120	(2)
77	(1)	96	(1)	120	(1)	120	(2)
81	(1)	96	(1)	120	(1)	120	(3)
84	(1)	96	(2)	120	(1)	132	(1)
88	(1)			120	(1)	140	(1)
				120	(1)	144	(1)
						196	(1)
<u>200/300 P.C. (de 17.97 a 26.93 msA)</u>				<u>300/400 P.C. (de 26.93 a 36 ms.O)</u>			
8 casos = 13.3%				2 casos = 3.3 %			
209	(1)	225	(?)	300	(1)		
225	(1)	240	(1)	360	(1)		
225	(1)	256	(1)				
225	(1)	280	(?)				
<u>400/500 P.C. (de 36 a 44.89 msA)</u>				<u>500/600 P.C. (de 44.89 a 53.87 ms.²).</u>			
2 casos = 3.3 %				3 casos = 5%			
400	(1)			500	(1)		
400	(2)			504	(?)		
560	(?)						
<u>600/700 P.C. (de 53.87 a 62.88 ms.2i.)</u>				<u>800/900 P.C. (de 71.91 a 81 ms.2i.)</u>			
4 casos = 6.6%				1 caso = 1.6 %			
600	(1)			800	(?)		
600	(1)						
625	(?)						
648	(4)						
<u>900/1000 P.C. (de 81 a 89.87 msA)</u>				<u>1000/10000 P.C. (de 89.87 a 900 ms.²).</u>			
2 casos = 3.3 %				3 casos = 5%			
918	(i)			1225	(?)		
960	(i)			1260	(1)		
				1600	(1)		
<u>Más de 10000 P.C. (más de 900 ms A)</u>							
2 casos = 3.3%							
10800	(1)						
33750	(?)						

Observaciones:

-Cada una de las cifras distribuidas en los once apartados corresponde a la extensión en p.c. de un acotado funerario. Las cantidades entre paréntesis indican número de personas en él enterradas.

(=17,97/26,93 ms.cuadrados), que suponen respectivamente el 18,3% (11) y el 13,3 % (8) de los casos considerados.

— Muy escasa representatividad tienen los terrenos funerarios con superficies entre 500/600 p.c. (=44,89/53,87 ms.cuadrados) y 600/700 p.c. (=53,87/62,88 ms.cuadrados).

— Excepcionales resultan los acotados funerarios superiores a los 1000 p.c. (=89,87 ms.cuadrados) y 10000 p.c. (=900 ms.cuadrados).

Prácticamente la mitad (49,90%) de los casos analizados son acotados funerarios entre 100/300 p.c., que constituye la superficie “standard” en Hispania (entre 9 y 26,93 ms. cuadrados). Fuera de esta banda los terrenos sepulcrales o no superan los 100 p.c. (menos de 9 ms.cuadrados), o bien constituyen ya casos excepcionales superiores a los 500,1000 e incluso 10000 p.c. En Roma la máxima concentración se registra en la banda 100/400 p.c. (más del 62% del total), siendo escasa la representatividad por encima de los 1000 p.c. En Ostia, sin embargo, es la banda 500/600 p.c. la mejor ejemplificada, seguida de los 100/200 p.c. Los porcentajes más bajos se dan en los acotados inferiores a los 10 p.c., o en los que superan la cifra de los 800/1000 p.c. A su vez, en Bolonia la extensión media más documentada son los 400 p.c.

Ocasionalmente encontramos también en Hispania medidas tanto inferiores como superiores al promedio indicado:

— 30, 32 o 36 piés *in fronte*.

— 24, 28, 30, 36 o 38 piés *in agro*.

— 40 piés en ambas medidas en un epígrafe de Sabora (n. 70).

— 120 piés *in fronte* y posiblemente 90 piés *agro* en un epígrafe de Carthagonova (n. 31).

— En uno de Tucci (n. 85) se mencionan 85 piés sin indicar nada más; serían *in fronte*.

— 225 piés *in fronte* y 150 piés *in agro* encontramos en el cipo de Castro del Río (n. 92), que señalaría una parcela funeraria de dimensiones poco frecuentes.

Acotados funerarios de extensión excepcional son mencionados por algunas fuentes literarias. Cicerón, por ejemplo, habla de la concesión de un *locus sepulturae* a un personaje importante, con una extensión de 30 x 30 piés (900 piés cuadrados=81 ms.cuadrados) (Cic., *Phil.*, IX, 7, 17). A su vez, Horacio, al describir el cementerio del Esquilino antes de las mejoras introducidas por Mecenas, alude a un cipo que marcaba un área de 1000x300 *pedes* (300.000 p.c.= 27.000

ms. cuadrados, más de dos hectáreas y media) (Hör., *Sat*, I, 8, 12-13). Quince veces menor en cuanto a extensión es el ostentoso monumento sepulcral de Trimalción descrito por Petronio (*Satyr.*, 71), que tenía 100 X 200 piés (20.000 p.c.= 1800 ms. cuadrados), una tumba, de todas formas, excesivamente grande para un sólo individuo, una exageración más del vanidoso y estrafalario liberto.

El acotado funerario al que correspondió el cipo de Castro del Río (n. 92), con medidas de 225 x 150 piés, da un total de 33.750 piés cuadrados, es decir, 3.037,50 ms. cuadrados, más de una yugada (=un rectángulo de 28.800 piés cuadrados), unas 25 áreas, la cuarta parte de una hectárea. Es una extensión muy inferior a la del acotado del Esquilino, y a la de otro conocido por un epígrafe de Roma que alcanzó las cuatro yugadas ⁽¹⁰⁾, pero superior al monumento de Trimalción, y a las áreas sepulcrales más amplias documentadas por los cipos boloñeses (Donad, 1965, 94), 359,86 y 449,86 ms. cuadrados ⁽ⁿ⁾.

¿Cuál pudo ser la condición de estos espacios funerarios de dimensiones tan fuera de lo común? Según Purcell (1987, 38, n. 62), las atípicas medidas del acotado que Horacio señala en el Esquilino no corresponderían a un recinto individual, sino más bien a un cementerio público completo, dentro del cual se distinguirían secciones más pequeñas. Otra posibilidad es que en tales casos estemos ante un *commune sepulchrum* al estilo de los poseídos por los *collegia* funerarios (cfr. Cébeillac, 1971, 102 s.) ⁽¹²⁾, o que correspondieran a familias ricas,

⁽¹⁰⁾ ILS,4998 (Roma) : *locus sepulchri continet per cippos dispositos iuger(a) quattuor*. Una yugada = 240 x 120 piés = 72 x 36 ms. = 2592 ms.cuadrados x 4 iugera = 10.368 ms. cuadrados, unas 100 áreas = cerca de 1 hectárea. Ante esta excepcional extensión de 10.368 ms.cuadrados para un acotado funerario la referencia de Horacio no parece, ciertamente, exagerada.

O CIL,XI,6906:4.000 p.c.; CIL,XI,6907:5.000 p.c.

⁽¹²⁾ No faltan ejemplos de acotados funerarios con indicación de medidas que pertenecen a colegios de diversa índole, que pudieron adquirirlos bien por compra o donación:

— CIL,XI,6135 (Forum Sempronii): *loe.sep.sodalitium fabr.tig. in fr.p. IIII in ag. p.XX*.

— ILS,7947a (Aquileia): *l(ocus) m(onumenti) sodalium*. In f. p.XXX, in ag. p. XXV.

— ILS,7340 (Roma): *sociorum... in fronte p.X in agro p.X*.

— ILS,7290 (Brixia): *Haec loca sunt lanariorum carminator, sodatici, quae faciunt in agro p. C ad viam p. LV*.

— ILS,7344 (Roma): *d.m. sepulcrum cum solo et ollariis Anni Phylleis et collegi Phylletianorum in fronte pedes XXXX in agro pedes XXXX...*

que adquirieron terrenos tan grandes para sepultar a todos sus miembros de diversa condición, incluidos esclavos y libertos (cfr. Donati, 1965, 94; DairOlio, 1922, 154). El cipo de Castro del Río pudo corresponder, quizás, a la necrópolis particular de alguna gran *villa* rural. Tampoco cabe descartar que se tratase de un monumento funerario rodeado por una gran zona de respeto con *horti*, piscinas, etc. Trimalción ambicionaba algo muy diferente a la consuetudinaria tumba reducida y constreñida entre otras dentro de una necrópolis, un monumento sepulcral profusamente decorado en medio de un amplio espacio con árboles frutales y viñas. Pero sus gustos se alejan, desde luego, de la tónica normal que, respecto a la extensión de los acotados funerarios, se infiere de la generalidad de los datos conocidos.

b) Normalmente las medidas *in fronte* son superiores a las medidas *in agro*, seguramente para tener más fácil acceso al *locus sepulturae* a efectos de cuidados de la tumba y ceremonias funerarias, y mayor proyección sobre la vía para atraer la atención de los viandantes. A veces, como hemos visto, ambas cifras son idénticas, tratándose de parcelas cuadradas.

c) En algunas ciudades observamos cierta regularidad en las dimensiones de los acotados funerarios. Ya hemos visto cómo Eck señala para Roma un tamaño “standard” entre 10-14 piés *in fronte*, con peculiar abundancia de 12 piés, siendo los espacios sepulcrales entre 100-400 piés cuadrados los más abundantes. En Ostia (Böschung, 1987, 117) también se observa cierta regularización en los espacios sepulcrales. En Bolonia el promedio de extensión de los acotados funerarios lo estima Donati en unos 400 piés cuadrados, lo que señala una escala algo superior a la de Roma. En Sarsina los lotes sepulcrales tuvieron por término medio 18-20 piés *in fronte*, lo que supera también las cifras medias de la *Urbs*. Y en el caso de Aquileia, los 16 piés *in fronte* son la indicación más frecuente, constituyendo los espacios funerarios de 16x16 y 16x32 un cuarenta por ciento del total. Pero no siempre ha debido ser esa la tónica general. Meiggs (1985, 456) resalta, por ejemplo, cómo uno de los más llamativos rasgos de las necrópolis ostienses es la aparente ausencia de control público en su desarrollo. No hay un plan racional, por ejemplo, en Isola Sacra, donde vemos la

— ILS, 4172 (Pola): *dendrophoris Polensium C. Laecanius Theodorus... lo[cu]m cum sepultura dedit. In fr. p. XLII in ag. p. XLII.*

misma dispersión y desorganización de tumbas que se señala en la *Sententia Senecionis* (ILS, 8391). Pero para otras zonas de Isola Sacra, con tumbas dispuestas de forma organizada a ambos lados de una nueva vía, se ha sugerido la hipótesis de un racional y programado plan de desarrollo (Baldassare, 1987, 129, 136).

A su vez, en ciertas zonas de la necrópolis ubicada junto a la *Via Triumphalis* en Roma, que empezó a usarse no antes de mediados del s. I d. C., Steinby (1987, 88) destaca la gran densidad de tumbas en la zona más apreciada, la vecina a la citada vía, siendo cada espacio sepulcral muy reducido. El hecho de que las tumbas “a celia” fuesen construidas en el s. II en filas compactas, a breve distancia de tiempo y con medidas que parecen “standard”, podría indicar también la existencia de una especie de plano regulador, con áreas funerarias de dimensiones similares. A su vez, el solar de uno de los enclaves sepulcrales de Sarsina, junto al río Savio, destaca por su precisión catastral. La predeterminación de cada lote funerario en espacios de 3 ms. de lado, dentro del terreno funerario donado por *Horatius Balbus* para uso de los ciudadanos menos pudientes (ILS, 7846), contribuyó a subdividirlo y organizado espacialmente de modo regular. Dicha zona, que constituyó el núcleo de un posterior complejo funerario, debió mostrar cierta pobreza y uniformidad en la tipología sepulcral, tanto por el “status” de los destinatarios, como por la reducida superficie modular de los lotes (Ortalli, 1987, 157).

Por lo que respecta a Hispania, la dispersión de los datos impide obtener series de extensiones para determinadas ciudades, pero cabe observar, por ejemplo, cómo en Astigi la mayoría de las inscripciones que portan dimensiones de las tumbas, procedentes de las necrópolis suburbanas de la colonia, indican medidas entre 12-15 pies *in fronte* y 10-15 pies *in agro*, en Emerita aparecen prioritariamente las cifras 10-12 pies *in fronte* y 8-10 pies *in agro*, y en Tucci encontramos varios epígrafes con 10-15 pies *in fronte*.

Como puede verse, las medidas *in fronte* ofrecen bastante similitud. Tal regularidad podría interpretarse como resultado de ordenanzas municipales concernientes a la distribución y medidas de los espacios de uso funerario ⁽¹³⁾ y a su protección como *loci religiosi*. No se ha conservado ninguna disposición concreta al respecto en los estatutos

(13) CHIC, G.-MARTÍNEZ ORTEGA, M. E., “Inscripciones inéditas de Ecija (Sevilla)”, *Gades*, XII, 1984, 400; S. ORDÓÑEZ, *Colonia Augusta Firma Astigi*, Sevilla, 1988, 88.

municipales, pero la *Lex Imitaria* (cap. 79) establece partidas de dinero para la custodia pública de los monumentos funerarios, preocupación que pudo hacerse extensiva a la disposición espacial de las necrópolis. Cabe también resaltar que las tres ciudades hispanas indicadas son colonias, a las que se adjudicaron *territoria* que experimentaron replanteamientos sustanciales en la disposición de un suelo, que se atribuyó en razón del número de colonos acogidos. Es factible que en las colonias el ordenamiento catastral abarcara incluso los espacios reservados para usos funerarios, acordándose oficialmente ciertos módulos para los acotados sepulcrales acordes con la superficie destinada a servir de necrópolis públicas. Y las dimensiones de tales acotados funerarios guardarían cierta relación con la cantidad de suelo suburbano disponible para dichos fines, y el precio alcanzado por el mismo. Por el contrario, en municipios y otras comunidades sin un replanteamiento territorial de base, y sin posibilidades de regularizar la distribución de las propiedades de origen, ha podido existir más libertad en el planteamiento superficial de los espacios de uso funerario. A su vez, en las áreas rurales el espacio ha podido ser menos caro, lógicamente, que en las zonas suburbanas y los acotados por tanto de dimensiones superiores, al haber zonas de secano desechables para fines utilitarios.

3. RELACION ACOTADOS FUNERARIOS INUMERÒ DE PERSONAS ENTERRADAS.

Con respecto a este punto cabe observar la inexistencia de una relación proporcional entre la extensión de los acotados funerarios y el número de personas enterradas en ellos que son mencionadas en los correspondientes epitafios. La explicación de tal hecho puede estar, como indica Eck (1987, 63), en que las medidas indicadas epigráficamente corresponden unas veces a mausoleos completos e individuales, pero otras, sobre todo cuando se trata de cantidades bajas, posiblemente a tumbas incluidas dentro de un área sepulcral más vasta, o se refieren a pequeños monumentos funerarios. En los casos de manifiesta desproporción entre acotados funerarios muy extensos y pocas personas enterradas en ellos, cabe pensar igualmente que el área se reservaría aún a más enterramientos futuros.

Cuando observamos que en acotados funerarios de pequeñas dimensiones se entierran varias personas, el hecho puede ser indicio,

bien de utilización del rito de incineración, que suponía obviamente menos necesidad de terreno para la tumba, o bien de carestía y consiguiente encarecimiento del suelo funerario, especialmente en las necrópolis suburbanas.

Para el caso de Bolonia, Donati (1965, 94) hace referencia a un acotado de 400 piés (CIL, XI, 6861), destinado por cuatro libertos a su patrono, medidas confirmadas por un cipo terminal perteneciente al mismo acotado. Otro ejemplo que aduce (1965, 92 s.) es el de la *gens Lesuria* (CIL, XI, 6876): tres copias de la misma estela, que indican cómo el sepulcro estaba destinado a siete miembros de la *gens*, cinco ya muertos al erigirse el sepulcro. Para acoger a esas siete personas se dispuso de un área muy exigüa de 16 piés cuadrados, insuficiente para inhumarlas, de lo cual se desprende que debieron ser incineradas. Esos 16 piés cuadrados son incluso escasos para las tres que se entierran en CIL, XI, 6858. Por el contrario, el sepulcro destinado a la *gens Alennia* (CIL, XI, 6925), compuesta por seis miembros (padres, tres hijos y una liberta) tenía un área de 256 piés cuadrados (16x16 piés). En los casos boleñeses analizados no se observa, desde luego, ninguna relación proporcional entre superficies de acotados funerarios y número de personas enterradas en ellos.

Por lo que respecta a Hispania, se percibe idéntica situación (cfr. Cuadro II). En la banda más representada, espacios entre 100/200 p.c., se han enterrado entre 1/3 personas. Acotados de 120 p.c. han recibido lo mismo uno que dos o tres cuerpos. Lo normal es que se mencione una sola persona. Pero lo mismo ocurre en los espacios inferiores a 100 p.c., o en los comprendidos entre 200/300 p.c., que siguen en orden de importancia, donde vemos prácticamente en todos los casos un sólo cuerpo enterrado. Desconociendo el tipo de ritual funerario empleado (inhumación o incineración), y la disposición y amplitud del monumento sepulcral correspondiente, resulta difícil extraer conclusiones sobre el índice de aprovechamiento de los espacios funerarios. Así, mientras en un caso vemos cómo un acotado de 648 p.c. acoge cuatro personas, otras veces nos encontramos ante lotes de 600 p.c. con un sólo individuo enterrado. Una sola persona es también mencionada en terrenos de 918, 960, 1260, 1600 y 10800 p.c. Si comparamos este “índice de aprovechamiento” de los espacios sepulcrales hispanos con las observaciones hechas a propósito de Bolonia, parece evidente que en Hispania la “presión demográfica” ha repercutido con menos intensidad tanto en la disponibilidad de terreno funerario como en su coste.

4. ESPACIOS DE USO FUNERARIO Y NIVEL ECONOMICO.

El incremento de la densidad demográfica en muchos centros urbanos pudo suponer, como ha destacado Purcell (1987, 33), una notable presión sobre el aprovechamiento que las comunidades podían obtener de la tierra suburbana para fines agrícolas o de otra índole. Ello supuso tanto dificultades crecientes para acometer los ritos funerarios en el espacio inmediato *extra pomoerium*, como un progresivo encarecimiento de ese suelo. Dado que el tema del enterramiento preocupaba en vida a todo romano, que aspiraba a tener al menos un lugar de sepultura digno, y si era posible un monumento en los emplazamientos privilegiados dentro de las necrópolis, el citado proceso implicaba ciertos problemas: dónde enterrar a la población servil y a los pobres libres más indigentes; y cómo atender las expectativas de ciudadanos libres y con medios económicos modestos a tener adecuadas disposiciones funerarias, difíciles de conseguir ante la escasez de suelo. Cierta control sobre el desarrollo de las zonas funerarias por parte de los poderes municipales, y la disposición de tierra pública en tales enclaves, bien puesta en venta a particulares, reservada para enterramiento de los más necesitados, o concedida gratuitamente como honor especial a personas eméritas, pudieron ser soluciones para atenuar al menos tales exigencias.

La respuesta a tales presiones fue la masiva inversión de recursos para adquirir lotes funerarios en las áreas suburbanas, y para costear tanto una arquitectura sepulcral, que asume moldes homogéneos a lo largo y ancho del Imperio, como un variado repertorio de usos funerarios. En su ilustrativo estudio Purcell (1987, 33) pone de relieve el incremento en época imperial de los dispendios funerarios. Las cifras medias para costes de tumbas en dicho período son 1000 HS en Africa y 2000 HS en Italia, los precios más altos son 20-80.000 HS en Africa y 100.000 HS y más en Italia (cfr. Duncan-Jones, 1982, 99-101, 166-171, n. 244, 636). Dicho autor estima que el incremento de la riqueza privada en la sociedad romana podría explicar al menos parcialmente el fenómeno funerario (1987, 35).

Sin embargo, el tamaño de los espacios sepulcrales, y la propia disposición monumental de los mismos, no siempre guarda una estricta correspondencia con la jerarquía social y económica que se da en las ciudades. No hay necesariamente un tipo “standard” de acotado funerario que corresponda a gentes pertenecientes a los más altos niveles

sociales (decuriones, magistrados municipales, *seviri Augustales*), y otro que deba relacionarse con los sectores plebeyos de la población local. En los acotados funerarios con indicación de medidas *in fronte/in agro*, cuadrados de diez y doce piés son los más comunes, pero hay otros muchos tamaños “standard”, lo que sugiere que, aún tratándose de gentes con un relativamente bajo índice de gastos funerarios, las preferencias no eran uniformes, se estratificaban según las disponibilidades económicas, variando más intensamente entre los bajos niveles sociales que entre los altos (Purcell, 1987, 35, n. 44).

En Aquileia, por ejemplo, la relación entre superficies de las tumbas y estratificación social no abona ninguna idea de jerarquía (Reusser, 1987, 244). En los grandes y pequeños espacios y en aquéllos con los tamaños normalizados de 16x16 y 16x32 piés se constata una mezcla de diferentes capas sociales. Por el contrario, Cébeillac (1971, 102 s.), examinando las inscripciones ostienses con dimensiones de áreas funerarias, observa que los personajes más importantes de la ciudad, decuriones, magistrados, ricos libertos, *seviri Augustales*, adquirieron emplazamientos funerarios de superficie en general superior a las de los acotados correspondientes a gentes de una escala social inferior. Aunque dicha autora estima que fuera de Ostia los resultados de encuestas parecidas pueden arrojar resultados diferentes. Así, Donati (1965, 94) señala que, al menos en Bolonia, la relación entre monumento/estrato social no es significativa de la situación social de la ciudad.

Conviene también tener en cuenta que en Ostia, como en Aquileia, las superficies funerarias más grandes fueron a menudo propiedad común de colegios funerarios de libertos o esclavos (Cébeillac, 1971, 102 s.). Es factible que en aquellas localidades donde los terrenos para uso sepulcral escasearan o adquirieran altos precios, o donde la propiedad estuviera menos repartida, el recurso de los humildes a los colegios funerarios fuese más frecuente. Donati (1965, 94) estima que la escasa constatación de colegios funerarios en la epigrafía de Bolonia podría explicarse por el escaso desarrollo del latifundismo en la Emilia, donde sería más fácil poseer espacios para uso funerario.

En Hispania proliferaron mucho los colegios funerarios, en nada diferentes a los del resto del mundo romano en cuanto a organización y funcionamiento. Santero (1978, 92) señala su más frecuente aparición en ciudades de cierta importancia y una mayor concentración en la Bética. Este hecho puede guardar relación con la más fuerte romani-

zación del área meridional hispana. Más difícil es percibir si cabe establecer relación entre tal fenómeno y el sistema de reparto de la propiedad, máxime cuando hoy parece evidente que la expansión del latifundismo antaño adjudicado a la Bética no lo fue tanto. De hecho muchas inscripciones hispanas con medidas sepulcrales corresponden a libertos/ esclavos, que serían enterrados en el fundo o tumba familiar de su señor o, en el caso de libertos, en un acotado adquirido por sus propios medios.

Otro detalle que debe apreciarse es que la adquisición de un acotado funerario más o menos amplio no ha tenido necesariamente que estar en consonancia con las disponibilidades económicas, ha podido depender simplemente del rito funerario escogido. Como resalta Steinby (1987, 108) para el caso de la necrópolis romana de la *Via Triumphalis*, las aras son siempre asociadas a incineración, a diferencia de las estelas, que pueden constituir también la referencia de una tumba “a cappuccina” (inhumación), que no tiene por qué ser signo de pobreza. La elección entre incineración y sepultura en *olla* por una parte, e inhumación (con mayor amplitud y coste del área ocupada) por otra, no es cuestión económica, sino ritual, y el nivel de prestigio en tal caso no debe medirse por la extensión del acotado, sino por el monumento visible sobre la superficie.

Tampoco dentro de las necrópolis se establece siempre una repartición de sectores de acuerdo con las categorías sociales. La necrópolis de Isola Sacra, donde muchas tumbas de especial notoriedad monumental presentan sólo una inscripción en la fachada, que individualiza el grupo familiar al que pertenecen e indica las medidas del acotado funerario, fue frecuentada por gentes de origen libertino y modesta condición (Baldassare, 1987, 136 s.). En la necrópolis de Colombara-Fondo Urbanetti (Aquileia), los espacios regularmente acotados corresponden a magistrados municipales y sus familiares, frecuentes beneficiarios de concesiones decurionales de un *locus sepulturae*, pero también a otros ciudadanos libres y libertos, todos aparecen mezclados, sin ningún indicio de jerarquía en las hileras de tumbas (Reusser, 1987, 244). Por el contrario, la necrópolis pompeyana de *Porta Nocera* no debió ser la considerada de mayor prestigio entre los miembros del *ordo* local, como lo prueba la escasez de concesiones honoríficas de suelo y funerales a expensas públicas y, por el contrario, la abundancia de tumbas de libertos. (D’Ambrosio-De Caro, 1987, 201).

En todo caso, lo que sí establecía categorías dentro de una necrópolis, al margen de consideraciones espaciales o monumentales,

era la recepción del *locus sepulturae* por decisión decurional, honor apetecible por cuanto suponía disfrutar gratuitamente de un acotado procedente de la tierra pública disponible en las zonas suburbanas de uso funerario, donde los costes del terreno se encarecían más.

Por lo que concierne a Hispania contamos con un grupo de inscripciones (hemos catalogado cuarenta y una al respecto), que contienen referencias a “honores funerarios”. Como se desprende de nuestro Cuadro III, la mayoría de tales epígrafes son de carácter honorífico, solamente en casos contados pueden considerarse estrictamente funerarios. Siempre se indica explícitamente la entidad municipal que ha otorgado tan apreciadas distinciones, que no es otra que el *ordo* decurional (*decrevit, decreto decurionum*), a veces asociado al *populus* local (nn. 4, 19). En ocasiones se indica el conjunto de la población local con el término colectivo (nn. 32, 33), o la institución municipal como tal (nn. 34 a 37), sin dejar de aludirse claramente al decreto decurional por el que se concedían tales distinciones. El carácter de homenaje público a las personas así distinguidas queda de manifiesto con la voz *publice* (nn. 7, 21). Nunca se indica en los epígrafes los méritos que hicieron a tales personas acreedoras de los “honores funerarios” con que las ciudades les distinguieron, tan sólo en una ocasión (n. 14) se señala genéricamente *ob merita*. No obstante, esta ausencia de detalles resulta normal en las inscripciones municipales que recogen distinciones honoríficas a magistrados, cargos sacerdotales o particulares eméritos.

Pensamos que esta clase de “honores funerarios”, aunque concernían al ritual que rodeaba al momento de la muerte, al enterramiento y a la conservación de la memoria del difunto, hechos ante los que el romano estaba muy sensibilizado, eran concedidos en vida de la persona así homenajeada. Solamente en tres casos (nn. 30, 39, 40) se señala explícitamente que los honores fueron otorgados tras la muerte del beneficiario (*post mortem, huic defuncto*). Pero resulta lógico pensar que el *locus sepulturae* se otorgara en vida del destinatario del honor, para que este pudiera con tiempo, conociendo el lugar de su última morada, tomar las disposiciones pertinentes para preparar, como hizo Trimalción, su acotado y monumento funerarios. Otro dato curioso es que nunca se indican las medidas del *locus sepulturae* concedido honoríficamente, aunque se trataría por lo general de espacios con medidas “standard”, dentro de la regulación municipal de las áreas funerarias a que hemos aludido. No habría, pues, diferencias de tamaño

sustanciales en esta clase de *loca sepulturae*, que respondieran a cierta gradación honorífica.

Como se aprecia en nuestro Cuadro III, entre los “honores funerarios” el más frecuente era la concesión de un *locus sepulturae*, consta en casi todos los casos recopilados, lo cual indica obviamente que constituía el más apreciado, dada la carestía del suelo suburbano y el deseo de los notables locales de enterrarse en los espacios más privilegiados y ostentosos. Muy abundantes son también las referencias al pago de los costes del funeral con cargo al erario municipal (*impensa funeris*) y al permiso para pronunciar un elogio o *laudatio (publica*, según se hace constar explícitamente algunas veces) en honor de la persona distinguida, cuando ésta falleciera y tuviera lugar su ceremonia fúnebre. Como contribución a la perpetuación de su recuerdo, algo que jugaba un importante papel en el restringido horizonte social del microcosmos municipal, las concesiones anteriores iban acompañadas frecuentemente del permiso para erigir una *statua* en lugar público. Excepcionalmente se precisa que la *statua* es pedestre o ecuestre (nn. 9, 22). Lo normal era conceder una *statua*, aunque en Mellaria (n. 31) un flamen de la Bética fue distinguido con *statuas equestres duas*.

En menor escala están documentados en Hispania otros tipos de “honores funerarios”. Como hemos visto, lo normal era que el *ordo* local otorgara graciosamente el estricto espacio de uso funerario, el *locus sepulturae*, y asumiera también los costes del funeral (*impensa funeris*), pero no los gastos de erección del monumento total o parcialmente. Sin embargo, excepcionalmente podía asumir tales costes, como probablemente ocurrió en Corduba (n. 25) con cierta concesión honorífica que, además de la *impensa funeris* y el *locus sepulturae*, abarcó igualmente *lapides at extruen/dum monumentum*. *Lapides ad monumentum* constituyeron, junto a la *impensa funeris*, las honras con que fue obsequiado en Urso un joven de diecinueve años de ilustre cuna local (n. 15). También en Lacilbula (n. 13) la concesión de “honores funerarios”, además de *locus sepulturae*, *impensa funeris*, *laudatio* y *statua*, que solían constituir las distinciones más frecuentes, abarcó el *monumentum* funerario. Finalmente el catálogo de “honores funerarios” constatados en la epigrafía hispana se completa con aquéllos que únicamente están documentados de modo excepcional. Así en dos casos (nn. 23, 35), junto a la *impensa funeris* se especifica la concesión de *exequiae* que, aunque no se indique, debemos entender como públicas. Raras veces el honor consiste en cantidades de incienso (*thurispondo...*)

para el ceremonial funerario (nn. 10, 16, 17), y una sola se otorga el *clupeum* (n. 9). En una ocasión (n. 41) el *ordo* decreta *locus sepulturae, impensa funeris publica et omnes honores*, expresión que abarcaría probablemente algunos de los ya señalados.

Un caso singular entre los “honores funerarios” documentados epigráficamente en Hispania lo constituyen CIL, II, 3251-3252. Un personaje de nombre *C. Sempronius Celer*, natural de *Baesucci*, fue homenajeado ampliamente tanto en su comunidad de origen, como en otras tres localidades también del *conventus Carthaginiensis*, *Laminium*, *Tugia* y *Vivatia*. En *Baesucci* los *cives* e *incolae* locales le distinguieron con *statuas*, costeadas obviamente *ex aere coniato*, mientras que el municipio, representado por el *ordo* decurional, le otorgó *locus sepulturae, laudatio, impensa funeris*, una *statua* y las correspondientes *exsequiae*. Cabe pensar, por tanto, que la ceremonia funeraria de *Celer* tuvo lugar en *Baesucci* (de hecho es la única de las cuatro ciudades que concedió las *exsequiae* públicas), y que fue allí, en el *locus sepulturae* que le donó la ciudad, donde fue enterrado. No obstante, los *ordines* decurionales, en vida de *Celer*, le concedieron cada uno algunos honores funerarios similares. En *Laminium* *laudatio*, además de *statua*, en *Tugia* y *Vivatia* *locus sepulturae, laudatio* e *impensa funeris*. Probablemente esta familia tuvo vinculaciones muy estrechas con aquellas comunidades, tanto por tener en todas ellas propiedades, como por haberlas beneficiado con iniciativas que desconocemos, a las cuales los respectivos *ordines* quisieron responder de una forma, digamos, “testimonial”, concediendo un tipo de honor de especial aprecio social, como el *locus sepulturae* en *Tugia* o *Vivatia*, que no llegaría a ser utilizado. Lo mismo cabría decir de la *laudatio* o la *impensa funeris* en ciudades, como *Laminium*, *Tugia* o *Vivatia*, donde *Celer* no debió ser enterrado.

Pero también cabe la posibilidad de que en los *loca sepulturae* otorgados a este individuo en ciudades distintas a su patria chica, figuraran tras su muerte, como afectuoso recuerdo público a su memoria, sendos cenotáfios, y que incluso se celebraran ceremonias fúnebres en su honor costeadas con dinero municipal, con la correspondiente *laudatio*. Recordemos a tal efecto cómo algunas inscripciones con indicación de “honores funerarios” no proceden exactamente del lugar donde presumiblemente los homenajeados recibieron sepultura. A tal efecto podemos traer a colación nuestro n. 27. El epígrafe apareció en las cercanías de Almodovar del Río, solar de la antigua Carbula, pero hace referencia a un tal *Asiaticus*, que fue duunviro de Colonia Patri-

cia Corduba, donde el *ordo* local le otorgó un *locus sepulturae*, además de *impensa funeris* y *statua*. Lo lógico es que *Asiaticus* fuese enterrado en una de las necrópolis cordobesas, en el espacio funerario donado por la curia, lo cual constituía un honor, y no en su presumible *fundus* de la zona de Carbula, donde se halló la inscripción, que pudo corresponder a un cenotáfio erigido en su *villa* rural. Un caso similar lo tenemos probablemente en el n.28, un epígrafe encontrado en el término de Lucena, al sur de Córdoba, que menciona a *L. Postumius Superstes*, de 85 años, en cuyo favor el *ordo* de Colonia Patricia, donde había sido duunviro y pontífice, concedió *locus sepulturae*, *laudatio*, *impensa funeris* y *statua*. También aquí resulta factible pensar que dicha inscripción estuvo en un cenotáfio erigido en la *villa* rural que *Postumius* debió tener en el territorio de Cisimbrium, aunque él debió ser enterrado en una de las necrópolis cordobesas, aprovechando el *locus sepulturae* con que públicamente había sido distinguido como reconocimiento a sus servicios en el gobierno municipal.

¿Quiénes aparecen como beneficiarios de las concesiones de “honores funerarios”? Por lo pronto, hay predominio absoluto de libres, no consta ningún otorgamiento a libertos, aunque sí algún caso de hijo de liberto. Pero, en contra de lo que en principio pudiera esperarse, la mayoría de las veces se trata no de magistrados municipales o cargos sacerdotales locales o provinciales, sino simples particulares, algunos, incluso, abundantemente homenajeados en diferentes comunidades, como el ya citado *Celer*. Tales *privati* son mayoritariamente hombres, pero también encontramos varios ejemplos de mujeres que fueron reconocidas públicamente con tales distinciones. Cabe pensar que, aunque no se tratara de personas que revistieran cargos públicos, sí pertenecieron a las familias municipales notables, y acumularon ciertos méritos en pro de sus comunidades, que fueron reconocidos adecuadamente.

En ciertos casos la vinculación parece evidente. Así en Ugia (n. 16) un individuo, junto al *locus sepulturae* y honores afines, fue reconocido por el *ordo* con los *ornamenta* decurionales. Lo mismo vemos en Hispalis (n. 8), donde un tal *Q. Iunius Venustus*, posible joven (su padre asumió los gastos honoríficos), recibió *locus sepulturae*, *funeris impensa* y *laudatio publica*, así como los *ornamenta* decurionales. Tales símbolos externos de la dignidad decurional pudieron figurar, como era costumbre, en los respectivos monumentos funerarios.

En Asido (n. 10) *C. Clodius Blattianus* fue honrado con *locus sepulturae*, *turis p(ondo) C (librae)* y *statua*. A sus 18 años aún no

había podido tener una efectiva proyección pública que le aportara méritos al servicio de la colectividad. Algo similar ocurrió en el caso de C. *Aemilius Faustinus*, de Urso (n. 15), quien con 19 años fue reconocido con *locus sepulturae*, *impensa funeris*, *lapides ad monumentum* y, lo que resulta más significativo, los *ornamenta* inherentes a un cargo, el duunvirato, que por su edad aún no podía revestir. A su vez en Córdoba un tal *Heres* (n. 25), de 12 años, quizás vinculado familiarmente a la importante familia de los *Planii* ⁽¹⁴⁾, fue distinguido con *impensa funeris*, *monumentum* y posiblemente *locus sepulturae*. En ninguno de estos casos, obviamente, los *ordines* locales añadieron a tales concesiones el derecho a una *laudatio*, dado que tales jóvenes no habían tenido oportunidad de ocupar funciones municipales, haciéndose acreedores a unos méritos personales puestos al servicio de la ciudad, que era lo que a fin de cuentas constituía la sustancia de todo elogio público.

Al honrar así a tales jóvenes el objetivo principal de los *ordines* decurionales fue seguramente distinguir de modo elocuente a sus respectivas familias, que pertenecerían a las correspondientes oligarquías locales. Tal pudo ser el ya citado caso de *Sempronius Celer*, quien no parece llegara a desempeñar funciones municipales. Otro ejemplo elocuente es el n.26, donde vemos cómo el *ordo* de Colonia Patricia privilegió con *locus sepulturae*, *funeris impensa* y *statua* (mas no con *laudatio*) a T. *Flavius Antoninus*, hijo (o quizás hijastro) de un liberto imperial *tabularius* de la provincia Bética, a quien realmente los decuriones cordobeses desearían exaltar.

Aunque quizás no sea extensible a todas las ciudades lo que constata Castren ⁽¹⁵⁾ para el caso de Pompeya, donde el *ordo* solía pagar corrientemente los gastos de enterramiento de sus miembros, concediéndoles asimismo el *locus sepulturae*, sí tenemos varios casos hispanos donde los beneficiarios de los “honores funerarios” fueron miembros de la oligarquía decurional, que se distinguieron en el ejercicio de funciones públicas que les dieron un alto prestigio social, sancionado e incrementado con tales reconocimientos honoríficos. Esas personas desempeñaron el duunvirato, máxima dignidad política municipal (nn. 2, 22, 23, 24, 27, 28, 30, 38), la edilidad (nn. 22, 38), el

⁽¹⁴⁾ R.C.KNAPP, “La Epigrafía y la Historia de la Córdoba romana”, *Anuario de Filología*, 6, 1980, 70 s.

⁽¹⁵⁾ P. CASTREN, *Ordo Populusque Pompeianus. Polity and Society in Roman Pompeii*, Roma, 1975, 61.

flaminado o el pontificado municipal (nn. 2, 28, 38) e incluso el flaminado provincial (nn. 2, 31). También tenemos algunos ejemplos de flaminicas municipales (nn. 1, 24) y provinciales (n. 1). Incluso en ciertos casos (nn. 24, 33) la concesión honorífica se extiende a más de un miembro de una *gens* local (la *Papiria* en Baedro, la *Acilia* en Sacili Martiales).

Cabe señalar finalmente que, como suele ser frecuente cuando los *ordines* municipales decretan honores públicos en favor de determinados ciudadanos, incluso con cargo al erario municipal (*impensa funeris*, *statua*, etc.), también en el caso de los “honores funerarios” el gasto podía ser asumido (*honore usus*, *honore accepto...impensam remiserunt*, *impensa remissa*, etc.) por los familiares del homenajeado, librando al tesoro local de tal dispendio, modo de actuar que constituía a ojos de la colectividad municipal una munificente actuación que incrementaba los méritos de la *gens*. Así vemos actuar a padres (nn. 5, 6, 8, 14, 20, 21, 26), hijos (nn. 30, 32), esposos (n. 5), esposas (nn. 12, 31) y hermanos (n. 14) de los homenajeados.

Los casos hispanos epigráficamente documentados de concesiones de *locus sepulturae* y otros “honores funerarios” por parte de los *ordines* decurionales corresponden mayoritariamente a la Bética (34 personas), siguiendo la parte E.y SE. de la Tarraconense (8 menciones) y la Lusitania (2 menciones). Esta clase de honores se atestigua prioritariamente en las zonas más romanizadas, con representatividad especial en aquellas localidades que disfrutaron del estatuto colonial o municipal.

No todos los oligarcas municipales o personas con medios económicos han debido enterrarse necesariamente en las necrópolis suburbanas, donde el terreno funerario podía encarecerse. Han podido hacerlo en sus propios fundos, aunque el deseo de ostentación y memoria perenne hacía apetecible enterrarse junto a las vías de acceso a las ciudades, lo que motivaba la demanda de espacios de uso funerario acreditada por las referencias epigráficas, hecho que contribuiría obviamente a su encarecimiento. Que las ciudades concedieran el *locus sepulturae* como una alta distinción a ciudadanos eméritos, siendo necesario para ello un dictamen favorable de la curia local, expresado mediante decreto, al margen de las connotaciones ostentatorias del tema, indica también que se apreciaba el honor por lo que significaba económicamente, dada la carestía del espacio funerario suburbano.

El coste del terreno funerario ha debido variar posiblemente según las partes del Imperio. A partir de las medidas de los acotados sepulcra-

les, cabe inferir que las áreas funerarias hispanas tienen por término medio dimensiones superiores a las constatadas en las inscripciones de Roma-Ostia que recogen A.M.Rossi y W.Eck. De donde podría desprenderse que en estas ciudades, con una concentración urbana elevada, el coste del terreno sepulcral debía ser muy alto, repercutiendo ello en el menor promedio dimensional de los espacios de uso funerario ⁽¹⁶⁾.

Los precios de tales lotes variaban grandemente, pero eran generalmente muy altos, signo evidente de la presión que recaía sobre el espacio suburbano. Un esclavo de Agripa, por ejemplo, pagó 120 HS por un lote de 1 1/2 *pedes* cuadrados (CIL, VI, 21866); un esclavo de Livia compró un lote de 6x3 1/2 *pedes* por 180 HS (CIL, VI, 25260); en CIL, VI, 27619, un acotado de 12x18 *pedes* y la tumba correspondiente valen 1500 HS; en CIL, VI, 33846, se abonan 16.000 HS por un lote de 12x12 *pedes* y la tumba; y en CIL, VI, 23791, un espacio de 5x4 *pedes* cuesta 20 HS. A Trimalción su ostentoso recinto funerario le habría costado sobre unos cien mil sestercios en las zonas más baratas de la periferia urbana. Pero tumbas más amplias *in fronte/in agro* que la del vanidoso liberto están atestiguadas epigráficamente. Los medios financieros de quienes eran enterrados en tales cementerios parecen haber variado mucho (Purcell, 1987, 38).

Aunque no tenemos datos explícitos de precios para las provincias ibéricas, en las ciudades hispanas el coste del terreno sepulcral no debió ser tan alto, quizás por disponibilidades territoriales mayores, no sólo de suelo privado, sino también público, dadas las frecuentes concesiones de *locus sepulturae* constatadas epigráficamente. Debían estar más cercanos a los de Africa ya indicados.

⁽¹⁶⁾ Un dato significativo al respecto nos lo señala S.MROZEK (*Prix et rémunération dans l'Occident Romain*, Gdansk, 1975, 39 s.): en época de César el alquiler de una vivienda en Roma era cuatro veces más elevado que en los municipios de Italia. Como resalta P.GARNSEY ("Urban property investment", en M.I.FINLEY (ed.), *Studies in Roman Property*, Cambridge, 1976, 123 ss.), la propiedad urbana (y, añadiríamos, suburbana), aunque menos atendida por los estudiosos que la rural, fue objeto de activa especulación. Las fuentes literarias parecen indicar que la propiedad urbana aportaba un alto nivel de renta, aunque también era más vulnerable a riesgos y a perder valor en el mercado. La preocupación de los estatutos municipales (cfr *Lex Urs.*, cap.75; *Lex Mal.*, cap.62; *Lex Tar.*, 32 ss.) por la demolición y destaje de los edificios ruinosos podría indicar que acciones incontroladas de tal clase podían acometerse por los particulares para hacer de ello una rentable empresa (venta de materiales, especulación para revalorizar los solares).

Finalmente, un “indicador economico” de los costes de espacios funerarios podrían ser las multas sepulcrales documentadas principalmente en Italia, cuyas cifras, según Rossi (1975,154-157), pueden guardar relación con las dimensiones y probable precio del área sepulcral. En los casos de Roma y Ostia, que constituyen el objeto de su estudio, las multas oscilan entre 10.000/50.000 sestercios. Cuando se especifican multas entre 10/20.000 sestercios las medidas de las tumbas no superan jamás los 12 piés de lado. Las medidas que corresponden a una sanción de 20.000 sestercios oscilan entre 8/12 piés de lado. El área sepulcral menos extensa, 7x7 piés, tiene significativamente la multa más baja, 10.000 sestercios (CIL, VI, 29916). Según Rossi (1975,158), probablemente la regla general con respecto a las multas sepulcrales fue que su importe superase el coste del área sepulcral ⁽¹⁷⁾. Si guardásemos la proporción importe multa sepulcral/extensión del área funeraria que observamos en Italia, tendríamos que a las áreas funerarias hispanas, que oscilan por término medio entre 12-20 piés *in fronte* y 8-20 piés *in agro*, les corresponderían multas entre 20/50.000 sestercios.

BIBLIOGRAFIA

- BALDASSARE, I., "La necropoli dell'Isola Sacra (Porto)", en H.Von Hesberg-P.Zanker eds., *Römische Gräberstrassen.Selbstdarstellung-Status-Standard*, München, 1987, 125-138.
- BÖSCHUNG, D., "Die republikanischen und frühkaiserzeitlichen Nekropolen vor den Toren Ostias", en H.Von Hesberg-P.Zanker eds., *Römische Gräberstrassen. Selbstdarstellung-Status-Standard*, München, 1987, 111-124.
- CAMBI, N., "Salona und seine Nekropolen", en H.Von Hesberg-P.Zanker eds., *Römische Gräberstrassen. Selbstdarstellung-Status-Standard*, München, 1987, 251-279.
- CÉBEILLAC, M., "Quelques inscriptions inédites d'Ostie. De la République à l'Empire", *M.E.F.R.*, 83,1971, 39-125.
- CURCHIN, L.A., "Vici and Pagi in Roman Spain", *R.E.A.*, LXXXVII, 3-4, 1985, 327-343.
- DALL'OLIO, G., *Iscrizioni sepolcrali romane scoperte nelValveo del Reno presso Bologna*, Bologna, 1922.

⁽¹⁷⁾ Según Rossi (1975,157), es muy factible que estas sanciones, que afectaban solamente a los sepulcros familiares, equivaliesen a la pena prevista en el edicto pretorio de la *actio de sepulchro violato* para los violadores de los sepulcros hereditarios,aunque epigráficamente nada se indica al respecto. Dicho edicto preveía una multa entre 100/200.000 sestercios.

- D'AMBROSIO-DE CARO, A., "La necropoli di Porta Nocera. Campagna di scavo 1982", en H.Von Hesberg-P.Zanker eds., *Römische Gräberstrassen. Selbstdarstellung-Status-Standard*, München, 1987, 199-228.
- DE VISSCHER, F., *Le droit des tombeaux romains*, Milán, 1963.
- DONATI, A., "Cippi e misure dei sepolcreti romani di Bologna", *Strenna Storica Bolognese*, XV, 1965, 89-97.
- D'ORS, A., *Epigrafía Jurídica de la España Romana*, Madrid, 1953.
- , "La condición jurídica del suelo en las provincias de Hispania", *Atti del Cong.Int. "I diritti locali nelle province romane con particolare riguardo alle condizioni giuridiche del suolo"*, Roma, 1974, 253-268.
- DUNCAN-JONES, R., *The Economy of the Roman Empire. Quantitative Studies*, Cambridge Univ. Press, 1982.
- ECK, W., "Römische Grabinschriften. Aussageabsicht und Aussagefähigkeit im funerären Kontext", en H.Von Hesberg-P.Zanker eds., *Römische Gräberstrassen. Selbstdarstellung-Status-Standard*, München, 1987, 61-83.
- GERACI, G., "Note di diritto sepolcrale romano:dalla collezione di epigrafi urbane già nella Rocca di Cuscoli", *Studi Romagnoli*, 20, 1969, 375-413.
- KEPPIE, L., *Colonisation and Veteran Settlement in Italy 47-14 B.C.*, Roma, 1983.
- LEVEAU, Ph., "Nécropoles à Caesarea de Maurétanie", en H.Von Hesberg-P.Zanker eds., *Römische Gräberstrassen. Selbstdarstellung-Status-Standard*, München, 1987, 281-290.
- MEIGGS, R., *Roman Ostia*, Oxford, 1985.
- ORTALLI, J., "La Via dei Sepolcri di Sarsina. Aspetti funzionali, formali e sociali", en H.Von Hesberg-P.Zanker eds., *Römische Gräberstrassen. Selbstdarstellung-Status-Standard*, München, 1987, 155-182.
- PURCELL, N., "Tomb and Suburb", en H.Von Hesberg-P.Zanker eds., *Römische Gräberstrassen. Selbstdarstellung-Status-Standard*, München, 1987, 25-41.
- REUSSER, Ch., "Gräberstrassen in Aquileia", en H.Von Hesberg-P.Zanker eds., *Römische Gräberstrassen. Selbstdarstellung-Status-Standard*, München, 1987, 239-249.
- ROBINSON, O., "The Roman law on burials and burial grounds", *The Irish Jurist*, X, 1975, 175-186.
- RODRÍGUEZ NEILA, J.F., "Aportaciones epigráficas.I.", *Habis*, 14, 1983, 153-192.
- Rossi, A.M., "Ricerche sulle multe sepolcrali romane", *R.S.A.*, V, 1975, 111-160.
- SANTERO, IJA., *Asociaciones Populares en Hispania Romana*, Sevilla, 1978.
- STEENBY, E. M., "La necropoli della Via Triumphalis", en H.Von Hesberg-P.Zanker eds., *Römische Gräber Strassen. Selbstdarstellung-Status-Standard*, München, 1987, 85-110.
- STYLOW, A.U., "Inscripciones latinas del sur de la provincia de Cordoba", *Gerión*, I, 1983, 267-303.

CUADRO III
CONCESIONES DE “LOCUS SEPULTURAE” Y OTROS HONORES MUNICIPALES EN HISPANIA.

N. Referencia	Ciudad	Tipos de Honores							OTROS	Condición Social	Concede los Honores
		LS	IF	LD	ST	ODC	OD	MON	EXQ	THP	
1	CIL, II, 339	x	x		x					Flaminica munic. Flaminica prov. Lusitania	D.D. Collipponensium datam
2	An.Ep.1967, 187	x	x	x	x					Duunviro Flamen colonial Flamen prov.Lusit.	Huic ordo decrevit
3	CIL, II, 1098	x	x							?	D(ecreto) D(ecurionum)
4	CIL, II, 1089	x	x	x						Particular (M)	D(ecreto) D(ecurionum) Populus
5	CIL, II, 1130	x	x		x					Particular (M)	Splendidissimus ordo Italicensis ponendam decrevit.
6	CIL, II, 1184	x	x		x					Particular (H)	Ordo splendidissimus Romulensium decrevit

CUADRO III – (Cont.)

7	CIL, II, 1189	Hispalis	x	x			Particular (H)	Publice d(ecreto) d(ecurionum).
8	CIL, II, 1186	Hispalis	x	x	x		Particular (H)	Ordo Romulensium decrevit.
9	CIL, II, 1263	Alcalá de Guadaira	x	x	x	x	?	Ordo municipii...decrevit.
10	González, IRPC, 31 a	Asido	x		x	x	Particular (H) 18 años	Ordo decrevit.
11	González, IRPC, 532	Ocurri	x		x		?	Ex dec(reto) dec(urionum).
12	CIL, II, 1342	Lacilbula	x	x	x		Particular (H)	Ordo Lacilbulensium decrevit.
13	CIL, II, 5409	Lacilbula	x	x	x	x	Particular (M)	" "
14	CIL, II, 1065	Arva	x	x	x		Particular (H)	Ordo municipi Flavi Arvensis ob merita decrevit.

CUADRO III – (Cont.)

15 González, Habis,8,1977, 436,n.I.	Urso	x	x	x	x	x	Particular (H)	Decur.Genet. decrvr.
16 González AEArq.,55, 1982,163 s., n.17.	Ugia	x	x	x	x	x	Particular (H)	Ordo decrevit.
17 CIL,II,1650	Iliturgicola/ Ipolcobulcola	x	x			x	?	Ordo Iliturgico les. decr.
18 CIL,II,1735	Gades	x	x	x	x		?	Decreto decurionum
19 González IRPC,62	Baelo	x	x	x	x		Particular (M)	Ordo Baelonensium decrevit. Populus
20 CIL,II,2021	Singilia Barba	x	x				Particular (M)	Ordo M.M.Lib.Sing. decrevit.
21 CIL,II,2063	Ilurco	x	x	x			Particular (H)	Ordo publice decrevit.
22 CIL,II,2131	Obulco	x	x	x	x		Edil Duunviro design. 65 años	Ordo Pontificien- sis Obulconensis ...decrevere

CUADRO III – (Cont.)

23 CIL, II, 2150	Bujalance	x	x	x	x	Duunviro	Ordo
24 CIL, II, 2188	Sacili Martiales	x	x	x	x	Flaminica munic. Duunviro Duunviro	D(ecreto) D(ecurionum).
25 An.Ep., 1962, 76.	Corduba	x	x		x	Particular (H) 12 años	Ordo C.C. decrevit
26 Muñiz, Habis, 10-11, 1979-80, 198.	Corduba	x	x		x	Particular (H) Hijo de liberto imperial.	Ordo C.C.P. decrevit.
27 Stylow, Ariad- na, 5, 1988, 147 ss.	Corduba	x	x		x	Duunviro 65 años	Ordo decrevit.
28 Hispania Epigr., 1, 1989, 77, 273.	Corduba	x	x	x	x	Duunviro Pontífice de la colonia 85 años	Ordo C.C.P. decrevit.
29 Stylow, Ariad- na, 5, 1988, 136 ss.	Segida Augurina	x	x		x	Particular (H)	Ordo Augurinatorum Seg. decrevit.

CUADRO III – (Cont.)

30 An.Ep.,1985, 565.	Torre de la Albolafia (Córdoba)	x	x	x	Duunviro	D(ecreto) D(ecurionum) post mortem decreta sunt.-
31 CIL,II,2344	Mellaria	x	x	x	Flamen prov. Baeticae	Ordo Mellariensis decreverunt
32 CIL,II,2345	Mellaria	x	x	x	Particular (M)	Mellarienses decrevere.
33 H.A.E.,12-16, 2181.	Baedro	x	x	x	Particular (H) Particular (H) 75 y 40 años.	Baedronenses Ordo Baedronensis
34 CIL,II,3251	Laminium		x	x	Particular (H)	Municipium Flavium Laminitanum d.d.
35 CIL,II,3251	Baesucci	x	x	x	Particular (H)	D.D.Municipi Bae- succitani Municipium Flavium Baesuccitanum decrevit.
36 CIL,II,3251	Tugia	x	x	x	Particular (H)	Municipium Flavium Tugiense d.d.
37 CIL,II,3251	Vivatia	x	x	x	Particular (H)	Municipium Flavium Vivatense d.d.

CUADRO III – (Cont.)

38 An.Ep.,1933, 5.	Valentia	x	x	x	x	Edil Duunviro Flamen colonial	Ex d.d.Veteranorum ab universo ordine Valent.
39 CIL,II,3745	Valentia	x	x	x	x	?	Uterque ordo Valentinorum decrevit.
40 CIL,II,3746	Valentia	x	x	x	x	?	
41 CIL,II,4611	Baetulo	x	x			Particular (H)	Ordo Baetulon. dedit

Código de abreviaturas

- LS: *Locus sepulturae*.
 IF: *Impensa funeris*.
 LD: *Laudatio*.
 ST: *Stattua*.
 ODC: *Ornamenta decurionalia*.
 OD: *Ornamenta duumviralia*.
 MON: *Monumentum*.
 EXQ: *Exsequiae*.
 THP: *Thuris pondus*.
 H: Hombre.
 M: Mujer.

CUADRO IV.
INFORMACION EPIGRAFICA SOBRE MEDIDAS DE ESPACIOS FUNERARIOS EN HISPANIA.

N.	Provincia.	Ciudad.	In Fronte.	In Agro.	Extensión.	Referencia.
1	Bética	Acinipo	XV	XII	16,20	BRAH,63 (1913),95.
2	"	Adamuz	VIII	-		CIL,II,2182
3	"	Alcalá la Real.	XV	-		CIL,II,5059=ILER,3584
4	"	Alcaudete	XXV	XXV	56,25	CIL,II,1722
5	"	"	XII	-		A.Cabezón,A.E.Arq.,37 (1964),129,n.35.
6	"	Asta Regia	XVI	XVI	23,04	J.González,IRPC,34
7	"	Astigi	XXV	XX	45	An.Ep.,1984,519
8	"	"	XV	XII?	16,20	J.González,A.E.Arq.,55 (1982),157 s.,n.8
9	"	"	XII	X	10,80	CIL,II,1476=ILER,3566
10	"	"	XII	X	10,80	CIL,II,1487
11	"	"	XII	X	10,80	CIL,II,1503=ILER,3562
12	"	"	XII	X	10,80	CIL,II,1501=ILER,3591
13	"	"	XIII	X	12,60	CIL,II,1510=ILER,3567
14	"	"	XII	XX	21,60	CIL,II,1511=ILER,3568
15	"	"	XII	X	10,80	CIL,II,5457=ILER,3569
16	"	"	XV	XV	20,25	CIL,II,5054=ILER,3587
17	"	"	XV	XV	20,25	HAE,12-16,2059=MMAP,16-18,1955-1957,195.
18	"	"	XII?	-		An.Ep.,1982,523
19	"	"	X...?	XX		An.Ep.,1982,528
20	"	"	XIII	XIII?	17,64	An.Ep.,1982,529
21	"	"	XXXIII	XXVII	82,62	S. Ordóñez, <i>Colonia Augusta Firma Astigi</i> , Sevilla, 1988, p.88
22	"	"	-	X		Idem, p.89

CUADRO IV.

INFORMACION EPIGRAFICA SOBRE MEDIDAS DE ESPACIOS FUNERARIOS EN HISPANIA.

23	"	"	XV	XV	20,25	HAE,12-16,2058
24	"	"	XV	-		HAE,12-16,2060
25	"	"	XII	X	10,80	J.González,A.E.Arq.,55 (1982),158 s.,n.10
26	"	"	XII	X	10,80	Idem,159 s.,n.11
27	"	"	XX	XIII	25,20	An.Ep.,1982,527
28	"	Baena	L.P.CXX			CIL,II,1598
29	"	Bujalance	XX	XXXX	72	CIL,II,2154
30	Tarracon.	Baeza	-	-		CIL,II,3311=ILER,3565
31	"	Carthagonova	CXX	X/C/	972	CIL,II,3444
32	"	Castulo	XXXII	XXX	86,40	CIL,II,3282=ILER,3577
33	"	"	XII	VII	7,56	CIL,II,3295=ILER,3578
34	"	"	C/IIII?	IXI?		CIL,II,3292
35	"	"	XX	XXVIII	50,40	D'Ors-Contreras,Emerita,XLV,p.16,c.
36	"	"	XXXV	XXXV	110,25	Idem,p.16,d.
37	Bética	Ceret	XV ...?	-		J.González,IRPC,112
38	"	"	XV	X...?		Idem,114
39	"	"	XVI	XII	17,28	Idem,118
40	"	Corduba	XII	X	10,80	CIL,II,2270=ILER,3589
41	"	"	XV	XV	20,25	CIL,II,2300=ILER,3523
42	"	Doña Mencía	A pariete	p.X		Valverde y Perales,Historia de la villa de Baena,1903,48 s.,fig
43	Lusitania	Emerita	X	IX	8,10	Eph.Ep.,VIII,373,n.51
44	"	"	IX	IX	7,29	CIL,II,549=ILER,3576
45	"	"	XII	VIII	8,64	CIL,II,529=ILER,3570
46	"	"	XII	-		CIL,II,503

CUADRO IV.
INFORMACION EPIGRAFICA SOBRE MEDIDAS DE ESPACIOS FUNERARIOS EN HISPANIA.

47	"		XII	XII	XII	12,96	CIL,II,586=ILER,3561
48	"		XI	XI	VII	6,93	CIL,II,574=ILER,3594
49	"		XII	XII	VIII	8,64	Eph.Ep.,IX,75=ILER,3563
50	"		XII	XII	VIII	9,72	BRAH,55 (1909),363
51	"		XII	XII	X	10,80	Eph.Ep.,IX,79=ILER,3564
52	"		VII	VII	X	6,30	Eph.Ep.,IX,78=ILER,3579
53	"		XII	XII	VIII	8,64	CIL,II,545
54	Bética	Epura	XV	XV	XX	27	CIL,II,2166
55	"	Igabrum	L.P.LV	L.P.LV			An.Ep.,1983,540
56	"	"	XVIII	XVIII	I	1,62	CIL,II,5057=ILER,3590
57	"	"	XVIII	XVIII	XXXVI	58,32	CIL,II,1630=ILER,3595
58	Tarracon.	Ilugo	L.P.?	L.P.?			Eph.Ep.,IX,323=CIL,II,3245
59	Bética	Ipagrum	XI	XI	VIII	7,92	CIL,II,1523=ILER,3592
60	"	Italica	XX	XX	XX	36	CIL,II,1133
61	Lusitania	Metellinum	XII?	XII?	-		CIL,II,611
62	"	"	XII?	XII?	-		CIL,II,615
63	Bética	Obulco	XII	XII	XV	16,20	CIL,II,5520=ILER,3593
64	"	"	XIII	XIII	XIII	17,64	CIL,II,2140=ILER,3588
65	Lusitania	Olisipo	XXX	XXX	XX	54	CIL,II,216=ILER,3560
66	Bética	Ossigi	L.P.XXX	L.P.XXX			A.Cabezón,A.E.Arq.,37 (1964),148,n.57.
67	"	Ostippo	XI	XI	XII	11,88	A.Recio,BIEG,XC (1976),pp.86 s.,n.11.
68	"	"	XII	XII	X	10,80	Idem,pp.81 s.,n.5.
69	"	<i>Puente Genil</i>	L.P.XV	L.P.XV			A.M.Canto,Habis,5 (1974),p.224,n.2.
70	"	Sabora	XXXX	XXXX	XXXX	144	CIL,II,1432=ILER,3573 V.

CUADRO IV.
INFORMACION EPIGRAFICA SOBRE MEDIDAS DE ESPACIOS FUNERARIOS EN HISPANIA.

71	"	Sacili Martialium	XXV	XXIII	54	Eph.Ep.,IX,248=ILS,7595
72	Tarracon.	Saguntum	XX	XX	36	CIL,II,6031
73	Bética	Tucci	XII	X	10,80	ILER,3572
74	"	"	XII	-		A.Cabezón,A.E.Arq.,37 (1964),p.128,n.32.
75	"	"	XII	XII	12,96	CIL,II,1699
76	"	"	XIII	-		CIL,II,1715=ILER,3574
77	"	"	X	-		CIL,II,1712
78	"	"	XII	-		CIL,1713=ILER,3582
79	"	"	XII	-		CIL,II,1714=ILER,3583
80	"	"	L.P.X	-		CIL,II,1718
81	"	"	-	XV		CIL,II,1720
82	"	"	X	-		HAE,8-11,1801=ILER,3586
83	"	"	XXXVI	XXXV	123,12	CIL,II,5056=ILER,3585
84	"	"	XII	VIII	8,64	ILER,3575
85	"	"	L.P.LXXXXV			A.Cabezón,A.E.Arq.,37 (1964),p.121,n.19.
86	"	"	XVIII	XXVIII	45,36	Idem,p.123,n.22.
87	"	"	XV	XXIII	32,40	CIL,II,1689=ILER,3581
88	"	"	XIX	XI	18,81	CIL,II,1692
89	Tarracon.	Ubeda	-	-		CIL,II,5919=ILER,3580
90	Bética	Urso	XII	XV	16,20	CIL,II,1410=ILER,3571
91	Lusitania	Villar de Rena (Badajoz)	L.P.XVI			Eph.Ep.,IX,186=ILER,3537
92	Bética	Castro del Río	CCXXV	CL	3.037,50	R.Neila,Habis,14 (1983),178 ss.
93	"	Iponoba	L.P.?			An.Ep.,1985,560
94	Lusitania	Casas de D.Pedro (Badajoz)	VIII?			An.Ep.,1986,312

MARISOL AIRES FERREIRA

Técnica responsável pelo sector do Património Cultural da Câmara Municipal de Grândola

JOÃO CARLOS LÁZARO FARIA

Técnico responsável pelo sector do Património Cultural da Câmara Municipal de Alcácer do Sal

ESTAÇÃO ROMANA DO CERRADO DO CASTELO

(ESCOLA PRIMÁRIA — GRÂNDOLA)

«Conimbriga» XXX (1991), p. 95-104

RESUMO: No Cerrado do Castelo (Grândola), em terrenos de uma escola primária, os autores descobriram vestígios romanos: umas termas e dois fornos para fabrico de *imbrices*. A reduzida área descoberta não permite a identificação da estação: tratar-se-á de uma *villa*, *mansio* ou *mutatio*. Os escassos materiais recolhidos oscilam entre os séculos I e III/IV d. C.

RÉSUMÉ: Dans la cour de l'école primaire à Cerrado do Castelo (Grândola), les auteurs ont fouillé des vestiges romains: des thermes et deux fours pour la cuisson d'imbrices. L'aire réduite qui a été fouillée ne permet pas l'identification de la nature du site. Il peut s'agir d'une *villa*, *mansio* ou *mutatio*. Les céramiques ramassées datent du I^{er} jusqu'au III -IV^e siècles.

(Página deixada propositadamente em branco)

ESTAÇÃO ROMANA DO CERRADO DO CASTELO (ESCOLA PRIMÁRIA —GRÂNDOLA)

A referência mais antiga que possuímos do Cerrado do Castelo remonta aos inícios do nosso século quando Leite de Vasconcelos, ao visitar o concelho de Grândola, constatou o seguinte:

“Contíguo à Vila de Grândola há dois campos largos e planos cortados por uma estrada que fica sobranceira à várzea do rio Davino, chamados, o da esquerda, para quem sai da vila, *Castelo*, e o da direita, *Castelinho*. O primeiro é, além disso, cortado por outra estrada.

Nestes dois campos, que ocupam grande extensão, aparece numeroso entulho, constituído por cacos, e também alguns restos de paredes e lanços de formigão (*opus signinum*). Entre os cacos reconheci restos de vasilhas finas e telhões (...). Nos mesmos campos apareceram várias moedas de bronze, algumas das quais vieram para o Museu: de Augusto, de Alexandre Severo (séc. III), de Constantino (séc. IV) e uma de Emérita (...). Estes campos, apesar do nome que o povo lhes deu, não podem considerar-se castros, são, porém, assento de uma antiga Grândola”⁹).

Nos anos quarenta, com a construção neste local das instalações da escola primária, muitos dos vestígios então referidos foram destruídos ou bastante danificados.

Após uma visita dos signatários ao local, foi, porém, possível ainda identificar alguns restos arqueológicos no recinto da escola e terrenos adjacentes, tendo sido levada a efeito uma ampla intervenção, superiormente autorizada, faseada em duas campanhas, uma em 1989 e outra em 1990.

Os objectivos fundamentais destas campanhas prendiam-se com a realização de sondagens no terreno contíguo à escola—local onde estava

(9) José Leite de VASCONCELOS, *Excursão Archeologica à Extremadura Transtagana*, in “O Archeologo Português”, vol. XIX, Lisboa, 1914, pág. 310.

prevista a construção de novas instalações — e também a tentativa de delimitar com maior exactidão a real extensão da estação arqueológica.

Foi possível, assim, individualizar dois núcleos a escavar: um primeiro núcleo contíguo à cantina da escola e um segundo núcleo situado imediatamente junto à entrada da escola.

No primeiro núcleo, foram descobertas uma série de estruturas do período romano, formando compartimentos entre si, cujos pavimentos são de *opus signinum*. Não foi encontrado qualquer nível arqueológico, pois toda esta zona estava, antes desta intervenção, perfeitamente visível, tendo-se procedido unicamente a um mero trabalho de limpeza para colocar estruturas à vista.

No segundo caso, foram detectados um conjunto de estruturas com muros de xisto, ligados por argamassa, tecnicamente semelhantes aos já referidos, e que corresponderiam a umas termas ou balneário da época romana.

As construções ora descobertas são constituídas por quatro pequenos tanques, uma piscina e duas salas.

Todo o conjunto foi bastante afectado aquando da construção da escola primária, não se detectando qualquer nível arqueológico bem definido, mas apenas camadas sucessivas de revolvimento e entulho com cerâmica vidrada e outros objectos dos anos 50 deste século, tendo sido apenas recolhida uma pouco representativa colecção de materiais romanos.

A um nível inferior ao pavimento da piscina, foram descobertos dois fornos para o fabrico de *imbrices*, cuja construção deverá ter-se verificado numa época de abandono deste local.

Os fornos são circulares, tendo sido utilizados na sua construção *lateres* tubulares, pertença certamente de um *hypocaustum*, posteriormente reaproveitados e ligados por argamassa.

A cobertura destes fornos era abobadada, formada por uma fina camada de argamassa a qual assentava igualmente numa pouca espessa camada de argila.

Formados apenas por uma câmara circular, neles se encontraram abundantes *imbrices*, alguns dos quais marcados com dedadas feitas quando a pasta ainda estava fresca. Abase era constituída unicamente por terra argilosa e fragmentos de *lateres* e pedra. Restos de carvão foram encontrados também no forno.

CATÁLOGO

1. PRATO COVO. Bordo revirado para dentro, paredes arqueadas.
Pasta alaranjada, dura, micácea, textura folheada, de pequeno grão, atingindo os 2 mm. Superfícies beges com manchas acinzentadas do contacto com o fogo.
Diâm. — 20 cm.
2. POTE. Bordo amendoado com ombros quase arredondados.
Pasta alaranjada de textura folheada, com pequenas areias e minúsculas micas, com pequenas fendas. Superfícies rosadas alisadas com engobe ocre-alaranjado com bandas estreitas.
Diâm. -18 cm.
3. PRATO COVO. Bordo amendoado, com cotovelo bem marcado.
Pasta bege, de textura folheada, com pequenas fendas e areias, sem micas visíveis. Superfície bege, alisada.
Diâm.- 22 cm.
4. POTE. Bordo oblíquo, ligeiramente côncavo no dorso e ombros arredondados, com vestígios de asa de fita a nascer na sobeira do bordo.
Pasta acinzentada, micácea e arenosa. Superfície externa com engobe cinzento claro e bandas estreitas de alisamento.
Diâm.-12 cm.
5. ALGUIDAR. Bordo em pingo, paredes arqueadas.
Pasta alaranjada, dura, ligeiramente micácea, de textura folheada, com pequenas fendas e alvéolos. Superfície bege-rosada.
Diâm .- 42 cm.
6. POTE. Bordo ligeiramente revirado para fora, ombros quase rectos.
Pasta alaranjada, branda, muito micácea, relativamente depurada, com pequenas areias e fendas.
Diâm.-16 cm.
7. POTE. Bordo revirado para fora e arqueado, ombros convergentes e quase rectos.
Pasta arenosa, queimada pela cozedura.
Diâm.-14 cm. ⁸
8. POTE. Bordo ligeiramente revirado para fora, com arranque de asa a nascer do bordo.
Pasta alaranjada, com textura folheada, com pequenas fendas e alvéolos, minúsculas micas e pequenas areias, com nódulos ferruginosos. Superfície bege com bandas de engobe alaranjado.
Diâm.- 14 cm.

9. ALGUIDAR. Bordo em pingo, paredes muito divergentes.
Pasta alaranjada, de textura folheada, com pequenos grãos, micas e alvéolos. Superfície bege alaranjada. Orifício de um centímetro de diâmetro junto ao bordo.
Diâm.- 37 cm.
10. PRATO COVO. Bordo de forma triangular.
Pasta alaranjada, de textura arenosa, com pequenos alvéolos e micas. Superfície bege alaranjada, com engobe ocre vermelho no bordo e bandas horizontais no seu interior.
Diâm.- Impossível de determinar.
11. IMBEX.
Pasta porosa, com fendas, alvéolos e nódulos atingindo os 2 cm. Tonalidade amarelada. Superfície externa com marcas bem profundas de alisamento, feito com os dedos. Não ilustrado.
12. TALHA. Bordo em forma de rim, dobrado sobre os ombros.
Pasta ocre-alaranjada, cinzenta esverdeada para o seu interior, com pequenas areias e minúsculas micas. Superfície rosada com manchas negras do contacto com o fogo.
Diâm.- 39 cm.
13. TALHA. Bordo em forma de rim, dobrado sobre os ombros.
Pasta de tonalidade bege alaranjada de aspecto arenoso, com pequenos alvéolos. Superfície bege.
Diâm.- 36 cm.
14. TALHA. Bordo ligeiramente engrossado.
Pasta castanha, dura, de aspecto arenoso, muito micácea, com pequenos grãos e alvéolos. Superfície muito micácea.
Diâm.- 34 cm.
15. TALHA. Bordo em forma de rim, achatado.
Pasta acastanhada, com pequenas areias, de textura folheada, ligeiramente micácea. Superfície bege alisada.
Diâm.- 30 cm.
16. TALHA. Bordo engrossado, corpo possivelmente ovoide.
Pasta queimada da cozedura, micácea. Superfície cinzenta escura.
Diâm.- 36 cm.
17. TALHA. Bordo ligeiramente engrossado.
Pasta castanha escura, dura, de aspecto folheado, de grãos pequenos, micácea, com pequenas fendas e alvéolos, superfície acastanhada.
Diâm.- 30 cm.

18. TALHA. Bordo engrossado, corpo possivelmente ovoide.
Pasta queimada da cozedura, micácea. Conserva vestígios de um grafito junto ao bordo.
Diâm.- 36 cm.
19. TALHA. Bordo ligeiramente engrossado e canelado.
Pasta de tonalidade castanha escura, com textura folheada, de pequeno grão, atingindo os 2 mm, minúsculas micas e pequenos alvéolos e fendas. Superfície acastanhada.
Diâm.- 30 cm.
20. TALHA. Bordo engrossado e possivelmente ovoide.
Pasta de tonalidade castanha alaranjada e castanha escura para o interior. Textura arenosa, com pequenas areias e minúsculas micas. Superfície alisada de tom alaranjado.
Diâm.- 44 cm.
21. TALHA. Bordo ligeiramente engrossado e canelado.
Pasta de tonalidade alaranjada, branda, com pequenas micas, de textura folheada, com pequeno grão e fendas. Superfície alaranjada, mais clara que a pasta.
Diâm.- 24 cm.
22. TALHA. Bordo engrossado.
Pasta alaranjada, dura, ligeiramente micácea, de textura folheada, com pequenas fendas e alvéolos, com areias atingindo 1 cm. Superfície bege alaranjada.
Diâm. - 26 cm.
23. TALHA. Bordo arqueado para fora.
Pasta de tonalidade alaranjada e acastanhada para o interior devido à cozedura. Micácea, com pequenas fendas e alvéolos.
Diâm.- Impossível de determinar.
24. TALHA. Bordo engrossado, corpo possivelmente ovoide.
Pasta acastanhada, de aspecto arenoso, com pequenas fendas, alvéolos e minúsculas micas. Superfície bege rosada.
Diâm.- 36 cm.
25. FRAGMENTO DE TAÇA DE TERRA SIGILLATA ITÁLICA DA FORMA RETTERLING 5
Pasta rosada, branda, micro-granulosa, com pequenas calcites. Verniz castanho-alaranjado, de brilho acetinado.
Bordo reentrante, com o interior convexo. Parede rectilínea e oblíqua. Relevo aplicado em espiral.
Diâm.-12 cm.

CONCLUSÕES

Numa pequena elevação, os vestígios arqueológicos distribuem-se por uma área ainda considerável. Os terrenos que circundam este local são bastante férteis, propícios para a agricultura e criação de gado. A proximidade de uma linha de água, a ribeira de Grândola, assim como a existência de uma barragem romana ⁽²⁾ situada sensivelmente a 2 km a

(2) A primeira referência sobre a barragem romana do Pego da Moura é-nos dada por M. Mateus que nos faz a seguinte descrição:

“(•••) no extremo sul da vila de Grândola houve uma povoação romana no sítio do *Castelo* e *Castelinho* (e talvez Cerrado do Arraial) como se vê nas trincheiras das estradas que partem naquela direcção.

Foi o centro de exploração rural da actual várzea de Grândola, que deve ter atingido um alto grau de perfeição, pois me consta terem nela sido encontrados canos, o que denota a existência de culturas irrigadas, bem como a albufeira ou represa no sítio deste nome, onde ainda existe grande parte do muro primitivo, que me parece de construção romana pela alvenaria.

Posteriormente foi o muro reforçado por outra construção muito diferente e entre cujos contrafortes há restos de uma abóbada duma azenha que utilizaria a energia da queda de água produzida pela represa primitiva já assoreada pelos materiais transportados pelas águas nelas retidas.

Carvalho da Costa, autor da *Corografia Portuguesa*, dá-nos notícia que no sítio de *Corte Galego* se encontram muitos canos de água que, ainda hoje, lavrando-se as terras, se descobrem encaminhados para um sítio a que chamam *represas* ou antes a *Horta* pois supomos que a água das nascentes, que surgiram entre *Corte Galego* e a *Horta*, fosse utilizada nesta, como o nome indica, e que a água do barranco que vem do sul e nascente, retida na albufeira da *Represa*, fosse aproveitada na rega do vale a jusante (...) (MANUEL MATEUS, *Grândola Antiga*, “Album Alentejano” p. 1052-1053).

A barragem do Pego da Moura situa-se na Fonte dos Narizes, junto do lugar das Represas. Aqui apresentamos uma breve descrição dela.

A barragem consiste num muro de planta rectilínea, com um comprimento inicial de cerca de 40 m, possuindo actualmente a altura máxima de 3 m e a espessura de 2,90 m, com 6 contrafortes. Possui uma dupla parede, cujo troço inicial se separou e basculou. Os contrafortes têm a espessura de 2,70 m, o comprimento de 2,90 m e o afastamento de 2,50 m.

No que diz respeito à estrutura do muro, trata-se de uma construção em *opus incertum*, constituindo o núcleo, revestido de ambos os lados por dois paramentos de blocos arrumados, dispostos em fiadas aproximadamente paralelas, que se prolongam em continuidade, pelos contrafortes. Foram também utilizados *lateres* e *opus signinum* na sua construção.

Um estudo detalhado deste monumento está em preparação pelos autores deste artigo e outros investigadores, o qual deverá ser conhecido oportunamente.

sul desta estação, a uma cota mais elevada, iria proporcionar uma fácil irrigação dos terrenos de cultivo, bem como facilitar o abastecimento de água às termas romanas.

A identificação de umas termas neste sítio pode indicar a existência de uma *villa* romana, bem como a de uma *mutatio* ou *mansio*.

Esta última hipótese poderá sair fortalecida se tivermos em consideração a situação geográfica destas ruínas, ou seja, entre duas cidades romanas, *Salada* (Alcácer do Sal) e *Mirobriga* (Santiago do Cacém).

Teríamos assim um edifício à beira da estrada, onde os viajantes podiam encontrar alojamento, tomar alimento, mudar os animais ⁽³⁾.

De qualquer modo não devemos menosprezar o facto de estarmos em presença de uma *villa* ⁽⁴⁾, cujas termas ou balneários poderão ter sido abandonadas antes da exploração agrícola e, por isso, embora a residência tenha sido abandonada pelo proprietário, continuou a ser agricultada pelos criados ⁽⁵⁾.

No presente caso, uma situação deste tipo explicaria a construção em plena época romana dos fornos de *imbrices* na zona da piscina e aproveitando, como referimos, alguns materiais de construção do *hypocaustum*.

Infelizmente, a falta de níveis arqueológicos bem conservados, a quase inexistência de espólio datável, a situação insólita desta estação — no recinto de uma escola — que levanta problemas acerca da continuidade ou não dos trabalhos, constituem factores que explicam de momento todas as dúvidas levantadas.

Por último, refira-se que, ainda assim, o estudo do material arqueológico exumado permite situar cronologicamente esta estação entre os sécs. I e III/IV d. C.

⁽³⁾ Cfr. Jorge de ALARCÃO, 1990, p. 422.

⁽⁴⁾ Num terreno contíguo à estação romana do Cerrado do Castelo, apareceu uma sepultura de inumação do período romano, em data que se ignora, formada por *lateres*, os quais ainda se encontram na posse do proprietário, donde foi exumado um colar de ouro e berilos verdes, um anel de sinete do mesmo material, primitivamente com gema engastada, que faz parte das colecções do Museu Nacional de Arqueologia de Lisboa. Cfr. catálogo *Tesouros da Arqueologia Portuguesa*, Lisboa, p. 10 e 17, n.ºs 142 e 143. Ora, é do conhecimento geral que muitas destas necrópoles aparecem frequentemente associadas a *villae*.

⁽⁵⁾ J. ALARCÃO, *O. cit.*, 1983, p. 116.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Jorge de, *Portugal Romano*, 1973.
- ALARCÃO, Jorge de, *O Domínio Romano*, in *Nova História de Portugal.*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. I, Lisboa 1990, p. 343-489.
- Catálogo *Tesouros da Arqueologia Portuguesa*, Lisboa.
- ALARCÃO, Jorge de, *Cerâmica comum Local e Regional de Conimbriga*, Coimbra 1974.
- DELGADO, Manuela, MAYET, Francoa, ALARCÃO, Adília, Les sigillées «Fouilles de Conimbriga», vol. IV, Paris.
- MATEUS, Manuel, *Grândola Antiga*, in “Album Alentejano”, s. d., p. 1052-1053.
- NOLEN, Jeannette U. Smit., *Cerâmica comum de Necrópoles do Alto Alentejo*, 1973.
- QUÍNTELA, Antonio de Carvalho, et alii, *Aproveitamentos Hidráulicos Romanos a Sul da Tejo*, Lisboa 1986.
- VASCONCELOS, José Leite de, *Excursão Archeológica à Extremadura Transtagana*, in “O Archeologo Português”, vol. XIX Lisboa, 1914.



FIG. 1



FIG. 2



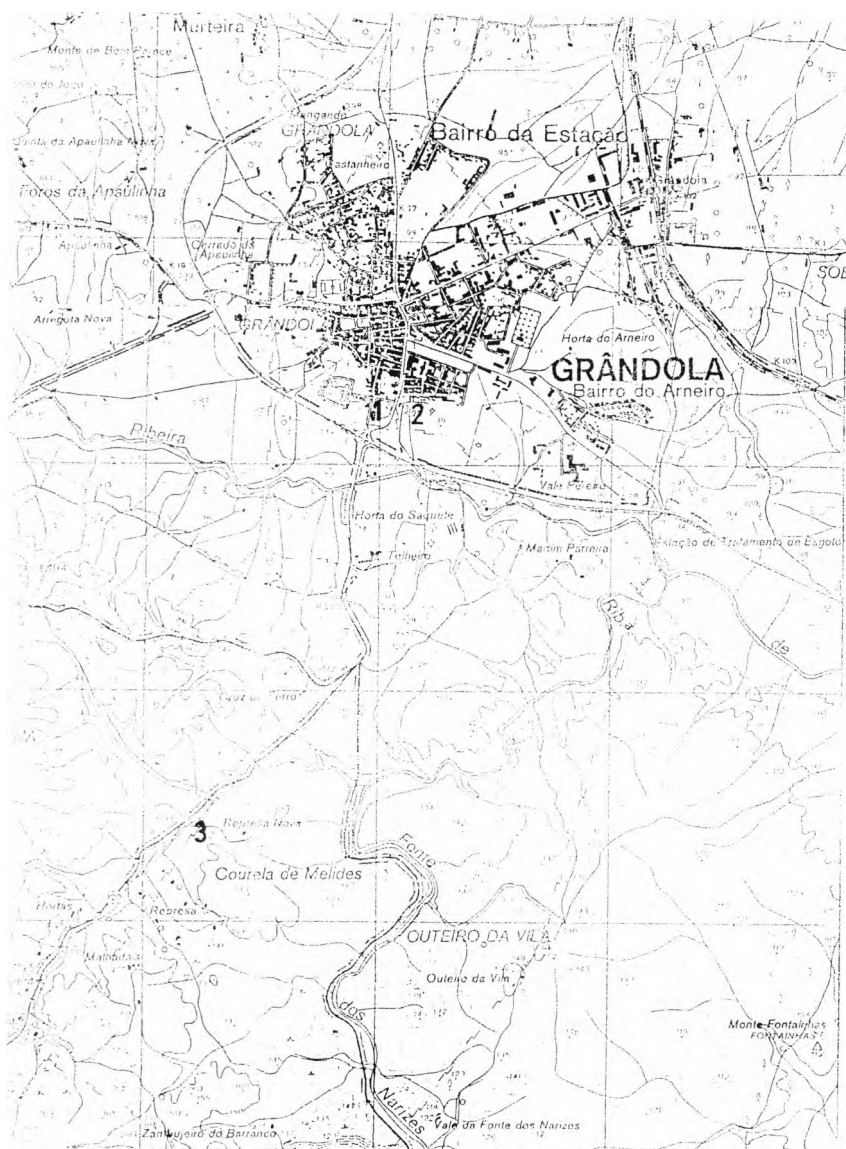
FIG. 3



FIG. 4



FIG. 5



- 1- Estação Romana do Cerrado do Castelo
- 2- Necrópole Romana do Cerrado do Arraial
- 3- 3ª Barragem Romana do Pego da Moura (Represas)

FIG. 6

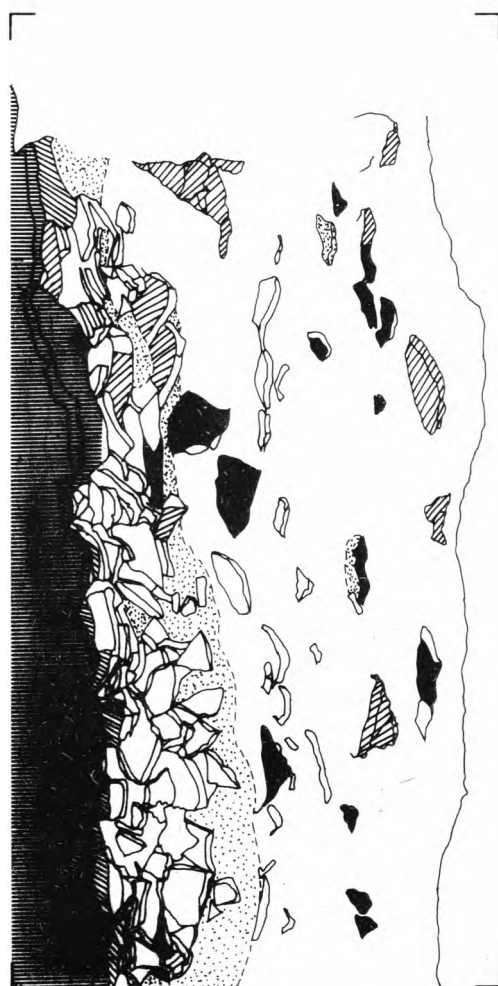


FIG. 7

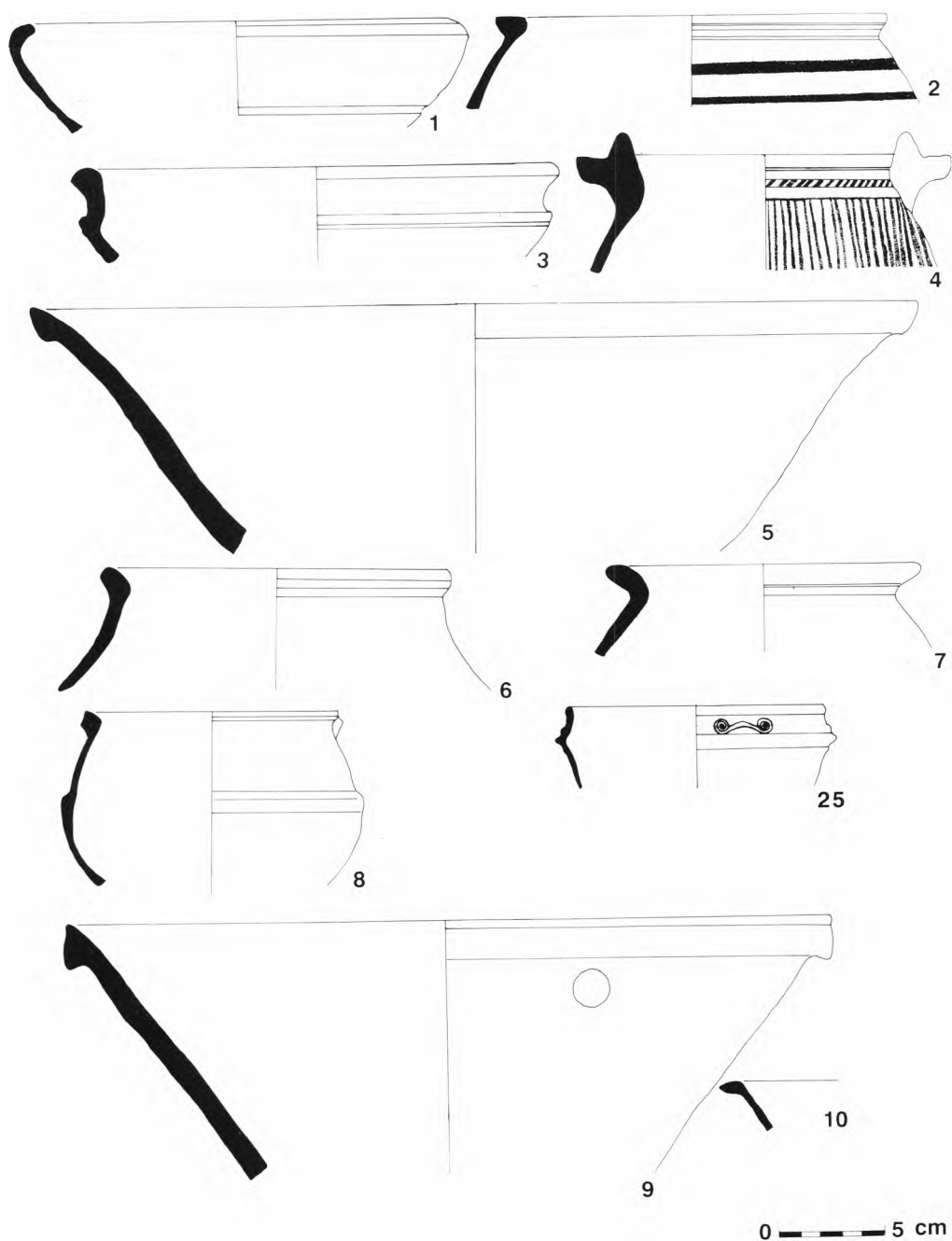


FIG. 8

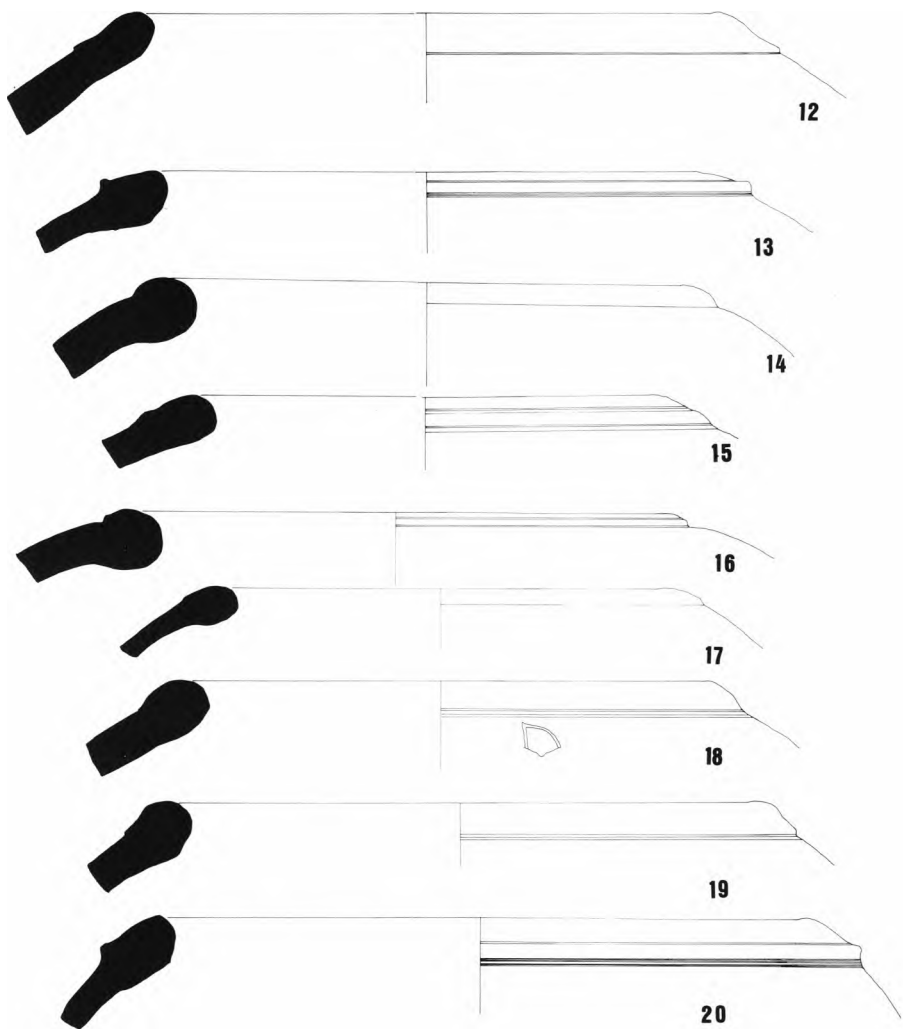


FIG. 9

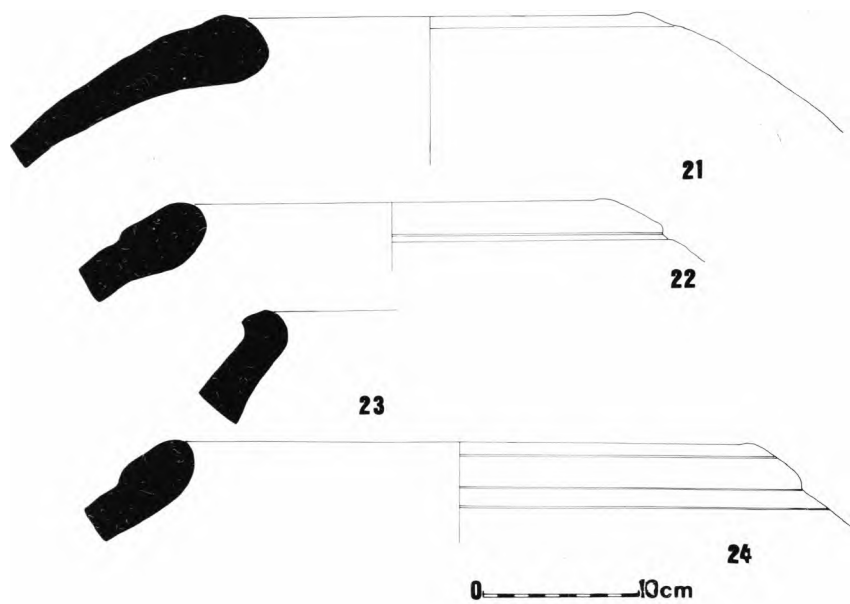
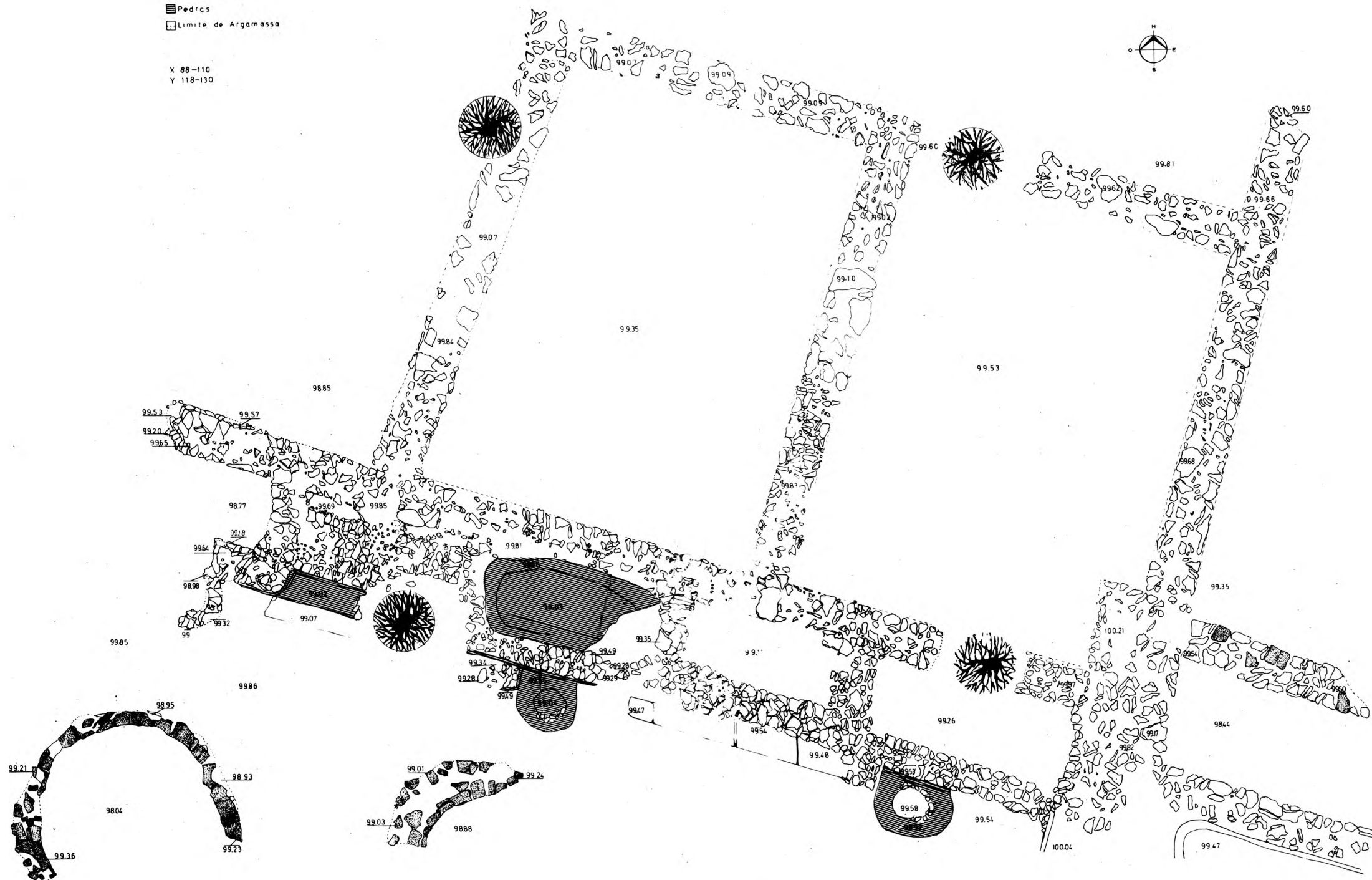


FIG. 10

X 88-110
Y 118-130



(Página deixada propositadamente em branco)

MARISOL AIRES FERREIRA

Técnica responsável pelo sector do Património Cultural da Câmara Municipal de Grândola

JOÃO CARLOS LÁZARO FARIA

Técnico responsável pelo sector do Património Cultural da Câmara Municipal de Alcácer do Sal

A. M. DIAS DIOGO

Assistente da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian

ÂNFORAS LUSITANAS DO CERRADO DO CASTELO, GRÂNDOLA
«*Conimbriga*» XXX (1991), p. 105-108

RESUMO: Os autores publicam quatro fragmentos de ânforas de fabrico lusitano encontrados numa estação da qual se dá notícia neste mesmo volume.

RÉSUMÉ: Les auteurs présentent quatre fragments d'amphores de fabrication lusitanienne, trouvés à Cerrado do Castelo (Grândola). Notice d'une brève campagne de fouilles est publiée dans ce même volume.

(Página deixada propositadamente em branco)

ÂNFORAS LUSITANAS DO CERRADO DO CASTELO, GRÂNDOLA

A estação romana do Cerrado do Castelo, situada na vila de Grândola, foi pela primeira vez referenciada por Leite de Vasconcelos (!). Os materiais que agora estudamos foram recuperados em escavações arqueológicas dirigidas pelos dois primeiros subscritores e realizadas durante o mês de Agosto de 1989.

Neste artigo apenas pretendemos dar conta dos achados anfóricos da campanha de escavações. Resumem-se a fragmentos de quatro ânforas, todas de fabrico lusitano. Este estudo integra-se no projecto de caracterização e sistematização das ânforas lusitanas, que temos vindo a desenvolver (2).

Os fragmentos 1, 2 e 4 são fabricados nas características pastas quartzíticas e micáceas, brandas e porosas, de textura folheada e tonalidades geralmente alaranjadas ou rosadas. O fragmento n.º 1 aproxima-se do tipo Lusitana 12, que poderá ser o seu protótipo. O lábio, triangular e em fita, de pequeno diâmetro, indica-nos um fabrico inicial entre as Lusitanas 2a, que evoluíram para um lábio espessado e boleado, de maior diâmetro.

O fragmento n.º 3 tem a pasta branda, porosa e muito fina, de tonalidades claras, pardacentas e rosadas, que caracterizam um fabrico algarvio. O tipo da ânfora, uma Lusitana 11, é datável da fase “A” de produção.

Q) De Terra em Terra, II, Imprensa Nacional, Lisboa, 1927, p. 94.

(2) Veja-se, por exemplo, de A. M. Dias **DIOGO** e João C. **FARIA**, *Trabalho e produção no Sado durante a época romana*, in “Movimento Cultural”, 6, Setúbal, 1989, p. 81-92. Trata-se da republicação do *Catálogo* da exposição com o mesmo título, organizada pela C. M. de Alcácer do Sal, em Maio de 1989.

CATÁLOGO

1. Fragmento de boca de Lusitana 2a. Lábio extrovertido, de fita e triangular.
Diâmetro do lábio: 16,2 cm. Altura do lábio: 4 cm. Razão diâmetro/altura: 4,05 x.
2. Fragmento de boca de Lusitana 3. Lábio de fita, saliente e pendente.
Diâmetro do lábio: 11 cm. Altura do lábio: 3,3 cm. Razão diâmetro/altura: 3,4 x.
3. Fragmento de boca de Lusitana 11. Lábio extrovertido, em aba, espessado.
Asa cilíndrica, arrancando da sobeira do lábio. Diâmetro do lábio: ? Altura do lábio: ?
4. Fragmento de fundo de Lusitana 4. Cilíndrico e oco. Diâmetro: 4,6 cm.
Altura: 4 cm. Razão diâmetro/altura: 1,15 x.

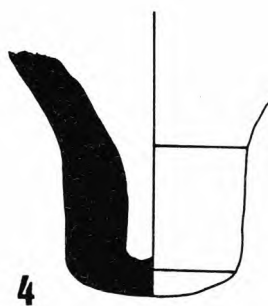
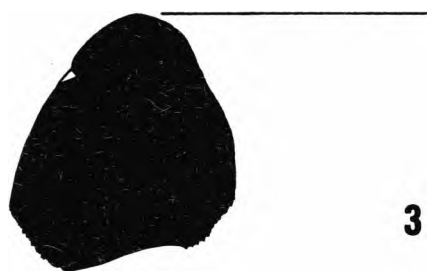
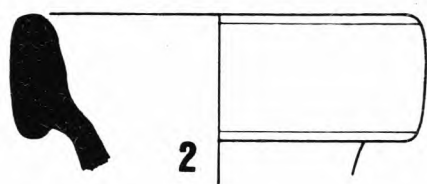
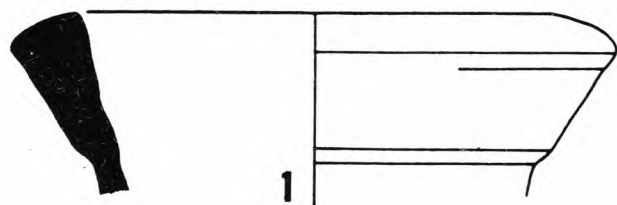


FIG. 1

(Página deixada propositadamente em branco)

MIGUEL PESSOA

Archéologue. Conservateur du Musée Monographique de Conimbriga

**VILLA ROMAINE DE RABAÇAL, PENELA (COIMBRA — PORTUGAL):
RÉALITÉS ET PERSPECTIVES.**

“Conimbriga” XXX (1991), p. 109-119

RÉSUMÉ: Les travaux de 1984-1988 ont permis la mise au jour de la partie résidentielle de la *villa* romaine de Rabaçal à peristyle octogonal et plusieurs pièces pavées de mosaïques rayonnant autour de cet espace central. Le couloir ouest, proche du *triclinium*, est pavé d'une mosaïque figurant les Quatre Saisons et les chevaux (quadriga du cirque en position frontal en analogie avec le char céleste?). Dans le *triclinium* le pavement présente une figure féminine centrale assise, portant une branche, et quatre bustes féminins (Saisons?) dans les angles d'une bordure de rinceaux. La figure centrale serait-elle un portrait de la propriétaire?

La collection des monnaies des fouilles donne l'indication qu'on est en présence d'une *villa* tardo-romaine habitée aux IV^e et V^e siècles de notre ère

RESUMO: Os trabalhos de 1984-1988 permitiram a descoberta da parte residencial da *villa* romana do Rabaçal com peristilo octogonal e vários espaços pavimentados com mosaico formando uma composição de raios à volta deste espaço central. O corredor oeste, próximo do *triclinium*, apresenta um pavimento onde figuram as Quatro Estações e um painel com cavalos (quadriga do circo em analogia com o carro celeste?) em posição frontal. No *triclinium* o pavimento apresenta um painel central com uma figura feminina sentada (retrato da proprietária?) segurando um ramo e quatro bustos femininos (Estações?) nos ângulos da cercadura de ramagens. As moedas recolhidas indicam que se trata duma *villa* tardo-romana provavelmente habitada nos séculos IV e V d. C.

(Página deixada propositadamente em branco)

VILLA ROMAINE DE RABAÇAL, PENELA* (COIMBRA-PORTUGAL) RÉALITÉS ET PERSPECTIVES Q

L'étude en cours de la Villa Romaine de Rabaçal est le résultat d'une prospection sur le terrain réalisée dans l'aire du municípe romain de Conimbriga (2). Les données recueillies ont permis l'analyse de deux aspects liés au développement de la civilisation romaine sur ce territoire. Il s'agit de la dispersion de l'habitat et du réseau de routes, étant donné que la ville constitue un anneau dans la dynamique d'une région qui connaît un grand développement.

Le titre de ma communication sera précisément: "Réalités et perspectives de la fouille de la villa". Elle voudrait attirer l'attention sur les résultats obtenus après cinq ans de campagnes archéologiques (3) et énoncer quelques-unes des options faites pour l'avenir en ce qui concerne la recherche, la conservation et l'impact socio-culturel de cette fouille dans la région.

* Patrimoine de la Câmara Municipal de Penela.

(x) Communication présentée lors du Séminaire de l'Institut d'Archéologie Classique de l'Université Lumière, Lyon II (Mai 1989).

(2) Miguel PESSOA, *Subsídios para a Carta Arqueológica do Período Romano na Área de Conimbriga*, "Conimbriga", 25, 1986, p. 53-73.

(3) Miguel PESSOA, Sálete da PONTE, *Moroços, (Ordem, Rabaçal, Penda)* "Informação Arqueológica", 6, 1986, p. 39.

Id., *Novas Descobertas na Villa Romana do Rabaçal*, "Informação Arqueológica", 7, 1986, p. 38-39.

Id., *Villa Romana do Rabaçal. Um Futuro a Descobrir*, "Informação Arqueológica", 8, (sous presse).

Id., *Villa Romana do Rabaçal, Concelho de Penela, Distrito de Coimbra*, "Informação Arqueológica", 9, (sous presse).

Id., Teresa Folhadela OLIVEIRA, *Villa Romana do Rabaçal/1988*, "Informação Arqueológica", 10, (sous presse).

LES CIRCONSTANCES ET LES ÉTAPES DE LA DÉCOUVERTE

Après quelques consultations auprès de spécialistes il nous est apparu évident que ce lieu était malheureusement l'objet de fouilles clandestines, et cette situation est devenue plus grave par le fait que le bouleversement même du terrain dû aux méthodes traditionnelles de l'agriculture laissaient apparaître en surface de petits blocs de cubes en mosaïque polychrome, des plaques décoratives en marbre, beaucoup de céramique commune et de matériel de construction⁽⁴⁾.

La prise de conscience de cette situation a abouti à ce qu'un groupe de volontaires constitué par des archéologues, des géologues, des habitants du village, des professeurs, des techniciens de restauration, des jeunes et même d'autres personnes exerçant des professions diverses, toutes cependant liées à l'Ecomusée de Condeixa, Arzila et Penela⁽⁵⁾ et au Musée Monographique de Conimbriga fassent approuver par les autorités responsables à l'échelon national un programme de recherches qui a conduit à faire, en 1984, les premiers sondages⁽⁶⁾.

Les travaux faits de 1984 à 1988 sont pour nous la conclusion d'un cycle qui a commencé par les sondages de 1984 et nous ont permis de connaître la partie résidentielle de la *villa*, le noyau central, la stratigraphie, les sujets des mosaïques, les caractéristiques architecturales, les techniques et les matériaux de construction, les placages muraux de marbre, des outils et des objets en céramique, en pierre, en métal ou en os, des vestiges de la faune antique, des témoignages du type d'alimentation et des éléments de datation grâce à des pièces de monnaie du 4^{ème} siècle et de la céramique sigillée claire D de la même époque.

Si en 1984 nous avons découvert l'existence de mosaïques complètes sans parallèle au Portugal, l'année suivante il a été possible de mettre au jour un péristyle octogonal de vingt quatre colonnes de

(4) *Primeiras referências*: Questionário dos Trabalhos para a elaboração da Carta Arqueológica do Distrito de Coimbra lançado pelo Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em 1956. Jorge ALARCÃO, *Portugal Romano*, Lisbonne, 1973, p. 197.

(5) Miguel PESSOA, Lino RODRIGO, *A Exposição "Em Defesa da Memória de Todos" e os Fundamentos para a Criação de Um Ecomuseu em Condeixa/Clube de Condeixa*, 1984. Figueira da Foz, 1985, p. 26-29.

(6) Miguel PESSOA, Sálete da PONTE, *Sondagens no Rabaçal, Penela*, "Arqueologia", 10, 1984, p. 113-116.

marbre avec des piédestaux octogonaux, des chapiteaux ioniques en calcaire et un espace central de seize mètres de large.

Les résultats de la campagne de 1986 ont été la découverte de trois grandes salles: le *triclinium* à double abside, en liaison avec le portique Ouest, l'exèdre, une salle en liaison avec le portique Sud-Ouest et la troisième salle en liaison avec le portique Nord-Ouest. Les deux premières sont ornées de mosaïques, mais pas la troisième.

Les principales conclusions de la campagne 1987 ont été la découverte de vestiges archéologiques à environ 200 mètres de la zone résidentielle, à l'extrémité Nord dans la zone de la *villa* rustique, l'interprétation des sujets des mosaïques (Saisons de l'année, représentation de chevaux du cirque, allégorie de l'Abondance?) et la présence de plusieurs pièces de monnaie du 4^{ème} siècle dans les strates contemporaines de l'abandon de la maison.

Les murs, impressionnants par leurs dimensions découverts pendant la campagne 1988, nous les avons interprétés, comme étant des thermes au Nord et une tour d'angle à l'entrée Sud de la *villa*, mais ils constituent, en fait, un tout qui peut être étudié comme tel. Les relevés topographiques, les dessins de céramique et des métaux, des matériaux de construction des mosaïques, les plans des carrés du carroyage, les relevés stratigraphiques, la prospection électro-magnétique, la couverture photographique et les études de matériaux et des structures nous fournissent les éléments d'une étude préliminaireQ.

ANALYSE DES DONNÉES DE LA FOUILLE (CAMPAGNES 1984-1988)

La *villa* romaine de Rabaçal se situe, conformément aux recommandations de Columelle, sur une pente douce avec une exposition à mi-pente d'une colline couverte d'arbres et près d'une petite rivière⁽⁸⁾.

En accord avec les préceptes de Caton, nous trouvons dans les champs environnants des vignobles, des jardins potagers irrigués, des saulaies, des oliviers, des prairies, des champs de blé, une forêt et des arbres divers ⁽⁹⁾.

(7) Relatórios das escavações 1984,1985,1986,1987,1988, Departamento de Arqueologia do Instituto Português do Património Cultural, Lisbonne.

(8) Columelle, *De re rustica*, I, 4-6.

(9) Caton, *De Agricultura*, I, 7-1. Jorge ALARCÃO, *Portugal Romano*, Lisbonne, 1973, p. 83-85. R. ÉTIENNE, G. FABRE, M. et P. LÈVÊQUE, 2, "Fouilles de Conimbriga", *Épigraphie et Sculpture*, Paris, 1976, p. 117-119.

L'acheminement des produits vers le marché était facile car la route qui reliait *Olisipo à Bracar a Augusta* ^(10 *) traversait la vallée et passait à Conimbriga, situé à une dizaine de kilomètres, au nord de la villa ⁽ⁿ⁾.

La main-d'oeuvre ne manquait pas: esclaves et hommes libres travaillaient sur le *fundus* de la villa car, tout près, il y a plusieurs bourgs ⁽¹²⁾. Une autre villa à mosaïques a été repérée à quatre kilomètres au Nord. Les deux villas s'insèrent dans la centuriation romaine du municipe de Conimbriga dont l'étude est en cours ⁽¹³⁾.

Les vestiges de la villa de Rabaçal visibles en surface s'étendent sur une superficie d'environ un hectare et demi. Ils dessinent un rectangle irrégulier orienté Nord-Sud. La partie résidentielle occupe le côté Sud.

Cette villa a eu une seule phase d'occupation d'après les quelques sondages que nous avons effectués jusqu'ici. En effet, dans la cour du péristyle et dans les espaces situés entre les salles adjacentes à la cour octogonale on n'observe qu'une couche de terre entre la roche vierge et le niveau des mosaïques. La roche est quelque fois intentionnellement taillée pour niveler le terrain.

Le plan de la villa s'articule autour du péristyle octogonal central de huit mètres de côté et vingt et un sur l'axe. A chaque côté de l'octogone est adjacent un rectangle de onze mètres sur dix mètres pour la salle ouest, si l'on en juge d'après les sept salles que nous avons déjà fouillées.

On a donc une composition rayonnante dans laquelle les différentes pièces sont reliées entre elles par le couloir du portique entourant la cour octogonale. Ce portique comporte vingt-quatre colonnes à piédestal octogonale en calcaire d'Ançã, tout près de Coimbra, à fût en marbre d'Estremoz, et chapiteau ionique en calcaire. Les colonnes sont reliées par une bordure en calcaire d'Ançã qui épouse la forme octogonale des piédestaux.

Le sol du portique est couvert de mosaïques polychromes à décor géométrique varié dans les parties rectangulaires et à cercle rempli d'un décor ornemental.

⁽¹⁰⁾ Vasco Gil MANTAS, *Dois Novos Miliários do Território de Conimbriga*, "Biblos", 61, 1985.

⁽ⁿ⁾ Jorge ALARCÃO, R. ETIENNE, J. C. GOLVIN, J. SCHREYECK e R. MONTURET,

A. TAVARES, *L'architecture*, "Fouilles de Conimbriga", 1, Paris, 1979, p. 155-163.

⁽¹²⁾ Miguel PESSOA, *Subsídios*, p. 65-68. Jorge ALARCÃO, *Roman Portugal*, 2, Warminster, 1988, p. 101, n.º 3/175, 3/176, 3/178.

⁽¹³⁾ Miguel PESSOA, *Subsídios*, p. 65.

Le mur extérieur du portique était orné d'une plinthe en marbre haute de 67,5 cm et de 48,5 cm de largeur.

Ce plan obéit au principe de l'axialité et de la symétrie mais l'entrée, située sur le côté Sud, obligeait le visiteur à un parcours en baïonnette quand il voulait se rendre dans la salle principale.

La construction rayonnante est déjà connue au Portugal (Abicada en Algarve, villa du IV^{ème} siècle), et dans villa de Ramalete, en Navarre, même date). D'autre part, la non-axialité de l'entrée par rapport au *triclinium* revient dans d'autres plans de villas de la Péninsule Ibérique. Cette caractéristique revient surtout dans les villas tardives⁽¹⁴⁾.

Le décor des mosaïques du portique accentue le décalage entre l'entrée et le *triclinium*.

Tandis que les couloirs de l'axe Nord/Sud et la salle contiguë au couloir Sud-Ouest présentent une décoration répétitive avec motifs en tresses, en quadrillage de cases, des cercles, des ombelles, des noeuds de Salomon, des dauphins, des vases, des écailles, des postes, des étoiles à huit pointes et des méandres de plusieurs types, le couloir Ouest, en liaison avec la grande salle de réception ou *triclinium* reçoit une décoration plus élaborée avec les quatre Saisons de l'année et un panneau représentant des chevaux. Il s'agit probablement d'un quadriges du cirque en position frontale⁽¹⁵⁾. De la composition on ne connaît que les deux chevaux des bords. Les Saisons de l'année et les divinités qui leur sont liées ainsi que les scènes de victoire ont été représentées soit dans les mosaïques soit sur d'autres supports. La raison de leur popularité doit être attribuée au fait que l'on y voyait des symboles de la fertilité et de la régénération, des porte-bonheur en somme⁽¹⁶⁾.

L'analogie possible du quadriges avec la char céleste évoquerait la maîtrise du soleil sur l'espace visible et sur le Temps. La représentation du cocher vainqueur à la course est comme un encouragement à la victoire pour les propriétaires et, à partir du Bas-Empire, également une exaltation de l'empereur représenté en *Sol Invictus*⁽¹⁷⁾.

(14) Maria Cruz Fernandez CASTRO, *Villas Romanas en España*, Madrid, 1982, p. 187.

(15) Katherine M. D. DUNBADIN, *The Victorious Charioteer on Mosaics and Related Monuments*, "AJA", 86, 1982, p. 72-74. (Schéma XZ, type CI).

(16) *Ead.* p. 83-84 e 86.

(17) *Ead.*

La partie figurée la plus riche dans ces mosaïques se trouve dans le *triclinum*, au delà du portique Ouest, orné des Saisons et du cocher vainqueur.

IL s'agit d'une figure féminine assise sur un trône avec un branche dans la main gauche. Elle est richement vêtue et il faut regretter la lacune qui nous prive de la tête du personnage et d'une partie de la main droite. Aux quatre coins du tableau central orné de cette figure féminine on trouve, insérés dans la bordure à rinceaux, quatre bustes féminins (des Saisons?) dont deux sont conservés. Autour du tableau central on trouve quatre panneaux rectangulaires ou carrés à décor géométrique.

On est peut être devant la représentation allégorique de l'Abondance. Selon une suggestion qui m'a été récemment faite par Janine Lancha, on aurait peut-être ici une image de la propriétaire de la *villa*. Selon nous elle veut affirmer sa richesse, mais aussi sa préoccupation pour les rythmes des travaux agricoles, soumis au déroulement du temps et producteurs de richesses dans le *fundus* de sa *villa*. C'est donc le pouvoir économique et social d'une classe possédante en pleine prospérité qui nous est donné à voir ici⁽¹⁸⁾.

Ce programme rejoint le programme iconographique qui revient dans nombre de mosaïques des *villae* des grands propriétaires agricoles du Bas-Empire ⁽¹⁹⁾. C'est un élément de la vie économique et sociale de cette époque.

Les grands propriétaires pratiquent un nouvel art de vivre qui les éloigné de la vie municipale mais ne les retient pas pour autant toute l'année dans leur *villa* à la campagne.

Ces mosaïques ne ressemblent pas aux mosaïques connues au Portugal ⁽²⁰⁾. Elles nous paraissent, cependant, proches des mosaïques de la "Villa de las Tiendas ⁽²¹⁾" aux alentours de Mérida, datées du IV^{ème} siècle, l'époque où le phénomène rural romain a connu son plus grand essor en Lusitanie ⁽²²⁾.

⁽¹⁸⁾ Jean-Gérard GEORGES, *A propos d'une représentation de "villa" sur une mosaïque de Tolède (Espagne)*, "Conimbriga", 25, 1986, p. 191.

⁽¹⁹⁾ Idem.

⁽²⁰⁾ J. M. Bairrão OLEIRO, *Mosaico Romano, História da Arte em Portugal*, 1, Lisbonne 1986, p. 119.

⁽²¹⁾ J. M. Alvarez MARTINEZ, *Un mosaico con escena de cacería procedente de la villa romana de Las Tiendas (Mérida, Badajoz)* CNA, 14, Vitoria, 1975, Zaragoza, 1977, p. 843-851. Idem, *Catalogo del Museo Nacional de Arte Romano de Mérida*. Madrid, 1988, p. 48.

⁽²²⁾ Martin de CACERES, Fernandez CORRALES, *Un Ejemplo de Relación Campo-Ciudad. La distribucion espacial de los mosaicos romanos en Lusitania*. "Norba", 2, 1981, p. 158.

A Conimbriga pendant la tétrarchie on a modifié des murailles, des maisons seigneuriales, des *insulae* et même le forum⁽²³⁾. On a amélioré les routes⁽²⁴⁾ et la monnaie est arrivée abondamment⁽²⁵⁾. La nouvelle centuriation a modifié les modèles de l'administration du municiple⁽²⁶⁾.

C'est cette phase de prospérité qui se reflète dans la *villa* de Rabaçal qui ne se comprend qu'en relation avec la ville voisine. La poursuite de la fouille nous donnera certainement d'autres éléments pour préciser ce point important.

CONSERVATION

Un premier projet de couverture de la zone résidentielle à mosaïques a été récemment présenté par l'architecte Carlos Marques.

Le maintien des banquettes a permis de protéger les structures en les recouvrant avec du sable non salin. Ainsi sont évitées les nuisances des agents naturels et humains et on ne fera sauter les banquettes qu'après l'installation de la couverture du site. On a prévu un montage qui peut être installé progressivement selon les besoins en offrant une protection pour les travaux archéologiques et pour les éventuels visiteurs.

La dépose des mosaïques est la phase la moins controversée du processus. On ne peut en dire autant de la réversibilité des supports modernes remplaçant le lit de pose antique⁽²⁷⁾. Les essais de dépose et de transport que nous avons réalisés ont eu l'avantage de rendre possible, ultérieurement, la fouille des structures sous les mosaïques.

Ces panneaux de mosaïques dont les qualités esthétiques, historiques et pédagogiques sont tout à fait évidentes, on été traités au "Centro de

(23) Anne Roth CONGES, *L'hypothèse d'une basilique à deux nefs à Conimbriga et les transformations du forum*, "M.E.F.R.", 99/2, 1987, p. 736.

(24) Vasco Gil MANTAS, *Dois Novos Miliários do Território de Conimbriga*, "Biblos", 61, 1985, p. 166-167.

(25) Isabel PEREIRA, Jean-Pierre BOST, J. HIERNARD, *Les Monnaies*, "Fouilles de Conimbriga", 3, Paris, 1974, p. 260.

(26) Vasco Gil MANTAS, *Dois Novos Miliários*, p. 177.

(27) *In Mosaïque*, 1, (ICCROM), Rome, 1977; Id. 2, Périgueux, 1980; *Ibid.* 3, Aquilée, 1983; *Ibid.* 4, Soria, 1986; Adília Moutinho ALARCÃO, Carlos BELOTO, *Restauro de Mosaico*, IPPC, Lisbonne, 1987. Janine LANCHÀ, *Mosaïque in situ en Espagne et au Portugal: état de la question*, "Mosaïque", 3, Aquilée, 1983, p. 39-48.

Melhoramentos do Rabaçal” avec la collaboration de techniciens, de jeunes, de la population et l’appui de la Mairie de Penela⁽²⁸⁾. Ils sont en ce moment dans la salle de Culture de la Mairie de Rabaçal et ont été présentés dans des expositions publiques à Coimbra et lors de Fêtes et Foires locales.

D’autres objets en céramique, en pierre et en métal ont été traités grâce à l’appui des techniciens du Service de Laboratoire du Musée Monographique de Conimbriga.

L’urgente nécessité, pour tout archéologue, de conserver ce qu’il a découvert est notre souci majeur. C’est seulement ainsi que l’on peut espérer maintenir vivante une culture matérielle particulière, dans le lieu même où on l’a découverte.

INSERTION DE LA FOUILLE DANS SON CONTEXTE SOCIO CULTUREL ACTUEL

L’intervention de la population dans toutes les phases de l’action, que ce soit les jeunes, les professeurs, des élèves, des élus, des techniciens de la Mairie, des responsables culturels, des paroissiens, des petits producteurs et des commerçants locaux constitue à notre avis un type de gestion démocratique qui fait que la communication établie peut donner, dans l’avenir, de meilleurs résultats au niveau de la gestion du musée local qui sera implanté sur le site⁽²⁹⁾.

Des mairies⁽³⁰⁾, des organismes de jeunesse⁽³¹⁾, des écoles⁽³²⁾, des musée et écomusées⁽³³⁾, des universités⁽³⁴⁾, des associations⁽³⁵⁾, des

⁽²⁸⁾ Equipe Subventionnée par l’IEFP/F AO J et la *Câmara Municipal de Penela* en 1988.

⁽²⁹⁾ Dan BERNFELD, *Projets de Démonstration; Campagne Européenne pour le Monde Rural*, Strasbourg, en 1988, p. 112-113.

⁽³⁰⁾ *Câmara Municipal de Penela, Gabinete Técnico Local de Condeixa, Junta de Freguesia do Rabaçal.*

⁽³¹⁾ *Campo International/FAO J et Instituto da Juventude.*

⁽³²⁾ Quelques écoles et collèges des communes de Coimbra, Condeixa, Penela, Ansião et Pombal.

⁽³³⁾ Musée Monographique de Conimbriga, Musée Machado de Castro, Musée archéologique national (Madrid), Ecomusée de Condeixa, Penela, Arzila.

⁽³⁴⁾ Université de Coimbra, Université d’Aveiro, CSIC (Madrid), Université de Lyon, Université classique de Lisbonne.

⁽³⁵⁾ Associations culturelles et professionnelles de la commune de Penela et du district de Coimbra. Société portugaise d’Anthropologie (Porto).

instituts⁽³⁶⁾, le Conseil de l'Europe⁽³⁷⁾, et des spécialistes ont pris la Villa Romaine de Rabaçal comme point de référence dans leurs travaux de recherche⁽³⁸⁾ et du point de vue des projets de développement social, touristique⁽³⁹⁾ et culturel⁽⁴⁰⁾.

Notre participation à des réunions scientifiques, comme celle-ci, nous permet et comparer des situations, de mesurer nos connaissances et d'échanger des informations.

(³⁶) Institut d'Archéologie, Institut de Botanique et Musée de Zoologie de Université de Coimbra, Institut de Géophysique de l'Université d'Aveiro.

(³⁷) Mouvement international pour une nouvelle muséologie/ICOM, UNESCO. Campagne européenne pour le monde rural du Conseil de l'Europe.

(³⁸) Jorge ALARCÃO, *Roman Portugal*, I, Warminster, 1988, p. 70.

(³⁹) ADSICO = Association pour le développement de la montagne de Sicó: (Camara municipal de Penela, Condeixa, Soure, Alvaiázere, Ansião e Pombal)/CEE.

(⁴⁰) J. M. Bairrão OLEIRO, *Mosaico Romano* p. 119, 126-127.

N.B. Nous remercions Janine Lancha (Maître de conférences à l'Université Lumière Lyon II) pour son aide précieuse dans la mise en français du texte portugais de cet article.



FIG. 1

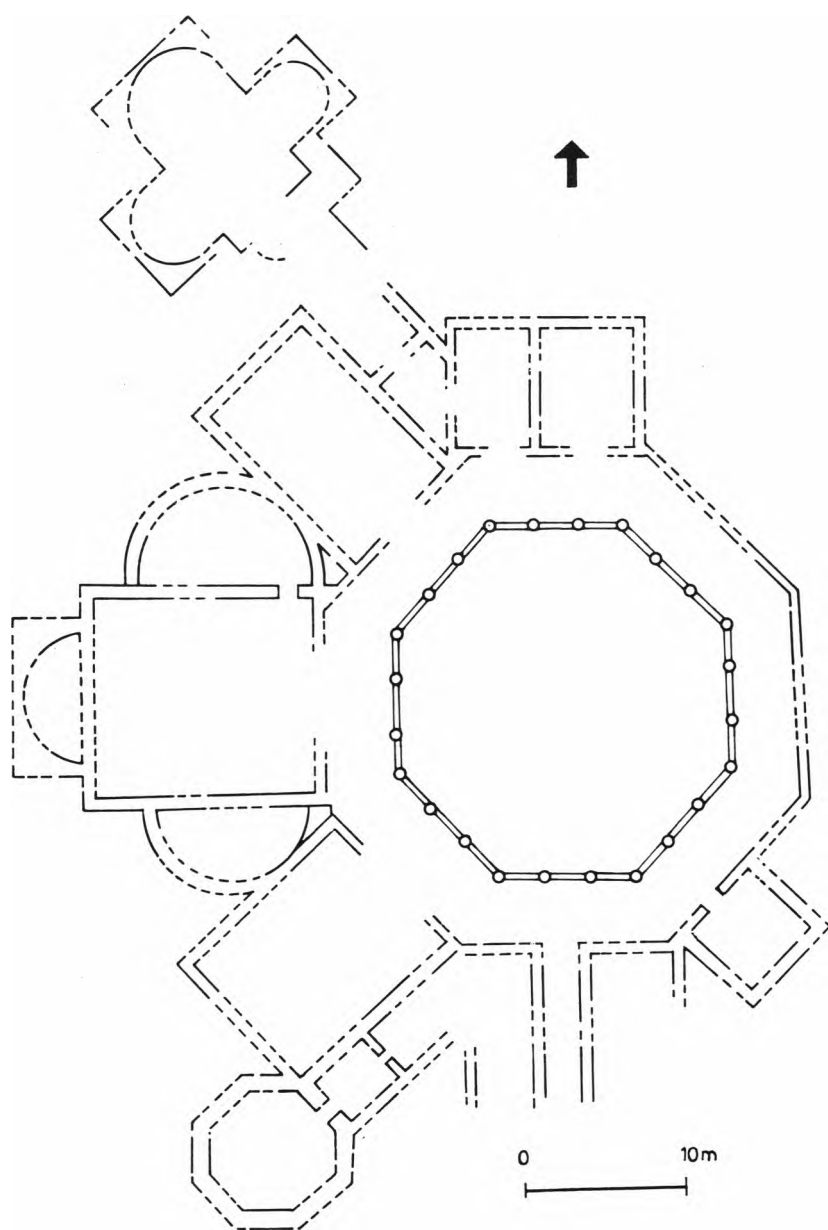


FIG. 2



FIG. 3



FIG. 4



FIG. 5



FIG. 6



FIG. 7

ROBERT ÉTIENNE

Professeur émérite de l'Université de Bordeaux III.

UN NOUVEL AUTEL DÉCOUVERT À CONIMBRIGA

“Conimbriga” XXX (1991), p. 121-128

RÉSUMÉ: Un nouveau petit autel a été découvert dans le mur de la basilique chrétienne de Conimbriga. Il est dédié par un indigène, Tanginus, à Jupiter Optimus Maximus, qualifié de C.. Le problème est de savoir comment développer cette abréviation: on peut hésiter entre *Conservatori* ou *Conimbrigensi*, sans trouver d'argument suffisant pour choisir entre ces deux solutions qui invoquent, chacune à sa manière, une protection.

RESUMO: Descobriu-se uma nova ara na parede da basílica cristã de Conimbriga, dedicada a Júpiter Ótimo Máximo — qualificado de C. — por um indígena, Tanginus.

A questão centra-se, pois, no desdobramento dessa sigla: hesiva-se entre *Conservatori* ou *Conimbrigensi*, sem, no entanto, se poderem aduzir argumentos satisfatórios para escolher uma ou outra das soluções, que, apesar de tudo, evocam, cada qual à sua maneira, uma noção de protecção.

(Página deixada propositadamente em branco)

UN NOUVEL AUTEL DÉCOUVERT A CONIMBRIGA

À l'occasion d'un relevé architectural, un nouvel autel a été rencontré par hasard dans le mur de la basilique chrétienne. En entrant dans une série bien connue (') de petits monuments, il présente une dédicace à un Jupiter Optimus Maximus, qualifié de C., abréviation qui fait problème et mérite examen.

Le monument (vidi).

a. Vu de face (fig. 1 A).

Sa hauteur totale, 256 millimètres, se décompose en trois parties: un couronnement (39 mm) où l'on distingue un tympan compris entre deux *pulvilli*, reposant sur une tablette de 93 millimètres de large. Le tympan est écrêté pour installer la partie circulaire d'un ; une corniche débordant la tablette de 9,1 millimètres de chaque côté, mesurant donc 114 millimètres de large et composé de trois moulures en retrait; le corps de l'autel lui-même définissant un champ épigraphique (129 x 93/92 mm); enfin le socle fait de trois scoties, en débord l'une sur l'autre et hautes respectivement de 9,5 et 5 millimètres, reposant sur la base proprement dite (120 x 40 mm). Les arêtes de la base étant sérieusement épaufrées, il est difficile d'en donner avec précision la largeur.

(') Voir R. ÉTIENNE, À propos d'une inscription retrouvée de Conimbriga, dans *Conimbriga*, 29, 1990, p. 129-136.

b. Vu de côté (fig. 1 B).

Tout l'arrière ayant été débité, il n'est pas aisé de mesurer les épaisseurs: celle du fût, par exemple, va de 33 à 46 millimètres, ce qui reste de la corniche et du couronnement ne dépasse pas 36 millimètres et la base est plus épaisse (55 mm).

c. Vu de dos.

Ayant beaucoup souffert, ce dos ne peut pas nous informer sur la continuation de la corniche et de la base et nous ne savons pas si cet autel était adossé ou non à une paroi.

Quoi qu'il en soit, un tel autel présente une structure et des caractéristiques qui le rapprochent de l'autel L(aribus) *Aquitibus*, encore que le nôtre présente un *focus*, qui confirme, si besoin était, sa nature de monument religieux. Taillé dans un calcaire local, friable, provenant du Jurassique inférieur d'Alcabideque, il est aisé à graver et facile à épaufrer, malheureusement. Toutefois il présente un texte complet.

Le texte

Rappelons que ce texte de six lignes occupe la totalité du champ épigraphique.

I.O.M.C
TANGI
NVS.T®
GINAE.F
5 VOTVM
P.F.S.

Il se développe: I(ovi) O(ptimo) M(aximo) C (développement réservé) Tanginus Tonginae f(ilius) votum p(iissime) f(actum) ⁽²⁾ s(olvit).

Il se traduit: A Jupiter très bon très grand C [...], Tanginus, fils de Tongina, s'est acquitté de son vœu très pieusement formulé.

La lecture ne bute que sur deux difficultés: à la ligne 3, il faut déceler à l'intérieur du O un petit N, à peine gravé, haut de 7 millimètres, et à la

⁽²⁾ On pourrait aussi bien penser à p(ia)/(ide) s(olvit): s'est acquitté de son vœu dans un pieux acte de foi.

ligne 4 un petit F de 1 centimètre de hauteur. Ce mélange de grandes et de petites lettres représente un tic épigraphique cher à l'atelier de Conimbriga ⁽³⁾. La hauteur moyenne des lettres varie de 1,5 à 1,6 centimètre pour les trois premières lignes, de 1,7 à 1,8 centimètre pour les trois suivantes. A cette régularité qui suppose des lignes de guidage, aujourd'hui invisibles, correspond une mise en page soignée, tant à l'horizontale pour chaque ligne, qu'à la verticale pour l'espacement entre les lignes, soit 5 millimètres, sauf 2 millimètres pour l'espacement entre la dernière ligne et la première moulure du socle. Certes *Vordinator* n'a pas complètement maîtrisé la distribution de l'espace puisqu'il a recouru à des lettres plus petites; outre le N et le F déjà signalés, notons le M final de la ligne 5 (13//14 mm).

La qualité de la gravure est remarquable quand le monument a été bien conservé: le C de la ligne 1, les S des lignes 3 et 6, les O des lignes 1 et 5 trahissent une main experte et donc nous amènent à conclure en faveur d'une date haute pour cet autel, qu'au plus tard nous attribuerons à la fin du I^{er} siècle, comme un certain nombre de monuments semblables⁽⁴⁾.

Le dédicant.

Nous avons affaire à un indigène, caractérisé par un nom unique, Tanginus, tout comme son père Tongina. Nous connaissons d'autres individus à Conimbriga qui portent le nom de Tanginus, attesté dans une inscription funéraire ⁽⁵⁾ et sur un peson ⁽⁶⁾, sans oublier sa présence dans la *dédica æ Laribus patriis* ⁽⁷⁾. Tanginus et Tongina sont d'origine celtique et typiques de la zone entre Guadiana, Tage et Douro ⁽⁸⁾. Un nom masculin terminé en -a n'est pas fait pour nous étonner ⁽⁹⁾. Nous noterons que la filiation se fait ici non pas par la juxtaposition du nom du père au génitif, déterminant le nom du fils au nominatif, mais par l'intermédiaire de la

⁽³⁾ *Fouilles de Conimbriga*, II, p. 215.

⁽⁴⁾ *Ibid.*, II, n. os 6, 9 (nouvelle datation dans l'article signalé à la n. 1), 10.

⁽⁵⁾ *Ibid.*, II, n° 61.

⁽⁶⁾ *Ibid.*, II, graffiti 415.

⁽⁷⁾ *Ibid.*, II, appendice I, p. 47-48 = *AE* 1969-1970, 248, une inscription de Mortágua.

⁽⁸⁾ J. UNTERMANN, *Elementos de un Atlas Antroponimico de la Hispania Antigua* (Bibliotheca Praehistorica Hispana, Vil), carte 74, P. 171.

⁽⁹⁾ *ID.*, *ibid.*, cartographie (carte 76) Tongeta, p. 174 caractérisant l'aire lusitanienne.

marque de la filiation par F(ilius), qui dénote un certain degré de romanisation. Ainsi s'il y a continuité dans l'onomastique indigène d'une génération à l'autre, l'introduction de la filiation par F est un indice de transformation du milieu local ⁽¹⁰⁾. Mais cet indice reste timide de l'adoption d'habitudes romaines: s'agissant d'une inscription votive, est-ce que la dédicace s'adresse à une divinité parfaitement romaine ou à une divinité indigène habillée à la romaine ?

La dédicace.

La formule finale est à la fois classique *votum s(olvit)* et singulière *votump(iissime)/(actum) s(olvit)* ou *?(ia)/[ide) s(olvit)* ⁽ⁿ⁾. Il est surtout rare de rencontrer *votum* écrit en entier ⁽¹²⁾, ce qui marque l'insistance du dédicant sur l'accomplissement de son vœu, pieusement formulé, ou vœu acquitté dans un pieux acte de foi: la formule insiste sur la religiosité de cet indigène.

A qui s'adresse ce *votum* ? Au plus grand des dieux, au maître du Panthéon, *Jupiter Optimus Maximus*. On peut toujours se demander si ce Jupiter si romain et si officiel ne cache pas une divinité indigène qui aurait subi une *interpretatio romana*, tout comme dans le Nord-Ouest de la Péninsule ⁽¹³⁾. L'origine celtique du dédicant conforterait cette hypothèse. Comment dans ces conditions développer C. ?

On pourrait songer à trois solutions.

La première consisterait à proposer C(onservatori). Fin 1989, sur 368 inscriptions, entrant dans le corpus épigraphique de Jupiter ⁽¹⁴⁾,

⁽¹⁰⁾ A. TRANOY, *La Galice Romaine. Recherches sur le Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité* (Publications du Centre Pierre Paris, 7), Paris, 1981, p. 368 (= TRANOY, *Galice romaine*).

⁽ⁿ⁾ L'abréviation ne se rencontre ni dans la liste donnée par R. CAGNAT, *Cours d'épigraphie latine*⁴, Paris, 1914 ni dans les *indices* des *ILS*.

⁽¹²⁾ La formule banale *v.s.l.m.* se rencontre dans *Fouilles de Conimbriga*, II, n.°s 3, 21; *v.s.* dans n° 20; *v.s.l.me* dans Appendice I, p. 47-48.

⁽¹³⁾ P. LE ROUX et A. TRANOY, Rome et les indigènes dans le Nord-Ouest de la Péninsule ibérique. Problèmes d'épigraphie et d'histoire, dans *MCV*, IX, 1973, p. 177-231, surtout p. 218-220; TRANOY, *Galice romaine*, p. 315-321.

⁽¹⁴⁾ Je remercie Ph. PÉAUD, qui prépare une thèse sur *Jupiter dans la Péninsule Ibérique* sous la direction d'A. TRANOY, de tous ses renseignements tirés de son fichier informatisé selon le programme PETRAE.

quatorze seulement associent *Conservator* soit à Jupiter, soit à *IOM*. Mais la plupart du temps, *Conservator* est inscrit en toutes lettres ⁽¹⁵⁾ ou abrégé en CONS ⁽¹⁶⁾. Cinq inscriptions plus difficiles à interpréter laisseraient une possibilité de développer IOMC en C(onservatori): or l'inscription d'Orense ⁽¹⁷⁾, présente IOM à la première ligne et C à la seconde; cette lettre ne peut être que le *praenomen* du dédicant, dont les *tria nomina* sont réduits à leurs initiales. La même conclusion devrait être tirée du texte de Covarrubias (Lerma, Burgos) ⁽¹⁸⁾, aujourd'hui perdu et sans doute mal transcrit. En tout cas C serait une initiale de prénom. Seule l'inscription de Lagoaça (Freixo de Espada à Cinta, Bragança) ⁽¹⁹⁾ pourrait fournir la possibilité de développer C en C(onservatori), puisque la lettre intervient sur la même ligne que IOM. On pourrait joindre à ce texte deux autres inscriptions portugaises: l'une à Carviçais ⁽²⁰⁾, une autre à Sabrosa do Douro ⁽²¹⁾.

La seconde possibilité envisagerait de comprendre C(ustodi). Or l'inscription d'Astorga (Asturica) ⁽²²⁾ présente *Custodi* en toutes lettres sur une seule ligne; donc développer C en *Custodi* serait bien hasardeux, d'autant que le contexte de l'inscription nous contraint d'y voir un culte officiel et capitolin.

Le même raisonnement nous conduit à abandonner une troisième possibilité où C serait l'initiale de *Capitolino*, car l'inscription de Tarra-gone ⁽²³⁾ offre l'épithète complète, sans abréviation.

Ainsi jusqu'à présent la statistique nous invite à opter pour un *Jupiter Optimus Maximus Conservator*. Toutefois, puisque nous sommes à Conimbriga, comment ne pas penser à un *Jupiter Optimus Maximus Conimbrigensis*, faisant de Jupiter un dieu tutélaire de la cité ? Nombreux sont les exemples où *IOM* est lié au processus de municipalisation, tel *IOM Municipalis* à Chaves ⁽²⁴⁾. Les communautés semi-urbaines —

⁽¹⁵⁾ Comme par exemple dans *IRPL*, 4 où *Conservatori* occupe deux lignes de l'inscription.

⁽¹⁶⁾ *AE* 1924, 11; *AF* 1976, 321.

⁽¹⁷⁾ *IRG*, IV, 114.

⁽¹⁸⁾ *CIL* II, 2850.

⁽¹⁹⁾ *TAE*, 1977, p. 167-175.

⁽²⁰⁾ *AP*, Vili, 1903, p. 156.

⁽²¹⁾ *AE* 1985, 574.

⁽²²⁾ *AE* 1968, 229.

⁽²³⁾ *CIL* II, 4079 = *RIT*, 33.

⁽²⁴⁾ *AE* 1973, 305.

centuries ou *castella* ⁽²⁵⁾ — font aussi des dédicaces à *IOM*, qui joue un rôle fédérateur avant le développement des villes à l'époque flavienne. Certaines dédicaces ⁽²⁶⁾ ont été également retrouvées dans les temples des *castros* ou à proximité, comme à São Mamede (Moncorvo), où *IOM* est associé à la *civitas Baniensis* ⁽²⁷⁾: on y retrouve le rôle joué par Jupiter, protecteur de la cité. À Conimbriga, sur un autel d'époque flavienne ⁽²⁸⁾, sont exaltés les Lares de Flavia Conimbriga: la population du jeune municipe ressent le lancinant besoin de faire appel à leur tutèle, tout comme un cavalier de la III^e cohorte des Lusitaniens ⁽²⁹⁾ s'est acquitté d'un voeu aux *Diis Deabusque Conimbric (ensibus ou ensium)*. Les divinités protègent la communauté humaine habitant l'*oppidum* de Conimbriga, et le lieu lui-même; sous leur anonymat elles rassemblent toutes les forces divines qui peuvent concourir à leur protection. Elles englobent les divinités indigènes en train de se romaniser et sans doute aussi celles du panthéon romain. Pourquoi, dans ces conditions, ne pas comprendre le nouveau texte de Conimbriga comme s'adressant à un *Jupiter Optimus Maximus Conimbricensis*, d'autant qu'il émane d'un indigène à l'onomastique typiquement lusitanienne ? Avouons cependant nos hésitations. *Conimbricenses* qualifie en toutes lettres les *DU* et les *Deae*, et de plus à une époque certainement antérieure à notre nouveau document.

Dans ces conditions nous ne pouvons qu'avouer la belle incertitude du développement des sigles. Les deux développements trahissent en tout cas la même spiritualité, celle de l'invocation d'une protection, l'une relevant d'une forme plus romaine, *conservatori*, l'autre, *conimbricensi*, accentuant le caractère indigène qui s'imposerait avec l'onomastique du dédicant et celle de son père. *L'interpretatio romana* se ferait alors moins brutale que dans le premier cas et ménagerait sous les Flaviens les transitions vers une totale romanisation.

(25) *Actas del II Seminario de Arqueología del Noroeste*, p. 172,173; AF 1928, 162.

(26) *CIL* II 2850 et AF 1976, 321.

(27) *CIL* II, 2399 = *EE* Vili, 107 = *EE* IX 98 = *ILER*, 47.

(28) *Fouilles de Conimbriga* II, n° 10.

(29) *Ibid*, n° 3.

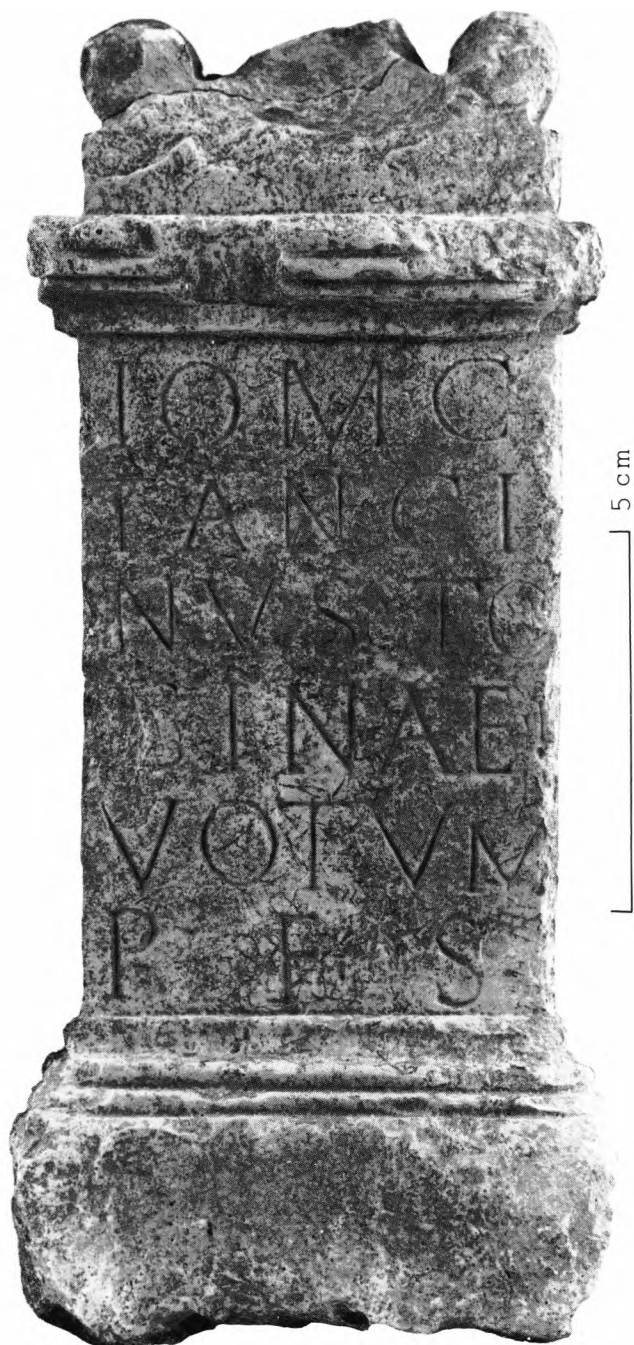


FIG. A

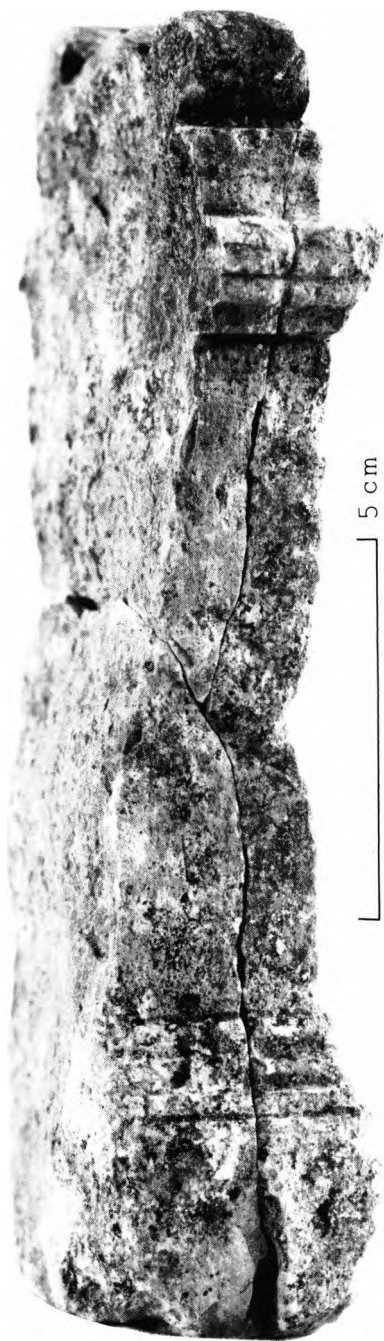


FIG. B

JOAN GÓMEZ PALLARÈS

Profesor Titular de Filología Latina - Universitat Autònoma de Barcelona

“VARIA MUSIVA EPIGRAPHICA I-VII”

“Conimbriga” XXX (1991), p. 129-138

Sumario: El presente artículo recoge varios comentarios y notas surgidos en el proceso de redacción del *Corpus de Inscripciones Musivas de Hispania* (= *CIMH*), I = *Inscripciones Paganas* y II = *Inscripciones Cristianas*, que estamos llevando a cabo. En concreto, en él precisamos aspectos de inscripciones musivas de Faro de Torrox (Málaga) (I), laudas de las Islas Baleares (II-III), Tossa de Mar (Girona) y Torres Novas (Santarém) (IV), Dueñas (Palencia) (V), Talavera de la Reina (Toledo) (VI) y Aironiz (Navarra) (VII).

Summary: This paper tries to collect some notes and commentaries which have arisen in the writing of the *Corpus de Inscripciones Musivas de Hispania* (= *CIMH*) (Corpus of Hispanic Inscriptions over Mosaic Pavements), I = *Pagan Inscriptions* and II = *Christian Inscriptions*, which is now in process. We precise here some aspects about mosaic inscriptions found in Faro de Torrox (Málaga) (I), Balearic Islands *laudationes* (II-III), Tossa de Mar (Girona) and Torres Novas (Santarém) (IV), Dueñas (Palencia) (V), Talavera de la Reina (Toledo) (VI) and Aironiz (Navarra) (VII).

(Página deixada propositadamente em branco)

VARIA MUSIVA EPIGRAPHICA I-VIII

I. Dos Mosaicos circulares procedentes de Faro de Torrox (Málaga)

Pedro Rodríguez Oliva publicaba en los años 1977 y 1978 sendos trabajos sobre las ruinas de la *villa* romana de Faro de Torrox, en Málaga, a saber, “Las ruinas romanas del faro de Torrox y el problema de *Caviclum*”, *Jábega*, 20 (1977), p. 19 y figura 19 y *La villa romana del faro de Torrox, Málaga*, en *Studia Archaeologica*, 48, Valladolid, p.28 y lámina IV. En ellos recogía la existencia (ya hechanotar con anterioridad) de dos pequeños mosaicos circulares que serían recogidos posteriormente por José María Blázquez, *Corpus de Mosaicos de España. Fase. III. Mosaicos Romanos de Córdoba, Jaén y Málaga*, Madrid, 1981, nn.66E y 67 F (= láminas 75 b-c y no 73 b-c, como se indica en la p.98!). Sobre estas dos piezas se hace necesario (tras la publicación de Blázquez) clarificar y puntualizar la información y devolverla, en parte, donde la había dejado Rodríguez Oliva.

En efecto, el primero de los mosaicos contiene una decoración con dos peces difícilmente identificables (Blázquez opina que se trata de “atunes”, mientras que nosotros pensamos más bien en delfines), entre los cuales se encuentra una inscripción. A pesar del carácter supuestamente (*)

(*) Desde 1988 venimos recopilando la documentación necesaria para poder ofrecer en un futuro próximo un *Corpus de Inscripciones Musivas de Hispania* (= *CIMH*). En el momento en que ya hemos empezado la redacción definitiva del mismo (que verá la luz en un primer volumen dedicado a las inscripciones paganas y un segundo, escrito en colaboración con el Prof.Marc Mayer, dedicado a las cristianas), creemos oportuno también iniciar la publicación de unas notas críticas dedicadas a este especial tipo de epigrafía (en *Hispania* y no), que irán recogiendo rectificaciones, novedades, reflexiones, etc., surgidas al hilo de nuestro trabajo cotidiano en este campo.

moderno del mosaico (¿una falsificación?) que le atribuyen Rodríguez Oliva y Blázquez, no debe uno dejar de transcribir el texto, griego:

[---]ΠΟΥΧΙΑ

El segundo mosaico circular (no sabemos si esa forma es original o quedó así convertido cuando fue trasladado al Museo de la Alcazaba de Málaga: es evidente que se desconoce el emplazamiento original exacto, en la *villa*, del que procede el mosaico) presenta una decoración geométrica, con un círculo central del que surgen ocho brazos inscritos en un círculo mayor (la coincidencia numérica y una indicación realizada con anterioridad por Tomás García Ruiz hacen que Blázquez identifique esta decoración con un pulpo). La inscripción adopta un formato circular, en la cenefa exterior y de ella podemos leer (que no entender, como ya sucedía con el texto griego):

[—]LEV[—]AS[—]ARIONEO[—]

Blázquez transcribía tan sólo *Arionio*. No se duda de la autenticidad de esta inscripción, fechable en el siglo IV d.C.

II. Sobre fragmentos de laudas baleáricas.

Cristóbal Veny, en *Corpus de las inscripciones baleáricas hasta la dominación árabe*, Roma, 1965, publica diversos restos de laudas sepulcrales sobre mosaico procedentes de Sa Carrotxa de Manacor (Mallorca). En concreto, nos referimos a sus nn.70-72, que rezan así:

70 (= lámina XX, figura 70)

[puella H]0/N0RIA AN III / I(n) P(ace) V(ixit) ET POST/A EST
DIE s II K(alendas) / APRILIS [IN Ch]R(is)T(o)

71 (= lámina XXI, figura 57)

a) ...APRE...

b) ..I.LES

72 (= lámina XXI, figura 58)

a) ..

..ISC.

b) ...III KA

c) ..LE

d) ...RE..

Veny sufrió diversas confusiones que conviene aclarar. Su inscripción n.70 (ensamblada a partir de diversos fragmentos) puede mantenerse en líneas generales, aunque nosotros no leemos exactamente como él:

[—HO?]
NOR[I]A AN[NORVM]

[—]ETPOSIT[A]
E[S]T DIE [—] III K[AL(endas)]
APRIL[IS—]R[—]

A nuestro entender, lan.71 no debe leerse como si de dos fragmentos se tratara, sino:

[—] (hédéra) K[AL(endas)] APRE[LES—] ILES[—]

La mayor confusión, con todo, se opera en los fragmentos del n.72. Bajo este número edita Veny, por segunda vez, fragmentos que ya habían sido “ensamblados” en los dos textos anteriores. En concreto:

El texto b) III KA es el mismo que el último fragmento de la línea 4 del n.70 (editado por nosotros [—]III K[AL(endas)]): el perfil del dibujo de la lámina XXI, figura 58 (superior derecha), se corresponde exactamente con ese fragmento (*vid.* lámina XX, figura 56).

El texto c) ..LE es, por segunda vez, el penúltimo fragmento de la inscripción n. 71 (editado por nosotros ILES[—]: compárese

El perfil del dibujo de la lámina XXI, figura 58 (inferior izquierda) con la foto de la lámina XXI, figura 57.

El texto d) ...RE., es el mismo que el cuarto fragmento (de izquierda a derecha) de la n.71, que incluye el remate final de la R y el cuerpo de la E (editado por nosotros -RE[LES—]): compárese cómo coinciden el perfil de la lámina XXI, figura 58 (inferior derecha) con la foto de la lámina XXI, figura 57 (fragmento indicado).

El único fragmento que no hemos podido identificar con los nn.70-71 es el a) ...ISC..., al que debemos otorgar, en principio, entidad propia (no así los otros tres, que deben desaparecer de un futuro *corpus* de inscripciones, sean musivas y/o baleáricas).

III. La edad de *Balería*.

La conocida lauda sepulcral dedicada a *Balería*, procedente de Son Pereto, Mallorca (editada por ICERV 269; P. de Palol, *Arqueología cristiana de la España romana. Siglos IV-VI*, Madrid, 1967, p.324; C.Veny, op. cit. *supra*, s.n.64 y H.Schlunk-Th.Hauschild, *Di'cDc/zLraú/cr der frühchristlichen und westgotischen Zeit*, Mainz a.Rhein, 1978, pp.180-181) plantea problemas en relación con la edad de la difunta, indicada en el texto con una controvertida abreviatura. Esta ha sido interpretada como XX, XXVI, LXX, LXXIII, etc. Según nuestra opinión, el texto debe leerse así:

BALERIA
FIDELIS IN
PACE VIXIT
ANNIS LX TR(an)S(ivit)
DE HAC VITA
S(ub) D(ie) II KAL(endas) OCTO(bris)

El sistema de abreviaturas que se sigue en esta lauda es muy similar al de los manuscritos hispanos en escritura visigótica, en que existe una evolución en el *ductus* para la cifra XL, que consiste en “volar” la X unida a la L, casi por encima de la línea de escritura y reducida a un tercio de su tamaño habitual. Este “símbolo” se instituye con el valor de “40” y es

seguido, posteriormente, también por el LX, con la única diferencia de la posición de la X “volada”. El sistema también se utiliza en el Norte de Africa y pensamos que la datación tardía de la lauda (mediados del siglo VI d.C.) junto con la relación entre esa zona hispánica y el Norte de Africa, pueden haber llevado al uso de tal abreviatura en la lauda estudiada. Así pues, proponemos que *Balería* murió a la edad (*ca.*) de 60 años.

IV. La interpretación de los mosaicos de Tossa de Mar y Torres Novas.

Hispania ofrece algunos buenos paralelos para la correcta interpretación de cierto tipo de inscripciones, controvertidas desde distintos puntos de vista.

La inscripción de la *villa Vitalis* (así llamada) de Tossa de Mar (Girona), que reza

a. SALVO
VITALE FELIX TVRISSA

b. EX. OF
FIONA FELICES

(última edición de G.Fabre-M.Mayer-I.Rodà, *Inscriptions Romaines de Catalogne. III. Gérone*, Paris, 1991, n.II), siempre había sido interpretada en relación con la iconografía del mosaico (una figura humana togada que se identificaba con Vital = dueño de la finca) en el sentido de que “si Vital está bien de salud (Abl. Abs.), Tossa (= *Turissa*) se siente afortunada”. En realidad, la figura es una alegoría del lugar donde se encontraba el mosaico, una alegoría femenina (hipótesis de Isabel Rodà) y lo que, por tanto, “representa” el mosaico (siempre en relación con la inscripción), no es *salvo Vitale*, sino *felix Turissa*.

Esta interpretación permite corregir lo que pensábamos de otro pavimento musivo (no constituye un paralelo iconográfico, en este caso, sino textual), procedente de Torres Novas (Santarém, Portugal), que dice:

VIVENTES
CARDILIVM
ET AVITAM
FELIX TVRRE

Con el paralelo de Tossa de Mar y otro (no en soporte musivo), publicado por Géza Alföldy (*RIT* 369:....*salvis Augustis... felix Tarraco*), podemos interpretar ahora esta inscripción como “Si Cardilio y Avita se encuentran vivos (Ac. Abs., nada extraño en un texto fechable en el siglo III d. C.: *CIL* VI3081, *legitimus fecit salvos commanipulos*, también del siglo III d. C), su casa se siente afortunada”.

V. Sobre el mosaico de Dueñas (Palencia).

En el mosaico que adornaba el *tepidarium* de la villa de Dueñas (Palencia), se representa un magnífico caballo que lleva la inscripción (en su cuello):

AMORIS Ç

Siempre se había pensado que sería éste el nombre del animal, pero existe también la posibilidad (apuntada por Isabel Rodá en “Iconografía y epigrafía en dos mosaicos hispánicos: las villae de Tossa y Dueñas”, *Actas del VI Col. Intern. AIEMA*, Palencia-Mérida, 1991, en prensa) de interpretar la C, no como un componente del arnés del animal, sino como una abreviatura de *C(aballus)*, con lo que *Amoris* pasaría a entenderse como un nombre de propietario o como un teónimo (en cuyo caso, el caballo correría bajo la advocación de...), pero no como nombre de animal.

Un paralelo hispano que podría ayudar a corroborar esta hipótesis lo proporcionan las inscripciones que se pueden leer en las grupas de dos de los caballos de la cúpula de Centcelles, Constanti (Tarragona) (*cf.* H. Schlunk-Th. Hauschild, *op. cit. supra*, pp. 119-127)

a. LC

b. LC

que podrían interpretarse como marcas de propiedad grabadas en los animales, con la C otra vez como abreviatura de *C(aballus)*.

VI. La lectura de la inscripción de Talavera de la Reina.

José María Blázquez publicaba en 1982 un mosaico procedente de Saucedo, Talavera de la Reina, Toledo (*Corpus de Mosaicos de España. Fase. V. Mosaicos Romanos de la Real Academia de la Historia, Ciudad Real, Toledo, Madrid y Cuenca*, Madrid, 1982, n. 31, figura 21 y lámina 35), en el que se representaba al dueño de la finca identificado por su nombre (detalle que tiene no pocos paralelos en *Hispania*). Blázquez (p. 45) lee

ISEAIVS (?)

mientras que la foto sobre la que hemos hecho nosotros la comprobación (la misma de la publicación supra citada), permite corregir la lectura en

ISCALLIS

(lectura corroborada a través de carta por Dimas Fernández-Galiano).

VII. ¿Un texto inédito en el mosaico de “las Musas y los Maestros” de Arroniz?

Un examen atento del mosaico conocido como de “las Musas y los Maestros”, procedente de Arroniz (Navarra) y conservado en el Museo Arqueológico Nacional de Madrid, nos permite proponer una nueva inscripción musiva, hasta ahora inédita. En efecto, uno de los compartimentos de que consta (el número 6, según la “nomenclatura” de la bibliografía consultada: *vid. infra*), contiene una figura femenina que sostiene un díptico y un cálamo y que podría identificarse con Clío. Está mirando hacia una figura masculina que la acompaña, vestida con túnica blanca, calzada con *caligae* y sosteniendo un *volumen* desplegado. La hipótesis más plausible, si la musa representada es, en efecto, Clío, es que el Maestro sea Cadmo: Clío sostiene útiles de escritura y es la tutora de la Historia, mientras que Cadmo está relacionado con la invención de la escritura.

Por otra parte, las dos publicaciones más recientes que conocemos coinciden en apreciar lo mismo que nosotros, aunque no lo desarrollan.

En efecto, J.M. Blázquez-M.A.Mézquiriz, *Corpus de Mosaicos de España. Fasc.VII Mosaicos Romanos de Navarra*, Madrid, 1985, n.2, indican que “las manos sostienen un volumen de color blanco. Sobre el volumen hay restos de huellas en negro y gris.” Por su parte, M.Hernández Iñiguez, “Notas sobre el programa iconográfico del mosaico de las Musas y Maestros de Arroniz (Navarra)”, en *Mosaicos Romanos. Actas de la I Mesa Redonda Hispano-Francesa sobre Mosaicos Romanos*, Madrid, 1989, p.242, comenta que “el maestro...con ambas manos sostiene un volumen desplegado con signos de escritura.”

Todas estas acotaciones corroboran nuestra primera impresión. Las ampliaciones de fotos que poseemos nos permiten decir que las dos primeras líneas de texto del *volumen* no contienen ningún signo inteligible (pensamos que tampoco lo tuvieron en el pasado), pero sí las tres líneas siguientes (la primera perdida y las otras dos con grandes reservas):

[-----]
[CA]D

M[OS]

Si nuestra hipótesis y lectura son correctas, y no leemos más de lo debido, el texto del *volumen* identificaría (cosa muy habitual en la epigrafía musiva) a la figura masculina de referencia.

MÁRIO JORGE BARROCA

Assistente da Faculdade de Letras do Porto. Bolseiro do INIC.

AS PIZARRAS VISIGODAS

A PROPÓSITO DE UMA OBRA DE I. VELÁZQUEZ SORIANO

«Conimbriga», 30, 1991, pp. 139-159

Resumo: Notas de leitura da Dissertação de Doutoramento de Isabel Velázquez Soriano sobre Pizarras Visigóticas, com comentários sobre aspectos considerados mais relevantes e um ponto de situação dos achados de materiais similares na área territorial portuguesa.

Abstract: Reading notes and comments on Isabel Velázquez Soriano Ph. D. Thesis about Visigothic Slates' Inscriptions. The Author also presents a view on Portuguese similar materials.

(Página deixada propositadamente em branco)

AS PIZARRAS VISIGODAS: A PROPÓSITO DE UMA OBRA DE I. VELÁZQUEZ SORIANO

A já prestigiada colecção “Antigüedad y Cristianismo”, publicada sob os auspícios das Universidades de Murcia e de Alcalá de Henares (através das respectivas Cátedras de Historia Antiga) e da Junta de Castilla y León, publicou em 1989 o seu sexto volume, a Dissertação de Doutoramento da Doutora Isabel Velázquez Soriano consagrada ao estudo das “Pizarras Visigodas”: *Las Pizarras Visigodas: Edición Crítica y Estudio*, (Murcia, 1989, 829 pp.)

O volume, com um total de 829 páginas, apresenta-se organizado em oito Partes, antecedidas de uma Introdução e seguidas de um Apêndice. A Primeira Parte é consagrada ao Contexto Geográfico e Arqueológico (pp. 39-64) e a Segunda ao Estudo Paleográfico (pp. 67-140), constituindo ambas o que a autora classificou de “aproximações externas”. A Terceira Parte compreende a publicação do Corpus Epigráfico (pp. 141 -314), a Quarta o seu Estudo Linguístico (pp. 315-566) e a Quinta o Estudo dos Conteúdos (pp. 567-637), constituindo as “aproximações internas” e assumindo-se como o núcleo central da Dissertação. Segue-se a Sexta Parte com Conclusões (pp. 639-668), a Sétima com criteriosos e preciosos índices (pp. 671-782), e a Oitava Parte com a Bibliografia (pp. 783-806). No final do Tomo, encontra-se um Apêndice com material gráfico complementar (pp. 807-829), independente de outro apoio gráfico que se encontra intercalado ao longo do texto, no estudo consagrado à evolução dos alfabetos e no *corpus* epigráfico.

A Dissertação de Doutoramento da Doutora Isabel Velázquez Soriano constitui, sem dúvida, um marco decisivo no estudo deste

fascinante fenómeno que são as “pizarras” ^(x) visigóticas, passando a constituir um elemento de referência fundamental e de consulta obrigatória. No entanto, não se trata de urna tese de Epigrafia mas sim de Linguística, facto que não diminui em nada o valor ao seu contributo e que, pelo contrário, valoriza o esforço desenvolvido pela autora em domínios como os da Arqueologia, Epigrafia e História, mais arredados da sua formação académica. Efectivamente, e conforme a própria autora declara logo na Introdução, o objectivo central do seu trabalho foi o de “*realizar un estudio lingüístico de los textos de época visigótica escritos sobre pizarra*” (p. 19). Por isso, o corpus epigráfico incide apenas sobre um dos grupos em que se costumam subdividir as “pizarras”, as de texto ⁽²⁾, não incluindo as “pizarras” numéricas ⁽³⁾ ou as “pizarras” com desenhos.

A autora não ignorou, no entanto, esses dois grupos considerados marginais para os seus objectivos, abordando algumas das principais características das “pizarras” numéricas ou de desenho, realçando a riqueza iconográfica das segundas e fornecendo novos contributos para a compreensão do enigmático universo das “pizarras” numéricas (pp. 29-33). Começaremos estas notas de leitura por salientar algumas das observações mais pertinentes de Isabel Velázquez Soriano sobre estes dois núcleos marginais ao seu estudo.

O importante núcleo das “pizarras” numéricas, o mais numeroso dos três grupos, levanta problemas interpretativos e cronológicos simultaneamente interessantes e delicados, já abordados por Manuel C. Diaz y Diaz ⁽⁴⁾. A autora sublinha, desde logo, a abundância dos achados de “pizarras” numéricas ⁽⁵⁾, e a relação inversa entre a frequência de achados ^(*)

(*) Ao longo destas notas de leitura preferimos manter a expressão castelhana “pizarras”, não a traduzindo por xisto, ardósia ou piçarra. Cremos, de resto, que a expressão castelhana já está suficientemente enraizada na linguagem epigráfica para designar este núcleo de placas de xisto gravadas dos séculos VI e VII.

(2) Também conhecidas pela designação de “tipo Diego Alvaro”, derivada da estação epónima, em Ávila.

(3) Ou “tipo Lerilla”, designação igualmente epónima derivada do castro de Lerilla, perto de Ciudad Rodrigo, de onde procede o maior núcleo de placas deste tipo.

(4) Cf. Manuel C. Diaz y Diaz, “Sobre la posible data de las pizarras salmantinas con signos numéricos”, *Zephyrus*, vol. 12, 1961, pp. 234-239.

(5) Só no castro de Lerilla a autora refere o aparecimento de mais de trezentos fragmentos de inscrições numéricas (p. 29).

de “pizarras” numéricas e de texto. Esta abundância de “pizarras” numéricas em estações onde escasseiam as de texto (e vice-versa), ilustrada de forma paradigmática nas estações de Lerilla e de Diego Alvaro, continua por explicar de forma satisfatória.

Por outro lado, este divorcio aparente entre as “pizarras” numéricas e as de texto (as que facultam melhores elementos cronológicos) levanta problemas de datação para o núcleo das “pizarras” numéricas. Apesar de todos os elementos disponíveis apontarem para o facto de se tratar de fenómenos sensivelmente contemporâneos, como demonstrou Diaz y Diaz, torna-se difícil a definição dos parâmetros cronológicos rigorosos dentro dos quais se devem enquadrar as “pizarras” numéricas. Não dispomos, portanto, de elementos seguros que nos indiquem o lapso de tempo em que estes documentos foram elaborados.

Tão pouco para o seu significado temos dados seguros. Os elementos disponíveis apontam para a necessidade de se considerarem não uma mas várias explicações: sistema de contabilidade relacionado com o gado ou com a produção agrícola, pagamento de censos, direitos de peagem (insc. n.º 2, pp. 32,148-149 e 613-614), repartição de produtos agrícolas (insc. n.º 5, pp. 32,154-155 e 603-604), venda de propriedades (insc. n.º 41, pp. 32,206-207 e 596-598), exercícios escolares, etc. Por detrás do carácter hermético e monótono destas sequências de números, que sai reforçado nas epígrafes exclusivamente numéricas, parece estar um sistema de contabilidade agrícola devidamente organizado, facto que importa sublinhar e que adquire uma importância histórica ainda maior se atendermos à sua cronologia altimediévica, numa época onde os documentos escritos sobreviventes escasseiam.

Por outro lado, importa realçar que as “pizarras” numéricas apresentam uma aparente coerência interna: sucessões de números sistematicamente organizados em sequências horizontais, onde a única operação aritmética contemplada parece ser a soma, e em vários exemplos com essas sequências horizontais totalizando o mesmo valor.

Por último, nas sequências numéricas apenas se utiliza a forma de notação progressiva e nunca a regressiva ou subtractiva: os numerais 4 e 9 são grafados sob as formas de “UH” e “VIII” e nunca “IV” e “IX”. Esta característica é comum à Epigrafia Cristã e a uma parte significativa da Epigrafia Medieval em Portugal, onde até aos fins do século XII se desconhecem exemplos seguros de notação regressiva dos numerais ⁽⁶⁾.

⁽⁶⁾ A designação de “Epigrafia Cristã” tem sido comumente utilizada para classificar as inscrições paleocristãs, abrangendo os séculos V a Vili, e apresentando

No que respeita às “pizarras” de desenho, que convivem indiscriminadamente com as “pizarras” numéricas e de texto, importaria a publicação de um corpus exaustivo, dada a riqueza iconográfica deste núcleo, onde nos surgem representações de figuras humanas e animais, de instrumentos agrícolas e inclusive de tabuleiros de jogo ⁽⁷⁾. Os problemas de datação são similares aos das “pizarras” numéricas, embora uma vez mais os elementos disponíveis apontem para um convívio cronológico e cultural com as “pizarras” de texto.

Os objectivos definidos pela autora na Introdução da sua Dissertação de Doutoramento — o estudo linguístico — levaram-na a privilegiar, naturalmente, as “pizarras” de texto. Elas constituem, portanto, o núcleo central do seu estudo.

Ao todo, foram inventariados 104 documentos epigráficos, sobre os quais incide o estudo linguístico. Apesar do notável esforço de inventariação, que permitiu a reunião do mais completo corpus epigráfico de “pizarras” de texto até hoje publicado, não se trata de um levantamento exaustivo. Como Isabel Velázquez Soriano refere, o corpus traduz o estado da inventariação das “pizarras” de texto no ano de 1986, não

em Portugal como exemplos limítrofes a inscrição de Mértola datada de 5 de Julho de 465 (inscrição de *Donata*) e a inscrição de Tavira datada de 11 de Janeiro de 729 (inscrição de *Adulteus*). A “Epigrafia Medieval” encontra em Portugal o seu exemplo mais remoto na inscrição da igreja de Santiago de Castelo de Neiva datada de 862.

O mais antigo exemplo de notação progressiva dos numerais na “Epigrafia Cristã” portuguesa encontramos na inscrição de *Veranianus*, datada de 29 de Maio de 531 e procedente do cemitério de Silveirona, onde a Era foi grafada sob a forma de “... ERA DLXVIII” (cf., entre outros, José d’Encarnação, “Epigrafia Romana do Nordeste Alentejano”, *Conimbriga*, vol. 16, Coimbra 1977, pp. 77/78). Todos os exemplos portugueses de epígrafes paleocristãs utilizam este sistema de notação dos numerais. O mais antigo exemplo de notação regressiva dos numerais que conhecemos em Portugal encontra-se na inscrição de 1191 procedente de Porto de Mós e conservada no Museu do Carmo em Lisboa, onde a Era está gravada sob a forma “... E : M : CC : XX : IX : ...”. No entanto, ainda depois dos fins do século XII o sistema progressivo continuou a ser o mais usual, embora se multipliquem cada vez mais os exemplos regressivos.

(7) Cf. J. Francisco Fabian, M. Santonja Gomez, A. Fernandez Moyano e N. Benet, “Los Poblados Hispano-Visigodos de «Cañal», Pelayos (Salamanca)”, *Acto deli Congreso de Arqueologia Medieval Española*, tomo 2, Zaragoza 1986, pp. 187-202, fig. 3 nº 5.

compreendendo achados posteriores a esse ano. No entanto, mesmo dentro das peças localizadas e conhecidas até ao ano de 1986, não foi possível incluir um núcleo de cerca de uma dezena de “pizarras” de texto procedentes de San Martín del Castañar, por se encontrarem em estudo pelo Prof. Ruiz Asencio (cf. p. 47/48). Também para a área portuguesa, como veremos de seguida, o levantamento se afigura incompleto, sendo apenas referida a existência de um exemplar que não foi estudado nem publicado no corpus epigráfico.

É sobre os elementos reunidos no corpus epigráfico que a autora estruturou a Primeira Parte do seu estudo, o Contexto Geográfico e Arqueológico. O âmbito geográfico dos achados de “pizarras” de texto encontra-se circunscrito a uma área bem definida, englobando a zona Sudeste da província de Salamanca, a zona Sudoeste da província de Ávila e uma estreita faixa Norte da província de Cáceres:

“... el contexto geográfico de estas piezas se limita prácticamente a las provindas de Avila y Salamanca, añadiendo a esta zona algunos puntos del Norte de la provincia de Cáceres, así como los casos hasta ahora aislados de Quintanilla de Arriba en Valladolid o la conocida pizarra de Carrio en Asturias o las piezas numéricas halladas en Coca ...” [provincia de Segóvia] (p. 39).

Ou seja, compreende uma área da Meseta Central não muito arredada da mancha da principal concentração de necrópoles hispano-visigóticas peninsulares ⁽⁸⁾. Mas, curiosamente, e muito embora elas não sejam de todo desconhecidas, as necrópoles hispano-visigóticas estão aqui escassamente representadas. Trata-se de uma área marginal ao que se poderá designar como o fulcro central do assentamento visigótico. Por outro lado, verifica-se uma certa regularidade na presença de testemunhos arqueológicos tardo-romanos nas estações que forneceram “pizarras” de texto. Os dados parecem apontar, portanto, para populações com um substracto cultural essencialmente tardo-romano, mas em contacto estreito com a realidade visigótica, como se depreende do conhecimento e observância da *Lcx Visigothorum* que algumas “pizarras” denunciam.

⁽⁸⁾ Veja-se, por exemplo, o estudo já clássico, e necessariamente desactualizado, de Pedro de Paiol, “Arqueologia y Demografía hispánicas de los siglos IV al Vili, Ensayo de cartografía”, *B.S.A.A.*, vol. XXXII, Valladolid, 1966, mapa VI.

Em nota, a autora regista a notícia do aparecimento de uma “pizarra” de texto em Braga, que não publica no seu corpus epigráfico. cremos que a “pizarra” bracarense que Isabel Velázquez Soriano refere é a inscrição opistógrafa aparecida nas escavações arqueológicas na Colina de Maximinos (BRA MAXX 0841), com um texto em cursiva visigótica distribuído por 8 regras no anverso e em 2 regras tenuemente gravadas no reverso.

Para além deste exemplar, existe um outro pequeno fragmento de xisto também gravado em ambas as faces, recolhido no Museu Pio XII, do Seminário Maior de Braga, e que segundo informação do Cónego Doutor Luciano dos Santos também seria procedente da Colina de Maximinos. A placa de xisto, com 5,6 x 3,9 cm de dimensões máximas, apresenta no anverso 5 regras incompletas e no reverso outras quatro.

No mesmo Museu Pio XII guarda-se ainda uma placa de xisto com desenho procedente da Falperra, com dimensões máximas de 15 cm (A-B) e 24,1 cm (C-D), e cerca de 9 mm de espessura, onde se representou uma figura humana nimbada (Fig. 1). Pelo suporte, pela proximidade geográfica da Falperra em relação a Braga, e pelo tipo de retrato, algo ingénuo, com um tratamento linear, esta placa poderá ser enquadrada dentro da estética do século VII, pressagiando a evolução que culminaria nas magníficas iluminuras das cópias dos *Beatus*. No entanto, os elementos não são concludentes, podendo tratar-se, pelo contrário, de um registo iconográfico moçárabe, do século X ⁽⁹⁾. A frontalidade do retrato, o tratamento dado ao nimbo, os olhos amendoados, as sobrancelhas e o nariz retratados como linha única e contínua, o pregueado do manto e a sua gola, são pormenores que não podem deixar de recordar os *Beatus* e outros manuscritos iluminados moçárabes, nomeadamente a *Bíblia de S. Isidoro de León*, de 960, ou o *Beatus de Valcavado*, de 970 ⁽¹⁰⁾. Infelizmente as escavações arqueológicas realizadas na Falperra pouco esclareceram sobre o momento de abandono das suas importantes estruturas ⁽ⁿ⁾.

⁽⁹⁾ Referimo-nos este exemplar em Mário Jorge Barroca, *Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre-Douro-e-Minho (Séc. V a XV)*, Dissertação para Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Porto, ed. policopiada, 1987, p. 196, valorizando a sua possível cronologia moçárabe.

⁽¹⁰⁾ Cf. Jacques Fontaine/, *Art Préroman Hispanique*, vol. II, *L Art Mozarabe*, Zodiaque, Yonne, 1977, pl. 108-114.

⁽ⁿ⁾ Cf., entre outros, Pedro de Paol, *Arqueologia Cristiana de la España Romana*, Madrid 1967, pp. 371-373, e J. J. Rigaud de Sousa, “A Estação

Este pequeno núcleo revela-se importante por nos documentar o aparecimento de “pizarras” do século VII junto de Braga, cidade cujo esplendor no período tardo-romano e paleocristão é por demais conhecido ⁽¹²⁾, e talvez junto da Falperra (se tomarmos em consideração a hipótese cronológica visigotista), onde escavações arqueológicas revelaram a existência de um templo paleocristão e, associada a ele, urna possível estrutura monástica altomedieval. Embora os elementos disponíveis sejam demasiado escassos, estes testemunhos podem revelar a presença de influências da zona de Salamanca-Avila na área de Braga, um aspecto por ora mal caracterizado pela Arqueologia, que se podem ter processado pela imigração de populações. Neste sentido, não deixa de ser sintomático que Braga se implante numa zona granítica e não xistosa: o material foi “importado” de uma área mais ou menos arredada, possivelmente dos afloramentos de xistos que se desenvolvem a Norte e Oeste da cidade, e a sua utilização não deveria corresponder a uma tradição local. O “núcleo bracarense” revela-se como mais um caso marginal no âmbito geográfico das “pizarras” visigóticas, tal como o são os achados de Coca (Segovia), de Quintanilla de Arriba (Valladolid) e, sobretudo, de Carrio (Asturias). Este último exemplo é, talvez, o mais significativo de todos, não só por ser o que surge numa zona mais arredada da área central de ocorrência de “pizarras”, mas também por ser o caso mais tardio, com uma datação relativa de c. 750 (n.º 104, p. 312-314). Ele deve retratar as emigrações para Norte a partir da segunda década do século VIII, quando algumas populações terão procurado fugir à passagem dos exércitos muçulmanos nas suas campanhas de 711-718. De resto, não deixa de ser sintomático o facto de a “pizarra” de Carrio permanecer como caso isolado na zona, não correspondendo a nenhuma tendência local.

Mas a mancha onde se cartografam achados de “pizarras” visigóticas não se devia circunscrever apenas ao núcleo central de Avila-Salamanca e aos exemplos isolados acima referidos. A zona fronteiriça portuguesa de Riba-Coa, vizinha dessa zona de maior concentração de achados, deverá ser, de futuro, prospectada com maior atenção já que ela constitui

Arqueológica da Falperra. Notas para a sua História”, *Arquivo de Beja*, vol. XXV-XXVII, Beja, 1968-1970, pp. 57-64.

⁽¹²⁾ Sobre o sarcófago da Sé de Braga e outros testemunhos paleocristãos de Bracara Augusta cf. Mário Jorge Barroca, *Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre-Douro-e-Minho (Séc. V a XV)*, Porto, ed. policopiada, 1987, pp. 39-42, onde se indica outra bibliografia pertinente.

a continuação geográfica e geológica da região de maior densidade de achados de “pizarras”. Por isso, não é de estranhar a referência registada por Luís Coelho do aparecimento, antes de 1969-70, de pequenas placas de xisto gravadas junto da capela de Stº André, em Almofala (Figueira de Castelo Rodrigo) ⁽¹³⁾. De igual modo não seria surpreendente o aparecimento de inscrições semelhantes na zona sudeste do distrito de Bragança, prolongamento da “mancha xistosa” onde têm ocorrido a esmagadora maioria dos achados de “pizarras”.

A autora não ignora a importância do contexto geológico onde ocorre a maioria dos achados de “pizarras” visigóticas, mas teria sido interessante a apresentação de uma carta geológica dessa mancha xistosa com a cartografia da dispersão das “pizarras” de texto. De resto, a parte cartográfica é um dos pontos fracos desta Dissertação: apenas três mapas, que acompanham o inventário arqueológico (p. 62-65), e que mereciam um tratamento cartográfico de melhor qualidade.

O inventário das estações arqueológicas (p. 42-56), organizado por províncias, fornece uma síntese dos dados conhecidos para cada local onde ocorreram “pizarras” visigóticas de texto, com um pequeno comentário para cada uma delas e a indicação da bibliografia específica. Para além do lugar de destaque que ocupa a estação de Diego Alvaro, com os seus dois núcleos (Dehesa del Castillo e La Lancha del Trigo), salientemos a importância potencial das estações visigóticas de Cañal (Pelayos, Salamanca), com os seus três povoados, com escavações arqueológicas em curso e de que se conhecem já alguns resultados

⁽¹³⁾ Cf. Luís Coelho, “Breve Nota sobre a Epigrafia duma pequena placa de xisto goda proveniente de Plasência (Espanha), hoje no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia”, *O Arqueólogo Português*, IIP Série, voi. 6, Lisboa, 1972, p. 276 (também citado por Isabel Velázquez Soriano, p. 54). O exemplar estudado por Luís Coelho é uma “pizarra” numérica opistógrafa.

Para além da inscrição do M.N.A.E. estudada por Luis Coelho, registemos a existência de uma outra placa de xisto espanhola conservada em Portugal, um fragmento de uma inscrição numérica proveniente do Castro de Lerilla que se guarda no Museu de Antropologia Dr. Mendes Correia, da Faculdade de Ciências do Porto, e já publicada por Carlos Alberto Ferreira de Almeida, “Notas sobre a Alta Idade Média no Noroeste de Portugal”, sep. de *Revista da Faculdade de Letras*, Série de História, voi. 3, Porto 1973, p. 24, nota 89 e Est. II, nº 3 (por lapso tipográfico reproduzida em posição invertida).

preliminares ⁽¹⁴⁾, sendo de aguardar novos contributos para o estudo deste fenómeno das “pizarras” visigóticas e para a compreensão da sociedade que as criou. Igualmente importante se afigura o núcleo de Salvatierra de Tormes (Salamanca), zona onde abundam os afloramentos de xisto e que parece ter abastecido os povoados de Diego Alvaro (Dehesa del Castillo e La Lancha del Trigo), grande foco de “pizarras” de texto, curiosamente situados numa área onde o xisto escasseia (p. 44 e 58-59).

Para a maioria das estações conhecem-se poucos elementos seguros, mas em todas elas parece estamos perante comunidades tardo-romanas que se adaptaram aos novos dominadores depois da sedentarização das populações visigóticas:

“poblaciones antiguas, plenamente romanizadas, que continúan existiendo en época visigoda, después de haber sufrido, probablemente, las convulsiones lógicas de la invasión de los pueblos germanos, y que, por tanto, se han asimilado y han pervivido ante la nueva situación, fusionándose en una misma comunidad hispano-visigoda tanto los elementos romanos como los foráneos...” (p. 59).

A Segunda Parte do estudo de Isabel Velázquez Soriano incide sobre as características paleográficas das “pizarras”. A compreensão da real dimensão deste capítulo passa, em nosso entender, pela abordagem prévia de dois vectores que julgamos serem fundamentais: o carácter ambíguo das “pizarras” e a sua importância no contexto do estudo da evolução paleográfica altimediévica.

As “pizarras” visigóticas constituem um curioso e estimulante exemplo do que poderíamos designar por ambiguidade epigráfica. Pela natureza do seu suporte — o xisto — elas podem ser consideradas como “epígrafes” na definição clássica de Epigrafia: tendo começado por ser a ciência que estudava os documentos gravados sobre pedra, acabaria por ser considerada, por alargamentos sucessivos da natureza de suporte, como a ciência que estudava documentos gravados sobre matérias duras, perenes. Essa era a definição de Raymond Bloch, de Giulio Battelli ou de Jean Mallon, entre outros. Ora, como bem sublinhou Robert Favreau,

(¹⁴) Cf. J. Francisco Fabian, M. Santonja Gomez, A. Fernandez Moyano e N. Benet, *op. cit.*, 1986.

“Il faut pousser plus avant la réflexion, car on ne peut se satisfaire de définitions fondées seulement sur une notion de support matériel, de forme extérieure. Il est impossible de tracer, à ce point de vue, une limite précise entre la paléographie et l'épigraphie. La première étudie principalement, il est vrai, les textes écrits sur papyrus, parchemin, papier, mais son domaine recouvre en fait l'ensemble de l'écrit, donc aussi bien les inscriptions sur pierre ou autre matière, que les légendes des sceaux ou des monnaies. L'épigraphie ne se limite pas à une étude de l'écriture des inscriptions, mais elle fait partie du champ de recherche du paléographe. On ne peut pas plus retenir comme fondamentale la notion de matière «dure», «non périssable». ” (15).

Segundo este autor, *“Partie intégrante de la paléographie, l'épigraphie se distingue fondamentalement de la diplomatique. Les inscriptions médiévales n'ont pas pour but de fonder des droits, d'établir des actes de nature juridique, des contrats entre des parties, des pièces ayant une valeur déterminée dans le temps. Elles ne constituent pas des «archives», des sources documentaires. (...) G. Batelli reconnaissait, en 1939, une «finalité» particulière à l'épigraphie, et c'est bien naturellement à partir de cette finalité, de cette originalité, que doit se chercher une définition. J'ai proposé en 1969 de retenir comme éléments fondamentaux d'une définition les notions de publicité et de durée. Ces notions ressortent immédiatement de l'aspect des inscriptions: celles-ci sont habituellement écrites sur une matière durable afin d'assurer la durée de l'information qu'elles transmettent, et elles sont généralement rédigées en lettres capitales — ou en lettres minuscules non liées — afin d'être lues de façon claire, même de loin. (...) On pourrait donc proposer pour définition de l'épigraphie: science de ce qui est écrit, sur un monument ou un objet donné, en vue d'une publicité universelle et durable, et en dehors des préoccupations juridiques ou administratives qui sont essentielles dans les actes étudiés par la diplomatique. Il faut reconnaître qu'une définition de l'épigraphie reste malaisée, tant cette science est complexe et à la frontière de plusieurs autres disciplines. ” (16).*

Ora, se seguirmos o ponto de vista de Robert Favreau, as “pizarras” visigóticas são documentos que utilizam o xisto, matéria perene, como

(15) Robert Favreau - *Les Inscriptions Médiévales*, Typologie des Sources du Moyen Age Occidental, fase. 35, Brepols, 1979, p. 12/13.

(16) Robert Favreau, *op. cit.*, 1979, p. 13-16.

suporte mas que do ponto de vista do conteúdo obedecem em tudo a documentos escritos “comuns”, como os que estamos habituados a ver exarados sobre pergaminho ⁽¹⁷⁾. De resto, é sintomático que Isabel Velázquez Soriano quando procura estudar os conteúdos das “pizarras” (Quinta Parte, Aspectos de Conteúdo) se socorra de uma tipologia que foi buscar à Diplomática e não à Epigrafia. O divórcio temático que se pode detectar entre as inscrições lapidares paleocristãs, com um largo domínio para os epitáfios, e as “pizarras”, com uma total ausência de epitáfios, ajuda a sublinhar precisamente a diferença de natureza destes dois universos documentais: as primeiras são epígrafes, no sentido pleno do termo, as “pizarras” são documentos quotidianos gravados em xisto. Muitas reflectem actos jurídicos ou têm implicações jurídicas. Atente-se, ainda, no facto de vários exemplares apresentarem listas de testemunhas ou confirmantes, alguns mesmo o *signum* a sublinhar a legitimidade do acto jurídico, facto por demais estranho em Epigrafia mas tão comum na Diplomática. Do ponto de vista dos conteúdos também algumas “pizarras” se afiguram elucidativas, mas bastará citar aqui a pizarra nº103, uma carta que Faustino escreve a Paulo, aparecida em El Barrado (Plasencia, Cáceres). Por outro lado, uma simples análise, mesmo superficial, destas “pizarras” põe em destaque um alfabeto cursivo que não ocorre em epígrafes mesmo coevas: a comparação de inscrições paleocristãs dos séculos VI e VII, contemporâneas das pizarras visigóticas, revela-nos um alfabeto predominantemente caracterizado pelas letras maiúsculas gravadas de forma autónoma, sem grandes nexos. A característica dominante das “pizarras” visigóticas é a extrema cursividade do seu alfabeto, lado a lado com os passos iniciais de sistemas de nexos e de abreviaturas que, depois, iremos encontrar em documentos escritos sobre pergaminho e não em inscrições sobre pedra. Os pontos de encontro entre as “pizarras” e os documentos estudados pela Paleografia levam, igualmente, a autora a procurar definir o *ductus* em algumas letras, possível através da análise com lupa, graças à presença do que poderíamos chamar uma “micro-estratigrafia” de traços. As “pizarras” visigóticas são, verdadeira e literalmente, documentos que, por força de condicionismos peculiares (abundância de xisto, carestia do pergaminho, dificul-

(17) Aspecto também já sublinhado por Manuel C. Diaz y Diaz, “Consideraciones sobre las pizarras visigóticas”, *Actas de las I Jornadas de Metodología Aplicada de las Ciencias Historicas*, vol. V, “Paleografia y Archivística”, Santiago de Compostela, 1975, p. 25.

dades técnicas no tratamento das peles, etc) não foram escritos sobre pergaminho mas sobre xisto. Arriscáramos, portanto, desde já uma conclusão: a Dissertação de Doutoramento de Isabel Velázquez Soriano é, antes do mais, uma tese em Linguística, mas também o é em Paleografia e em Diplomática. As “pizarras” visigóticas constituem, assim, um dos núcleos de materiais que ilustram de forma perfeita a pertinência das observações de Robert Favreau na sua tentativa de definição da Epigrafia e de delimitação do seu objecto de estudo.

Equacionada a primeira linha de força, estamos assim aptos a melhor compreender a importância do estudo paleográfico das “pizarras”, que constitui a Segunda Parte do estudo de Isabel Velázquez Soriano. As “pizarras” visigóticas retratam um dos momentos iniciais da formação do alfabeto visigótico cursivo, derivado da chamada “nova escrita romana comum” que, contrastando com a escrita comum clássica, haveria de se desenvolver nos últimos tempos do Império e que, com a sua fragmentação verificada na Alta Idade Média, iria originar, por processos evolutivos autónomos e paralelos, as várias caligrafias regionais. Deste modo, as “pizarras” visigóticas constituem o elo de ligação entre a “nova cursiva romana comum” e o alfabeto visigótico cursivo que, na documentação portuguesa sobre pergaminho foi utilizado desde o século IX (com o mais antigo testemunho sobrevivente datado de 882) até aos inícios do século XII ⁽¹⁸⁾. A importância destes documentos sobre xisto para uma época onde escasseiam as fontes escritas não necessita de ser sublinhada. Na quase ausência de pergaminhos, estas placas de xisto afiguram-se fundamentais para a compreensão deste processo.

Dentro desta perspectiva paleográfica, torna-se significativa a opção pelo tipo de suporte destes documentos: o xisto, rocha abundante na área, facilmente destacável sob a forma de placas estreitas e leves (portanto móveis), sem carecer de grandes trabalhos de preparação para se obter uma superfície susceptível de ser escrita. Uma rocha que, pela sua fraca dureza, se torna particularmente apta para ser grafitada. As “pizarras” apresentam textos que, mais do que gravados, foram grafitados. Não houve necessidade de se recorrer a percutores para se gravarem as letras - como é comum nas epígrafes, e que conduz a uma predominância das letras se não maiúsculas pelo menos gravadas de forma autónoma, sem

⁽¹⁸⁾ Cf. Maria José Azevedo Santos, *Da Visigótica à Carolina. A Escrita em Portugal de 882 a 1172*, Dissertação de Doutoramento, Coimbra 1988.

nexos. Para se gravarem as “pizarras” os seus autores socorreram-se de simples estiletes metálicos de pontas afiladas que deram origem a sulcos pouco profundos. De resto, a autora refere o aparecimento de estiletes metálicos na Dehesa del Cañal (Pelayos) e em Navahombela (Salamanca), bem como de pedras utilizadas para afiar esses estiletes em Canal (p. 69, nota 51, e Fig. 5 do Apéndice Gráfico, p. 811), facto raro e que ajuda a conferir ainda mais importância a este conjunto documental. A reduzida dureza do suporte permitiu o desenvolvimento de uma forma de escrita típica dos documentos sobre pergaminho, profundamente cursiva, plena de nexos e com um sistema de abreviaturas que mais tarde surgirá nos diplomas sobre pergaminho. A cursividade dos textos, apenas possível com socorro de uma rocha como o xisto, e a aparente familiaridade dos “escribas” com o alfabeto cursivo, só pode denunciar a existência, nesses séculos VI e VII, de um volume de documentação escrita sobre suportes perecíveis muito maior do que poderíamos suspeitar através dos escassos exemplos sobreviventes. Não nos esqueçamos que as “pizarras” traduzem o nível cultural de núcleos habitacionais profundamente rurais, muito distantes do nível cultural das cidades e sobretudo da *urbs regia* de Toledo. Por outro lado, não só a presença destas “pizarras” denuncia um nível cultural relativamente elevado. O facto de a maior parte das “pizarras” terem saído de mãos diferentes (mesmo que alguns casos de escribas comuns tenham sido identificados) aponta para uma difusão da escrita e a penetração de um certo grau de cultura em meios rurais, o que é reforçado se atendermos à relativa qualidade do latim utilizado.

O estudo paleográfico desenvolvido por Isabel Velázquez Soriano partiu da definição cronológica das “pizarras” visigóticas. Se é certo que a mais antiga pizarra pertence aos fins do século V/inícios do século VI (insc. n.º 1) e que a mais recente, a “pizarra” de Carrio (Asturias), com o seu curioso texto apotropaico, tem sido datada de meados do século VIII (insc. n.º 104), a maioria das “pizarras” pertence ao período compreendido entre o último quartel do século VI e os derradeiros anos do século VII, possibilitando, deste modo, uma boa imagem do “alfabeto cursivo visigótico primeiro”. O estudo paleográfico apoia-se primeiro nas “pizarras” que fornecem elementos de datação absoluta⁽¹⁹⁾ ou que fornecem elementos seguros para uma cronologia relativa⁽²⁰⁾. Deste modo,

(19) Insc. n.º 8, datada de 586; insc. n.º 43, datada de Agosto de 667.

(20) Insc. n.º 9, de [649-652]; insc. n.º 18, de [642-649?]; insc. n.º 19, de [612-621] ou de [631-636]; insc. n.º 26, de 691; insc. n.º 39, de [560-590], insc. n.º 41, de

a autora apresenta uma evolução do alfabeto visigótico cursivo nos seus primeiros momentos: dentro do século VI a individualização do alfabeto no tempo de Recaredo (586-601), a partir das inscrições n^o 39, 8 e 42; dentro do século VII, os alfabetos foram reconstruídos a partir das inscrições n^{os} 19, 18, 59, 9, 43, 44 e 26; no século VIII, os meados da centúria ilustrados pela inscrição de Carrio. A análise evolutiva parte de uma base documental coesa, pelo menos para os séculos VI e VII, com um número suficientemente elucidativo de exemplares provenientes de uma área bem delimitada. No entanto, na inscrição de Carrio, que permitiu a Isabel Velázquez Soriano definir o alfabeto dos meados do século VIII, as diferenças detectadas podem não ser apenas resultantes do meio século que separa esta “pizarra” das outras, mas também ser o espelho de diferenças geográficas. O estudo de Isabel Velázquez Soriano permitiu, para além de definir as principais características da evolução do alfabeto visigótico cursivo, desmontar a teoria de D. Manuel Gomez-Moreno da escrita do “ciclo de Ubamba” ou do tempo de Wamba, e para a qual a autora demonstrou não haver bases seguras para ser individualizada (p. 92-94) ⁽²¹⁾. A detalhada análise da evolução do alfabeto da letra visigótica cursiva primeira das “pizarras” desenvolvida por Isabel Velázquez Soriano (p. 74-80) passa a constituir, lado a lado com os escassos documentos sobre pergaminho conhecidos para a mesma época, um elemento de consulta obrigatória para todos quantos quiserem compreender melhor esse processo de formação da letra visigótica cursiva que domina a documentação peninsular sobre pergaminho dos séculos VIII-IX a XII.

“... las pizarras muestran la evolución de la escritura «nueva cursiva común romana» dentro de España y sirven de puente entre ésta y la cursiva visigótica, que aparece plenamente formada en los últimos años del s. VIII y siglos posteriores, después del paréntesis que supone la invasión y asentamiento de los árabes a partir del 711.” (p. 103).

[586-601]; insc. n^o44, de [672-680?]; insc. n^o59, de [642-649]; einsch. n^o92, de [642-649].

⁽²¹⁾ A “escrita de Ubamba”, definida por Gomez-Moreno no seu clássico, e polémico, estudo *Documentación Goda en Pizarra*, Madrid, Real Academia de la Historia, 1966, p. 86, foi individualizada a partir de passagens das “pizarras” que Isabel Velázquez Soriano entende não existirem. As deficiências do estudo de Gomez-Moreno eram, de resto, já reconhecidas desde há algum tempo, sobretudo pelas observações de M. Diaz y Diaz.

O estudo paleográfico não esqueceu a análise dos nexos (p. 80-86), escassos nas “pizarras” mais antigas, e progressivamente mais abundantes à medida que se avança no tempo, numa profusão que, como já tivemos oportunidade de sublinhar, se fica a dever à extrema cursividade dos seus textos. O mesmo se diga dos sistemas de abreviaturas (p. 86-92), escassamente desenvolvidos nas “pizarras” mais antigas, com algumas abreviaturas esporádicas e um sistema pouco cristalizado, e progressivamente mais usual nas peças mais tardias, evidenciando normas cada vez mais estabelecidas. Predomínio para algumas formas de abreviatura comuns, mais tarde, à documentação sobre pergaminho, tais como a supressão das vogais de uma palavra, a supressão das terminações em *-us* ou em *-um*, ou a abreviatura do *per* na letra P cortada por traço inferior. A autora regista ainda a raridade dos sinais indicadores das abreviaturas, paralela com a ausência de sinais de pontuação ou de separação das palavras. Por outro lado, a frequência e a regularidade das abreviaturas por contracção nos *nomine sacra* parece confirmar a possibilidade de este sistema de abreviaturas ter encontrado neles o seu primeiro campo de utilização.

“En suma, un sistema abreviativo no muy extenso, pero bastante bien establecido, que y a ofrece, incluso, algunos rasgos típicos de la cursiva visigótica de épocas posteriores ” (p. 109)

A Terceira Parte do estudo de Isabel Velázquez Soriano integra o Corpus das “pizarras” de texto, como já vimos com a publicação de 104 documentos balizados entre os fins do séc. V e os meados do séc. VIII. A sequência do corpus acompanha, com raras excepções, a enunciação das estações arqueológicas. Prevalece, portanto, o critério geográfico, embora a inscrição mais antiga esteja no início do corpus (insc. nº 1) e a mais recente surja em último lugar (nº 104). O critério geográfico parece ser, realmente, o que melhor responde à natureza das “pizarras”, na sua larga maioria sem possuírem datações absolutas.

A ilustração de quase todas as “pizarras” fez-se com recurso a desenho fac-similé, à excepção das insc. nº 77, 78, 79 e 89, de que não foi possível apresentar desenho pelo facto de terem paradeiro desconhecido. Apesar de a autora definir claramente as condições em que se realizaram os desenhos, com película transparente e com utilização de luz rasante, teria sido preferível apresentar para além do desenho (sempre interpretativo) uma fotografia (apesar de se reconhecer a dificuldade em se obterem fotografias legíveis em materiais como as “pizarras” onde os

sulcos são muito superficiais). Ficaria, assim, garantida a possibilidade de o leitor poder cotejar, de forma independente e isenta, as leituras propostas pela autora. Esta observação sai reforçada se atendermos às divergências de leitura de algumas “pizarras” entre a versão de M. Gomez-Moreno e a de Isabel Velázquez Soriano ⁽²²⁾, o que justificaria a publicação de documentação fotográfica mais abundante. Também em relação aos desenhos teria sido preferível incluir uma escala gráfica, ao invés de se indicar em legenda as reduções realizadas, sob a forma de percentagem, um método sempre sujeito a erros ou a pequenos desfasamentos tipográficos. Mas estas pequenas observações de pormenor não diminuem o valor desta Terceira Parte da Dissertação de Isabel Velázquez Soriano. Depois dos contributos decisivos prestados por M. Diaz y Diaz ⁽²³⁾ e por Canellas López ⁽²⁴⁾, Isabel Velázquez Soriano fornece-nos, finalmente, um corpus alargado das “pizarras” de texto com leituras criteriosas e seguras, munido de um sólido aparato crítico, onde, para além da publicação de 47 exemplares inéditos, se procede a uma revisão das leituras de outras “pizarras” já conhecidas.

A Quarta Parte da Dissertação compreende o estudo linguístico do latim das “pizarras” (pp. 317-565). Estas evidenciam um domínio apreciável do latim e um assinalável nível cultural dos escribas, sobretudo se tivermos em conta que estamos perante uma sociedade marcadamente rural, arredada dos grandes centros culturais da época. A autora distingue diversos níveis de linguagem, desde a jurídica (presente na maioria dos casos, socorrendo-se de formulários mais ou menos estereotipados, e onde a correcção do latim é ainda aceitável) e a litúrgica (representada nos Salmos, no que designa por um “*latin cristiano*”), até à linguagem falada (que se entrevê indirectamente em vários documentos descritivos, como por exemplos os classificados como “*Notitiae*” ou como “*Vectigalia Rerum Rusticarum*”, e presente de forma particularmente elucidativa no caso excepcional que é a Epístola de Faustino a Paulo, insc. n^o 103). A análise do latim das pizarras levou a autora a considerar que

⁽²²⁾ Veja-se, por exemplo, as diferenças assinaláveis entre a leitura e desenho publicados por Gomez-Moreno, *op. cit.*, 1966, p. 76-78 (insc. n^o XXXIII), e a nova leitura e interpretação gráfica de Isabel Velázquez Soriano, pp. 216-221 (insc. n^o 45).

⁽²³⁾ Sobretudo com “Los documentos hispano-visigóticos sobre pizarras”, *Studi Medievali*, vol. 7, 1966, pp. 75-107.

⁽²⁴⁾ A. Canellas López, *Diplomática Hispano-Visigoda*, Zaragoza, 1979.

"... ofrece datos incuestionables de que ya la lengua es sustancialmente diferente, sobre todo en lo que respecta al sistema fonológico y a bastantes aspectos morfológicos y sintácticos. Se han producidos muchos cambios, demasiadas alteraciones para decir taxativamente que la lengua de las pizarras es la lengua latina literaria, ni aun la de autores coetáneos a estos textos, posiblemente no lo sea tampoco como la lengua popular de los siglos anteriores, pero tampoco puede decirse que se trate de una lengua diferente, por mucho que pertenezca a un nivel de language distinto, y que su "vulgarización", sea más notable. Somos de la opinión de que una lengua, un dialecto, deja de ser tal y se escinde de su origen, convirtiéndose en otra lengua distinta cuando ya las estructuras sintácticas de la primera son impermeables, no comprensibles directamente por los hablantes de la segunda; cuando el lector de los textos, en este caso latinos, se ve obligado a glosarlos, a traducirlos, para comprenderlos. Esto que es indiscutible en textos romances del s. X, Glosas Emilianenses por ej., no puede aplicarse a las pizarras, o, por mejor decir, O /os' gwe to escribieron, ¿/¿to gwe CAZ ellas lo que predomina es, como hemos indicado, un language jurídico, técnico, incluso un "latín cristiano" en las que contienen "preces", pero la lengua hablada que puede atisbarse a través de esto es la que, posiblemente, se acerca a la de sus autores. " (p. 647).

Não deixa de ser sintomático que a inscrição que a autora considera mais afastada do latim e mais próxima do que poderia ser considerado um proto-romance, seja precisamente a inscrição de Carrio (Asturias), dos meados do século Vili.

"Así en el siglo y medio largo que transcurre desde la producción de las pizarras 39 y 103, por ej., hasta la 104 se observa una diferencia cualitativa notable en el tipo de lengua. " (p. 650).

Particularmente importante se afigura, para quem se encontra menos sensibilizado para as questões linguísticas, a 2- Secção, dedicada aos problemas lexicais, abordados em três grandes grupos: antroponímia, toponímia e léxico común (pp. 465-565).

A Quinta Parte é dedicada ao Aspectos de Conteúdo das "pizarras". Como tivemos oportunidade de referir, o carácter ambíguo das "pizarras", a meio caminho entre a Epigrafia (pelo suporte) e a Diplomática (pelos conteúdos), levou a autora a procurar, na esteira de Canellas López, uma

classificação de tipo diplomático para as “pizarras”. Se o carácter tantas vezes fragmentário dos textos sobreviventes dificulta, em vários casos, uma correcta compreensão do seu conteúdo, não podemos deixar de sublinhar a importância desta Quinta Parte, que fornece elementos fundamentais para a compreensão da sociedade visigótica rural, com o marcado peso das actividades agro-pecuárias, permitindo entrever numerosos aspectos, desde os aspectos económicos e sociais (sistemas de propriedade, relações sociais, tipos de produções, regime de trocas, sistemas de impostos, empréstimos e vendas, etc.) passando pelos aspectos culturais (domínio do latim, onomástica, sistemas de aprendizagem da escrita, etc) e religiosos (salmos).

As “pizarras” visigóticas permitem entrever uma sociedade marcadamente rural mas, paralelamente, uma sociedade onde o peso da escrita se fazia sentir em vários níveis, afigurando-se imprescindível. Uma sociedade com um complexo sistema contabilístico, com relações jurídicas normalizadas e bem estabelecidas (como, de resto, deixa entrever a *Lex Visigothorum*), com um surpreendente (ou talvez não) nível de alfabetização. E, se nos fosse permitido realçar algum tipo de “pizarras”, a nossa opção recairia sobre as *Exercitationes Scholares*, nas suas várias dimensões, desde os simples alfabetos (insc. n.º 25 e 57), às orações ou salmos (insc. n.ºs. 7, 29 e 58), a uma *Epistula Moralis* (insc. n.º 59, de [642-649]), que nos revelam o fascinante universo da aprendizagem escolar da escrita, registada aqui em diversas fases. O sistema de ensino, fundamental para a manutenção da tradição escrita, era assegurado pelas escolas paroquiais ou monásticas, sendo lógico o recurso a textos religiosos como base dos exercícios escolares. Mas estes textos, para além da dimensão escolar, ajudam igualmente a entrever os rituais litúrgicos, sobretudo o sucesso da liturgia hispano-visigoda logo no século VII, o que autora soube valorizar devidamente.

“... el nivel de escolarización, manifesto en estos textos especialmente a través de ejercicios didácticos, pone de manifesto la importancia de la religión en la formación del individuo, ya que la educación a través de obras didácticas y sapienciales y y sobretudo, del estudio bíblico, incide directamente y modifica, a nuestro juicio, el sistema educativo en la Edad media y puede considerarse una de las facetas claves para el paso del mundo antiguo al medieval.” (p. 669)

A utilização das “pizarras” revela-se, também aqui, interessante: um material abundante, sem necessitar de grandes acabamentos, logo de baixos custos, particularmente indicado para esses exercícios escolares. As tábuas de cera ou o pergaminho, tal como outros suportes da escrita, necessitavam de preparação prévia e apresentavam custos elevados, o que levava a que estivessem reservados aos mestres e escribas. O aparecimento destes testemunhos da aprendizagem da escrita em quatro estações arqueológicas distintas ⁽²⁵⁾, revela-nos a difusão do sistema de ensino por vários núcleos rurais, ilustrando, uma vez mais, uma sociedade onde a escrita, à boa maneira romana, não deixara de representar um papel fundamental. A ruptura da “civilização escrita” transfere-se, deste modo, da Alta Idade Média hispano-visigótica, para o século VIII, onde o estigma da invasão muçulmana e dos eventos que se lhe seguiram, devem ter representado um momento de acentuada decadência.

As ricas, diversificadas e estimulantes abordagens que as “pizarras” visigóticas mereceram de Isabel Velázquez Soriano convertem a sua Dissertação de Doutoramento num estudo de capital importância para variados domínios da investigação, sejam eles relacionados com a Linguística, a Paleografia, a Diplomática, a Epigrafia ou a História. Se estas pobres observações, resultantes da leitura desta Dissertação, criarem, no eventual leitor, a curiosidade de um conhecimento directo da obra, dar-nos-emos por satisfeitos.

⁽²⁵⁾ Dehesa del Cañal (Pelayos, Salamanca), Salvatierra de Tormes (Salamanca), Navahombela (Salamanca) e Dehesa del Castillo (Diego Alvaro, Ávila).

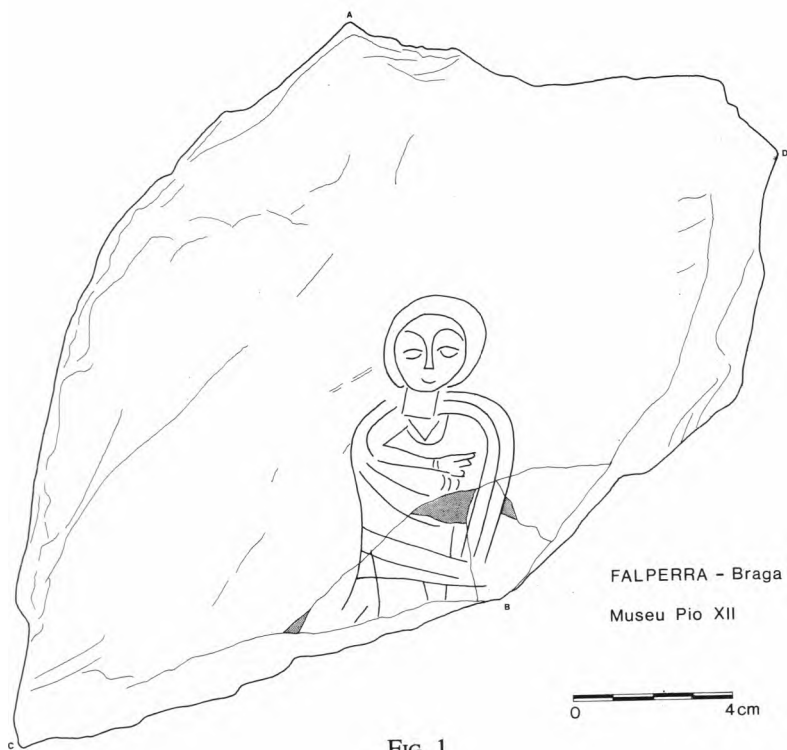


FIG. 1

RECENSÕES BIBLIOGRÁFICAS

(Página deixada propositadamente em branco)

RECENSÕES BIBLIOGRÁFICAS

Leonard A. CURCHIN, *Roman Spain. Conquest and assimilation*, Londres, Routledge, 1991

A diversidade da Hispânia, resultante da variedade ecológica e da multiplicidade das tradições históricas, é evocada logo na introdução, numa síntese breve e literariamente viva, que impressiona agradavelmente o leitor. Segue-se, logicamente, um quadro geográfico da Península, sem o qual seriam incompreensíveis as dificuldades da conquista e as diversidades culturais; e a este, um quadro étnico pré-romano, sem dúvida uma das partes menos conseguidas da obra.

Dois capítulos sobre a conquista constituem uma boa síntese, em língua inglesa, de uma história que facilmente se pode encontrar, mais desenvolvida, na bibliografia espanhola. A longa duração da guerra é explicada, na sequência das interpretações de Eckstein e Richardson, pelo desinteresse manifestado pelo Senado romano, aliás frequentemente mal informado sobre os desastres e a verdadeira dimensão dos êxitos. Apesar de ter autorizado avultados efectivos (entre 20.000 e 25.000 homens, anualmente) o Senado raramente cuidou de enviar bons generais ou bons administradores. “Spain was little more than a sideshow as far as the Roman Senate was concerned” (p. 54). Talvez o porquê deste desinteresse devesse ter motivado alguma reflexão.

A máquina da administração provincial, conventual e local é examinada no cap. 4. A necessidade de ser breve (porque a obra foi concebida como introdução ao estudo da Hispânia Romana) impede o autor de tratar de problemas como o da data da criação e dos limites geográficos da Lusitânia, o da cronologia dos *conventus* (embora pareça convencido da criação augustana pela inscrição AE 1984, 553, que recorda o *conventus Arae Augustae*) ou o da criação, por Caracala, da *Provincia Hispana Nova Citerior Antoniniana*. As rubricas “Tributação” e “Governo Local” são tratadas com demasiada brevidade, neste último caso talvez porque o autor não julgou conveniente desenvolver uma matéria anteriormente tratada na sua obra *The local magistrates of Roman Spain*.

Os estratos socialmente privilegiados da Hispânia Romana foram, em grande parte, constituídos por indígenas, cuja fortuna tinha por base a terra e cuja ascensão social se fazia pela integração nas *ordines decurionum*. O autor não esquece a importância do evergetismo na aquisição do *status*. A imigração de origem itálica é

talvez excessivamente diminuída e o difícil problema de julgar da origem através da onomástica, simplesmente ignorado.

Ao tratar da urbanização, Curchin sobrevaloriza o evergetismo das elites locais, esquecendo a intervenção possivelmente importante dos governos provinciais. O capítulo reduz-se à descrição sumária das capitais de províncias e de *conventus* e não tenta definir se houve ou não períodos de generalizada e intensa renovação urbanística (como parecem ter sido as épocas de Augusto e dos Flávios), seguidos de outros de afrouxamento construtivo.

A produção de bens alimentares (incluindo *garum*, vinho e azeite), de minérios e de artefactos é tratada de maneira sintética mas com adequado conhecimento da bibliografia, apropriadamente citada. A esta bibliografia deve acrescentar-se Domergue, *Les mines de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité romaine*, Roma, 1990. O autor não pôde utilizar também a bibliografia portuguesa que recentemente acrescentou, de maneira notável, o nosso conhecimento da produção de ânforas na Lusitânia.

“A romanização das crenças” é talvez um título inadequado a um capítulo que concede às religiões indígenas a importância que estas merecem. A informação de que as funções das divindades indígenas podem inferir-se da iconografia ou do contexto dos monumentos epigráficos (p. 157) parece-nos infundada, dada a raridade da iconografia e a desconitualização da quase totalidade dos achados. A iconografia pode até induzir em erro, como no caso de *Bande*, que o autor considera divindade feminina baseado na representação da *pátera* de Cáceres, e que na realidade era uma divindade masculina, como se prova pelo género dos epítetos. Pelo contrário, parecemos pessimismo afirmar que não se conhecem os cultos das camadas populares, dado que a onomástica prova o indigenismo de grande parte dos dedicantes.

A resistência à romanização é tratada no último capítulo. O autor hesita entre uma deliberada hostilidade e uma permanência de tradições que não foram desenraizadas. Para ilustrar essa permanência refere-se à manutenção das *gentilitates* e dos pactos de hospitalidade, à continuidade dos castros, à manutenção das religiões indígenas, à pobreza da arquitectura, à manutenção da onomástica pessoal.

Em resumo: esta obra é uma boa introdução ao estudo da Hispânia Romana e as copiosas notas e ampla bibliografia servem de guia seguro ao leitor que queira aprofundar as suas investigações.

J. ALARCÃO

ALARCÃO, J., R. ÉTIENNE E F. MAYET (dir.), *Les Villas romaines de S. Cucufate*, Diffuseur E: de Boccard, Paris, 1990, 2 vols, 333 páginas, 165 estampas.

A publicação do estudo das *villae* romanas de S. Cucufate, Vidigueira, era aguardada com natural expectativa. Pela qualidade e rigor dos trabalhos a que os responsáveis pela equipa luso-francesa coordenadora do projecto nos habituaram, com a edição dos sete volumes das “Fouilles de Conimbriga”, mas também porque a publicação exaustiva de uma estação como S. Cucufate não podia deixar de vir minorar a aridez da produção arqueológica portuguesa, particularmente acentuada no âmbito do estudo da vida rural romana.

Apesar do apreciável número de *villae* registado no território nacional, são raras as que foram escavadas, mesmo no Sul de Portugal, onde se encontram razoavelmente bem identificadas. Por outro lado, muitas *villae* forma escavadas sem quaisquer preocupações estratigráficas e sem exigências científicas, tendo conhecido apenas um estudo e divulgação sumários. A ausência de registos tornou muitas dessas escavações inúteis, impossibilitando um entendimento pormenorizado da evolução arquitectónica e económica destes estabelecimentos. Mais recentemente, tendo-se todavia melhorado os métodos de registo, assiste-se a uma recessão dos estudos de *villae*, em grande medida devido aos elevados custos que as escavações em área necessariamente implicam. Neste sentido, o conhecimento sobre estes sítios arqueológicos representa um anacronismo se considerarmos as informações hoje disponíveis, noutras províncias romanas, relativamente à arquitectura das *villae* e ao seu significado social e económico. Recentes trabalhos de síntese sobre a ocupação romana do território português (ALARCÃO 1988; 1990, 345-437), dão conta das imprecisões e dificuldades que limitam, ainda hoje, a compreensão do povoamento rural romano, quer no que respeita à tipologia dos edifícios, sua evolução e significado, quer ainda às suas variantes regionais.

Neste contexto, um projecto como o de S. Cucufate, pelos meios financeiros e humanos que envolveu, pelos objectivos visados e pelos resultados fornecidos, vem preencher um enorme vazio de conhecimento e ajudar a compreender a organização da paisagem rural, pelo menos numa das províncias romanas da fachada ocidental, ibérica.

Os trabalhos de campo iniciaram-se em 1979 e prosseguiram até 1984, com algumas intervenções mais restritas realizadas entre 1985 e 1987. No total foi estudada uma área com cerca de 18.800 m², compreendendo construções variadas, pertencentes a uma sucessão de três *villae*, datadas entre Cláudio-Nero e os sécs. V-VI, com os respectivos sectores rústicos e agrícolas, cuja extensão exacta não foi possível precisar.

O trabalho de escavação teve a apoiá-lo um minucioso levantamento arquitectónico, da responsabilidade do Bureau d'Architecture Antique du Sud-Ouest (CNRS, Pau), bem como um outro fotogramétrico. Para a interpretação arquitectónica a equipa contou com a colaboração de M. Boitard, de Gérard Charpentier e de Michel Henry.

Para além da escavação propriamente dita, o projecto incluiu a prospecção de uma área com cerca de 2300 ha do território circundante de S. Cucufate, com vista à reconstituição da paisagem rural envolvente. Este trabalho de enquadramento, cuja responsabilidade coube a Vasco Mantas e P. Sillières e no qual colaboraram A. Monteiro e J. G. Gorges, permitiu identificar um conjunto significativo de sítios arqueológicos, alguns dos quais foram parcialmente escavados. Os resultados deste trabalho permitiram aos autores avançar propostas de interpretação sobre a economia da região na época romana.

A elaboração de dois projectos de arranjo e valorização do sítio arqueológico, um português e outro francês (Ests. CXII-CXV), não só constitui uma louvável inovação entre nós, no âmbito da publicação de trabalhos arqueológicos, como se afigura plenamente justificada atendendo às características e importância desta estação arqueológica e ao seu extraordinário estado de conservação.

A obra "Les villas romaines de S. Cucufate (Portugal)", datada de 1990, é publicada pela editora Diffuseur E. de Boccard. Trabalho colectivo, tem a dirigi-lo Jorge de Alarcão, Robert Étienne e Françoise May et, directores do projecto, contando com a colaboração de Jean-Pierre Bost, Gérard Charpentier, Vasco Mantas, Isabel Pereira e Pierre Sillières. Dividida em dois volumes, um de texto, outro de estampas, possui uma excelente qualidade gráfica, dentro dos parâmetros das editoras francesas.

O volume do texto encontra-se estruturado em cinco livros, no interior dos quais se desenvolvem vários capítulos. Inclui ainda três anexos, além de quatro índices detalhados (de fontes, de antroponímicos, geográfico e temático). Um desenvolvido índice de matérias permite ao leitor a fácil localização dos assuntos.

O segundo volume, com uma introdução que refere a responsabilidade dos levantamentos e desenhos, engloba um total de 165 estampas, antecedidas do respectivo índice. Entre as estampas I e CXV são fornecidos cortes estratigráficos, planos parciais e de conjunto, alçados, reconstituições e axonometria dos edifícios e desenhos de espólio. A documentação gráfica, globalmente de grande qualidade, permite uma clara e necessária visualização das etapas da escavação, da arquitectura e do espólio. As estampas CXVIII a CLXV incluem um número apreciável de fotografias.

A estrutura do volume de texto permite a sua fácil consulta, corolário de uma bem conseguida organização interna das matérias. Numerosos catálogos de sítios prospectados e de materiais inserem-se de um modo harmonioso no texto, escrito numa linguagem simples e rigorosa. Abundantes notas de pé de página fornecem referências e paralelos, bem como uma útil e actualizada bibliografia.

No Prefácio os autores explicam as motivações que levaram a equipa luso-francesa a realizar o estudo da estação de S. Cucufate, enquanto na Introdução (pp. 9-13) se faz um breve historial do sítio arqueológico, sendo descritos os diferentes trabalhos aí realizados, ao longo de oito anos.

Os objectivos do projecto surgem contudo um pouco diluídos entre o Prefácio e a Introdução. Ora, atendendo à importância do trabalho realizado, justificava-se uma melhor sistematização desses objectivos, bem como a sua inserção na proble-

mática do estudo e reconstituição da paisagem agrária na época romana. Caberia ainda talvez no âmbito da Introdução uma explicitação do título da obra. Deduz-se deste que o conceito *villa* é valorizado basicamente enquanto conjunto arquitectónico. De facto, só assim se justifica que se fale das “*villae*” e não da “*villa* de S. Cucufate”, que seria entendida neste caso, enquanto domínio, independentemente dos sucessivos projectos que viria a conhecer ao longo dos séculos.

O Livro I tem por título “A Terra e o tempo”, subdividindo-se em dois capítulos, que se ocupam, respectivamente, do enquadramento geográfico e dos horizontes históricos do sítio. A localização e enquadramento (geológico, climático e edáfico) constituem a matéria do capítulo primeiro (pp. 17-20). O tratamento realizado é em nosso entender excessivamente sumário e seria justificada uma exploração mais detalhada das matérias, tendo em conta a importância e possibilidades oferecidas por este tipo de informação, suporte essencial para uma correcta reconstituição de economia rural. O capítulo segundo (pp. 21-50) estabelece os horizontes cronológicos com base na estratigrafia, nos materiais e nos ritmos de construção e reconstrução das três *villae* (I, II, III), que se sucedem no local. É ainda equacionado o problema da ocupação pré-romana e medieval. Em apoio da cronologia proposta para as três *villae*, sobrepostas e imbricadas, os autores apresentam vários pequenos catálogos de uma amostragem significativa das cerâmicas romanas. A *villa* I (pp. 24-29), ou *villa* armazém, representa um projecto modesto, datável entre meados do séc. I e o segundo terço do séc. II. A *villa* II (pp. 29-40) constitui um projecto arquitectónico mais ambicioso, com peristilo e galeria, tendo sobrevivido cerca de dois séculos. Entre finais do séc. III/inícios do IV é finalmente construída a *villa* III, ou *villa* áulica (pp. 40-50), mais grandiosa, ocupada entre o séc. IV e meados do V. Este último projecto representa um excelente exemplo das *villae* abertas ao exterior, com pórticos de fachada, que se tornam espaços de circulação, de iluminação e arejamento. Uma actividade reduzida poderá ter-se mantido no local, posteriormente ao séc. V, tendo em conta os enterramentos no peribolo do templo e a transformação do *oecus* da *villa* II em edifício de culto cristão.

O capítulo segundo, remetendo frequentemente para o volume de estampas, onde se encontram as plantas dos sucessivos edifícios e os desenhos do material, constitui, por si só, uma excelente síntese da obra.

O Livro II intitulado “As *villae* do Alto Império”, encontra-se subdividido em três capítulos, ao longo dos quais são analisadas minuciosamente as três *villae*, quer do ponto de vista arquitectónico, quer funcional. O estudo da *villa* I (Ests. XLI a XLIII) ocupa o capítulo primeiro (pp. 53-56). A superfície construída, perto de 100 m², com zona aberta de 1300 m², permite deduzir a sua importância regional. O plano da *villa* privilegia manifestamente a vigilância das reservas, sacrificando o conforto pessoal do proprietário, dentro de um estilo de vida austero, preconizado pelo agronomista Catão.

O capítulo segundo aborda a *villa* de peristilo ou *villa* II (pp. 57-65) (Ests. XLIV-XLIX) e as termas, edifício autónomo — situado a SO (Est. XLVI). Os sectores rústicos contemporâneos são analisados detalhadamente no capítulo III (pp. 67-83) (Ests. XL, XLVIII-LIII). Estes sectores, consideravelmente ampliados nesta

fase foram ainda beneficiados pela construção de duas bacias-reservatórios que abasteciam a *villa* de água e irrigavam os *horti* (Ests. LI-LIII, LXXX e Anexo I, pp. 139-141).

O Livro III, com o título “A *villa* aulica do séc. IV ou *villa* III”, compreende sete capítulos, que analisam detalhadamente as técnicas de construção (cap. I-pp. 89-96), as fachadas (cap. II-pp. 97-105), a distribuição dos espaços interiores (cap. III-pp. 107-112), o sector termal (cap. IV-pp. 113-119), o piso nobre (cap. V-pp. 121-126), o templo (cap. VI-pp. 127-130) e o sector rústico (cap. VII-pp. 131-137). Construída parcialmente sobre muros e fundações da *villa* II, a *villa* áulica (Ests. LI V-LXXXIII) ilustra, como bem sublinham os autores, uma importante revolução arquitectónica e ideológica, traduzida por um novo gosto artístico, que exalta a função dominadora do seu proprietário, em resposta a novas necessidades económicas.

O conjunto dos livros I a III, construído com o rigor que só uma escavação bem planificada possibilita, constitui um excelente estudo monográfico dos sucessivos estabelecimentos que se ergueram em S. Cucufate. A estrutura dos edifícios que compõem as *villae* e a funcionalidade dos diferentes espaços, apoiadas por uma abundante documentação, surgem-nos sucessivamente recuperadas, num discurso claro, quase pedagógico. A análise detalhada da cronologia das remodelações, permitindo destacar com rigor o que é arquitectonicamente novo do reaproveitado e reintegrado, afere bem da minúcia da escavação.

Uma correlação das *villae* de S. Cucufate com outros estabelecimentos similares a nível peninsular ou mesmo no âmbito mais geral do mundo romano, poderia ter constituído o corolário deste estudo exaustivo e exemplar.

O Livro IV tem por título “Avida económica do domínio e das *villae*” e divide-se em duas partes: a parte A aborda a economia no âmbito do domínio (pp. 147-183); a parte B trata da vida económica das *villae* (pp. 185-255).

Na parte A esboçam-se os resultados do levantamento arqueológico realizado na área envolvente de S. Cucufate, trabalho que permitiu sistematizar a ocupação humana com base nos estabelecimentos detectados. Analisando as contribuições e limites da prospecção (cap. I-pp. 149-160), são enunciados os métodos utilizados e os resultados, sintetizados num inventário com sessenta e dois sítios arqueológicos, cartografados na estampa LXXXIV. A sua classificação, em três categorias distintas, feita com base na extensão das áreas de dispersão de materiais, bem como a sua distribuição sugerem uma paisagem rural bastante humanizada, existindo, pelo menos, mais cinco ou seis *villae* tão importantes quanto S. Cucufate. No capítulo II (pp. 161-178) analisam-se os resultados das sondagens realizadas em catorze dos sítios identificados. Escavações em área e simples sondagens, permitiram obter elementos para datar e interpretar construções e confrontar as categorias sugeridas pela prospecção com a evidência arqueológica. Articulando os dados da prospecção e da escavação os autores sistematizam, no capítulo terceiro (pp. 179-183), as etapas da ocupação do espaço rural (Est. LXXXV), na região envolvente de S. Cucufate, iniciada na época de Augusto com a criação da Lusitânia e o afluxo dos primeiros colonos. Todavia, o grande surto de ocupação da zona parece datar de meados do séc.

I, altura em que é fundada a *villa* de S. Cucufate. O abandono de alguns estabelecimentos na região, entre finais do séc. I/inícios do II é interpretado como o resultado de uma crise na pequena exploração colonial, à qual se sucedeu uma alteração importante na estrutura da ocupação rural do território de *Paxlulia*. Esta alteração, ocorrida em meados do séc. II, encontra-se reflectida no ressurgimento da exploração fundiária, sendo então que a *villa* de S. Cucufate se torna um grande conjunto. As novas construções erguidas no séc. II vão ter uma existência prolongada, subsistindo até ao Baixo Império, facto que permite supor uma continuidade da estrutura produtiva e de povoamento.

A tentativa de reconstrução da paisagem rural de S. Cucufate oferece-se como um esboço lúcido, mas prudente, da evidência arqueológica. São de realçar as sugestões sobre a ausência de granjas ou abrigos, apesar do número elevado de sítios de fraca extensão, que oferecem uma elevada concentração de material, bem como sobre a curta duração e mobilidade dos pequenos estabelecimentos rurais. Interessante e sugestiva é igualmente a tentativa de equacionar a extensão dos domínios em diferentes períodos, bem como a extensão da sua superfície arável, facto que permite deduzir que os domínios maiores incluíam boas parcelas de solos de reduzida capacidade agrícola. É neste contexto que os autores valorizam um possível crescimento da superfície média de exploração por domínio, no séc. IV, (200 para 300 ha = 800 para 1200*jugera*), com base na diminuição do número de explorações, que só poderia ter sido feito com base em terrenos menos férteis.

A paisagem rural da região, reconstruída com base na ocupação de *villae* e quintas situadas na bordadura dos vales de pequenos cursos de água, sugere uma produção cerealífera e de leguminosas nos terrenos dos fundos dos vales, sendo os terrenos de arena granítica mais vocacionados para o cultivo da vinha e da oliveira, cuja produção se destinaria ao auto-consumo. A floresta de carvalhos e a charneca ocupariam vastas extensões na bacia granítica e colinas.

A parte B do Livro IV, dedicada à vida económica das *villae*, integra três capítulos. O capítulo IV (pp. 187-194) analisa o abastecimento de água ao domínio. Este problema, fundamental numa região como o Alentejo, foi resolvido pelo proprietário da *villa* II com a construção de dois tanques-reservatórios, eventualmente alimentados por um aqueduto, cujo percurso hipotético é sugerido pela topografia do terreno. A construção dos tanques permitiu a organização de um espaço de cultivo intensivo, próximo da residência, dotando a parte residencial de diversos tanques, que a tomaram mais sumptuosa e conforme aos gostos romanos. Os melhoramentos introduzidos no sistema de abastecimento de água, pelo proprietário da *villa* tardia, consistiram basicamente na construção de um *castellum divisorium* de abastecimento das termas. As *villae* de S. Cucufate passam assim a dispor de um sistema engenhoso de abastecimento de águas, simultaneamente utilitário e lúdico, conforme aparece claramente demonstrado no projecto do séc. IV, no qual o arquitecto soube integrar os reservatórios, tornando-os um espelho das arcadas da *villa*, o que acentuou o seu carácter áulico.

O capítulo V (pp. 195-233) aborda a economia monetária das *villae* com base nas moedas, das quais é apresentado um catálogo exaustivo (pp. 195-216), elaborado por J. -P. Bost e I. Pereira. Vários quadros das moedas alto-imperiais e do séc. IV põem

em evidência os ritmos de circulação monetária, que ostentam o mesmo comportamento doutras *villae* do ocidente ibérico. A repartição cronológica dos numismas permite constatar um aprovisionamento bastante regular e abundante, ao longo de toda a ocupação, que reflecte os ritmos de circulação urbana.

O capítulo VI (pp. 235-255), consagrado à economia de mercado, mostra que as *villae* estavam perfeitamente inseridas numa economia monetária e de mercado, assente na exportação de trigo para os grandes centros urbanos. Este capítulo passa em revista o aparelho de produção agrícola e artesanal das *villae*, abordando-as também como centro de consumo, quer de materiais, quer de produtos alimentares. A evidência arqueológica, representada, em particular, por contrapesos de prensas (Est. XCIV) e instrumentos agrícolas (Ests. XCV-XCVIII), fornece a base para identificar a produção agrícola que incluía azeite, vinho e cereais. Como produções artesanais, assegurando uma certa autarcia do domínio, destaca-se o trabalho da madeira, da pedra e dos metais, cujos instrumentos são analisados e descritos em detalhe.

Os espaços de armazenagem existentes nos três conjuntos arquitectónicos que se sucedem são deduzíveis pela presença de *dolia* (Est. XCIV-CIII) e por espaços arquitectónicos bem definidos, como acontece com o silo de trigo da *villa* II e os *horrea* da *villa* III. Tomando por base as sigillatas e as ânforas, com centros de produção bem definidos, os autores analisam as *villae* enquanto centros de consumo. Mas mais do que as sigillatas são as ânforas que ilustram a integração de S. Cucufate numa economia de mercado (Ests. CIV-CVII). A raridade de ânforas vinárias (Haltern 70/ Dressel 2/4) e de ânforas béticas de azeite (Dressel 20) documenta a produção local daqueles bens. As importações parecem restringir-se aos molhos e conservas de peixe, cujas ânforas representam nada menos que 96% deste tipo de recipientes. Este facto permite considerar que as sucessivas *villae* importaram grandes quantidades de *garum* e conservas de peixe, consumidos pelos proprietários e família, mas certamente também pelo pessoal dependente. Tal circunstância induz os autores a retirarem a estes alimentos o cunho de luxo que lhe é geralmente atribuído.

A reconstituição da vida económica do domínio, temática da parte B do Livro IV, elaborada com base nos materiais mais significativos pela escavação, oferece ao leitor um quadro sugestivo da vida rural no Alentejo da época romana. Para além das interessantes interpretações históricas, que valorizam devidamente o material arqueológico, é justo que se sublinhe a importância do estudo sistemático de alguns materiais, em particular das moedas, das sigillatas e das ânforas, pois ele constituirá uma referência fundamental para futuros trabalhos na região. Por isso, é de lamentar que a cerâmica comum local e regional da estação não tenha merecido um tratamento igualmente detalhado, alargando assim os conhecimentos já disponíveis sobre este tipo de material, facultados pelas necrópoles romanas do Alentejo. Esperamos que, à semelhança do que ocorreu com os vidros, publicados por Jeannette Nolen (1988, 5-59), fora do âmbito deste trabalho, a cerâmica comum de S. Cucufate venha a merecer oportuna publicação.

O Livro V (pp. 259-294), dividido em três capítulos, tem como tema a sobrevivência do monumento. Enquanto o capítulo I (pp. 259-268) analisa a implantação do cristianismo, num horizonte histórico posterior ao séc. V, facto que

acarretou a transformação do sítio (Est. CVIII-CXI), o capítulo segundo (pp. 269-288) analisa o mosteiro de S. Cucufate, passando em revista a documentação histórica e os vestígios arqueológicos exumados. O capítulo terceiro, entre as páginas 289-294, desenvolve as duas propostas para o arranjo do sítio, uma portuguesa (Est. CXII-CXIII) e outra francesa (Est. CXIV-CXV).

As principais conclusões fornecidas pelo projecto de S. Cucufate, nas quais se valorizam a arquitectura e a economia, são esboçadas sinteticamente entre as páginas 295-299.

A obra aqui analisada representa antes de mais um excelente estudo monográfico de um importante estabelecimento rural romano, cuja evolução, minuciosamente reconstruída, se oferece historicamente enquadrada.

As três *villae* de S. Cucufate surgem ao leitor sucessivamente recuperadas na sua arquitectura. Mas a reconstituição dos sucessivos projectos das *villae*, feita a partir da escavação, ultrapassa largamente uma leitura dos edifícios. Passo a passo, a visão arquitectónica enriquece-se através de uma compreensão global da realidade económica e social da região na época romana. Por isso, não estamos apenas perante uma monumental e bem estruturada monografia de um sítio arqueológico. A cuidada tentativa de recuperar a vida económica do domínio e das *villae*, ensaiada no Livro IV, fornece dados imprescindíveis para uma percepção da paisagem rural envolvente de S. Cucufate, permitindo, simultaneamente, ainda que com prudência, desfazer algumas ideias feitas sobre a organização da propriedade fundiária na província da Lusitânia, designadamente no que se refere à suposta existência de latifúndio, que os autores contrariam.

Nesta perspectiva, o estudo em questão é pioneiro entre nós, pois ultrapassa largamente a visão sempre limitativa do estudo de sítio, frequentemente desarticulado da ambiência cultural que lhe deu sentido. Nenhum estudo de sítio pode oferecer-se completo senão quando adequadamente integrado na complexa trama da(s) realidade(s) sócio-económica(s) que justificou a sua existência e evolução. Ora o projecto de S. Cucufate explorou bem as vertentes desta problemática, o que permitiu aos seus responsáveis pensar o nível singular dos edifícios em articulação com a realidade histórica da região, cuja abordagem foi ensaiada a partir da implantação humana do espaço circundante.

A reconstituição da paisagem rural ocupa hoje um lugar de destaque na bibliografia arqueológica sobre o mundo romano, constituindo a temática central de grande número de projectos polivalentes. Ultrapassada a fase em que a investigação arqueológica privilegiou a entidade *villa* enquanto monumento, desenvolveram-se, em várias regiões, designadamente na Itália, Grã-Bretanha e França, sobretudo a partir dos finais dos anos 60, numerosos projectos que, recorrendo à prospecção e escavação sistemáticas, tornaram possível olhar o mundo rural romano, não como um conjunto de estabelecimentos rurais, mas como uma estrutura complexa, articulada e mutante.

É esta perspectiva que se extrai da leitura do trabalho realizado pela equipa luso-francesa na região de S. Cucufate. E, nesse sentido, ele vem reabilitar um pouco o atraso registado pela arqueologia portuguesa em termos de metodologia e de

perspectivas de trabalho, aproximando-nos da investigação que se realiza além-fronteiras e que tem produzido frutuótos resultados.

Neste contexto, a obra agora editada com o título “Les Villas Romaines de S. Cucufate (Portugal)” representa, não só um pilar para o estudo e compreensão das *villae* na importante província da Lusitânia, como também uma reflexão aprofundada sobre o fenómeno rural na época romana. Constitui, por isso mesmo, uma referência obrigatória na historiografia arqueológica romana e um modelo para futuros trabalhos neste domínio. Finalmente, esta obra reflecte os resultados de um frutuoso trabalho de equipa e, como tal, não pode deixar também de ser olhada como um excelente exemplo para a arqueologia portuguesa que carece em absoluto do benefício da cooperação, eivada que está de individualismo, tão militante, quanto infrutuoso.

Bibliografia citada:

- ALARCÃO, Jorge de (1988). *Roman Portugal*, Warminster, England - (1990). O domínio romano, Portugal das Origens à Romanização (coord. de J. de Alarcão), *Nova História de Portugal*, Editorial Presença, Lisboa, pp. 345-437.
- NOLAN, J. U. S. (1988). Vidros de S. Cucufate, *Conimbriga*, XXVII, pp. 5-59.

MANUELA MARTINS

SOLIN (Heikki) e SALOMIES (Olli), *Repertorium Nominum Gentilium et Cognominum Latinorum*, Olms-Neidmann, Hildesheim —Zurique — Nova Iorque, 1988, 474 pp. ISBN 3 487 079860.

Quando abre um repertório onomástico, o investigador pretende saber se determinado antropônimo com que deparou já se encontra documentado, se os testemunhos da sua existência são abundantes ou raros; e deseja obter, nesse domínio, um mínimo de apoio bibliográfico que lhe ofereça pistas de orientação.

A obra em apreço, devida aos cuidados de H. Solin (para os cognomes) e O. Salomies (para os gentílicos) não é um ‘onomasticon’ mas uma actualização do dicionário de Forcellini, do livro de I. Kajanto sobre os cognomes latinos (*The Latin Cognomina*, Helsínquia, 1965) e, sobretudo, do trabalho de W. Schulze (*Zur Geschichte Lateinischer Eigennamen*, Berlim, 1966) sem as preocupações etimológicas deste último. Não inclui a onomástica de cariz regional, que para isso há os *corpora* específicos, de que são exemplo, para a Península Ibérica, os estudos de Untermann, Palomar Lapesa, Maria de Lourdes Albertos... Também não aborda a complexa problemática que preocupou, por exemplo, os investigadores presentes no colóquio

sobre onomástica latina (*L'Onomastique Latine*, Actes du Colloque International sur l'Onomastique Latine organisé à Paris du 13 au 15 Octobre 1975, Paris, 1977) nem se debruça sobre as fases da aculturação onomástica nas várias partes do mundo romano apresentando mapas de distribuição de nomes.

É, pois, tão somente um *repertorium* voluntariamente assumido como actualização de Schulze e complemento a I. Kajanto (no que aos cognomes diz respeito). Com uma vantagem: a classificação em *nomina* (pp. 3-215) e *cognomina* (pp. 287-425) e — o que resulta de especial interesse para os epigrafistas — a sua enumeração por ordem alfabética das terminações (pp. 219-284: dos *nomina*', pp. 429-473: dos *cognomina*). Na p. 474, breve suplemento.

Acompanhei de perto a iniciativa de André Mocsy, nos finais da década de 70, idêntica a esta mas baseada só no *Corpus Inscriptionum Latinarum* e seus aditamentos insertos na *Ephemeris Epigraphica*. O resultado foi o *Nomenclator Provinciarum Europae Latinarum et Galliae Cisalpinae* (Dissertationes Pannonicae, série III, 1, Budapeste, 1983) realizado com a colaboração de R. Feldmann, E. Marton e M. Szilágyi, que vi anunciado e tentei obter, mas em vão. Trata-se, de facto, de um labor difícil, porque não há humanamente a possibilidade de sermos exaustivos e de se recolherem os antropónimos documentados nas epígrafes e nos textos literários. Uma obra assim, apesar de hoje muito facilitada do ponto de vista da concretização mercê da utilização da informática com programa adequado, requer importante trabalho de pesquisa, o compulsar sistemático dos índices do *Année Épigraphique*, dos *corpora* regionais publicados e — porque não ? — o cotejar das listas elaboradas com os dados informáticos de que vários centros de investigação em Epigrafia e em História Antiga já hoje largamente dispõem.

Neste aspecto — e cingindo-nos ao livro em apreço — teria sido interessante a apresentação da bibliografia compulsada. Acrescente-se, aliás, que somente epigrafistas bem adestrados nestas lides e, portanto, profundos conhecedores da bibliografia é que compreenderão integralmente e à primeira vista a totalidade das abreviaturas aí usadas. A obra reclamaria, assim, para a Epigrafia um carácter “elitista” com que inteiramente discordo. De resto, os autores parecem partir do princípio de que todos os historiadores possuem as citadas obras de W. Schulze e de I. Kajanto; constituem, de facto, trabalhos clássicos da onomástica, mas é natural que possam faltar nalguma biblioteca. Por conseguinte, a ausência duma tábua de abreviaturas com as indicações bibliográficas precisas parece-me importante lacuna que facilmente se teria podido preencher sem encarecer o volume nem fazer os seus autores roubarem muito tempo aos seus múltiplos afazeres. Pouparia, sim, muito tempo aos investigadores que nem sempre têm à mão as informações necessárias — por mais ricas e bem apetrechadas que estejam as bibliotecas dos centros em que exercem a sua actividade.

A escassez do texto introdutório (três páginas) em Alemão justificaria também a sua síntese (ou mesmo tradução integral) numa língua mais acessível para os Ocidentais, que serão, afinal, os grandes utilizadores do *Repertorium*.

Aí se diz nomeadamente que a pesquisa terminou a 1 de Abril de 1987. Justificar-se-á, por isso, que *Sagaius* não figure entre os gentílios pois, apesar de

inserido em AE 1986 280, este volume da revista só foi posto à disposição dos utilizadores bastante depois daquela data. Mas fica-se, por exemplo, sem saber se *Egitânia*, de D. Fernando de Almeida (Lisboa, 1956), foi ou não consultada; se o próprio volume de José Vives, *Inscriptiones Latinas de la España Romana* [=ILER] (Barcelona, 1971 e 1972) foi tido em consideração (*Floricus*, por exemplo, está aí documentado: n.º 4512); se foi possível compulsar o meu trabalho, *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis* (Coimbra, 1984).

Veja-se, a título de exemplificação, o caso de *Oculatius* a que já me referi no comentário a “Ficheiro Epigráfico” 163 (notas 5 e 6).

Além das ocorrências em ‘ambiente’ indígena peninsular, *Oculatius* é, num contexto claramente romanizado, mas ainda na Península Ibérica, o gentílico duma família de burgueses municipais em Ibiza (CIL II3659 = ILER 364 e CIL II3662 = ILER 5530) e, na itálica Sarsina, um dos proeminentes membros da localmente bem notável *gens Murcia* ostenta *Oculatius* como cognome: *L. Murcius A. f. Pup. Oculatius*: vide Alda CALBI, *Sarsina: prosopografía e indici sociali*, «Cultura Epigrafica dell’Appennino», Faenza, 1985, p. 166 n.º 139. Kajanto, porém, não incluiu *Oculatius* entre os cognomes latinos; H. Solin e O. Salomies, ao invés, a propósito do monumento de Astorga onde a princípio se lera *Oculasius* como cognome de um *Iulius* (EE IX 292i) e provavelmente se deverá ler de preferência este nome, incluem-no na lista dos cognomes, mas sob reservas (p. 371), certamente por desconhecerem o referido exemplo de Sarsina. Dúvidas destas seriam resolvidas com a apresentação de bibliografia.

As eventuais ausências de antropónimos não deslustrarão, no entanto, o trabalho, pois o grande mérito de Solin e Salomies reside precisamente no facto de nos terem facultado uma importante base de dados (aliás, o texto apresenta-se graficamente a partir da impressão por computador) que rapidamente será completada. Uma base de dados onomásticos sobejamente útil para ajudar na reconstituição de nomes de que, *verbi gratia*, só se percebem na pedra as terminações. Útil ainda porque — mesmo não tendo de imediato informações precisas — se fica a saber se determinado nome se encontra já documentado. Pode não se saber onde, mas sabe-se que existe e isso já é confortável.

Aliás, esse terá sido decerto primordialmente o objectivo dos autores — que, foi, portanto, conseguido em plenitude. Aos epígrafistas, no comentário à onomástica patente nos monumentos que estudarem, competirá enriquecer com outros dados estes que o *Repertorium* enumera.

É, pois, um vade-mecum indispensável.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

La Langue des Inscriptions Latines de la Gaule, Collection du Centre d’Études Romaines et Gallo-Romaines, n. s., n.º 7, Lyon, 1989, 172 pp., ilustr. ISBN: 2-904974-06-7.

O volume constitui as actas da mesa-redonda realizada no Centro de Estudos (CERGR) editor da colecção, nos dias 6 e 7 de Outubro de 1988.

Nunca será de mais salientar a fundamental importância de que se reveste a publicação, ainda que modesta mas em tempo oportuno, dos resultados duma reunião científica. Esse, portanto, o primeiro ponto positivo a assinalar, dado que esta edição se fez logo no segundo trimestre do ano seguinte. A utilização dos meios tipográficos postos à disposição da própria Universidade de Lyon III—composição dactilografada em formato A₄ — facilitou, decerto, essa rapidez; nem sempre, porém, mesmo dispondo de serviços institucionais, é possível levar a bom porto um barco assim. E se pensarmos como, hoje, a ciência avança, em todos os domínios, a passos de gigante, velocidade que não se compadece, portanto, com longos períodos de espera para publicação de dados que amanhã poderão estar ultrapassados — facilmente se compreenderá a justeza deste elogio.

A referida mesa-redonda assume-se como uma primeira reflexão conjunta, um primeiro «ponto da situação» na sequência dum projecto de investigação mais limitado geograficamente, levando a cabo, a partir de 1985, por docentes e investigadores do CERGR sob a direcção de Robert Turcan, acerca da língua das inscrições antigas da região do Ródano e dos Alpes. Como objectivo do projecto, a análise de todas as implicações — culturais, sociais, históricas... — que uma pesquisa de âmbito linguístico pode facultar. A reunião com investigadores doutras zonas da Gália afigurou-se, pois, aliciante também. E o resultado aí está, numa demonstração cabal de como a linguagem sintética e pensada da epigrafia — justamente devido a essas duas características — é, de facto, um imenso manancial de reflexão. Reflexão que se apresenta também como necessária para a Península Ibérica, a fim de, numa iniciativa global, se actualizar o clássico mas obviamente ultrapassado trabalho de A. Carnoy, *Le Latin d'Espagne d'après les Inscriptions* (Bruxelas, ²1906).

Quanto à Gália, salienta Guy Achard na conclusão que ali se falava um bom latim sem os regionalismos que, na Idade Média, farão dos falares latinos um mosaico enriquecedor, determinado, sobretudo, pelo contacto com os povos ditos «bárbaros». Os vestígios do contacto com os pré-romanos detectar-se-ão decerto ao nível da onomástica e da teonímia, como acontece na Hispânia, mas esses aspectos não mereceram particular atenção na mesa-redonda.

Que *corpora* foram utilizados? Esta, uma questão importante, designadamente se tivermos em conta as inúmeras inscrições publicadas já depois do CIL, as revisões feitas e que nem sempre são tidas em consideração quando se abordam temas como este, que assentam necessariamente em leituras tanto quanto possível rigorosas e onde a quantidade dos testemunhos constitui igualmente factor a ponderar. No caso vertente, a questão nem se põe. Além da bibliografia comum referida logo no começo do volume (p. III), há em cada comunicação a indicação precisa das fontes utilizadas.

Um dos aspectos a que ora se dá cada vez maior importância é a publicação da síntese das intervenções feitas após cada comunicação. Amiúde se recolhem aí preciosos ensinamentos e sugestões, quantas vezes em primeira mão porque resultantes de estudos ainda em curso. Guy Achard, responsável pela edição, fez bem em incluí-las.

Pelo seu interesse, importa sintetizar o conteúdo dos contributos apresentados, tarefa que — diga-se — está particularmente facilitada porque houve o cuidado de produzir, no final do volume, os respectivos resumos.

Tratou P. Flobert do vocalismo das regiões leonesa e vienense segundo os *apices* e os I longos (pp. 1-8). Uma questão marcadamente linguística, para latinistas, a documentar como um assunto tão específico pode também ser tratado a partir dos monumentos epigráficos. A confrontar com o artigo quase pioneiro de Jesús Víctor Rodríguez Adrados, *Usos de la i longa en CIL II*, «Emerita», 39, 1971, pp. 159-168.

Algumas particularidades da língua — fonéticas, morfológicas, sintácticas e vocabulares — patentes nas inscrições de *Aque Sextice* foram referidas por J. Gascou (pp. 11-28), que ilustra o seu trabalho com óptimas fotografias.

Sublinha-se que eventuais singularidades resultam mais de modas e dos hábitos das oficinas epigráficas do que do desejo de ser deliberadamente diferente. Estou a recordar a forma *posuit* tão frequente nas cupas de Pax Iulia ou — para aduzir um exemplo dos nossos dias — as siglas D. E. P. *{descanse em paz}* obrigatórias nas placas tumulares de S. Brás de Alportel.

Preferiria, no entanto, que J. Gascou se tivesse debruçado, como termo de comparação, sobre uma realidade linguística eventualmente mais próxima da Gália do que Pompeios: a Península Ibérica. Bastaria ter compulsado com atenção os índices do CIL II (pp. 1182-1191, «Grammatica quaedam») para dispor de inúmeros elementos comparativos susceptíveis, quiçá, de lhe sugerirem inclusive explicações mais consentâneas, atendendo à identidade de situações e à contemporaneidade dos fenómenos fonéticos apontados. As diversas grafias de um teónimo como *Adcorus*, *Accorus* e *Acorus* (p. 15) encontrariam expressivo paralelismo nas variantes *Endovel(l)icus*, *Indovellicus*, *Endovol(l)icus*, *Enobolicus* ou *Trebaruna*, *Triborunnis*, *Trebaronna*.

Concordo inteiramente com a nova forma de encarar os «erros» ortográficos ou de leitura (p. 13, por exemplo): eles devem ser vistos, de facto, mais como variantes gráficas com explicações fonético-linguísticas do que manifestações de analfabetismo ou incultura. Não poderão também, por isso, ser tidos em conta para efeitos de datação de epígrafes, como expressamente se faz notar a propósito da grafia E por AE (pp. 13-14). O mesmo se dirá do emprego de XS em vez de apenas X, um hábito «que deriva da preocupação de assinalar por meio de duas letras a consoante dupla» (p. 16).

Importante é igualmente a observação, despretenciosa na aparência mas plena de oportunidade, exarada na nota 41 (p. 18). Na verdade, não há que procurar num texto epigráfico a obediência às regras da sintaxe. A construção da frase segue, aqui, uma espécie de «estilo telegráfico», como lhe chama J. Gascou, onde o convencionalismo sintáctico amiúde se deixa de lado, não por desconhecimento do lapicida ou do seu cliente mas simplesmente porque se não adequa aos fins em vista, nada mais.

Debruçando-se — a pp. 31-41 — sobre as várias conjecturas levantadas pelo chamado Testamento de Lingon (CIL XIII5708), P. Sage conclui que o manuscrito através do qual a epígrafe nos foi transmitida terá sido composto a partir dum ditado

e não duma leitura, ou seja, que entre o original (epigráfico?) e o manuscrito terá havido um intermediário, pelo menos.

O vocabulário moral das inscrições de Lyon e de Viena constituiu o tema da intervenção de Bruno Pagnon e Jean-François Berthet (pp. 43-57), um estudo sistemático e estatístico, fixado em parâmetros cronológicos, que veio permitir a detecção de algumas tendências gerais. Assim, as noções morais são predominantemente veiculadas por adjectivos que assumem maior importância, na região de Lyon, a partir de meados do século III da nossa era, enquanto que Viena se mostra neste aspecto muito mais sóbria. O amor conjugal, designadamente em relação à esposa, parece ocupar, a partir de então, lugar de relevo.

No mesmo sentido vai a comunicação de Henri Desaye acerca dos epítetos de louvor e afecto registados nos epítáfios do vale médio do Ródano. Um trabalho também ele de base estatística (oportuno o repertório das pp. 67-69) a demonstrar, mais uma vez, que o uso epigráfico dos adjectivos — geralmente no superlativo — se verifica somente a partir de finais do século I, timidamente, para se generalizar na segunda metade do século II, primórdios do século III. A confrontar com as observações feitas por Leonard A. Curchin acerca da Península Ibérica («Cahiers des Études Anciennes», 14, 1982, pp. 179-182) e da *Britannia* («Britannia», 14, 1983, pp. 255-256). Assinalam os autores que o emprego destes adjectivos traduzirá certamente a mentalidade da época: «Mediante a escolha da palavra que melhor qualifica o parentesco, poderemos tentar penetrar — discretamente, é certo — no complexo relacionamento entre marido e mulher, filhos e pais, patronos e libertos e quiçá nas mentalidades» (p. 66). É verdade. Mas também é certo que a estereotipia formular há-de muita vez ter-se sobreposto à expressão singela e natural dos sentimentos; as hipóteses de escolha não serão muitas e, por outro lado, o louvor ao defunto cumpre também uma função apaziguadora não despendiêdo afinal.

Introduz-nos N. Blanc num domínio diferente: o do vocabulário técnico e vitruviano patente nas inscrições (pp. 73-84). Enumeram-se as referências a monumentos civis e religiosos, a elementos e partes de construção, a edificações relativas à condução de água e viárias. Patentes sobretudo em inscrições monumentais, esses termos não são — obviamente — muito frequentes, porque o edifício e a sua funcionalidade estão à vista de todos, não é preciso explicitá-las, salvo se se tratar de actos de benemerência onde se torna imprescindível mencionar o que o benfeitor ofereceu. N. Blanc pôde assim verificar que, de um modo geral, a terminologia técnica se difundiu facilmente pelo Império, sem que isso haja implicado uma leitura directa do *De Architectura* de Vitrúvio.

Fatalismo astral e «boa estrela», o tema escolhido por J. Abry (pp. 87-96). Não foi abundante o manancial, pois que não são frequentes as alusões, por exemplo, ao Fado (*fatum*). O mesmo acontece, aliás, na epigrafia hispânica, como demonstrou recentemente Ana M^a Vázquez Hoys a propósito da epígrafe CIL II 325, dedicada, em Olisipo, *Dibus Succesis* («A los Éxitos que son dioses», «Dianium», 5, 1990, pp. 143-166).

F. Biville repõe, no contexto da Gália, a questão da presença epigráfica de helenismos (pp. 99-114) como índice — ou não — de menor ou maior influência

grega e nível cultural. A sua comunicação prima pela clareza e por cuidada sistematização: após definir os objectivos, trata da Gália e do helenismo, e da tipologia dos helenismos, para caracterizar, no final, a sua importância na epigrafia latina da Gália. Apesar das naturais limitações das fontes disponíveis, o grego foi aqui, concluiu Biville, «simultaneamente uma língua de cultura, uma língua internacional de trocas comerciais no Mediterrâneo, uma língua religiosa e uma língua de uso quotidiano, pelo menos em determinados círculos ou comunidades» (p. 114).

Dados sobre a poesia e a retórica são ainda limitados e acentuadamente mediocres, atesta Guy Achard (pp. 117-132), que afirma serem os epitáfios 'literários' o retrato da cultura não dos cidadãos de velha data mas sim do universo cultural dos imigrantes ou dos seus descendentes (p. 129).

Por fim — e a anteceder as conclusões do editor—Jean Guy on lança ainda um olhar sobre as informações a retirar das cerca de 150 inscrições cristãs da região em apreço, que apresentam soluções de compromisso entre o classicismo formal romano e a nova ideologia cristã emergente (pp. 135-166). De registar a boa qualidade das ilustrações.

Um volume, como se vê, do maior interesse pela variedade da temática e pela profundidade com que todos os intervenientes a souberam tratar. Exemplar, como estudo completo e global duma realidade epigráfica regional — a servir doravante de modelo e de termo de comparação.

JOSÉ D' ENCARNÇÃO

HISPANIA EPIGRAPHICA: 1, 1989; 2, 1990. Madrid. Edição do Instituto de Conservación y Restauración de Bienes Culturales (Ministério da Cultura). ISBN: 84-7483-788-X.

Sob a direcção de Júlio Mangas, assessorado por um amplo conselho de redacção maioritariamente constituído por docentes do Departamento de Historia Antigua da Universidade Complutense (que coedita já o 2.º volume), esta publicação vem preencher a lacuna deixada em aberto com o desaparecimento d e *Hispania Antiqua Epigraphica* (HAE).

Põe, além disso, ao dispor dos epigrafistas e dos historiadores da Antiguidade Clássica as múltiplas informações já recolhidas pela equipa luso-espanhola que se encarregou de lançar as bases para a reedição de um novo II volume do *Corpus Inscriptionum Latinarum*.

Para além das revistas de Arqueologia e de História Antiga que veiculam habitualmente informação acerca dos novos achados epigráficos, passamos assim a dispor, para a Península Ibérica, de três revistas especializadas: *L'AnnéeÉpigraphique* (=AE), o *Ficheiro Epigráfico* (=FE) e, agora, *Hispania Epigraphica* (=HEp).

Espartilhados, até há pouco, pela barreira dos mil números, que não podia ser ultrapassada em cada edição, os responsáveis pelo AE viam-se constrangidos a rigorosa selecção de textos, tanto mais que a revista pretende abarcar a epigrafia de todas as províncias do Império romano. Baseavam-se, por outro lado, unicamente na informação que lhes chegava às mãos, o que, por não disporem na Península Ibérica de uma rede de correspondentes abalizados, determinava insuficiências; e a circunstância de apenas terem acesso a eventuais fotografias dos monumentos levava-os amiúde a tecer considerações inoportunas acerca da correcção de leituras.

O FE — criado em 1982 e com quase duzentas inscrições inéditas publicadas até 1991 — destina-se a dar a conhecer exclusivamente textos inéditos.

A utilidade da HEp fica, assim, cabalmente justificada, pois pode vir a constituir, dado o grande leque de colaboradores, exaustiva recolha de quanto se tem escrito, nos últimos anos, acerca da epigrafia peninsular. Na verdade, se o primeiro volume inclui — como se diz na introdução — as inscrições relativas a Espanha e a Portugal publicadas entre os anos de 1984 e 1986 (salvo o que se editou em AE 1984 e 1985), o segundo (entregue na tipografia em Junho de 1990) abarca já um leque cronológico bastante maior. Não é indicado esse leque na introdução (aliás, muito sucinta), mas a simples consulta da bibliografia (mais de 320 títulos, pp. 353-372) e da tábua de correspondências (pp. 344-349) dará facilmente uma ideia dele e, inclusive, do inegável interesse que a publicação detém para os epigrafistas que se debruçam sobre os períodos romano e visigótico peninsulares. Bastará, aliás, referir que são tratadas, no I volume, 656 inscrições procedentes de território espanhol e 57 de Portugal e, no II, 742 e 167, respectivamente, para nos darmos conta da grande quantidade de informação aqui reunida.

Parece-me, todavia, que conviria esclarecer melhor quais as obras ou artigos citados na bibliografia que são considerados para efeitos deste *corpus*. Ou, dizendo doutra maneira, donde são retiradas, de facto, as inscrições? Por exemplo: o livro *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis* (Coimbra, 1984) vem referido na bibliografia do volume I; mas, a darmos crédito às tábuas de correspondência, nenhuma inscrição dele foi retirada. Porquê? E as inscrições inéditas (v. g., IRCP 216) que AE 1984 não consignou? FE 55 (= AE 1985 517) foi incluído; FE 59 (= AE 1985 514), não. A que critérios obedece, afinal, a selecção?

Outro aspecto que, neste domínio da bibliografia, interessaria esclarecer respeita às tábuas de correspondência. Que correspondências se farão? Serão, por exemplo, sistematicamente referenciados os textos apresentados no AE mesmo quando for outra a fonte de informação de HEp?

Dá-se de cada texto: o local de achamento e paradeiro; brevíssima descrição; fonte bibliográfica donde é retirada a informação; leitura interpretada; pequeno comentário (quando julgado oportuno); e, sempre que possível, a datação proposta. O referido comentário dos editores vem claramente inserido entre parêntesis rectos, a fim de que se distinga bem da opinião do autor transcrito. Quanto ao modo de apresentação da leitura, seguem-se, no II volume, os critérios adoptados para as reedições do CIL, mediante a utilização de minúsculas (no I, optara-se pelo uso de maiúsculas, que continua a afigurar-se-me mais adequado e mais 'legível'), mas num

texto corrido em que a divisão de linhas, numeradas de 3 em 3, é assinalada por uma barra (o que me parece bem e permite notável economia de espaço sem prejudicar a legibilidade).

Optou-se pela distribuição geográfica dos achados, seguindo a ordem alfabética: para a parte espanhola, as actuais províncias e, dentro delas, os municípios e seus lugares; para o território português, a arrumação faz-se por distritos, concelhos e freguesias.

Importantes são igualmente os índices, elaborados segundo o que já vem sendo hábito em obras epigráficas. No âmbito dos cognomes, não se omitiu o gentílico sempre que ele estava presente na identificação e, no caso dos nomes únicos, também o respectivo patronímico. E se concordo com a ausência duma rubrica de «grammatica quaedam», pelas evidentes dificuldades que apresenta em volumes deste género, gostaria, porém, que «notabilia varia» estivesse presente. No I volume, inclui-se (p. 262) uma «varia» demasiado exígua: aí teria inteiro cabimento a referência a vocábulos como *defunctus* (inscrições 328,465 e 610, por exemplo) e *cubiculum* (n.º 607) ou a expressões como *te rogo praeteriens dic...* (n.º 559) ou *utere felix* (n.º 607).

Torna-se difícil, bem no sei, exigir a cada um dos membros da comissão redactorial que novamente se debrucem sobre todos os textos da sua responsabilidade 'territorial'. E neste âmbito haverá, como é normal, sempre pormenores a assinalar. De resto, é por dispor de muitos textos reunidos num só volume que a perspicácia do epigrafista amiúde se acentua e desperta para novas hipóteses de leitura e de interpretação. Vejamos um que outro caso, meramente a título exemplificativo.

Afirma-se em I 327, que *Masidie* [sic] se documenta «pela primeira vez». O mais correcto será, decerto, afirmar que o gentílico *Masidius* se documenta agora pela primeira vez na *epigrafia peninsular*, porque, na verdade, este *nomen* já é conhecido doutras paragens (cf., v. g., W. Schulze, *Zur Geschichte Lateinischer Eigennamen*, Berlim, 1966, pp. 189 e 427). Esse texto apresenta, por outro lado, um caso que merece alguma reflexão: a grafia MEMEMORI/AE deverá interpretar-se de preferência como testemunho duma repetição involuntária da sílaba inicial; assim, afigura-se-me mais lógico considerar que *Sotera* dedicou a ara *Masidie Crescctine memoriae*, ou seja, “à memória de Masídia Crescctina”; desdobrar ME em ME(ae) parece-me bastante forçado; aliás, a referência a este caso expressa no índice (p. 262) também não está correctamente transcrita.

Na inscrição 690 do I volume, *amma* deverá considerar-se um vocábulo hipocorístico ligado ao atributo *caressime* [sic] que se lhe segue e não um cognome: serão o aposto, «ama caríssima», de Marcela, a defunta aqui homenageada por aquele que ela criou e que modestamente se oculta, segundo tudo leva a crer, sob as siglas dos seus *tria nomina* (S. A. C). Desta àmia, que é autêntica e que foi achada em Vila Nova (Paialvo, Tomar), já se conhece, aliás, o paradeiro.

Comenta-se, a propósito do n.º 770 do II volume, que estamos perante uma revisão de leitura, mas não se explicita por quem e em que pormenores tal revisão terá sido feita. Trata-se da conhecida inscrição que memora a doação, no ano 16 a. C., de um relógio (*orarium*) aos Igeditanos (ILER 2082). Sucede, porém, que a fonte donde o texto é agora recolhido — a comunicação feita por Vasco Mantas ao I Congresso

Peninsular de História Antiga e que vem publicada no II volume das respectivas Actas (Santiago de Compostela, 1988, p. 421) — não apresenta quaisquer desdobramentos para as siglas e abreviaturas patentes no texto. Por conseguinte, teremos de entender que as ‘revisões’ serão da lavra do editor de HEp. E sobre isso há algumas observações a fazer.

Em primeiro lugar, cabe, se não erro, a Giovanni Forni a primazia de ter interpretado AVGV por AVGV(sta *Emerita*) (cf. *La tribu Papiria de Augusta Emerita*, «Augusta Emerita», Madrid, 1976, pp. 33-42), quando até aí se lera *Augurinus*.

Quanto às siglas L. A. F. da linha 3, o seu desdobramento em L(*ibens*) A(*nimo*) F(*ecit*), que já Scarlat Lambrino propusera e sobre o qual Vasco Mantas nada acrescenta, ajusta-se melhor a uma epígrafe votiva que a uma placa monumental. Creio que uma expressão do género de L (*ocus*) A (*dsignatus*) F (*fuit*) se enquadrará aqui mais eficazmente, na medida em que dá conta duma das funções dos magistrados, a de deliberarem sobre qual o local em que o relógio deveria ser colocado, e virá, de resto, na linha do que o próprio Vasco Mantas refere, mais adiante, isto é, a inscrição CIL II1685, que também fala de um *horologium* a ser posto *accepto loco a republica*, “em local aceite pela república”.

No texto, três outros pequenos pormenores de leitura poderiam ter sido assinalados: na linha 7, a inscrição traz AMMINI (com dois MM e não apenas com um), que corresponderá ao nominativo *Amminus* (e não *Aminius* como vem no índice, p. 277); e o patronímico é ATI(i) — por *Attii* —, estando o I longo em vez dos dois I como noutros casos ocorre. Uma observação melhor da fotografia teria permitido corrigir a leitura do *nomen* do doador: TALLIVS (em vez do tão raro IALLIVS lido até agora) — a pedra está aí um pouco danificada, mas nota-se bem a barra do T e só assim se compreende porque foi deixado (relativamente) tanto espaço entre a haste vertical do T e o arranque do A.

E, já agora, para nos mantermos na Egitânia, no n.º 771 deverá ler-se *Igaedit(anorum) lib(ertus)*, em vez de *Igaedit(ani)*.

A dedicatória aos *Lares Aquites* (n.º 779 do II volume) já era conhecida (cf. *Fouilles de Conimbriga*, II, n.º 9), como José Manuel Garcia oportunamente sublinhou. Só que a âmia se perdera e apenas a primeira linha fora referida pelo seu primeiro achador. Tal circunstância deveria, em meu entender, ter sido assinalada, assim como se deverá corrigir a respectiva translineação: a identificação da divindade ocupa apenas a primeira linha.

Louve-se, pois, o elevado interesse da iniciativa a que ousadamente a equipa chefiada pelo Doutor Júlio Mangas decidiu lançar ombros. Imprescindível será, porém, a colaboração de todos os epigrafistas e investigadores da História Antiga peninsular, para que o êxito seja cada vez mais duradouro.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

JUANA RODRÍGUEZ CORTÉS, *Sociedad y Religión Clássica en la Bética Romana*, Salamanca, 1991. 148 pp. ISBN: 84-7481-624-6.

Tese de doutoramento apresentada, a 23 de Setembro de 1989, na Universidade de Salamanca.

Louve-se, em primeiro lugar, a iniciativa de dar à estampa o resultado duma investigação pacientemente levada a cabo durante vários anos e que, noutras circunstâncias, apenas aproveitaria a reduzido número de pessoas mais ou menos directamente ligadas à autora e à sua universidade.

Objectar-se-á que estes trabalhos carecem da maturidade que só o passar dos anos acrisola. Seja. Mas também não é menos verdade que tantos dados, tão cuidadosamente recolhidos, constituem importante manancial informativo de acesso, doutra sorte, bastante mais difícil.

Depois de, na introdução, dar conta dos objectivos da sua pesquisa e dos métodos utilizados, Juana Rodríguez Cortés debruçou-se, numa primeira parte, sobre os deuses do panteão romano cujo culto está dalguma forma documentado na Bética: por inscrições, vestígios arqueológicos (mormente iconográficos) ou numismas. Primeiro, a tríada capitolina: Júpiter, Juno e Minerva (pp. 23-38); depois, os outros, por ordem alfabética do seu nome latino (pp. 39-98).

Constitui esta, sem dúvida, a matéria fundamental da sua investigação, uma vez que aí comenta desenvolvidamente cada uma das epígrafes relativas ao tema em apreço, referindo, de modo particular, as características de cada uma das divindades, ao mesmo tempo que, com base em considerações de ordem onomástica, procura determinar o estatuto social dos dedicantes, aspecto que mais detidamente vai explorar na segunda parte do seu livro (pp. 99-122).

Conclui depois (pp. 123-125) que, na Bética, a implantação dos cultos oficiais acompanhou a par e passo a aculturação na sua globalidade. Desde muito cedo que os cultos aí se desenvolveram, bem à maneira latina e tendo como objecto as mesmas divindades e, como veículo, os mesmos rituais do Romano colonizador. Todas as «classes sociais» se encontram representadas entre os devotos, embora, como é natural, aos séxviros augustais — por serem libertos endinheirados, por a sua elevação ao sacerdócio do culto imperial lhes outorgar estatuto insigne — caiba, em termos de epígrafes, papel preponderante.

Quanto à distribuição geográfica das manifestações religiosas, Juana Rodríguez Cortés aponta a sua homogeneidade, com particular densidade apenas nas zonas mais urbanizadas. Em seu entender, mesmo a relativa escassez de testemunhos verificada no Noroeste da província se prende mais com a ausência de prospecções arqueológicas que a um real vazio de religiosidade.

Estas conclusões não se afastam, por conseguinte, do que seria normal esperar numa região tão intensamente valorizada pelos Romanos desde os primeiros tempos da sua vinda para a Península Ibérica. Mas tratava-se, na verdade, de uma pesquisa ainda não efectuada e, por isso, a obra de Juana Rodríguez constituirá, doravante, ponto de referência obrigatório, tanto mais que houve a preocupação de se compulсар uma bibliografia completa; podemos dizer que nenhum dos vestígios importantes foi

omitido e que, no âmbito da análise antroponímica, poucas falhas há para apontar.

Completam a obra: um apêndice (pp. 129-137) em que as inscrições referidas são esquematicamente apresentadas em quadros de fácil percepção, pela ordem seguida no texto; e a bibliografia (pp. 139-146).

Como se trata dum bom instrumento de trabalho, cumpre-nos tecer sobre ele algumas considerações com vista a um eventual aprofundamento da reflexão sobre o tema.

Digamos, em primeiro lugar, que, por não serem muitos—uns 132, se não erro—talvez tivesse sido possível apostar numa tentativa de, mediante adequada revisão, se obter cuidadosa leitura de cada um dos textos. Aliás, embora saiba quanto isso encarece uma edição, teria sido agradável dispor de fotografias dos monumentos mais significativos ou, pelo menos, duma indicação precisa, sempre que viável, da sua tipologia. Exemplifico com algumas dúvidas que me surgiram:

- Na pág. 26, n.º 4 (CIL II1194): que é *titulc(olonus)*?
- Na pág. 32, n.º 1 (ILER 372), porque se desdobra em *Badius*, sem qualquer ponto de interrogação, o gentílico de *Fortunatus* indicado na inscrição por meio de sigla?
- O n.º 3 da pág. 33 merecia duas, ainda que breves, reflexões. Em primeiro lugar, se o marido é *vir clarissimus*, Varínia Flacina deve ser *c(larissima) f(emina)*: Juana Rodríguez Cortés manteve sem desdobrar as siglas C. f. apresentadas por José Vives (ILER 361) e sem dar delas qualquer interpretação. Por outro lado, teria sido oportuno assinalar a transmissão do gentílico da mãe (e não do pai) para a filha, possível índice duma filiação natural.
- Concordo inteiramente com Juana Rodríguez quando afirma ser necessário duvidar da leitura feita por Mélida do texto 5 (perdido?) da pág. 34: depois de *Licinius* apenas viria o cognome do augustal e não a menção do seu patrono.
- O n.º 4 da pág. 37 (CIL II1950) pode ilustrar como a omissão da referência à tipologia do monumento nos priva dum dado essencial de análise. De facto, no caso vertente, será muito provavelmente a tipologia que nos ajudará a optar pela leitura *Menerv(ae) Aug(ustae)* de preferência a *[I]mp. Nerva Aug.* ou vice-versa.
- Na pág. 42, n.º 2 (CIL II 1610), em vez de *per honorem*, não se poderia reconstituir *Tito TV*, na medida em que falta a referência ao outro cônsul do ano 75? Não teria sido o nome de Tito alvo de posterior *damnatio memoriae*?
- Na pág. 61, n.º 16 (CIL II 1433), quiçá importaria ter discutido um pouco mais a leitura, porque se, como o comentário dá a entender, a dedicatória é ao Génio da Torre, deveria ler-se *Turris Genio* e não *Turri Genio*. Por outro lado, a palavra *Genio* costuma proceder o determinativo a que se refere e não ao invés. Cá está um dos casos em que muito interessaria saber se a inscrição foi revista e qual o seu paradeiro.
- No comentário ao n.º 2 da pág. 64 (CIL II1660 = ILER 205), regista-se uma ligeira confusão entre o *praenomen imperator* —que, de facto, Tibério nunca quis usar, para assim acentuar o carácter hereditário (não militar) do seu poder— e a saudação imperial, aqui desprovida de qualquer numeral por se tratar da primeira. Aliás, o texto — bastante controverso — não pode ser, por isso, datado do ano 14 d. C., como Hübner propusera, mas sim muito provavelmente de 6-5 a. C., quando

Tibério, já adoptado por Augusto, ainda se designa *Tib. Iulius Caesar* (vide R. Cagnat, *Cours d'Épigraphie Latine*, Paris, 1914, p. 181); e o dedicante terá sido não o jovem Tibério mas, muito provavelmente, o procônsul Q. Granius Marcius, como Géza Alföldy teve oportunidade de propor (cf. *Epigraphica Hispanica Vili — Eine kaiserliche Widmung in der Stadt Tucci*, «Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik» 59 1985 189-199).

- Os números 8 a 10 da pág. 66 terão sido, ao que parece, grafitos feitos em telhas. Desta sorte, a uma exclamação como *Hercule* (n.º 10) há que atribuir um grande valor histórico, porque parece grito de alma, vindo bem do fundo da devoção privada de quem (um escravo?) trabalhava na telheira. Toca-se, aqui, a religiosidade simples, despida das roupagens oficiais — e isso interessa-nos de modo especial.

- Por norma, um liberto imperial designa-se *A ug(usti) lib(ertus)* e os escravos *Caes(aris) ser(vus)*: cf. os artigos de P. R. C. Weaver, *The Status Nomenclature of the Imperial Freedmen*, «Classical Quaterly» 13 1963-1964 272-278 (sobretudo p. 273), e *The Status Nomenclature of the Imperial Slaves*, «Classical Quaterly» 14 1964 134-139 (sobretudo p. 139). Ora, no n.º 2 da pág. 90 (ILER 310), a referência é, ao invés, *Aug(usti) ser(vus)* — uma ocorrência, portanto, a assinalar.

- Na nota 44 da pág. 114, dá-se a entender que os cavaleiros documentados na epigrafia religiosa oficial da Bética nunca ultrapassaram a hierarquia das milícias equestres. Este é um dos aspectos curiosos da epigrafia provincial, a que ainda se não pôde dar resposta adequada, designadamente por ainda se não dispor de um banco de dados suficientemente amplo para abarcar todas as províncias do Império. Isto porque, como é natural, quando o cavaleiro assumia funções superiores às milícias preliminares da sua carreira, tinha forçosamente de ausentar-se para outras paragens onde as iria exercer. Não há, pois, motivo para nos admirarmos dessa falta de informação e certamente daqui a alguns anos o progresso dos estudos prosopográficos vai trazer-nos o complemento de muitos *cursus honorum* hoje considerados interrompidos.

Uma ou outra gralha tipográfica pode, aqui e além, provocar alguma perplexidade na interpretação dos textos. Assim:

- na pág. 47, n.º 1 (CIL II 1956), decerto se deverá ler *porticus public(as)*;
- na pág. 53, n.º 3 (CIL II 2122), é, certamente, *m(unicipum) M(unicipii)* e não *M(unicipium) m(unicipii)*;
- na pág. 58, n.º 4 (CIL II 1060), a dedicatória será *Genio m(unicipii)*;
- na pág. 66, n.º 12 (CIL II 1929), o homenageado é *Q. Cornelius Senecio Annianus*, ou seja, *Q(uinto) Cornelio Senecioni Anniano*, em dativo;
- na pág. 77, n.º 3 (ILER 2080 = 6076), temos uma estátua *Mart(is) Aug(usti)* oferecida pelo sumo pontífice do Município Triunfal — *M(unicipii) Triumph(alis)*;

Ao abordarmos um tema com estas características, mormente se temos em mente determinar o papel que a religião — ou melhor, a atitude religiosa — deteve na sociedade, em determinada sociedade, há, do ponto de vista metodológico, duas ou três reflexões que importa fazer.

1. Que significado atribuir à representação de divindades em moedas?

Escreve, a este propósito, Juana Rodríguez Cortés:

«As fontes numismáticas fornecem dados escassos, se considerarmos que grande parte das oficinas monetárias localizadas na área do nosso trabalho deixaram de cunhar moeda no espaço cronológico que vai de Tibério a Cláudio. Mas não depreciamos, por isso, o valor propagandístico da moeda, utilizada pelo poder público para emitir a sua propaganda religiosa» (p. 17).

Se, por um lado, é pouco significativo temporalmente o período que vai de Tibério a Cláudio (14-54 d. C.), de modo que essa não será objecção a ter em conta, afigura-se-me, por outro, que, no presente contexto, não há que considerar o «valor propagandístico da moeda» justamente porque o objectivo da pesquisa não é saber que divindades os imperadores queriam ver homenageadas mas sim que divindades eram, na prática, homenageadas de facto. Esta relação entre o que politicamente se pretende e realmente se consegue é que poderá constituir, na verdade, excelente campo de análise.

2. No que respeita aos vestígios arqueológicos (templos, esculturas, mosaicos, lucernas), pondera Juana Rodríguez Cortés (pp. 17-18) «que alguns desses objectos (*sic*) não tiveram relação com o culto e que o aparecimento duma divindade numa lucerna, escultura, mosaico, pode ser devido a motivos extra-religiosos, como o auge popular de um mito, o gosto individual, etc.».

Estamos aqui no âmago da questão, que se prende necessariamente com o sentido profundo da religião e das suas manifestações. Até onde vai a «estética» e onde começa a «religião». E, aqui, verdade seja dita, não vai imprimir no disco duma lucerna a figura da deusa Vitória—em vez duma cena erótica—quem não sentir pela divindade o mínimo de veneração! Não vai um proprietário do século IV pedir que os mosaicos da sua *villa* tenham cenas de bacantes, se é um cristão convicto! Como não se invoca a protecção de Marte para o ente querido, se o deus da guerra não for da sua especial predilecção... A distinção a fazer-se residirá, sim, volto a insistir, não nestes aspectos mas na relação entre o que é «orientação» (digamos assim) oficial e o que, na realidade, acontece. Como é que a população acolheu essa orientação.

3. O caso das estátuas merece, neste âmbito, uma atenção particular. E até gostaria de ter visto o assunto abordado, com algum promenor, a propósito de CIL II2121 (pág. 77, n.º 3), um dos raros exemplos de ofertas públicas de estátuas a Marte Augusto (identifiquei recentemente um terceiro exemplo na Península Ibérica, em Sines, porto da costa ocidental da Lusitânia); do n.º 3 da pág. 40, sobre que a informação é tão escassa; ou, ainda, do n.º 2 (perdido?) da pág. 5 (CIL II 6277).

A estátua oferecida por um magistrado municipal destina-se à praça pública. E é sintoma não apenas dum culto individual mas também, necessariamente, dum culto muito bem acolhido por toda a comunidade. Como fonte histórica, uma estátua reveste-se, pois, teoricamente e na prática, de um significado muito maior que a árua destinada a singelo larário familiar ou a invocação feita em contexto funerário.

4. Daí, o que atrás dizia acerca da tipologia do monumento.

Ao omitirmos esse dado, estamos, na verdade, a descurar uma informação fundamental. O texto duma inscrição é importante, não há dúvida; mas o texto requer um suporte; e o suporte enquadrava-se num contexto. E é nesta íntima relação entre

a epígrafe e o seu enquadramento que reside parte significativa do seu valor como documento histórico.

Exemplifico:

CIL II21 foi por mim considerado uma placa, porque desde que se identificara que estivera embutido na parede dum edifício (*Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*, Coimbra, 1984, p. 218). Dedicada por Gaio Átio Januário ao deus Esculápio postulava, como placa que era, a existência dum templete onde primitivamente fora encastrada. Como a inscrição se referia à realização de festas, imaginar-se-ia ainda a sua integração numa qualquer parede de recinto festivo. Sucede, porém, que, retirado o monumento da parede, se verificou ser uma ara com mais de um metro de altura. O contexto inicial terá sido, portanto, totalmente diferente e diferente é também o significado a atribuir-lhe: ganhou novo argumento a tese que defendia a presença dum templo a Esculápio em Santiago do Cacém e, por conseguinte, a existência duma grande devoção a esta divindade por parte dos habitantes sai, agora, substancialmente reforçada.

A este propósito, caberá referir o caso do n.º 2 da pág. 45, porque sendo (como referem M. Pastor e A. Mendoza, *o. c.*) não um altar onde se fizessem sacrifícios mas uma réplica em ponto pequeno, constituirá ex-voto privado a que a ausência de menção do dedicante confere particular significado por assinalar um local de culto a esta divindade.

Este, um dos aspectos que gostaria de ver mais explicitado num dos próximos trabalhos de Juana Rodríguez Cortés.

E notória a falta de bibliografia portuguesa nas bibliotecas universitárias espanholas. Estamos a tentar suprir pouco a pouco essa lacuna. Leite de Vasconcelos é, por exemplo, o único autor português aqui referenciado, mas não consultado, porque senão, na pág. 143, teria sido citado o volume III (1913) d'As *Religiões da Lusitânia*, que trata das divindades clássicas, e não o II, que se ocupa das divindades indígenas. Nos *corpora* de inscrições já publicados relativos ao território actualmente português poderia a Autora ter encontrado interessantes paralelos para algumas das epígrafes.

Também um índice onomástico e outro dos textos do CIL II e das ILER estudados facilitaria, de futuro, a consulta da obra.

Note-se, porém, que estes comentários só foram possíveis porque Juana Rodríguez Cortés já fez o livro. Esse, um dos seus méritos. Sem pretensões, *Sociedad y Religión Clásica en la Bética Romana* atinge o objectivo fixado: dar uma panorâmica do que se sabe, afluindo, aqui e além, questões de pormenor a requererem análise mais aprofundada. Uma análise agora tornada possível a partir da síntese elaborada.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

Jürgen UNTERMANN, *Monumenta Linguarum Hispanicarum. Band III. Die iberischen Inschriften aus Spanien*. Wiesbaden, 1990, 2 vols., 339 + 661 p.

Dez anos após a edição da 2- parte dos *MLH*, dedicada às inscrições em caracteres ibéricos achadas no sul de França, eis que surge a 3- parte do monumental projecto do Professor Untermann, que tem por tema as inscrições ibéricas de Espanha.

As mil páginas distribuídas por dois volumes poderão servir para dar uma ideia não só do esforço desenvolvido pelo A. mas também do grau de importância de que se reveste a presente obra no âmbito dos estudos sobre as escritas ibéricas.

Depois de uma extensa lista bibliográfica a abrir o 1º volume (p. 17-71), segue-se um preâmbulo de carácter geral (p. 89-104), onde o A. explana o modo como se organiza a obra, facilitando assim a sua consulta e compreensão. Ainda no mesmo capítulo, são mencionadas as inscrições que, por diversas razões, não foram aqui incluídas, muitas delas por serem falsas ou de autenticidade duvidosa. Posteriormente (p. 111-131), brinda-nos o A. com um excelente resumo da história do povo ibérico, baseado em dados arqueológicos e linguísticos, dando particular ênfase às relações que com ele estabeleceram Fenícios e Gregos; tampouco foi esquecida a romanização, que teve um papel decisivo na aniquilação da civilização ibérica.

A parte mais teórica da obra é rematada por um pequeno estudo sobre os diversos materiais que serviram de suporte aos textos ibéricos (p. 126-131). A escrita (p. 132-149), a língua (p. 150-194) e a antroponímia (p. 195-238), assuntos a que voltaremos mais adiante, mereceram da parte do A. um tratamento mais circunstanciado.

A quarta parte é composta pelos índices de “palavras” (p. 263-324) e pelas concordâncias com os precedentes *corpora* de inscrições ibéricas (p. 325-337). A maneira como os índices estão elaborados é bem o reflexo da preocupação do A. em facilitar o manuseamento do volumoso catálogo: para as “palavras” em escrita levantina, foi elaborado um índice “normal” e um índice inverso, de extrema utilidade; o mesmo esquema é aplicado aos índices de “palavras” em caracteres meridionais, gregos e latinos. Além disso, as “palavras” em escrita levantina dispõem de mais dois índices, um de “palavras” cujo primeiro signo não é identificável, e outro para as que apresentam o respectivo início truncado.

O catálogo das inscrições ocupa as mais de seiscentas páginas do 2º volume, entre transcrições, comentários, fotografias e desenhos. Infelizmente, as fotografias nem sempre apresentam a qualidade desejável; veja-se, por exemplo, a reprodução fotográfica de C.1.8, com uma iluminação deficiente. Refira-se, a propósito, que o código alfanumérico, já utilizado nos *MLH* I e II, discrimina cada uma das inscrições, de acordo com a região onde foi encontrada, identificada por uma letra maiúscula; o respectivo local de achamento é assinalado pelo número subsequente, correspondendo o último número ao documento propriamente dito. Convém salientar que todos os locais de achamento são, antes da apresentação dos textos provenientes de cada um deles, objecto de resenhas histórico-arqueológicas, cuja extensão varia de acordo com a importância do sítio.

Num trabalho vastíssimo como este, não é difícil detectar uma ou outra afirmação susceptível de crítica e de discussão, sobretudo quando os temas a abordar se relacionam com a misteriosa língua ibérica. As notas que se seguem visam questionar apenas alguns aspectos relativos à gramática, à antroponímia e à leitura de várias inscrições em caracteres meridionais, abarcando apenas uma pequena parte das inúmeras questões que envolvem esta língua de origem desconhecida. Importará sublinhar que parte dos assuntos adiante tratados foram já objecto da nossa atenção em estudos elaborados antes de termos tomado conhecimento deste magnífico trabalho do Professor Untermann.

I. GRAMÁTICA

§ 510 e § 527 - **aiKa-aTiBur** (H.3.1) e **aKa-ilTirTeKer-ai** (G.16.1) constituem construções sintácticas comparáveis a **ulTiTeKeRaiKase.aRKiTiKer.aiKas** (F.6.1), sequência lexical que o A. incluiu na discussão dos morfos *-ai* e *-ka*. Para além dos casos apontados pelo A., aquele primeiro sufixo encontra-se também documentado após os NNP **aTaBeR** e **anwBeR** (F.9.7).

§ 512 - **aiBelor-aR** (G.16.1) constitui um exemplo da utilização de *-ar/-aR* que não foi arrolado pelo A.; nas legendas monetárias, encontramos o mesmo morfo em **ilTiRTa-R** (A. 18), **SaiTi-r** (A.35) e em **ilTuRi-R** (A.99).

§ 518 - **sorseiTeKeR** está por **sorseiTeR** (C.1.8).

KuTu-Bo-iKe (F.9.7,B-2) é uma segmentação tão plausível como **KuTu-Boi-Ke**. Vem a propósito referir que **ketuboike** (p. 391, linha 7) foi um dos poucos erros tipográficos que detectámos.

§ 521 - O morfo *-en* encontra-se também atestado em **aiTu(a)rKi-(e)n** (G.16.3, .4), sendo aqui claramente equivalente ao morfo *-art-aR*, na frase **KonilTir-aR BiTiaR** (G.16.5).

§ 525 - Aos exemplos da utilização do morfo *-is* indicados pelo A., poderemos acrescentar mais três: **eRTto-is** (F.7.2), **BaKaSKeTa-is-uReSTiniR** e **-BeKoRTto-is-aBe[...J** (B.7.34).

§ 527 - O A. isolou a seguir a **KuleSBuR** (B.7.35,1) o morfo *-ka*, onde, segundo Y. Sober *{Découverte d'inscriptions sur plombs en écriture ibérique dans un entrepôt de Pech Maho (Sigean), "Revue Archéologique de Narbonnaise", 12,1979, p. 66}*, deve estar *-ke*. Contudo, mesmo que estivéssemos perante o morfo *-ka* posposto àquele NP, este sufixo não poderia, ao mesmo tempo, integrar o subsequente antroponimo **nisoR**, como quer o A. (§ 7.69-108). Pelo contrário, não há, a nosso ver, que isolar o presente morfema em B.7.34,17, porquanto devemos estar na presença de um NP, **aBelKiRTiKan**.

§ 529 — *ike{~}* está igualmente testemunhado nos seguintes contextos antroponímicos: **aiT(u)-iKe-(i)lTun** (G.15.1), **Kanan-iKe** (H.5.1), **orKe-iKe-laur**

(D. 12.1), TueiT (u) -iKe-ilTun (F. 12.1), *belakas-ik-aur (G. 1.1 ,B-5), *lekuSeki-k (G. 1.1,A-I,3) **BaKaSKeTa-ik-isKeRBoneS** (B.7.34). Em contrapartida, **TunTiKen**, termo referido por duas vezes em B. 1.373, deverá, talvez, ser um NP. Na 3- linha deste mesmo texto poderemos ler **KaReSoRieiKe.isTaR.TunTiKen**.

CASTLOSAIC (H.6.1) também pode ser segmentado da seguinte maneira:
CASTLOSA-IC.

§ 543 - Os exemplos aduzidos pelo A. não nos convencem da existência do morfo *-ste* como variante fonética de *-te*. A má qualidade da reprodução fotográfica não nos permite ler com segurança a expressão **eTenBilosStenTisTe** (F.17.1); admitindo, porém, a exactidão da leitura apresentada, a sequência gráfica **STe-** não parece gozar de qualquer autonomia semântica.

§ 536 - Julgamos mais prudente não utilizar os textos B.7.34-36 com vista a identificar um presumível morfo *n*, atendendo a que a pontuação neles existente nem sempre parece servir para dividir proposições ou distinguir palavras.

§ 548 - A segmentação VNININ-IT (H.6.1 e não H.6.2) poderá ser adoptada em detrimento da que apresenta o A..

Aos exemplos da utilização do sufixo *-te* após NNP, recolhidos neste parágrafo pelo A., há que acrescentar **aiTuleKu-Te** (F.13.10).

§ 558 - Relacionados com **aRiKaR** deverão estar as “palavras” (formas verbais?) **eriKan** e **ariKan**, registadas em G.7.2Ab, que sucedem, respectivamente, a **siKil** e a **BanKiS**, dois presumíveis antropónimos.

§ 562 - ***baites-uisebartaS** é mais um testemunho da utilização daquele primeiro termo, a acrescentar aos que foram recolhidos pelo A..

H. ANTROPONÍMIA

Passamos agora a comentar o capítulo referente à antroponímia. Não obstante as substanciais melhorias detectadas no presente repertório de NNP ibéricos em relação ao que foi publicado há alguns anos (Untermann, J., *Repertorio antroponimico ibérico*, “Archivo de Prehistoria Levantina”, 17,1987, p. 289-318), eremos que, na identificação de antropónimos de origem ibérica, o A. não foi tão longe quanto poderia. Assim, a lista que a seguir apresentamos inclui algumas dezenas de palavras que julgamos serem NNP ibéricos. Alguns deles fazem parte do repertório em questão, mas foram, quanto a nós, transcritos de modo menos correcto:

aBar (E.1.438), aBaR-Ke-BioTaR (C.0.2), aBaR-Ke-Bors (C.2.3), aBaR-ie-KiTe (F.13.4), aBaR-ie-i-KiTe (F.6.1), aBaRilTuR (A.27), aBarsKuBor (B.7.37), aBarTanBan (F. 13.13, 46), aBaSaKer (C.2.3), aBelKiRTiKan (B.7.34), aBoBaKer (C.2.3), *ait(u)ar (ML//I, p. 338), aiTuarKi (G.7.2), aiTu(a)rKi (G.16.3), aiTu(a)rKi (G.16.4), aiTuBas (A.33-14, -15), aiT(u)-iKe-(i)lTun (G.15.1), aiTuleKu (F.13.10), aiuniKarBir (G.14.1), aKeRiKoR (F.2.4), akiniR (F.9.7),

aKiTiKen (B.7.37), alaSBuR (B.7.34), anBoSiITun (F.20.1), anToR (F. 13.32), aReTaunin (F.13.1), *aStolbaS (Palomar Lapesa, M., *La onomástica personal pre-latina de la antigua Lusitania*, Salamanca, 1957, p. 43), aTaBeR (F.9.7), aTiBur (H.3.1), aunTiKi (A. 4), Ban-ie-KaRs (F.6.1), BanKiS (G.7.2), BanKiTe (E.4.2), BanSor (B.7.35), BanTiBa (F. 13.26), BaRBin (F.9.7), BaRBin (F.17.2), BaRBin (F.9.7), BaRBor (E. 1.312, .313), BaRKaRbulTu (D.3.1), BarsuR (D.5.1), BaSBin (B.7.34), BasTesilTiR (F.13.24), BaSTiBilos (H.1.1), BeKor (G.15.1), BeKor (F. 13.3), bekor (G. 1.1), BeKoRTo (B.7.34), *belakas-ik-aur (G. 1.1), Belan (B. 1.33), Belar (F. 13.3), BeneBeTaner (F. 13.12), BeR-i-KaRs (F.6.1), BeR-i-KaRs (D.3.1), BerSiR (G.7.2), BerSTan (G.17.1), BiRlaBo (F.9.2), BilosleisTiKer (B.7.35), BinKiSaur (E.5.3), binsnes (Lacort Navarro, P. J. *et alii*, *Nuevas inscripciones latinas de Cordoba y su provincia*, "Faventia", 8/1, 1986, p. 73), BiTars (F.20.1), BiTeBaKiRS (F.9.5), BiuRbi (A.2), BoKaISor (B.7.34), BolsKo (C.4.1), BonKo (C.4.1), BoRBeliOR (C.2.3), Bors (C.2.3), BoToTaS (F.9.5, .6, .7), BoToTiKi (F.9.5), buistineR (G.1.1), Bur[i]ITir (G.7.2), eisBuR (B.7.34), *elanTorian (Albertos Firmat, M. L., *La onomástica personal primitiva de Hispania Tarraconense y Bética*, Salamanca, 1966, p. 112), eRsKon (B.7.11, .12, .13), eRTin (B.7.35), eRTos (C.0.2), eTeiTOr (F.20.2), ilBiKon (C.2.8), iTiRKiS (B.7.35), iTiRSar (B.7.34), iTiRSar (B.7.35), iTursaiR (F.9.7), ilunTor (F.20.2), isKeRBoneS (B.7.34), isKeunir (G.17.1), KaResBan (F.13.5), KaResBoBiKiR (F.13.3), KaResir (F.13.3), KaResTar (F.9.7), KaRSuriTu (A. 100-3), KaSTiKer (C.1.6), Kasunin (F.13.1), KeBel (F.20.1), KeBelsilun[in] (F.9.8), KeBelsilunin (F.9.8), KeBelTeR (Velaza, J., *Léxico de inscripciones ibéricas: 1976-1989*, Barcelona, 1991, p. 89, nº 330), KelseKiTe (E.4.2), KelTaRerKer (D.10.1), KelTiBeleS (F.20.2, .3), KiRSTo (C.21.1), KiTeiBors (F.20.1), KiTeTiKeR (G.7.2), KoBilos (H.1.1), KolBir (C.4.1), Koro-ie-Kers (F.20.1), *korokine (Albertos Firmat, M. L., *La onomástica...*, p. 99), laKeiTOr (E.4.6), laKeR-ei-arTuR(C.1.5), laKueRTer (E.4.5), *lauRbeleS (*HAE* 496), lauRBerTon (F.20.1, .2, .3), lauRBim (C.4.1), leisir (B.7.34), leKaR-Ke-loR (B.7.35), leKaRKo (F.13.3,7), leKaRSor(B.7.36), *IekuSeki (G.1.1), lereuTinir (B.7.34), *lukesin (Albertos Firmat, M. L., *La onomástica...*, p. 140), luKeSiR (G. 16.1), naBaRarBan (C.8.2), naBaRsosin (C. 1.6), neselT uKo (A. 100-8, -9), nisoR (B.7.35), nisoRBar (F.9.6), noroBoR (B.7.34), oloSoRTin (A.6.09), oRKe-iKe-laur (D.12.1),oRTinTuWBars(E.4.1),saKarna[... (F.9.2), SalBiTas (G.15.1), SalBiBi[... (F.9.2), SalKiTe (B.7.36), salTuKileR (C.2.3), SaniBar (B.7.36), seKiTeKer (G.16.1), selKe-ai-BarTon (F.9.7), selKe-ai-BarTun (F.9.5), selKisosinKas (F.20.1), siBaiTin (C.10.1), siKil (G.7.2), siRBaiser (Casariego, A. *et alii*, *Catálogo de plomos monetiformes de la Hispania Antigua*, Madrid, 1987, Lám. 39, nº 1), sors-ei-TeR (C.1.8), sosinBels (F.9.8), *suk(u)nin (*CIL* II 6249/3), TaKeRKiR (G.7.2), Talau-Ki-eteR (G.7.2), TeR-Ke-KineRTin (F.20.1), *tikino (Albertos Firmat, *La onomástica...*, p. 227), TileSKeTin (Velaza, J., *Léxico...*, p. 124, nº 518), ToreTin (F.20.3), ToRosair (F.9.3), TusKiTar (F.9.3), *uisebartaS (G.13.1), uKal-Ke-Bars (F.20.1), uReSTiniR (B.7.34), uReSunir (B.7.34), uRKeTiKeS (C.21.1), wiReSTiniR (B.7.36), wReSunir (B.7.36) e wuR[eS]uniR (B.7.36).

No parágrafo 611, o A. reúne uma série de NNP que parecem apresentar **o** como prefixo; entre eles poderemos talvez incluir **o-ToilTir** (F.21.1), **o-KoBilos** (H.1.1), **o-KaSTiKeR** (C.1.6,A-3), **o-leKaRko** (F.13.3,7) e **o-Talau-Ki-eTeR** (G.7.2,A b,l).

O trabalho de J. de Hoz intitulado *Crónica de lingüística y epigrafia prerromanas de la Península Ibérica:1979*, publicado no Voi. 30-31 da revista “Zephyrus”, inexplicavelmente ausente da bibliografia, é, em grande parte (p. 300-315), ocupado por uma excelente recensão crítica ao 1- volume dos *Monumenta Linguarum Hispanicarum*, editado em 1975. Nele são propostas novas e pertinentes leituras para alguns NNP presentes em moedas de *Obulco*. Tais leituras não foram, no entanto, tidas em conta pelo A., que se limita agora a retomar o que escrevera naquele volume. Deste modo, encontramos no presente repertório antroponimico ibérico **SiTuBolai** (106-44) em lugar de **SiBiBolai** e **urKailTu** (140-62) em vez de **urKailBi**.

Bo(r)Beron e **OASAI** são outras transcrições que também não nos parecem correctas; deverão ser substituídas respectivamente por **KoBeroi** (G.7.2) e **OASALI** ou **OASAI** (H.3.4).

Tínhamos, até hoje, muitas dúvidas a respeito da integração na antroponímia ibérica de **aiBelor** (G.16.1), **aiBeron** (G.16.2), **KaniBeron** (G.7.2), **TERCINOI** (H.3.4), **Ka(a)nKinai** (A. 102-1, -2), **KoBeroi** (G.7.2), **Kolon** (A. 100-12), **SiBiBolai** (A. 100-2), **siKaa** (A.100-13), ***siKai** (*CIL* II 169), **TuiTuBolai** (A.100-4, -5), **TuiTuiBoren** (A.100-6, -7), **OASALI** (H.3.4), ***urKail** (*CIL* II 1087), **urKail** (A. 100-2) e **urKailBi** (A. 100-8, -9); conquanto estejamos dispostos a aceitar a maior parte das conexões que o A. agora estabeleceu entre estes NNP e outros assumidamente ibéricos, julgamos, ainda assim, ser possível problematizar algumas das analogias propostas:

1. Todos os NNP terminados em *-ai* identificam magistrados monetários das cecas A. 100 e A. 102, significativamente situadas no extremo ocidental do mundo ibérico. Convém esclarecer que, na nossa perspectiva, o sufixo *-ai* (§ 510) em **aTaBeRai** e em **anwBeRai** (F.9.7) não deve fazer parte destes dois NNP; chegámos a esta conclusão após a leitura da inscrição em que se integram. Corresponderá aquela terminação a uma variação dialectal ou estaremos perante NNP turdetanos?

2. ***siKai** (*CIL* II169) não passa de uma reconstrução do A. a partir do genitivo de *Sica*, NP feminino inscrito numa esteia funerária achada na ermida de S. Pedro, Alter Pedroso, Alter do Chão (e não em Portoalegre (sic)) (Encarnação, J., *Inscrições romanas do conventusPacensis*, Coimbra, 1984, p. 690, nº 631). Contra uma origem ibérica de *Sica* poderemos aduzir o patronímico *Maelo*, claramente lusitano, e ainda o local de achamento - termo de Palência - da outra inscrição que, a par desta, documenta o NP *Sica*.

3. Caso estejamos perante um nome ibérico, o segundo elemento de **urKailBi** encontra um paralelo em **ilBiKon**, NP documentado no *rython* de Ullastret (C.2.8,3). No entanto, há que ter em atenção os seguintes factores:

a) Nem o patronímico *Attita* nem a eventual unidade suprafamiliar *Chilasurgun*, os dois nomes que acompanham *Vrchail* em *CIL*II1087, parecem ter algo de ibérico;

b) Se o mesmo *Vrchail* não estiver abreviado - e nada indica que o esteja -, é difícil defender para um nome ibérico uma terminação em / apó[^]ditongo;

c) A aspiração, que encontramos em *Vrchail*, em *Chilasurgun* e noutros nomes possivelmente turdetanos como *Igalchis*, *Insghana* (Albertos, M. L., *Las aspiradas en las lenguas paleohispánicas: la F y la H*, “Veleia”, 2-3, 1985-1986, p. 142), *Vrhela* (*Hispania Epigraphica*, 2, 1990, n.º 336) e *Sisucurhil* (A. 103-4), aparenta ser uma característica alheia à onomástica genuinamente ibérica;

d) Os nomes mencionados nas alíneas anteriores não se encontram testemunhados na área ibérica propriamente dita, mas apenas do vale do Guadalquivir para oeste.

O A. relacionou o elemento nominal **KoRo/Koro** com **Kolon** (A. 100-12), segundo ele, um “Kurznamen” (p. 227, nota 79); mais próximos deste último estão **Kolo-iTe-KaR** (F.14.1) e ***kolo[-]biur**, indubitável NP testemunhado no chumbo etrusco-grego de Pech Maho (Lejeune, M. *et alii*, *Etrusque et ionien archaïques sur un plomb de Pech Maho* (Aude), “Revue Archéologique de Narbonnaise”, 21, 1988, p. 54).

A propósito do elemento **Kon**, integrante de vários NNP ibéricos, o A. recorda outros nomes que, com algumas reticências, ele considera tartéssicos: *Konoba* (Apiano, *Iber.* 291), *Conipp*. (A. 100-15) e *Conil* (A. 103-3). Se, quanto à grafia do primeiro, nada temos a objectar, *Conipp*. deve dar lugar a *Conipr.*, e *Conil*. a *Candnil*.

Falta ainda referir outro fenómeno que o A. não abordou no capítulo consagrado à antroponímia: trata-se da existência de nomes compostos por mais de dois elementos. Com vista a proceder à sua identificação, recorramos ao elenco acima apresentado:

aBarsKuBor (B.7.37), aBelKiRTiKan (B.7.34), aiuniKarBir (G.14.1), anBoSilTun (F.20.1), BaRKarBulTu (D.3.1), *belakas-ik-aur (G.11), BilosleisTiKer (B.7.35), *elanTorian (Albertos Firmat, M. L., *La onomástica...*, p. 112), KaResBoBiKiR (F.13.3), KaRsuriTu (A.100-3), KelTaRerKer (D.10.1), laKeR-ci-arTuR (C.1.5), neselTuKo (A.100-8, -9), selKisosinKas (F.20.1) e TeR-Ke-KineRTin (F.20.1).

Entre os NNP compostos por três elementos, repertoriados pelo A., podemos apontar **anTalsKar** (C.18.5), ***kurtarno** (TSall) e **TalsKuBilos** (B.1.29).

Notámos algumas incongruências na identificação de determinadas palavras como antropónimos; assim, e a título de exemplo, no índice de palavras em caracteres levantinos (p. 273) deparámos com **BolsKo** e **BonKo** (C.4.1) seguidos respectivamente por “PN” e “PN?”, mas não encontramos nenhum deles no repertório antropónimo.

Antes de nos debruçarmos sobre algumas inscrições em caracteres meridionais, apresentando interpretações alternativas, gostaríamos de abrir um parêntesis a propósito de uma legenda monetária que foi naturalmente objecto da atenção do A. nos *MLHI*: trata-se da legenda A.98. No trabalho já citado, o Professor Javier de Hoz, mostrou com sólidos argumentos que os signos componentes daquela inscrição deverão pertencer, na sua totalidade, ao sistema meridional, pondo em causa a sua leitura como **iITiRaKa**, adoptada pelo A. em 1975, e agora reproduzida sem qualquer discussão (§ 573). Recentemente, tentámos provar que **iITiKira** é a interpretação mais provável para aquele letrero. Talvez não seja coincidência a semelhança que tal legenda apresenta com *Huero* e mesmo com *Eliocroca* < **WTiKiroKa* (Tovar, A., *Iberische Landeskunde*, 2. 3, *Tarraconensis*, Baden-Baden, 1989, p. 164-165).

III. INSCRIÇÕES MERIDIONAIS

A numeração dos signos meridionais bem como os valores fonéticos a eles atribuídos remetem para o quadro reproduzido na fig. 1:

	—	a	b			—	a	b			—	a	b	
1	4	△	↗	a	11	↗	↘		m ?	21	↘	↙	↘	Ke
2	○	⊗	⊙	e	12	≡	≡		s	22	φ	φ		Ki
3	⊥			e	13	⊥			S	23	↗	↘		Ki
4	↗			i	14	↗			Ba	24	⊗	⊗	⊗	Ko
5	≡	≡		o	15	≡	≡	≡	Be	25	⊗			Ku
6	4	↗		u	16	↘			Be	26	⊗	+		Ta
7	↗			l	17	↑			Bi	27	≡	⊥		Te
8	φ	φ		r	18	⊗			Bo	28	⊥	⊥	⊥	Ti
9	↗			R	19	□			Bu	29	⊥			To
10	↗			n	20	△			Ka	30	△	△	△	Tu

FIG. 1. Signário meridional

F.9.2 ORLEYL (Vali d'Uxó, Castellón)

A interpretação que o A. nos apresenta diverge ligeiramente da nossa:

Face A

BiKirTiBaSKi.SalBiBi[...]a

Face B

[Tin.saKarna]
BirlaBo.iuSTiR.ia[

Sendo quase certo que **SalBiTas**, palavra documentada no chumbo de Llano de la Consolación (G. 15.1), constitui um NP, também **SalBiBi[...]** (A-l) o deverá ser; o mesmo poderemos dizer de **SalBiriaR**, constante do chumbo de El Amarej o (Bonete, Albacete) (Faria, A. M. de, *Antropónimos em inscrições hispânicas meridionais*, "Portugalia", 11/12, 1990/1991, p. 77, 80, 87). Seguimos o A. na leitura **BiKirTiBaSKi** (A-l), apenas porque a falta de paralelos seguros nos leva a rejeitar **BiKirTinSKi**.

Veja-se, todavia, o supracitado NP *Binsnes* (Lacort Navarro, P. J. *et alii*, *Nuevas inscripciones...*, “Faventia”, 8/1, 1986, p. 73).

As fissuras existentes no chumbo levaram o A. a 1er em B-1 algo mais do que o presumível NP ali escrito, hoje incompleto: **saKarna**]. Em relação ao NP que inicia B-2, a grafia do último signo não oferece grandes dúvidas quanto à leitura mais correcta: o nome é **BirlaBo** e não **BirlaKo**.

G.7.2 — LA BASTIDA DE LES ALCUSES (Mogente, Valencia)

Atentemos nas discrepâncias existentes entre a leitura do A. e a nossa:

Face A

a]SKiliR.uTuTa.BaSiR.TaraKar

]nKi

b oTalauKieTeR[4]].siKileriKan

KiTaKeRKiR[4]].sosiTiKeRKa[3]].nanBan[4]]

BanKiSariKan[3]].KiTaR[3]

urKeTiiKeRKa[4]].KiTeTiKeR [3]].JaKi

Face B

salTulaKoKiaKi [6]

BerSiRKaKi[8]arTaKerKaKi[6]KuleSTauTinKaKi[7]BerSiRKaao[3]Ki[1]

BiurTaKerKaKi[2]Bur[i]ITirKaKi[5]salTulaKoKiaKi[1]salTulaKoKiao[2]

KoBeroiKaKi[2]BerSiRKao[3]saKarBaSKaKi(Bi?)[4]BerSiRKaKiflO]aiTuarKiKiaKi[1]

KaniBeronKaKi[6]BhirUTirKaKi[2]seKelKaKi[6]BhiITaKerKaKi[5]aiTuarKiKiaKi[6]

Por não terem perdido oportunidade após a publicação do trabalho em análise, deixamos aqui registados, com algumas modificações, excertos dos comentários que sobre este importante documento apresentámos recentemente (Faria, A. M. de, *Antropónimos em inscrições hispânicas meridionais*, “*Portugalia*”, 11/12, 1990/1991, p. 79-80):

Contrariando o que diz o A., cremos que **BerSiR**, reproduzido por quatro vezes na face B, é um NP; prova-o o contexto em que se insere. E o único dos NNP que ficou

por riscar, e logo por duas vezes. Revestindo este texto um carácter contabilístico, aquele facto parece demonstrar que **BerSiR** terá ficado com parte das suas contas por saldar.

A explicação mais provável para a utilização de *S22* (e *S22a*) e *S23*, ambos equivalentes a **Ki**, no presente chumbo reside no facto de haver a necessidade de distinguir entre o valor silábico (**Ki**) e o valor consonántico (**K**), sendo este último representado por *S23*. Além disso, tanto na face A como na face B, *S22* vai sempre seguido de consoante, precisamente o contrário do que sucede a *S23*, que precede invariavelmente signos vocálicos nas ocasiões em que não encerra uma frase ou um vocábulo isolado. A utilização de *S23* antes de *S3* na primeira palavra de A b seria, quanto a nós, razão suficiente para atribuir a este último um valor vocálico.

A julgar pelo que observamos na face B, *S20* não pode ser precedido por *S22* e *S24*; esta impossibilidade a nível gráfico não parece ser extensível ao domínio fonético, uma vez que a sílaba **Ka** sucede às também velares **Ki** e **Ko** mediante o recurso a *S23* (**K**) seguido de *Sl*.

G.14.1 CERRO DE LOS SANTOS (Albacete)

Parece-nos preferível ler **aiuniKarBir**, possível teónimo, se não se tratar do nome do dedicante.

G. 15.1 LLANO DE LA CONSOLACIÓN (Montealegre del Castillo, Albacete)

Afigura-se-nos mais correcta a seguinte leitura:

Face A

aiTiKelTunKi.iunSTiR.BeKor.SalBiTas.oTeroKeTa.BanoTaKian

Face B

isKeriaR

Mais uma vez se assiste à utilização de *S22* e de *S23* num mesmo texto. Se o facto de ambos precederem vogais não ajuda a explicar o seu emprego simultâneo, é possível que a necessidade de distinguir entre o valor consonántico e o valor silábico justifique o recurso a ambos os signos. Assim sendo, *S22* assumiria um valor alfabético análogo ao que parece possuir na palavra que encerra a inscrição de Torres (H.5.1).

G.16.1 — ABENGIBRE (Albacete)

Para as diversas inscrições gravadas nos pratos argênteos de Abengibre, são estas as leituras que propomos:

A aTaKaR

b KareKarTaseKiTeKer.luKeSiR.aKailTirTeKeRai.iar
BariaTuiaS

B ilTirTiKeRKi.eBaBilin.KoKaR

C BeTiaRinaR

D aiBeloraR.BeTiaR

G.16.3 ABENGIBRE (Albacete)

aiTurKinBeTiaR

Atendendo à inscrição seguinte (G.16.4), não vemos razão para lermos **Ka** após **BeTiar**; de resto, aquele presumível signo encontra-se desalinhado em relação ao restante texto.

Tal como em G. 16.4, devemos estar perante o NP **aiTu(a)rKi**, seguido do sufixo *-(e)n*, que aqui cumpre a mesma função desempenhada pelo morfo *-ar* em G.16.1D e em G.16.5.

G. 17.1 EL SALOBRAI (Albacete)

Parece-nos ser igualmente defensável a seguinte interpretação:

aBeTeuiao.isKeunir.enTun.BerSTanoKiTer.ueseBaTiTaR.BoiTaBaBoaR

H. 3.1 SANTISTEBAN-LA ALAMEDA (Jaén)

aiKaaTiBur : Bea I : Ba I : Be I : u I parece-nos ser a melhor leitura. Não se compreenderia que fossem utilizados signos levantinos em simultâneo com *S6a* para abreviar valores metrológicos; por uma questão de coerência interna, todos eles devem pertencer ao semi-silabário meridional.

H.5.1 TORRES (Jaén)

Cremos que a leitura correcta de H.5.1 é **KananiKe KiTiroKian**. **Kanan** deverá ser um NP meridional, estando **KitiroKian** relacionado com **BiTiroKan** e variantes (§ 566), possíveis flexões verbais. Ao invés do que sucede em Mogente (G.7.2), *S23* tem um conteúdo silábico, precedendo uma consoante, enquanto *S22* deverá possuir um valor alfabético, sendo seguido por uma vogal.

Com os comentários que aqui ficam registados, não pretendemos retirar à presente obra nenhum dos seus numerosos méritos; foi apenas nosso propósito dar uma outra perspectiva, também ela discutível, sobre alguns dos muitos assuntos que o Professor J. Untermann tratou com a erudição e a seriedade que transparecem dos seus trabalhos, e que vão certamente nortear a elaboração dos restantes volumes dos *MLH*, que coroarão um projecto empreendido pelo A. há quase três décadas.

Não é esta, de modo nenhum, uma obra acabada, nem o poderia ser; mas não é por isso que deixa de ser a maior arma alguma vez construída para combater a “esfinge ibérica”.

ANTÓNIO MARQUES DE FARIA

(Página deixada propositadamente em branco)

INDEX NOMINVM

A

- Abengibra* — Albacete, 195, 196.
Abicada, 115.
Abra, 18.
Abrilongo, 27.
Abry, J., 177.
Achard, Guy, 175, 178.
Adulteus, 144.
Aemilius Faustinus, C., 90.
Àfrica, 83, 92, 135.
Agripa, 92.
Agripina, 32.
Agri/Al Branca, 32.
Alar cão, Adília, 26, 41.
Alarcão, Jorge de, 30-32, 34, 165, 166.
Albacete, 193, 195, 196.
Albana, 70.
Albertos Firmat, Maria de Lourdes, 172, 190, 192.
Alcabideque, 124.
Alcácer do Sal, antes Salacia, 52, 103, 107.
Alcalá de Henares, 141.
Alcalá la Real, 65.
Alcaudete, 64, 65, 68.
Aldeia da Mata, 28, 41.
Alentejo, 169, 170.
Alexandre Severo, 33, 97.
Alfenim, Rafael A. E., 31.
Alföldy, Géza, 136, 184.
Algarve, 115.
Almarjão — Crato, 28.
Almeida, Fernando de, 174.
Almodóvar del Rio, antes Carbula, 88.
Almofala, 148.
Alpes, 175.
Alter do Chão, 26, 32, 191.
Alter Pedro so, 191.
Amaia (Ammaia), Hoje S. Salvador de Aramenha, 30, 32.
Amoris, 136.
Ançã, 114.
Anniamus, Q. Cornelius Senecio, 184.
Antoninus, T. Flavius, 90.
Appia Sever ina, 66.
Aquae Sextiae, 176.
Aquileia, 74, 78, 79, 84, 85.
Aramenha, São Salvador, 28. - Vide também: *Amaia*.
Arévalo González, A., 17, 18.
Ar ionio, 132.
Aritium Vatus, Hoje Casal da Várzea, 30-32.
Ar oche, antes Civistas Aruccitana, 32.
Arroniz — Navarra, 129, 137.
Arzila, 112.
Asiaticus, 88, 89.
Asido, 89.
Assis, 66.
Astigi, 68, 80.
Astorga (Asturica), 127, 174.
Astúrias, 145, 147, 153, 157.
Asturica, hoje Astorga, 127.
Atenas, 10.
Atio Januário, Gaio, 186.
Augusto, 97, 136, 164, 168, 184.
Ávila, 142, 145, 147.
Avis, 29.
Avita, 135, 136.

B

Badajoz, 19.
Baedro, 91.
Baena, 65.
Baesucci, 88.
Baeza, 71.
Bailey, D. M., 55.
Balbus, Horatius, 80.
Baldassare, I., 80, 85.
Baieria, 134,135.
Bald, A. 51.
Balsa, 52.
Barrosinha, 52.
Battelli, Giulio, 149, 150.
Beirão, Caetano de Melo, 7,19.
Æey'tf, 5, 7,19.
Belchior, C., 51, 55.
Bellino, A., 53.
Belver — Gavião, 27.
Bérard, G., 53.
Berthet, Jean-François, 177.
Nerica, 84, 87, 90, 91,182,184.
5», F., 177,178.
 N., 177.
Blattianus, C. Clodius, 89.
Blázquez, José Maria, 131,132,137,138.
Bloch, Raymond, 149.
Boitard, M., 165.
Bolonha, 64,67,68,73,74,77,79,82, 84.
Bonete — Albacete, 193.
Borba, 31.
Böschung, D., 79.
Itosi, Jean-Pierre, 166, 169.
Bracara Augusta, 114,147.
Braga, 53,146, 147.
Bragança, 127, 148.
Britannia, 177.
Ænio, Bernardo de, 29.
Brixia, 70, 78.
Brulet, R., 53, 55.
Bruto, Décimo Júnio, 31.
Burgos, 127.

C

Caballero Zoreda, L., 55.
Cabral, J. M. Peixoto, 8.
Otora/, M. E. F., 52.
Cáceres, 145, 151, 164.
Caessa, Ana, 31.
Caetano, José Carlos, 28, 29-30, 41.
Cagnat, R., 184.
Caligula, 32.
Cambi, N., 74.
Campo Maior, 27-30, 32, 33.
Cana/, 148,153.
Canellas López, A., 156,157.
Caracala, 163.
Carapeta — Avis, 29.
Carbula, depois Almodovar del Rio, 88, 89.
Cardílio, 135,136.
Cardoso, Guilherme, 33.
Cardoso, João, 27.
Carlos Magno, 53.
Carnoy, A., 175.
Carrão — Eivas, 28.
Cflmo, 145,147, 153,154,157.
Carrissa Aurelia, 67.
Carthagonova, 77.
Carvalho, 54.
Carvalho, Rogério, 27, 29, 30, 52.
Carviçais, 127.
Casa/ i/fl *Várzea*, antes Aritiuns Vetus, 30.
Casariego, A., 190.
Castelinho — Grândola, 97,102.
Castellón, 193.
Castelo — Grândola, 97, 102.
Castelo de Neiva, 144.
Castelo de Vide, 28.
Castren, P., 90.
Castrimoenium, 62, 66, 70.
Castro del Rio, 68, 71, 77-79.
Catão, 167.
Cébeillac, M., 73, 78, 84.
Ce/er, C. Sempronius, 88, 89, 90.
Centcelles, 136.

Cerrado do Arraial — Grândola, 102.
Cerrado do Castelo — Grândola, 95, 97, 103, 105, 107.
Cerro de los Santos — Albacete, 195.
César, 92.
Charpentier, Gérard, 165, 166.
Chaves, 127.
Cisimbrium, 89.
Ciudad Rodrigo, 142.
Civitas Ammaiensis, 31.
Civitas Aruccitana, hoje Aroche, 32.
Cláudio, 31, 32, 165, 185.
Clodius Blattianus, C., 89.
Coca, 145, 147.
Coelho, Luís, 148.
Coimbra, 109, 111, 114, 118.
Collantes Pérez—Ar dá, E., 18.
Colombara —Fondo Urbanetti (Aquileia), 74, 85.
Colonia Patricia Corduba, 88-90.
Condeixa, 112.
Conimbriga, 54, 111, 112, 114, 117, 118, 121, 123, 125, 127, 128.
Constanti—Tarragona, 136.
Constantino, 97.
Constantino II, 29.
Coolis, J., 53.
Cordova (Cordoba, Corduba), 64, 87, 89, 90.
Cornelius Senecio Annianus, Q., 184.
Cor ominas, J., 18.
Correa, J. A., 15, 16, 19.
Correia, Virgílio Hipólito, 7.
Correio-Mor — Eivas, 28.
Corte Galego — Grândola, 102.
Costa, Carvalho da, 102.
Covarrubias, 127.
Crato, 25, 28, 39, 41.
Crescentina, Masidia, 180.
Curchin, Leonard A., 64, 163, 164, 177.

D

D Ambrosio -De Caro, A., 85.

Dall'Olio, G., 63, 68, 79.
Davino, 97.
De Hoz, J., 15-17.
DeKlijn, H., 53.
De Visscher, F., 61.
Dehesa del Cañal, 153.
Dehesa del Castillo — Diego Alvaro, 148, 149.
Delgado, M., 53.
Desaye, Henri, 177.
Deus, A. D., 54.
Dias, L. F., 54.
Diaz y Diaz, Manuel C, 142, 143, 154, 156.
Diego Alvaro, 142, 143, 148, 149.
Domergue, C, 16, 164.
Domiciano, 29.
Donata, 144.
Donati, A., 64, 67, 68, 73, 78, 79, 82, 84.
Douro, 55, 125.
Dueñas — Palencia, 129, 136.
Duncan-Jones, R., 83.

E

Eck, W., 72, 79, 81, 92.
Eckstein, 163.
Egitânia, 181.
El Amarejo — Bonete, 193.
El Barrado, 151.
El Salobral — Albacete, 196.
Eivas, 28, 51, 52, 54.
Emérta, 29, 32, 70, 80, 97.
Emilia, 84.
Encarnação, José d', 29-32, 191.
Eras, C. Vesprius, 66.
Espanca, Tùlio, 29.
Espanha, 32, 154, 179, 187.
Esquilmo, II, 78.
Esquilmo C. Pansa, 65.
Estremoz, 31, 33, 114.
Etienne, Robert, 165, 166.
Evora-Monte, 29.

F

Fabius Severus, L., 67.
Fabre, G., 135.
Falperra, 146,147.
Faria, A. M. de, 16, 18,19,193, 194.
 Je Torrax — Málaga, 129, 131.
Faustina, 52.
Faustino, 151, 156.
Faustinus, C. Aemilius, 90.
Faustus, L. Nonius, 68.
Favreau, Robert, 149, 150, 152.
Feldmann, R., 173.
Fernandes, Isabel Cristina, 28, 29.
Fernández-Galiano, Dimas, 137.
Fernão Vaz — Ourique, 5, 7-9, 11.
Ferragial d'El-Rei, 26, 27.
Ferreira, Brazão, 27.
Figueira de Castelo Rodrigo, 148.
Figueira da Foz, 52.
Falcina, Varínia, 183.
Flávios, 128, 164.
Flavius Antoninus, T., 90.
Flobert, P., 176.
Fonte dos Narizes, 102.
Forcellini, 172.
Forni, Giovanni, 181.
Forum Sempronii, 78.
Fr« Je, Helena, 28, 29, 41.
França, 171,187.
Freixo de Espada à Cinta, 121.
Fulginiae, 70.

G

Gaden, Anne, 34.
Gagé, Jean, 33, 34.
Gália, 175-178.
GJ/Z'Æ Setentrional, 53.
G alieno, 33.
Garcia, José Manuel, 181.
Garcia Ruiz, Tomás, 132.

Gascou, J., 176.
Gavião, 27, 28.
G er aci, G., 61.
Germânico, 82.
Girona, 129, 135.
Gómez-Moreno, Manuel, 15,154, 156.
Gorges, J. G., 166.
Grã-Bretanha, 171.
Graciano, 53.
Grândola, 95, 97,102,105,107.
Grândola, ribeira, 102.
Granius Marcianus, Q., 184.
Granja — Mártires, Crato, 25.
Guadalquivir, 192.
Guadiana, 125.
Guéry, R., 53.
Guyan, Jean, 178.

H

Hauschild, Th., 134,136.
Heleno, Manuel, 25, 26.
Henry, Michel, 165.
Herdade dos Pombais — Marvão, 28, 29.
Heres, 90.
Hernández Iñiguez, M., 138.
Hilarus, C. Licinius, 66.
Hispalis, 89.
Hispania, 64,65,68,74,76,77,80,82,84,
 86-88,131, 135,137,163,175.
Hispana Citerior, 163.
Hispânia Romana, 163-164.
Honoria, 132,133.
Horatius Balbus, 80.
Horta — Grândola, 102.
Hoz, Javier de, 191, 192.
Hübner, 183.
Huff stat, Maria da Luz Velloso da Costa, 26.

I

Iader, 70.

Ibiza, 174.
Icstnis, 17.
Igabrum, 65.
Iglifeja, 15.
Iliberi, 17.
Ilici, 16.
Illuda, 16.
Islas Baleares, 129.
/sö/ö Sacra, 79, 80, 85.
/tó/ífl, 83, 92, 93, 171.
Iunius Venustur, Q., 89.

J

Jaén«, 64, 196.
Januário, Gaio Átio, 186.
JM/z'ö Domna, 54.
Júlia Mameia, 52, 54.
Jíimô Bruto, Décimo, 31.

K

Kajanto, I., 172-174.
Kuznetsova-Resende, Tatiana, 26.

L

L. Rupili L. f. Ser. Magni, 68.
LaBastida de lesAlcuses—Mogente, 194.
La Calade, 53.
La Lancha del Trigo—Diego Alvaro, 148, 149.
La Torrecilla, 53.
Lacilbula, 87.
Lacort Navarro, P. J., 190, 194.
Laecanius Theodorus, C., 79.
Lafon, R., 17.
Lagoaça, 127.
Laje do Ouro—Aldeia da Mata, 28, 30, 39, 41, 54.

Lambrino, Scarlat, 181.
Laminium, 88.
Lancha, Janine, 26, 116.
Le Rouse, Patrick, 32.
Leitão, Antonio José, 41.
Lejeune, M., 18, 192.
Leria, 66.
Ledila, 142, 143, 148.
Lerma — Burgos, 127.
Licínio-o-Jovem, 29.
Licinus, 183.
Licinius Hilarus, C., 66.
Licinius Vegetus, C., 31.
Lisboa, 144.
Livia, 92.
Llano de la Consolación — Montealegre del Castillo, 193, 195.
Lollius, T., 70.
Louisville, 26.
Lucas Pellicer, M. A., 53.
Lucena, 89.
Lúcio Vero, 33.
Lusitânia, 91, 116, 163, 164, 168, 171, 172, 185.
Lyon, 111, 177.

M

Mação, 31.
MacDonald, J., 54.
Madeira, José Luis, 41.
Madrid, 137.
Maelo, 191.
Málaga, 129, 131, 132.
Mallon, Jean, 149.
Malloney, Stephanie, 26.
Mallorca, 132, 134.
Mangas, Júlio, 178.
Mantas, Vasco, 166, 180, 181.
Marcela, 180.
Marcianus, Q. Granius.
Marques, Carlos, 117.
Mártires — Crato, 25.

Marion, E., 173.
Marvão, 28, 31.
Mascarenhas, José Manuel, 27.
Masidia Crescentina, 180.
Mateus, Manuel, 102.
Maximino, 52.
Maximinos, colina — Braga, 146.
Mayer, Marc., 131, 135.
Mayet, Françoise, 54, 165, 166.
Mecenas, 77.
Mediterrâneo, 178.
Meiggs, R., 79.
Mélida, 183.
Mellaria, 87.
Mendoza, A., 186.
Mérida, 51, 116.
Mértola, 144.
Metellinum, 65.
Mézquiriz, M. A., 138.
Michelena, C., 17.
Minturnae, 69.
Mir obriga, hoje Santiago do Cacém, 103.
Mocsy, André, 173.
Mogente — Valencia, 18, 194, 196.
Moncorvo, 128.
Monforte, 25, 26, 30, 41.
Montar gil, 28.
Montealegre del Castillo—Albacete, 195.
Monteiro, A., 166.
Moralves — Campo Maior, 28.
Moreira, José Bezeza, 41.
Mortágua, 125.
Mourinha — Campo Maior, 28.
Murcia, 141.
Murcius Oculatius, L., 174.
Mwro — Campo Maior, 28.

N

Navabómbela, 153.
Navarra, 115, 129, 137.
Verl, V., 33.
Nero, 165.

Nisa, 30, 31.
NISA, ribeira, 32.
Nolen, Jeannette, 28, 51, 54, 170.
Nonius Faustus, L., 68.

O

Obulco, (Huero), 16-18, 191.
Oculatius, L. Murcius, 174.
O/s/po, 29, 32, 114, 177.
O/zVB — Champo Maior, 28.
Onuba, 18.
Orense, 127.
Ortalli, J., 74, 80.
Ossigi, 65.
Osf/B, 69, 73, 74, 77, 79, 84, 92, 93.
Ostippo, 64.
Ourique, 5, 7.
Owslebury — Winchester, 53.

P

Pagnon, Bruno, 177.
Paialvo, 180.
Palencia, 129, 136, 191.
Palol, P. de, 55, 134.
Palomar Lapesa, 172, 190.
Paschoud, François, 34.
Pastor, M., 186.
PAA/O, 151, 156.
Paxlulia, 34, 169, 176.
Péaud, Ph., 126.
PechMaho, 18, 192.
Pego ç/fl Moura, 102.
Pelayos — Salamanca, 148, 153.
Peneia, 109, 111, 112, 118.
Península Ibérica, 115, 126, 172, 174-179, 182, 185.
Pereira, Isabel, 52, 166, 169.
Pereira, Maria Amélia da Horta, 31.
Pian di Brezzo, 74.
Pimentel, José Coelho Cartas, 41.

Plasencia, 151.
Pola, 79.
Pompeios, 90, 176.
Pcwta, Sálete da, 29, 52.
Ponte de Sor, 28, 29.
Porta Nocera — *Pompeios*, 85.
Portalegre, 30, 191.
Porto de Mós, 144.
Portugal, 51, 53, 109, 111, 112, 115, 116, 135, 143, 144, 148, 165, 179.
Postumius, L., 71.
Postumius Silo, L., 67.
Postumius Superstes, L., 89.
Praglia, 71.
Puente Genii, 65.
Puig de Cebolla, 70.
Purcell, N., 62, 78, 83, 84, 92.

Q

Quinta do Pião, 27.
Quinta do Ribeiro da Nata, 27.
Quintanilla de Arriba, 145, 147.
Quintela, Carvalho, 27.

R

Rabaçal, 109, 111, 113, 114, 117-119.
Ramalete — *Navarra*, 115.
Recaredo, 154.
Represa — *Gavião*, 28.
Resende, André de, 29.
Reusser, Ch., 74, 84, 85.
Riba-Coa, 147.
Ribeira da Seda, 29.
Richardson, 163.
Ripollés, P. P., 17.
Rodà, Isabel, 135, 136.
Ródano, 175, 177.
Rodrigues, Maria da Conceição, 32.

Rodríguez Adrados, Jesús Víctor, 176.
Rodríguez Chortés, Juana, 182, 183, 185, 186.
Rodríguez Oliva, Pedro, 131, 132.
Roma, 53, 54, 66, 68-70, 72, 74, 77-80, 92, 93.
Rossi, A. M., 92, 93.
Ruiz Asencio, 145.

S

Sa Carrotxa de Manacor — *Mallorca*, 132.
Saa, Mário, 32.
Sabora, 77.
Sabrosa do Douro, 127.
Sacili Martiales, 91.
Saetabi, 17.
Sage, P., 176.
Salacia, hoje Alcácer do Sal, 103.
Salamanca, 145, 147-149, 153, 182.
Salavessa — *Nisa*, 31.
Salomies, Olii, 172, 174.
Salona, 74.
Salvatierra de Tormes, 149.
San Martín del Castañar, 145.
San Miguel del Arroyo, 55.
Santa Maria de Monforte, 30.
Santa Vitoria de Ameixial, 25, 26.
Santarém, 30, 129, 135.
Santero, J. M., 84.
Santiago do Cacém, antes *Miróbriga*, 103, 186.
Santiago de Castelo de Neiva, 144.
Santisteban — *La Alameda* (Jaén), 196.
Santo André, capela — *Almofala*, 148.
Santo André, necrópole — *Montargil*, 28, 53.
Santos, Luciano dos, 146.
São Brás de Alportel, 176.
São Cucufate — *Vidigueira*, 25, 34, 165-171.
São Mamede — *Moncorvo*, 128.
São Pedro, ermida — *Alter Pedroso*, 191.

- São Pedro*, “villa” — Campo Maior, 27.
São Salvador, “villa” — Campo Maior, 27.
São Salvador de Aramenha, 28.
Sarsina, 74, 79, 80, 174.
Saucedo, 137.
Savio, 80.
Scallabis, 29.
Sc/i/waia., H., 134, 136.
Sc/w/ze, W., 172, 173, 180.
iSedfl, 32.
Segóvia, 145, 147.
Sempronius Celer, C., 88, 90.
Senecio Annianus, Q. Cornelius, 184.
Sétif \ 53.
Sever, 32.
Severina, Appia, 66.
Severo Alexandre, 29.
Severus, L. Fabius, 67.
Sica, 191.
Sillières, Pierre, 166, 167.
Sines, 185.
 J., 18.
Si/o, L. Postumius, 67.
Silva, J. Candeias da, 30.
Silva, José Rafael da, 29.
Silveirona, 31, 144.
Simões, Maria Helena, 29, 41, 52.
Singiliensi, 64.
Solier, Y., 188.
Solin, Heikki, 172, 174.
Sen Pereto — Mallorca, 134.
Sor, 32.
Sotera, 180.
Steinby, E. M., 80, 85.
Superstes, L. Postumius, 89.
Szilágyi, M., 173.
- T
- Tagus*, 34.
Talavera de la Reina — Toledo, 129, 137.
Tanginus, 121, 124, 125.
Tapada Grande — Castelo de Vide, 28.
Tarraco, 136.
Tarraconense, 91.
Tarragona, 127, 136.
Tavira, 144.
Tejo, 31, 125.
Theodorus, C. Laecanius, 79.
Tibério, 32, 183-185.
Tibur, 66.
Tinoco, 29.
Tito, 183.
Toledo, 129, 137, 153.
Tomar, 180.
Tongeta, 125.
Tongina, 124, 125.
Torre das Arcas, 54.
Torre de Palma, 25, 26, 29, 34.
Torres — Jaén, 195, 196.
Torres Novas, 129, 135.
Tossa de Mar — Girona, 129, 135, 136.
Tournai, 53, 55.
Tovar, A., 17, 18, 192.
Trajano, 29.
Trimalción, 78, 79, 86, 92.
Tróia, 52.
Tronoy, A., 126.
Tucci, 64, 65, 69, 77, 80.
Tugia, 88.
Tur can, Robert, 175.
- U
- Ubeda*, 70.
Ugià, 89.
Ullastret, 191.
Untermann, Jürgen, 15-18, 172, 187-189, 197.
Urso, 69, 87, 90.
- V
- Vale do Junco*, 52.
Valencia, 194.

Valério, 29.
Vali d' Uxó — Castellón, 193.
Valladolid, 145, 147.
Vaiverde y Perales, 70.
Van Doorselaer, A., 53, 54.
Varinia Flacina, 183.
Vasconcelos, José Leite de, 97, 107, 186.
Vázquez Hoys, Ana Maria, 177.
Vegetus, C. Licinius, 31.
Velaza, J., 190.
Velázquez Soriano, Isabel, 139, 141, 142, 144, 146, 148, 149, 151-156, 159.
Venetia, 66.
Venustus, Q. Iunius, 89.
Vejry, Cristóbal, 132-134.
Veranianus, 144.
Vesprius Eros, C., 66.
Viana, Abel, 54.
Vicetia, 70.
Lieo Odalengo, 70.

Vidigueira, 25, 165.
Viegas, J. R., 53.
Viena, 177.
 Formosa, 29.
 AOVA — Paialvo, 180.
V7//fl ¿c fos Tiendas — Mérida, 116.
Villa Vitalis — Tossa de Mar, 135.
Villar de Rena, 65.
Villaronga, L., 16.
Vital, 135.
Vitruvio, 177.
Vivada, 88.
Vives, José, 174, 183.
Vives y Escudero, A., 16, 17.

W

Wamba, 154.
Weaver, P. R. C., 184.
Winchester, 53.

(Página deixada propositadamente em branco)

INDEX MONVMENTORVM

A — <i>Fontes litterariae</i>			1985	517	179.
			1985	574	127.
			1986	280	174.
APIANO, <i>Iber.</i> , 291: 192.					
AURÉLIO VÍTOR, <i>Caes.</i> , 33, 34: 33.					
CATÃO, <i>De Agricultura</i> , I, 7-1: 113.					
CÍCERO, <i>Phil</i> , IX, 7,17: 62, 65, 77.			AP		
CoLUMELA, <i>De re rustica</i> , I, 4-6: 113.					
<i>Dig.</i> , 47, 31,1-3: 67.			VIII	1903	p. 156 : 127.
ESTRABÃO, <i>Geogr.</i> , III, 1, 6: 31; III, 4, 19: 15.			CIL		175.
HORÁCIO, <i>Sat.</i> , I, 8, 12-13: 62, 77-78.					
<i>Lex Irnitana</i> : 81.			II		186.
<i>Lex Mai.</i> , cap. 62: 92.				21	186.
<i>Lex Tar.</i> , 32 ss.: 92.				169	191.
<i>Lex Urs.</i> , cap. 75: 92.				325	177.
<i>Lex Visigothorum</i> : 145,158.				1060	184.
PETRONIO, <i>Satyr.</i> , 71: 78.				1087	191.
PTOLEMEU, <i>Geogr.</i> , II, 5, 2: 19.				1194	183:
TITO Lívio XXXV, 7, 7: 16.				1367	67.
VITRÚVIO, <i>De Architectura</i> : 177.				1433	183.
				1585	17.
				1610	183.
B — <i>Corpora epigraphica</i>				1660	183.
				1685	181.
AE				1716	69.
	1924	11	127.	1929	184.
	1928	162	128.	1950	183.
	1968	229	127.	1956	184.
1969-1970	248	125		2121	185.
1973	305	127.		2122	184.
1976	321	127,128.		2399	128.
1980	505	66.		2850	127,128.
1984		179.	3251-3252		88.
1984	553	163.		3659	174.
1985	514	179.		3662	174.

	3960	70.	IX		
	4079	127.		98	128.
	5919	70.		2921	174.
	6249/3	190.			
	6277	185.			
V			FE		
	3500	65.		55	179.
				59	179.
VI		72.		134	33.
	3081	136.		163	174.
	21866	92.			
	23791	92.	Fouilles de Conimbriga		
	25260	92.	II		
	27619	92.		p. 215	125.
	28449	61.		3	126,128.
	29916	93.		6,9	125.
	33846	92.		10	128.
				20	126.
XI				21	126.
	6135	78.		47-48	125,126.
	6839	71.		61	125.
	6858	82.			
	6861	82.	Grafito 415		125.
	6876	82.			
	6906	78.	HAE		
	6907	73,78.		496	190.
	6925	82.			
	7887	71.			
	8010	70.	HEp		
				328	180.
XIII				465	180.
	5708	176.		559	180.
				607	180.
XIV				610	180.
	2466	66,70.		690	180.
	2467	62,66.		770	180.
				771	180.
EE				779	180.
Vili			IA		
	107	128.		5 92-93	28.

	5 96-97	28.		8317	68.	
	6 56	28.		8319	65.	
	7 60	28.		8324	70.	
	8 63	29.		8327	70.	
	589-90	27.		8332	70.	
	593-95	27.		8335	69.	
	755-57	27.		8338	69.	
				8345	69.	
ICERV				8346	69.	
	269	134.		8349	65, 69.	
				8350	66.	
ILER		174.		8391	80.	
	47	128.				
	205	183.	IRCP	216	179.	
	310	184.		440	33.	
	361	183.		481	26.	
	364	174.		569	30.	
	372	183.		603	26.	
2080=6076		184.		604	31, 32.	
	2082	180.		615	31.	
	3579	70.		624	53.	
	4512	174.		628	53.	
	5530	174.		641	31.	
				647	31.	
	2466	70.		732	29.	
	4172	79.				
	4998	66, 78.	IRG			
	6746	70.	IV			
	7290	70, 78.		114	127.	
	7340	78.				
	7344	78.	IRPL			
	7846	80.		4	127.	
	7862	66.				
	7947a	78.	RIT			
	7993	66.		33	127.	
	8004	71.		369	136.	
	8207b	66.				
	8289	66.	TAE			
	8266	70.		1977p. 167-175	127.	

(Página deixada propositadamente em branco)

INDEX RERVM

A

Achados diversos

Situação geográfica dos mesmos—Cerrado do Castelo (Grândola), 95-105; Herdade dos Pombais, 29; Lage do Ouro, 39-58; Rabaçal, 109-119.

Formas e espécies—Anel em prata, 46, 53; Anel de sinete de Ouro com gema engastada, 103; Ânforas, 170; Bilha, 49; Brinquedo em cerâmica (potinho), 45,51; Caixas (definidas pelos pregos), 42, 47, 50, 52, 55; Carvões, 41, 43-50; Cinzas, 41,43-45, 47, 49, 50; Cerâmicas, 28, 42-52, 55, 99-101,112,167; Colar de ouro e berilos verdes, 103; Fragmentos de cobre de peça indeterminada, 46; imbrices, 45, 47-50; Moedas, 42,44-49,51,52,55,109,113,169-170; Lages de pedra, 46, 48, 50; Lucernas, 51; Mosaicos, 109, 112-117; Objectos em ferro, 42, 45-49, 51,52,55; Ossos, 26,41,43-46,50, 55; Placas decorativas em mármore, 112; Pregos, 42-49, 51, 52, 55; Preguetas, 42, 43, 45-48, 51-53; Pulseiras, 46, 53; Sigillatas, 170; Tégulas, 42, 46, 49, 50; Tenaz, 52; Vestígios de fauna antiga, 112; Vestígios romanos (cacos, paredes, vasilhas finas, telhões, etc.), 27, 97, 98; Vestígios post-romanos, 26; Vidros, 42, 44, 45, 47, 48, 51, 52.

Alentejo (Nordeste) — Situação no tempo dos Romanos, 23-27.

Alfabetos

Escrita comum clássica, 152.
Nova cursiva romana comum, 152,154.
Visigótico cursivo, 151-155.

Ânforas, 170.

Bética — De azeite (Dressel 20), 170;
Vinárias (Haltern 70/Dressel 2/4), 170.
Lusitanas, 164 — Lusitanas (2a, 3, 4, 11), 105-108.

Animais

Atuns, 131.
Cavalos, 26, 34, 109, 113,115,136.
Delfins, 115,131.
Peixe (em geral), 170.

Ardósias — Vide: “Pizarras”.

Avores

Carvalhos, 169.
Oliveiras, 34, 113, 169.

Assembleia Distrital de Portalegre, 30.

B

Bibliografia—Nordeste alentejano ao tempo dos Romanos, 29-30, 34.

Bibliografia arqueológica — Recensões críticas, 161-197.

Bibliografia epigráfica, 172-197.

“Année Épigraphique (L’) (AE), 173, 178,179.

“Corpus Inscriptionum Latinarum” (CIL), 173, 178.

“Corpus de Inscripciones Musivas de Hispania” (CIMH), 129-138.

- “Egitânia” (de D. Fernando de Almeida), 174.
 “Ephemeris Epigraphica”, 173.
 “Hispania Antiqua Epigraphica” (HAE), 178.
 “Hispania Epigraphica” (HEp), 178, 179, 181.
 “Ficheiro Epigráfico” (FE), 178, 179.
 “Inscripciones Latinas de la España Romana” (ILER), 186.
 “Inscrições Romanas do Conventus Pacensis” (de José d’Encarnação), 174, 179, 186, 191.
 “Monumenta Linguarum Hispanicarum” (MLH), 187, 191, 192, 197.
 “Nomenclator Provinciarum Europae Latinarum et Galliae Cisalpinae (Dissertationes Pannonicae)”, 173.
Bureau d’Architecture Antique du Sud-Ouest, 165.
- C
- Câmaras Municipais* — Alcácer do Sal, 107; Crato, 41; Nisa, 30; Peneia, 111, 118.
Campos cultivados — Hortas, 113; Jardins, 113; Olivais, 34, 113; Searas, 113; Vinhas, 113, 169.
Cargos civis, eclesiásticos, militares e religiosos
 Augustal, 183.
 Cônsul, 65, 183.
 Decuriões, 84.
 Duúnviro de Urso, 90.
 Duúnviros de Colonia Patrícia Corduba, 88, 89.
 Duúnviros municipais, 90.
 Edis, 90.
 Flâmine da Bética, 87.
 Flâmines municipais e provinciais, 91.
 Imperadores — Procurar pelos respectivos nomes próprios.
 Magistrados monetários, 16-19, 191.
 Magistrados municipais, 84, 86, 89.
 Pontífice de Colonia Patrícia Corduba, 89.
 Pontífices municipais, 91.
 Procônsul, 184.
 Seviri augustales, 84.
 Sêxviros augustais, 182.
 Sumo pontífice do município Triunfal — M(unicipii) Triumph(alis), 184.
Castros — Lerilla, 142, 148.
Centre d’Etudes Romaines et Gallo-Romaines, 175.
Centro de Melhoramentos do Rabaçal, 118.
Cerâmicas pré-históricas
 “Kylix”, 10.
 Taça tipo “copa Cástulo” (produção ática), 10.
Cerâmicas romanas
 Ânforas — Vide: *Ânforas*.
 Comum — imbrices, 95, 98, 100, 103; Pequenas talhas, 100, 101; Pequenos potes, 99; Potes, 99; Prato Drag. 15/17 tardio, 54; Pratos covos, 99, 100; Taças, 99; Talhas, 100, 101; Telhas, 184.
 Sigillatas, 170 — Clara D, 112; Hispânica (Prato Drag. 15/17 tardio), 54; Taça, 101.
Classes sociais
 Burgueses municipais romanizados em Ibiza, 174.
 Cavaleiro da 111.^a Cohorte dos Lusitanos, 128.
 Cavaleiros, 184.
 Escravo de Agripa, 92.
 Escravo de Lúvia, 92.
 Escravos, 71, 84, 85, 114.
 Escravos (Caesaris servus, Augusti servus), 184.
 Homens livres, 89, 114.
 Liberto imperial (Augusti libertus), 184.
 Liberto imperial (tabularius da Bética), 90.

Libertos, 68,78,82,84,85,89,92,181, 182.
 Patrono, 82, 85,183.
 Sacerdotes, 86, 89.
 Senadores, 33-34.
 Trabalhadores livres, 71.
Classes sociais — Utilização de espaços de uso funerário conforme o nível social dos interessados, 83-93.
Cognomina — Oculasius, 174; Oculatius, 174.
Collegia funerários, 78-79, 84-85.
 De escravos, 84.
 De libertos, 84.
Colloque International sur VOnomastique Latine, Paris, 1975, 172-173.
Congresso Peninsular de História Antiga, I, Santiago de Compostela, 1988, 180-181.
Congresso Peninsular de História Antiga, 2, Coimbra, 1990, 28.
Conseil de l'Europe — Intervenção cultural no domínio arqueológico, 119.
Conservação de mosaicos—Rabaçal, 117-118.
Conventus
 Arae Augustae, 163.
 Carthaginiensis, 88.
 Pacensis, 26.
Corpos militares
 III Cohorte dos Lusitanos, 128.
 Milícias equestres, 184.
Cristianismo—Implantação na Península, 170-171; Rituais funerários, 54.
Cronologia da ocupação humana — Povoados de Femão Vaz, 5-11.
Cultos indígenas — Romanização, 164.
Cultos orientais — Rituais funerários, 54.
Cultura — Renascimento do século IV, 33-34.

D

Datações radiocarbónicas — 1.- Idade do Ferro, 5-11.
Demografia — Densidade populacional como determinante do espaço de uso funerário entre os Romanos, 83-84.
Departamento de História Antiga da Universidade Complutense, 178.
Deuses, divindades e figuras mitológicas
 Accorus, Acorus, Adcorus, 176.
 Amoris, 136.
 Bande, 164.
 Cadmo, 137,138.
 Cibele, 33, 34.
 Clio, 137.
 Dibus Successis, 177.
 Diis Deabusque Conimbric (ensibus ou ensium), 128.
 Endovellicus, Endovollicus, Enobollicus, Indovellicus, 176.
 Esculápio, 186.
 Genio municipii, 184.
 Génio do Ópio Constituído, 31, 32.
 Génio da Torre (Turris Genio), 183.
 Hércules, 184.
 Ísis, 54.
 Juno, 182.
 Júpiter, 182.
 Júpiter Óptimo Máximo, 31.
 Jupiter Optimus Maximus C, 121,123, 124,126-128.
 Júpiter Repulsor, 30.
 Lares Aquites, 181.
 Lares de Flavia Conimbriga, 128.
 Laribus Aquitibus, 124.
 Laribus patriis, 125.
 Marte, 185.
 Marte Augusto, 185.
 Minerva, 51,182.
 Mitra, 54.
 Ninfas, 30.
 Quangeius Turicaecus, 31.
 Sereias, 26.

Sol Invictus, 115.
 Trebaronna, Trebaruna, Triborunnis, 176.
 Ulisses, 26.
 Vitória, 185.
 Vitória alada, 51.
Diplomática — definição em função das “pizarras” visigodas, 150-152, 157-158.
Direcção Regional de Évora do Instituto Português do Património Cultural, 26, 27, 29.
Divisão de Arqueologia da Direcção Regional de Évora do Instituto Português do Património Cultural, 26, 27, 29.
Doação de um relógio (orarium) aos Ige-ditanos, 180-181.

E

Economia de mercado—Inserção nela das “Villae” de São Cucufate, 170.
Edificações e construções diversas
 Agora: Atenas, 10.
 Aquedutos: Nordeste alentejano, 27-28; São Cucufate, 169.
 Bacias-reservatórias ou tanques: São Cucufate, 168, 169.
 Balneários: Quinta do Pião, 27.
 Barragens romanas: Nordeste alentejano, 27-28; Pego da Moura, 102.
 Basílica cristã: Conímbriga, 121, 123.
 Basílica paleocristã: Torre de Palma, 26.
 Calçada romana: Ponte de Sor, 29.
 Canais subterrâneos: Nordeste alentejano, 27-28.
 Canos de água: Pego da Moura, 102.
 “Casa do Peristilo”: Torre de Palma, 26.
 “Castellum divisorium”: São Cucufate, 169.
 “Dolia”: São Cucufate, 170.
 Éxedra: Rabaçal, 113.

Fornos para o fabrico de imbrices: Cerrado do Castelo, 95, 98, 103.
 Galeria: São Cucufate, 167, 168.
 “Horrea”: São Cucufate, 170.
 Hipocaustos: Rabaçal, 98, 103; Termas da Herdade dos Pombais, 29.
 “Lateres” tubulares: Cerrado do Castelo, 98, 102, 103.
 Miliários: Nordeste alentejano, 29, 33.
 Mosteiro: São Cucufate, 171.
 Muros (de termas com um torre?): Rabaçal, 113.
 “Oecus”, mais tarde templo cristão: São Cucufate, 167, 168.
 “Opus incertum”: Pego da Moura, 102.
 “Opus signinum” (lanços de formigão): Cerrado do Castelo, 97, 98; Pego da Moura, 102.
 Peristilo: São Cucufate, 167; Rabaçal, 109, 112, 114.
 Ponte romana: Vila Formosa, 29.
 Represas: Pego da Moura, 102.
 Residências: Quinta do Pião, 27.
 Silo de Trigo: São Cucufate, 170.
 Tanque: Nordeste alentejano, 28.
 Templos: Dedicado a Esculápio-Santiago do Cacém, 186; Paleocristão — Braga, 147.
 “Tepidarium”: Dueñas, 136.
 Termas: Herdade dos Pombais, 29; São Cucufate, 167-169.
 Termas ou balneários: Cerrado do Castelo, 95, 98, 103.
 “Triclinium”: Rabaçal, 109, 113, 115, 116.
Edito de G alieno (261), 33.
Epígrafes — Temas, 177-178.
Epigrafia
 Corpus da onomástica romana, 173-174.
 Definição em função das “pizarras” visigodas, 149-152, 157.
 Inscrições latinas da Gália, 174-178.
 Inscrições musivas, 129-138.

Publicação de inscrições romanas da
Península Ibérica, 178-181.

Epigrafia cristã em Portugal — Séculos
V-VIII.

Notação progressiva dos numerais, 143-
-144.

Epigrafia medieval em Portugal — Sé-
culos IX e seguintes

Notação progressiva dos numerais, 143-
-144.

Epigrafia monetária meridional, 13-21.

Epítetos geográficos de Júpiter, 126-128.

Escavações

Cerrado do Castelo (Grândola), 95-104,
105-108.

Laje do Ouro, 39-58.

Nordeste alentejano, 23-35.

Escavações arqueológicas — Sua gestão
no actual contexto sócio-cultural, 118-
-119.

*Escola Técnico-Profissional de Agricul-
tura*, 27.

Escrita meridional — Epigrafia monetá-
ria, 13-21.

Escrita de Ubamba, 154.

Escultura

Altar, 31.

Ara dedicada a Esculápio, 186.

Ara funerária, 180.

Aras — Conímbriga, 121, 123, 128.

Árulas, 180, 181.

Capitéis jónicos, 113, 114.

Colunas de mármore com pedestais
octogonais, 112-114.

Estátua Mart(is) Aug(usti), 184.

Estátuas, 87-89.

Estátuas equestres, 87.

Placa monumental, 180-181.

Estação romana — “Villa”, Mansio ou
mutatio, 95-104.

Estátuas oferecidas a deuses — Sintoma
de culto público, 185.

Estrutura monástica altimedieval, 147.

F

*Faculdade de Ciências da Universidade
do Porto*, 148.

*Faculdade de Letras da Universidade de
Coimbra*, 27, 28.

Florestas 169.

Salgueirais, 113.

G

Gens

Acilia, 91.

Alennia, 68, 82.

Clodia, 69.

Iulia, 174.

Lesuria, 82.

Messiana, 69.

Murcia, 174.

Papiria, 91.

Planii, 90.

Gentilícios

Floricus, 174.

Masidius, 180.

Oculatius, 174.

Sagaius, 173.

Grafitos em telhas, 184.

H

“*História Augusta*” — Século IV, 33-34.

Honras funerárias — Concessão por *ordo*
decurional, 85-91.

I

Iberos — escrita e historia, 187-197.

ICEN — *laboratorio Nacional de Enge-
nharia e Tecnologia Industrial*, 8.

Iconografia — Mosaicos, 109, 112-116.

Cavalo, 26.

- Cenas dionisiacas, 26.
 Figura feminina, 135.
 Mulher a ser fustigada, 26.
 Pontos cardeais — Quatro ventos, 26.
 Ulisses a ser tentado pelas sereias, 26.
Idade do Ferro (I.^a) — Femão Vaz, 5-11.
Illuminuras moçárabes
 Beatus, 146.
 Beatus de Valcavado (970), 146.
 Bíblia de Santo Isidoro de León (960), 146.
Império — Sua manifestação nas mentalidades do nordeste peninsular, 33-34.
Indústrias conserveiras
 Garum, 164, 170.
 Molhos e conservas de peixe, 170.
Informatização arqueológica—Programa PETRAE, 126.
Inscrições
 Epigráficas — Altar ao Génio do Ópido Constituído, 31, 32, Epitáfios cristãos, 31; Juramento dos Aricienses, 31,32; Testemunho do voto anual da Civitas Ammaiensis ao imperador Cláudio, 31.
 Ibéricas, 187-197.
 Lapidares — Distinção entre epígrafes e “pizarras”, 149-152.
 Musivas, 129-138.
 Paleocristãs — Adulteus (729), 144; Donata (465), 144; Porto de Mós (1191), 144; Veranianus(531), 144.
 Votivas — Conímbriga, 121-128.
Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 26-28.
Instituto Português do Património Cultural, 26, 29.
Instrumentos
 De medição de tempo
 Quadrante solar, 33).
 Relógio (horologium, orarium), 180, 181.
 Estiletos metálicos, 153.
 “*Ius sepulchri*” — Direito dos espaços funerários, 61.
 J
 Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano (I), 26, 28, 29, 41.
 Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano (II), 25-28, 4L
 Junta de Castilla y León, 141.
 L
 Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial, 8.
 Latim — Conhecimento que do mesmo revelam os escribas das “pizarras” visigodas, 156-157.
 Legendas monetárias — Escrita meridional, 13-21.
 Legendas monetárias — Nomes abreviados de magistrados.
 CAST, 15; L. QVL. F., 16; M. C.F., 16; M. ISC, 16; Q. ISC. F., 16.
 Leituras epigráficas
 Hábitos das oficinas, 176.
 Interpretação de inscrições, 121-128, 132-138.
 Leituras epigráficas em dúvida
 Ibéricas, 187-197.
 Romanas, 167-169.
 Amminus (AMMINVS), 181
 Amminus, 181.
 AVGV(sta Emerita), 181.
 Attii (ATTII), 181.
 Badius, 183.
 c.f., 183.
 Genio m(unicipii), 184.
 [I]mp. Nerva Aug., 183.
 Iscallis, 137.
 L(ocus) A(dsignatus) F(uit), 181.
 Menerv(ae) Aug(ustae), 183.
 m(unicipium) M(unicipii), 184.
 per honorem, 183.

- porticus public(as), 184.
 S.A.C., 180
 Tallius (TALLIVS), 181.
 Tito IV, 183.
 tituc(olonus), 183.
 Turri Genio — Turris Genio, 183.
“Locus sepulturae ” — Honras funerárias, 85-92.
- Lucernas*
 Bailey R, 55.
 Deneauve Vili B, 51.
 Dressel-Lamboglia 30 B, 55.
- M
- Marcas de lucernas* — GES, 51.
Materiais
 Ardósia, 139-159.
 Argamassa, 98.
 Argila, 98.
 Berilos verdes, 103.
 Bronze, 26, 97.
 Calcário, 113.
 Calcário d’Ançã, 114.
 Calcário friável proveniente do Jurássico inferior de Alcabideque, 124.
 Carvão, 98.
 Cera, 159.
 Cerâmica, 112,113.
 Chumbo, 16,18,192-195.
 Cobre, 46, 53.
 Ferro, 42, 45-49, 51, 52, 55.
 Gema, 103.
 Granito, 46.
 Lingotes de chumbo romanos, 16.
 Madeira, 170.
 Mármore, 112,113, 115.
 Mármore de Estremoz, 114.
 Metais, 112,113,170.
 Osso, 112.
 Ouro, 103.
 Pedra, 112,170.
 Piçarra, 139-159.
 Prata, 46, 53.
 “Tiburtini” (cipos de pedra tiburtina), 66.
 Vidro, 46, 53.
 Xisto, 7,139-159.
- Mausoleus* — Espaços de uso funerário, 72.
Medidas — Dimensão das áreas funerárias nas necrópoles romanas, 59-94. Sua expressão numérica: Jugadas, 78; Pés, 63, 64-84, 93; Pés quadrados, 92.
Memórias Paroquiais de 1758, 29.
Mitologia pagã — Sua utilização nos mosaicos do nordeste alentejano, 33.
- Moedas*
 Achados ou tesouros, 170,182,185.
 “Cecas”, 15-21
 Espécies: Asses, 16; Denário, 54; Semisses, 16; Sestércios, 54,83,92, 93.
 Imperadores: Augusto, 97; Alexandre Severo, 97; Constantino, 97; Júlia Domna, 54; Júlia Mamaia, 54.
 Material: Bronze, 26, 97.
 Origem geográfica: Emerita, 97; Obulco, 191.
- Morte* — Sua manifestação espacial nas necrópoles romanas, 59-94.
- Mosaicos*
 Cronologia — Baixo império: Temas que traduzem uma renovação da vida rural romana, 115-116.
 Situação geográfica: Arroniz, 137-138; Dueñas, 136; fãro de Torrox, 131, 132; Nordeste alentejano, 25-27,33, 34; Talavera de la Reina, 137; Torres Novas, 135; Tossa de Mar, 135.
 Motivos: Alegoria da abundância, 113, 116; Cavalo com inscrição, 136; Cavalos (quadriga do circo em analogia com o carro celeste?), 109,113, 115, 116; Delfins, 115; Dono da quinta, 137; Estações do ano, 109,

113, 115, 116; Estrelas de oito pontas, 115; Figuras feminina sentada, 109, 116; Geométricos, 115; Musas e mestres, 137-138; Nós de salomão, 115.

Musas — Mosaicos, 129-138.

Museus

Alcazaba de Málaga, 132.

Antropologia “Dr. Mendes Correia” — Porto, 148.

Arqueologia Nacional de Madrid, 137.

Carmo — Lisboa, 144.

Crato, 29.

Ecomuseu de Condeixa, Arzila e Penela, 112.

Monográfico de Conímbriga, 26, 112, 118.

Municipal de Campo Maior, 27.

Municipal “Dr. Santos Rocha” — Figueira da Foz, 52.

Nacional de Arqueologia e Etnologia — Lisboa, 26, 97, 103, 148.

Pio XII, 146.

N

Necrópoles hispano-visigóticas — Sua relação com as “pizarras” visigodas, 145.

Necrópoles Pré-romanas

De incineração da Meseta Espanhola, 53.

De lápides epigrafadas, 11.

Necrópoles romanas

Espaços de uso funerário, 59-94.

Situação geográfica

Alentejo, 170.

Bolonha, 64, 67, 68, 73, 74.

Braga, 53.

Carvalhal, 54.

Cerrado do Arraial, 102, 103.

Colombara-Fondo Urbanetti, 74, 85.

Douro, 55.

Eivas, 51, 52, 54.

Gália Setentrional, 53.

Isola Sacra, 79, 80, 85.

La Calade, 53.

La Torrecilla, 53.

Laje do Ouro, 39-58.

Nordeste alentejano, 28-29, 31, 34.

Owslebury, 53.

Pian de Brezzo, 74.

Porta Nocera-Pompeios, 85.

Santo André, 53.

San Miguel del Arroyo, 55.

Sétif, 53.

Silveirona, 144.

Torre das Arcas, 54.

Tournai, 53, 55.

Via Triumphalis, 80, 85.

Numerais — Sua transcrição por notação progressiva e não regressiva na Epigrafia Cristã e em parte da Epigrafia Medieval, 143-144.

Numismática — Ver *Moedas*.

O

Objectos de adorno

Anel em prata, 46, 53.

Colar de ouro e berilos verdes, 103.

Fibulas, 29.

Pulseira em vidro, 46, 53.

Pulseiras em cobre, 46, 53.

Onomástica

Céltica, 125-126.

Romana — Praenomen imperator Tib.

Iulius Caesar, 183-184; Repertorio, 172-174.

“*Ordo decurionum*” — Honras funerárias, 85-91.

P

Paisagem rural — Sua reconstituição nos actuais estudos e projectos de arqueologia romana, 170-172.

Paleografia — definição em função das
“pizarras” visigodas, 150,152-155.

Pátera de Cáceres — 164.

Patronímicos de origem ibérica—Bal(ce),
16; Isc(er), 16; Qul(es), 16.

Períodos

Alta Idade Média, 152.

Alta Idade Média hispano-visigótica,
159.

Árabe-medieval, 8.

Baixo Império, 26, 115-116,169.

Flávios, 128.

Grego-etrusco, 18,192

Idade do Bronze, 7.

Idade do Ferro (1.ª), 5-11.

Idade Média, 158,175.

Império, 152.

Post-romano, 26.

Tardo-romano, 29.

Períodos geológicos

Jurássico inferior de Alcabideque, 124.

Pintura mural—São Salvador, 27

“Pizarras” visigodas, 139-159.

Classificação: Com desenhos, 142,144;
Numéricas, 142-144,148; Texto, 144-
-159.

Situação dos achados em território por-
tuguês: Braga, 146,147; Santo André,
148; Zona de Riba-Coa, 147-148.

População romana—Nordeste alentejano,
30.

Povos

Árabes, 154.

Aricienses, 31, 32.

Bárbaros, 175.

Clunienses, 33.

Fenícios, 187.

Galaicos, 31.

Germanos, 149.

Gregos, 187.

Iberos, 187-197.

Igeditanos, 180,181.

Lusitanos, 31,128.

Muçulmanos, 147.

Pré-romanos (da Gália), 175.

Romanos, 23-35,182.

Tardo-romanos, 149.

TyÀ/qTEÔ, 15.

Visigodos, 149.

Preços — Custo dos terrenos funerários na
época romana, 91-93.

Produções agrícolas

Azeite, 164, 170.

Cereiais, 169, 170.

Legumes, 169.

Trigo, 113,170.

Vinho, 164, 169, 170.

Profissões

Agricultor, 52.

Carpinteiro, 52.

Lenhador, 52.

Pedreiro, 52.

Tabularius da Bética, 90.

Propriedade fundiária—Alentejo romano,
170-172.

R

Recensões bibliográficas, 161-197.

Religião — Representação de divindades
em vestígios arqueológicos (esculturas,
lucernas, moedas, mosaicos, templo),
182-186.

*Renascimento da cultura clássica (Pri-
meiro)* — Século IV, 33-34.

Ritual funerário

Cremação, 53.

Incineração, 28, 50, 53-54, 56, 81-82,
85.

Inumação, 50, 53-56, 81-82, 85,103.

Romanização — Península Ibérica, 163-
-164.

S

Sé de Braga, 147.

Séminaire de l'Institut d'Archéologie Classique de l'Université Lumière — Lyon, 111.

Seminário Maior de Braga, 146.

Sepulturas

Concessão de um “locus” para as mesmas como parte das honras funerárias, 85-92.

Rito funerário.

Incineração, 28, 50, 53-54, 56, 81-82, 85.

Inumeração, 50, 53-56, 81-82, 85, 103.

Serviço Regional de Arqueologia do Sul, 26.

Sigillatas — Vide: *Cerâmicas romanas*.

Simbologias — Exaltação do imperador como Sol Invictus, 115.

Suportes da escrita

Pergaminho, 151-154, 159.

Tábuas de cera, 159.

T

“Termini ” funerários

Cipos, 62-69, 71, 72, 77-79, 82.

Correntes de água, 70.

Fossae, 70-71.

Muretes/Balaustradas, 69-70.

Paries/Paredes, 70.

Vias, 70.

Testamento de Lingon, 176.

Tipologia de um monumento — Relação entre a epígrafe e o seu suporte, 183, 185-186.

Tipologías de monumentos epigráficos — Cipos, 32; Cupas, 176; Estelas, 191.

U

Universidades

Alcalá de Henares, 141.

Coimbra, 27, 28.

Complutense, 178.

Louisville, 26.

Lyon, 26.

Lyon III, 175.

Murcia, 141.

Salamanca, 182.

V

Vestuário — Peças

Caligae, 137.

Túnica, 137.

Vias Romanas

Designação individual—Ardeatina, 70;

Flaminia, 68; Trumphalis, 80, 85.

Itinerários—Olisipo-Bracara Augusta, 114; Olisipo-Emerita, 32.

Zonagem — Nordeste alentejano, 29, 34.

Vidros romanos

Museu do Crato, 29.

Necrópole da Laje do Ouro, 42,44,45, 47, 48, 51, 52.

“Villae” romanas

Construção em raio, 115.

Situação geográfica

Abicada, 115.

Dueñas, 136.

Faro de Torrox, 129,131, 132.

Nordeste alentejano, 25-28, 32-34.

Rabaçal, 109-119.

Ramalete, 115.

São Cucufate, 165, 172.

Visigodos — “Pizarras”, 139-159.

Contribuição que para a compreensão da sua sociedade (séculos V-VIII) fornecem as “pizarras”, 158-159.

X

Xistos argilosos — Vide: “Pizarras”.

ÍNDICE GERAL

CAETANO DE MELLO BEIRÃO, VIRGÍLIO HIPÓLITO CORREIA — <i>A cronologia do povoado de Fernão Vaz (Ourique, Beja)</i>	5
ANTÓNIO MARQUES DE FARIA — <i>Epigrafia monetária meridional</i>	13
JOSÉ D'ENCARNAÇÃO — <i>O nordeste alentejano ao tempo dos Romanos — balanço e perspectivas da investigação</i>	23
HELENA FRADE, JOSÉ CARLOS CAETANO — <i>A necrópole romana da Lage de Ouro: novos elementos</i>	39
JUAN FRANCISCO RODRÍGUEZ NEILA — <i>Espacios de uso funerario con indicación de medidas en las necropolis romanas</i>	59
MARISOL AIRES FERREIRA, JOÃO CARLOS LÁZARO FARIA — <i>Estação romana do Cerrado do Castelo</i>	95
MARISOL AIRES FERREIRA, JOÃO CARLOS LÁZARO FARIA, A. M. DIAS DIOGO — <i>Ânforas lusitanas do Cerrado do Castelo, Grândola</i>	105
MIGUEL PESSOA — <i>Villa romaine de Rabaçal, Peneia (Coimbra — Portugal): réalités et perspectives</i>	109
ROBERT ÉTIENNE — <i>Un nouvel autel découvert à Conimbriga</i>	121
JOAN GÓMEZ PATTERÉS — <i>"Varia musiva epigraphica I-VIP"</i>	129
MÁRIO JORGE BARROCA — <i>As pizarras visigodas. A propósito de uma obra de / . Velázquez Soriano</i>	139
Recensões bibliográficas.....	161

Execução Gráfica



Gráfica de Coimbra, Lda.

750 ex. — Dezembro de 1993 — Dep. legal n.º 2892/84

CONIMBRIGA

REVISTA DO INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA
DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA (PORTUGAL)

PUBLICAÇÃO ANUAL

COLABORAÇÃO SOLICITADA

PEDIDOS :

DIGLIVRO — Rua Ilha do Pico, 3 B — Pontinha
P — 1675 Lisboa

MOVILIVRO — Rua Gomes Leal, 93, cv.
P — 4300 Porto

*Solicitamos permuta. On prie de bien vouloir établir l'échange.
Sollicitiamo scambio. We would like exchange. Tauschverkehr erwünscht.*

